

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

KELLY FABIANE SPIER

**INCOMUNALIDADES POLÍTICAS E ORGANIZATIVAS NA COMPOSIÇÃO DE
PAISAGENS MULTIESPÉCIES EM TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS**

Porto Alegre

2023

KELLY FABIANE SPIER

**INCOMUNALIDADES POLÍTICAS E ORGANIZATIVAS NA COMPOSIÇÃO DE
PAISAGENS MULTIESPÉCIES EM TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora em Administração**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Simone Antonello

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Spier, Kelly Fabiane

Incomunalidades políticas e organizativas na
composição de paisagens multiespécies em territórios
agroecológicos / Kelly Fabiane Spier. -- 2023.

308 f.

Orientadora: Cláudia Simone Antonello.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de
Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2023.

1. organizar multiespécies. 2. territórios
agroecológicos. 3. incomuns. 4. mulheres. I.
Antonello, Cláudia Simone, orient. II. Título.

Kelly Fabiane Spier

**INCOMUNALIDADES POLÍTICAS E ORGANIZATIVAS NA COMPOSIÇÃO DE
PAISAGENS MULTIESPÉCIES EM TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora em Administração**.

Aprovada em 31 de agosto de 2023.

Prof^a. Dr^a. Cláudia Simone Antonello

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Letícia Dias Fantinel

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Maurício Roque Serva de Oliveira

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Rene Eugênio Seifert Junior

Doutor em Administração pela Universidade de Birmingham na Inglaterra
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Porto Alegre
2023

Para vovó Rosa (*in memoriam*), com amor e gratidão. Ela soube cuidar e compor vida (re) generativa com múltiplos seres.

AGRADECIMENTOS

As palavras “muito obrigada” ou “gratidão” tentarão expressar, dar conta dos sentires que, decerto, excedem os dizeres. Nós não somos nada sem outros. Emaranhados de seres, sentires, vínculos de cuidado e de afeto, histórias, experiências e memórias vívidas. Em colaboração, dançamos bailes (re) generativos conjuntos. Muitos humanos e outros que humanos, colaboraram para tornar possíveis, o percurso doutoral e a composição da tese. Serei sempre grata.

Com vovó Rosa (in memorian), mãe Ilse, filhas, Laura e Luiza, os bailes da vida cotidiana foram e são repletos de cuidado e de afeto compartilhados. A gratidão por habitarem comigo, outrora e agora, se expressa no amor que sinto por elas. Mãe Ilse, obrigada por todo o cuidado e amor, comigo e com minhas filhas. Sem teu apoio, o “projeto doutorado” não existiria. Lala e Lulu, perdoem as ausências e a repetição dos mesmos dizeres: “a mamãe vai nas hortas, a mamãe vai estudar”. “Como é grande o meu amor por vocês”.

O amor por Lala, Lulu, mãe Ilse e vovó Rosa (in memorian) se expande e reverbera, em gratidão, aos familiares vivos e ancestrais. Agradeço ao meu pai, José, aos meus irmãos, Luís Marcelo e Jackson, à minhas cunhadas, Andreia e Bruna, à minha sobrinha Maitê, aos felinos, Mel e Egito por serem presença afetuosa, compartilharem vida.

Gratidão à minha orientadora, professora Cláudia, artífice comigo, da vida e do texto. Ela foi e é sabedoria compartilhada, afeto que não cessa. Quiçá, um dia, eu possa retribuir o que recebi, entre acolhidas, presenças, paciências, generosidades e horas de saberes compartilhados. Profa. Cláudia, tu és luz, energia e potência que iluminam meu existir, para além do doutorado.

O afeto que a professora Cláudia sente se espalha e se expande com seus alunos. Por intermédio e junto dela, o Grupo de Pesquisa Trabalho e Saberes na Contemporaneidade foi lugar de acolhida para compartilhar saberes, dificuldades e vitórias. Afetos e amizades para além do convívio acadêmico. Gratidão ao Bruno Martins, ao Gean Tomazzoni, à Gabriele Mercali, à Jenifer Arruda, à Magdalena Coelho, à Raquel Prá e aos demais partícipes que fizeram parte do coletivo, por viverem histórias e criarem memórias comigo.

Agradeço aos professores Jean Segata, Letícia Fantinel, Maurício Serva e Rene Seifert pela disposição em colaborar, lançar luz para questões relevantes do estudo, pela generosidade e afeto no compartilhar de saberes e de literatura.

À Marli, gratidão pela acolhida e vivências, na agrofloresta e nos espaços de cultivo, e por compartilhar modos de habitar e viver. Entre pausas para contemplação, nas caminhadas para explicações minuciosas e para a apreciação serena da natureza, aprendi o esperar da colheita com a felicidade de quem vê a semente se transformando sem a pressa do resultado.

À Cris e à Dani, amizade semeada, que floresceu com as intervenções nos espaços de cultivo e cujos frutos colhemos juntas, em presença cuidadosa e afetuosa, no compartilhar de esperanças, obras feitas, muitos sonhos e também dias difíceis. Nossos cotidianos, de resistência e de luta, são mais potentes, leves e alegres porque andamos de mão dadas pela vida.

Às hortelãs e hortelões, partícipes das intervenções nos espaços de cultivo e às integrantes do coletivo Unidas pela Vida, por comporem histórias vivas de resistência e luta por justiça socioecológica, por comida saudável e biodiversa, por territórios para instauração de espaços de cultivo agroecológico e por defenderem a vida multiespecífica.

Gratidão ao Grupo de Estudos em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento - GEPAD, representado nesse agradecimento por seu coordenador, professor Sérgio Schneider, pela possibilidade de conviver com pesquisadores de excelência, no Brasil e no mundo, que compartilham sabedoria, publicações e debates atuais do campo alimentar e socioecológico.

Agradeço aos professores, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas contribuições relevantes na trajetória doutoral: Ariston Azevedo Mendes, Fábio Bittencourt Meira, Fábio Kessler Dal Soglio, Fernando Dias Lopes, Maria Beatriz Rodrigues, Maycon NoreMBERG Schubert, Paulo André Niederle, Potira Viegas Preiss, Rafael Kruter Flores, Rumi Regina Kubo, Sérgio Schneider, Sueli Maria Goulart Silva, Tania Mara Galli Fonseca (*in memoriam*) e Viviane Camejo Pereira.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição pública, gratuita e de excelência, e aos seus colaboradores e terceirizados por organizarem burocracias e espaço físico para que levemos nossos estudos e pesquisas à cabo.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento no período doutoral.

Gratidão por tanto e por tudo!

Vieram muitos homens brancos com motosserras que uivavam o dia todo, soltando uma fumaça preta e malcheirosa, e as árvores mais velhas e majestosas caíam todas. Caiarara olhou apavorado. Todos os seus amigos já não existiam mais. Também o Ipê-amarelo tinha caído. Agora não precisava mais de ar, nem de água em suas raízes, coitado! E a terra? Quem iria protegê-la? Quem iria providenciar as folhas para seu manto de proteção, o dossel de folhas no alto e a serrapilheira no chão? Quem iria fazer a geleia para sua maquiagem, para que seus poros ficassem grandes e novos? Quem iria estender os braços para interceptar a chuva a fim de não golpeá-la, mas cair de mansinho? E quem iria transpirar água para que chovesse todos os dias? Quem iria garantir o ciclo natural longo da água, retardar sua volta ao mar?

E depois veio o fogo. Paquito e Caiarara fugiram aterrorizados. De longe, ouviam o estalar da madeira que se torcia no calor e o bruxulear das chamas que clareavam o céu noturno e que lançava os troncos das árvores para o ar, devido à violência do ar quente que subia as térmicas. E mesmo estando longe, o calor era tão grande que parecia tostar-lhe os rostos e chamuscar os pelos ou plumas. E no outro dia, em lugar das folhas, uma camada grossa de cinza cobria a terra. Ela chorava. Chorava tanto que suas lágrimas brotavam como fontes no chão. E, na madrugada, um véu branco de neblina subia da terra, encobrindo-a misericordiosamente para esconder toda destruição e desolação. Era a água que iria ser transpirada pelas árvores, mas essas já não existiam mais.

E, de repente, entrou o vento. Caiarara nunca tinha sentido o vento. Encheu as narinas e fez cara feia para ter aspecto mais assustador. Mas o vento somente riu.

- Agora vai ter que conviver comigo. Não adianta querer me afugentar. Tudo mudou. Tua mata soberba se foi. Agora é minha vez. Entrou a economia humana!

Deu uma gargalhada que dava para arrepiar os pelos, uivou e levantou uma nuvem de cinza ao dar uma volta, um rodopio, pela área derrubada (Primavesi, 2016a, p. 17).

RESUMO

A tese buscou compreender e conhecer modos políticos e organizativos incomuns que poderiam compor paisagens multiespecíficas em territórios agroecológicos. Os vínculos entre as crises – socioecológica, alimentar e sanitária – mobilizaram as intervenções para a instauração de paisagens agroecológicas. Desde as primeiras elaborações teóricas e implicações com os territórios agroecológicos, campos empíricos da pesquisa, as mulheres protagonizaram contramovimentos aos modos dominantes de viver, habitar, organizar e comer. As intervenções estiveram implicadas com o ordinário, em especial, com os modos de organizar a vida mundana e as experiências com a comida. As elaborações acerca da ontologia política, do pluralismo de ônticos, da interdependência multiespecífica, de incomuns como constitutivos dos comuns, das ecologias de práticas e de saberes e as interseções entre feminismos e ecologias foram onto-epistemes crítico-político-pragmáticas, coengendradas com as experiências empíricas, que lastrearam as tentativas de compreender e de conhecer modos políticos e organizativos contra-hegemônicos. A pesquisa-intervenção em mundos outros que humanos compôs os processos investigativos da pesquisa. As técnicas que acompanharam as intervenções e implicações com os campos empíricos, incluíram a observação participante, o diário de campo, conversas informais, pesquisa documental e imagens. Nas paisagens animadas dos territórios agroecológicos, múltiplos seres, vivos e não vivos, heterogêneos e divergentes, negociaram colaborações habitáveis, com e sem a presença humana. O modo múltiplo e animado de ver a realidade abriu possibilidades para composições político-pragmáticas contrárias à realidade manipulada, fragmentada, homogeneizada e antropocêntrica dos modos de organizar dominantes. As ecologias colaborativas e os exercícios de pluralidade, instaurados pelas intervenções e pelo protagonismo de mulheres, em reminiscências, elaborações de pensamento, teorizações e nas intervenções e pragmáticas vivas, nos territórios agroecológicos e nos contextos ampliados da pesquisa, possibilitaram conexões parciais e composições de alianças políticas e organizativas incomuns. Os saberes e práticas agroecológicos pragmatizaram o cultivo de comida não mercantilizado, à margem do capital e dos processos produtivos e tecnológicos, controlados pelo poder econômico, mercantil e estatal. As possibilidades de subsistir e de enfrentar os modos dominantes de organizar, do campo alimentar, estariam implicadas com a composição de alianças

coletivas e populares, com lutas pelo acesso à terra sem a fragmentação entre urbano e rural, com as possibilidades de habitar as paisagens interespecíficas como modo de vida, com a instauração de soberanias e pragmáticas espaço-temporais orientadas para a suficiência, para a convivencialidade, para o pulsar de temporalidades do cuidado e para a atenção comunicacional com a multiplicidade de seres. Humanos, solo vivo, sementes e vegetais protagonizaram histórias vívidas, em defesa da vida e coabitaram as paisagens em alianças cuidadosas e afetuosas com a multiplicidade de seres. A composição entre mulheres e agroecologia, nos contextos da pesquisa, se expandiu a cada novo vínculo, compondo lutas anticapitalistas e antipatriarcais, por vida interespecífica, por soberanias, por acesso à terra, comida biodiversa e ervas medicinais. As intervenções para instauração de alianças entre mulheres – vítimas de múltiplas violências e em vulnerabilidade – e territórios agroecológicos, são obras a fazer que seguem vivas, excedem o texto, no contínuo engajamento com a feitura de outros mundos possíveis.

Palavras-chave: organizar multiespécies; incomuns; territórios agroecológicos; mulheres.

ABSTRACT

This thesis sought to understand and discover uncommon political and organisational modes that could compose multispecies landscapes in agroecological territories. The relationships between the sociological, food, and health crises mobilised the interventions that were carried out in this study. This research was implicated in the everyday, particularly in the modes of organising daily life and in our experiences with food. The elaborations on political ontology, ontological pluralism, multispecific interdependence, ecologies of knowledges and practices, uncommons as constitutive of commons, and the intersections between feminisms and ecologies were onto-epistemic reflections that supported attempts to understand and discover ways of organising co-engendered with and within empirical experiences. The investigative processes of this research consisted of a research-intervention into other than human worlds. The techniques that accompanied the interventions and implications with and within the explored contexts included: participant observation, field diary, informal conversations, documentary research, and images. This multiple and lively way of seeing opened possibilities for political-pragmatic compositions that are contrary to the manipulated, fragmented, homogenised, and anthropocentric reality of the dominant organisational modes. From the first theoretical elaborations and pragmatic experiences of this research, women were at the forefront of countermovements to the dominant ways of living, inhabiting, organising, and eating. The collaborative ecologies and exercises of plurality that were established by the interventions, both in agroecological territories and in the expanded contexts of this study, enabled the creation of partial connections and compositions of uncommon political and organisational alliances. Agroecological knowledge and practices pragmatized the cultivation of non-commodified food, in counteraction to the production and technological processes controlled by economic, mercantile, and state power. The possibilities of replacing and confronting the dominant organisational modes in the food sector would be interwoven with the formation of collective and popular alliances, with struggles for access to land without the fragmentation between the urban and the rural, and with the inhabiting of interspecific landscapes as a way of living. The imposition of limits on food hegemonies would be made possible via the establishment of sovereignties, spatio-temporal pragmatics oriented towards self-sufficiency, conviviality, pulsing temporalities of care for each living thing, and communicational

attention to the multiplicity of beings. This mode of organising would begin to consider co-engendering and collaborative possibilities with countless beings, living and non-living, as multispecific and interdependent compositions. Amid contaminations and disturbances, humans, soil, seeds, vegetables and other objects have engendered precarious cohabitations, contingent and uncommon relationships. In the lively landscapes of agroecological territories, multiple beings, heterogeneous and divergent, negotiated habitable collaborations with and without human presence. The compositions between women and agroecology were expanded with each new connection, between reminiscences, elaborations of thought, theorisations and living pragmatics. The women cohabited, predominantly, agroecological landscapes, and were involved in the organisation of multispecies and other re (generative) crops. The interventions to establish alliances between women – who are made vulnerable and victims to several types of violence – and agroecological territories, are works to be done that carry on living, transcending the text via continuous engagement in the creation of other possible worlds.

Keywords: multispecies organising; uncommons; agroecological territories; women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percurso e inserções nos contextos de pesquisa pré-pandemia e durante a crise sanitária	104
Figura 2 - Sítio Grünes Paradies	109
Figura 3 - Feira Ecológica de Caxias do Sul	110
Figura 4 - Atividades iniciais e canteiros com cultivos na Horta Comunitária da Associação Tchon Ji	112
Figura 5 - Atividades iniciais na Horta Comunitária do Hospital de Nova Petrópolis	113
Figura 6 - Comparativo, dos manejos iniciais, na Horta Comunitária do Hospital de Nova Petrópolis e da Horta Comunitária da Associação Tchon Ji	114
Figura 7 - Composteira da Horta Comunitária da Associação Tchon Ji	115
Figura 8 - Alterações nas paisagens e crescimento de espécies indesejadas nos canteiros da Horta do Hospital	116
Figura 9 - Entrega do reservatório para a Horta Comunitária do Hospital de Nova Petrópolis	117
Figura 10 - Colheitas destinadas à cozinha do hospital	118
Figura 11 - Reservatório de água da Horta Comunitária da Associação Tchon Ji ..	119
Figura 12 - Processo de transição para o manejo agroecológico na Horta Comunitária do Hospital.....	120
Figura 13 - Atividades na horta pública, feita de canteiros, cultivos e colheitas...	123
Figura 14 - Visitas guiadas, de alunos do ensino fundamental, a Horta Comunitária da Associação Tchon Ji	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB	Associação Atlética do Banco do Brasil
AFNs	Alternative Food Networks
AgUrb	Agricultura e Alimentação em uma Sociedade Urbanizada
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APAN	Área de Proteção do Ambiente Natural
AS-PTA	Agricultura Familiar e Agroecologia
AU	Agricultura Urbana
BORA	Biblioteca de Obras Raras Fausto Castilho
CCA	Cadeias Curtas de Abastecimento
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNTP	Condições Normais de Temperatura e Pressão
COMDICA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
Covid-19	Doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
CPRs	Common-pool resources
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTRAB	Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados
Cu	Cobre
ELAA	Escola Latino-Americana de Agroecologia
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EORs	Estudos Organizacionais
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FIAN	For the Right to Food & Nutrition
FIDA	Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária

GBM	Green Belt Movement
GEEs	Gases do Efeito Estufa
GT Mulheres	Grupo de Trabalho Mulheres
H1N1	Tipo de vírus que também pode ser chamado de influenza H1N1
H5N1	Subtipo do vírus Influenza que atinge, predominantemente, as aves
HCLP	Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro
HCP	Horta Comunitária do Pacuca
HLPE	High Level Panel of Experts on Food Security
HQ	História em Quadrinhos
IA	Insegurança Alimentar
IASC	International Accounting Standards Committee
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IFAD	The International Fund for Agricultural Development
II VIGISAN	O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto de Pandemia de Covid-19 no Brasil
IPA	Instituto Pensar Agropecuária
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPQV	Índices de Perda da Qualidade de Vida
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERS	Sigla em inglês para denominar a doença Síndrome Respiratória do Oriente Médio (SROM)
MM	Marcha das Margaridas
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
Mo	Molibdênio
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MtH	More Than Humans
NPK	Nitrogênio, Fósforo e Potássio

OASE	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PEAPOs	Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica
PGR	Procuradoria Geral da República
PLAGEDER/UFRGS	Curso de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PR	Participatory Research
PR	Estado do Paraná
Rede PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
Renasem	Registro Nacional de Sementes e Mudas
RS	Estado do Rio Grande do Sul
AS	Segurança Alimentar
SAF	Sistema agroflorestal
SAL	Sistemas Alimentares Locais
SARS	Síndrome respiratória aguda grave
SARS-CoV-2	Vírus da família dos coronavírus
SC	Estado de Santa Catarina
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMSAN	Secretaria Municipal de Segurança Alimentar de Curitiba
SUSAN	Subsecretaria de Segurança Alimentar de Belo Horizonte
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	United Nations Children's Fund
WFP	United Nations World Food Programme
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1	PRÓLOGO	19
2	DEBATE ONTOLÓGICO	27
3	DEBATE EPISTEMOLÓGICO	43
4	ELABORAÇÕES SOBRE O COMUM E SEUS CONSTITUTIVOS INCOMUNS	63
5	LUTAS POR SOBREVIVÊNCIA: O ATERRAR HUMANO COM OS SERES INTERDEPENDENTES	74
5.1	TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS NAS CIDADES	79
6	PROBLEMATIZAÇÕES, QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVO GERAL	91
7	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	103
7.1	O CAMPO E OS CONTEXTOS DE PESQUISA.....	103
7.1.1	Inserção Inicial – Contexto Pré-pandemia	104
7.1.2	Inserção no Sítio Grünes Paradies e a instauração das hortas – Associação Tchon Ji e Hospital Nova Petrópolis – Contexto Pandemia	107
7.1.3	Inserção Unidas Pela Vida – Instauração da Horta Pública	121
7.2	OS MODOS DE AGIR, FAZER E TRANSFORMAR MUNDOS – A PESQUISA INTERVENÇÃO COM OUTROS QUE HUMANOS.....	125
7.3	OS CAMINHOS DA PESQUISA	136
7.3.1	As experiências interventivas e sua repercussão nas escolhas de literatura e método de pesquisa	136
8	INTERVENÇÕES E DIZERES – PROCESSOS, COENGENDRAMENTOS E EXPRESSÕES	140
8.1	OS PRINCÍPIOS POLÍTICOS E ORGANIZATIVOS HEGEMÔNICOS E AS POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO CONTRA-HEGEMÔNICAS... 141	
8.1.1	As questões de engendramento dos modos organizativos dominantes: contra quem e contra o que estaríamos lutando	143
8.1.2	Interesses em disputa: os outros modos de organizar e de viver e suas possibilidades de subsistir	157
8.1.3	As lutas por soberanias	169
8.1.4	As lutas humanas por terra e território	177

8.2	MULHERES E AGROECOLOGIA – HISTÓRIAS DE AFETO, RESISTÊNCIA, CUIDADO E LUTA PELA INTERESPECIFICIDADE DA VIDA.....	199
8.2.1	Interseções entre feminismos e ecologias.....	206
8.2.1.1	<i>Dos Feminismos e Ecologias: o ecofeminismo de Plumwood.....</i>	<i>213</i>
8.2.1.2	<i>Dos Feminismos e Ecologias: o ecofeminismo de Shiva.....</i>	<i>217</i>
8.2.1.3	<i>Dos Feminismos e Ecologias: mulheres, gênero e agroecologia nas organizações camponesas.....</i>	<i>222</i>
8.2.1.4	<i>Dos Feminismos e Ecologias: Ana Maria Primavesi e seu legado precursor para a agroecologia no Brasil.....</i>	<i>228</i>
8.2.2	O tempo do cuidado agroecológico: a coexistência de temporalidades distintas entre a multiplicidade de seres.....	233
8.3	A RESTAURAÇÃO DOS VÍNCULOS DE INTERDEPENDÊNCIA E DE VIDA MULTIESPECÍFICA.....	249
8.4	AS COLABORAÇÕES HABITÁVEIS MULTIESPÉCIES – VIDAS PRECÁRIAS, CONTAMINADAS E PERTURBADAS.....	253
9	O ESPERANÇAR POR HISTÓRIAS DE OUTROS POSSÍVEIS: AS FEITURAS DE VÍNCULOS INTERDEPENDENTES PARA HABITAR E VIVER COM E NAS PAISAGENS MULTIESPECÍFICAS.....	263
	REFERÊNCIAS.....	277

1 PRÓLOGO

As palavras, no texto preliminar, costumam acontecimentos e modos de pensar que deram existência para a tese. As elaborações são escolhas advindas do que afetou, chamou a atenção, reuniu potências para fabular, resistir e fazer intervenções, em defesa da vida. Os dizeres compõem elaborações de pensamento que antecederam a pandemia de Covid-19, mas foram escritos durante e depois do período pandêmico. A tragédia, a dor e a angústia não estiveram confinadas ao período de infecções pelo coronavírus. Decerto persistem, a falta de ar, a suspensão e os tempos sombrios.

As múltiplas crises – climática, socioecológica, alimentar, sanitária – se coengendram, incrementam e expõem a vida em ruínas. Mas, há outras histórias que escolhemos contar, vinculadas às possibilidades de restauração dos vínculos socioecológicos e interdependentes, entre modos de organizar e de viver menos deletérios e espoliativos para humanos e natureza.

As crises - socioecológica e alimentar - são temas centrais desse trabalho e objeto de estudo cujo início antecedeu a pandemia. E com ela se intensificaram à medida que resta comprovada a profunda relação entre exploração deletéria da natureza, processos industriais de produção de alimentos e intensificação das infecções virais em humanos¹.

Como se não bastasse a devastadora crise de saúde pública global, no Brasil, foi preciso lutar contra a postura negacionista e fascista do governo federal. O protagonista das negações, tanto da crise socioecológica quanto sanitária, foi o presidente da nação². E o país agonizou entre milhares de infectados e mais de 700 mil mortos³.

A fim de manter a esperança busquei informações acerca dos avanços científicos⁴, principalmente, sobre os tratamentos e as vacinas. A nova realidade

¹ Ao longo do texto ficará mais claro o vínculo entre desmatamento para produção em sistemas de monocultura, produção de animais em sistema de confinamento e a proliferação e contato de vírus e bactérias com humanos.

² Citei o presidente Jair Bolsonaro como ator principal que, além de negacionista da crise sanitária e climática, representou um projeto de governo neoliberal, fascista e com agenda voltada ao desmatamento, ao extrativismo, ao agronegócio e a manutenção dos privilégios das elites.

³ Em 28 de março de 2023, o Ministério da Saúde publicou, em seu site oficial, que o Brasil atingira a marca de 700 mil mortes por Covid-19 (Brasil [...], 2023).

⁴ Por exemplo, a revista Nature (News, c2023) vasculhava a literatura sobre o novo coronavírus e publicava resumos contendo informações relevantes acerca dos achados científicos e avanços das pesquisas. Acesso em 6 fev. 2022. A TV Unicamp – Universidade Estadual de Campinas que está a

passou a ser de permanente luta contra o vírus Sars-Cov-2 e suas novas variantes por que elas não desaparecerão de nosso convívio. É paradoxal que no auge da quarta revolução industrial, com toda a potencialidade tecnológica e a crença de que a Natureza fora finalmente dominada por completo, surja um novo vírus tão agressivo e tão letal.

Antes da pandemia, Stengers (2015) já intitulara uma de suas obras com a frase “No Tempo das Catástrofes – Resistir a Barbárie que se Aproxima”; Débora Danowski e Viveiros de Castro (2015) perguntavam “Há mundo por vir?”; Zizek (2014) afirmava que “Vivemos no Fim dos Tempos” e que o sistema capitalista global se aproximaria de “um ponto zero apocalíptico”. Latour (2020a) expressou um coletivo sentimento de perda do mundo. O diagnóstico de crise, anterior ao coronavírus, sinalizava um futuro incerto e a necessidade de transformações profundas nos modos de vida e de vínculos com a natureza.

E, o que resta dizer do agora? No agora, a tragédia sanitária global⁵ nos avisou e reiterou que há um limite para a intervenção humana no planeta. Apesar das publicações e do alerta acerca dos riscos das mudanças climáticas⁶ e da urgência de uma transformação profunda nos sistemas agrícolas e alimentares mundiais⁷, o

publicar uma série de vídeos de Combate às Fake News, no YouTube e no Facebook. Esses vídeos são gravados com professores da universidade a fim de esclarecer e divulgar conhecimento científico acerca da Covid-19 (Combate [...], [2023]).

⁵ O Painel de Especialistas de Alto Nível para Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE sigla em inglês), em seu relatório publicado em setembro de 2021, alertou para a relação dinâmica e complexa entre os sistemas ecológico e alimentar. Os pesquisadores têm relacionado a expansão da agricultura industrial sobre os ecossistemas com o aumento da incidência de zoonoses. A pandemia de COVID-19 teria afetado os sistemas alimentares, as cadeias de suprimentos de alimentos, os programas de proteção social, gerou a perda de empregos, ampliou as desigualdades sociais, alterou os entornos alimentares e fez os preços dos alimentos subirem. Seriam os mais pobres os mais atingidos. Os dados publicados fazem menção ao número de afetados pela subalimentação crônica que teria aumentado em 161 milhões de 2019 para 2020. A fome crônica que, em 2019, atingia 650 milhões de pessoas, passou para um número entre 720 a 811 milhões em 2020. Já, a insegurança alimentar moderada ou grave teve um incremento da ordem de 320 milhões de pessoas. O relatório informou que a inflação nos alimentos fez com que os mais pobres substituíssem frutas e hortaliças frescas, com alto teor de micronutrientes, por alimentos processados e ultraprocessados durante a pandemia. Os pesquisadores alertaram para o aumento dos riscos de patologias e mortalidade por COVID-19 quando as dietas são majoritariamente compostas por alimentos processados (Impacts [...], 2021).

⁶ O Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC da sua denominação em inglês *Intergovernmental Panel on Climate Change*) publicou um relatório especial, em outubro de 2018, sobre os impactos do aquecimento global nas atividades humanas, na biodiversidade e nos ecossistemas terrestres, bem como riscos relacionados à saúde, meios de subsistência, segurança alimentar e abastecimento de água (About, c2023).

⁷ No relatório HLPE, publicado em julho/2019, antes, portanto, da pandemia, os especialistas alertavam para a insustentabilidade dos sistemas agrícolas e alimentares globais e pediam uma mudança profunda, dadas às severas consequências das mudanças climáticas, da perda da biodiversidade, das mudanças demográficas em curso com aumento da pressão sobre recursos renováveis. Relataram que o incremento na disponibilidade de alimento não alterou o número de pessoas que passavam fome nos últimos 40 anos. A má nutrição em suas diferentes formas (subnutrição,

sistema capitalista hegemônico seguiu seu curso e incrementou a espoliação da natureza e a desigualdade social.

O sexto relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (Climate [...], c2021), publicado em agosto de 2021, contém dados que chancelam a irreversibilidade do aquecimento global causado pelos humanos. O documento afirma que a temperatura do planeta aumentará em 1,5 °C a 2 °C, nas próximas décadas, e uma série de eventos climáticos extremos acontecerão em função da intervenção humana. Ainda que o relatório cite a urgência na redução de emissões de gases de efeito estufa, estes seguem aumentando em função do crescimento da população mundial e do consumo. A capacidade regenerativa da Terra não acompanha a velocidade da perturbação ecológica imposta a ela (Climate [...], c2021).

Foram as profundas alterações nas dinâmicas de movimentação provocadas pelo modelo econômico e industrial que levaram a infecção humana pelo novo coronavírus (Latour, 2020a). A crise migratória humana em busca de um lugar para produzir e reproduzir a vida é apenas uma das faces do que Latour (2020a) denominou “erosão da terra estável”. Essa erosão também exige que agentes “outros-que-humanos”⁸ se desloquem – vírus, bactérias, gases atmosféricos, animais, plantas e rios. A degradação, a perda de habitat e as mudanças climáticas promovem movimentos e o encontro de vírus e bactérias com animais domésticos e humanos.

Muitos animais silvestres e patógenos migram dos ambientes originais em que vivem, em função do desmatamento, e passam a interagir com humanos. Boaventura de Sousa Santos (2021) afirmou que há cada vez mais pesquisas indicando a interdependência entre distúrbios ecológicos, alterações no clima, e doenças virais. Há um vínculo entre a destruição das florestas, a perda de habitat dos animais selvagens e a proliferação de vírus; esses que se hospedam, primeiro em animais e depois em humanos. Segundo o sociólogo, pesquisadores publicaram artigos, em

deficiências de micronutrientes, sobrepeso e obesidade) afeta todos os países. Os dados destacaram que uma em cada três pessoas era mal nutrida e, se as tendências se confirmassem, uma em cada duas pessoas será mal nutrida até 2030 (Agroecological [...], 2019).

⁸ Farei uso da expressão “outro-que-humano” (Pinheiro Dias *et al.*, 2016) para designar os inúmeros modos de existência legítimos do campo empírico, para além do humano. Há outras expressões, tais como “mais-que-humano” (Tsing, 2019) ou “não humanos” (Latour, 2018, 2019, 2020a, 2020b) que carregam a mesma ideia. Porém, como explica Stengers (ao ser entrevistada por cientistas brasileiros), são categorias distintas. A categoria “não humano” seria um início que expressaria uma mediação, algo que viabiliza um certo fazer. Ao longo dos diálogos, Stengers explica que a categoria “[...] mais-que-humano seria uma oposição ao ‘sujeito-isolado-mestre-de-suas-próprias-intenções’ enquanto que a categoria ‘outro-que-humano’ apontaria, inclusive, para pessoas que não pensavam ser humanas” (Pinheiro Dias *et al.*, 2016 p. 175).

2005 e em 2017, alertando para a presença de diferentes tipos de coronavírus, em morcegos, e dos riscos de pandemias (Santos, 2021).

As últimas pandemias de SARS, MERS, Ebola, H1N1, H5N1 e SARS-CoV-2 foram zoonóticas e estão relacionadas às práticas industriais de produção e abate de animais. Em função do uso excessivo de antibióticos e hormônios de crescimento, em animais confinados, surgirão novos vírus e superbactérias (Altieri; Nicholls, 2020; Benton, 2020; Wallace, 2020; Foster; Suwandi, 2021; Garcés, 2020).

As condições de habitabilidade da Terra restam ameaçadas pela imposição do modelo econômico capitalista, sustentado pela espoliação da maioria dos humanos e da natureza. E esse projeto civilizacional, que nos trouxe até aqui, pretende que sigamos acreditando no final da história⁹. Pignarre e Stengers (2011) diriam que o capitalismo nos enfeitiçou e nos fez acreditar numa racionalidade consensual que exige unanimidade. A homogeneização e o comportamento automatizado fortaleceram a imposição do que esses autores denominaram “alternativas infernais” (Pignarre; Stengers, 2011; Stengers, 2015).

As alternativas infernais seriam uma espécie de aceitação de que, em nome do crescimento e do progresso, sacrifícios precisariam acontecer. A espoliação e a miséria, sobretudo do sul global, a devastação ecológica, os retrocessos na seguridade social e na legislação trabalhista, o avanço da indústria farmacêutica e dos transgênicos, tudo em nome de um único modo de existência, sem a possibilidade de outros mundos possíveis.

Há um permanente estado de crise que foi se impondo, sobretudo, desde a década de 1980, quando o neoliberalismo passou a ser a versão dominante do sistema capitalista. Boaventura de Sousa Santos (2021 p. 25) alerta que os dois principais objetivos de um estado permanente de crise são: “[...] legitimar a escandalosa concentração de riqueza e impedir que sejam tomadas medidas eficazes para evitar a iminente catástrofe ecológica”. Para Latour (2020a) as “elites obscurantistas”, desde os anos 1980, compreenderam que era preciso dismantelar o Estado e negar a crise climática. E isso teria provocado o avanço exponencial da desigualdade.

⁹ Em 1989, o cientista político e economista americano Francis Fukuyama publicava seu famoso artigo “O fim da história?” (Fukuyama, 1989). Nele, argumentava que a difusão mundial das democracias liberais e do livre capitalismo de mercado, possivelmente, sinalizava o fim da evolução sociocultural da humanidade.

Os dilemas sociais e ecológicos são indissociáveis e seus vínculos serão intensa e constantemente descritos ao longo desse texto. Motivo pelo qual, farei uso do termo “socioecológico” que sugere essa união. Latour (2020a) afirma que, por muito tempo, ficamos paralisados e hesitantes como se pudéssemos escolher entre natureza e sociedade. “Se não há escolha a fazer, é pela excelente razão de que não há humanos legítimos de um lado e não humanos de outro” (Latour, 2020a, p. 73).

Em nome do desenvolvimento e do progresso foram bloqueadas quaisquer possibilidades e instituídas as alternativas infernais como futuro unívoco. É dessa maneira que o sistema capitalista atual se sustenta e se fortalece. O estado de permanente crise coloca uns contra os outros. Os governos de direita se utilizam desse discurso para atacar o tecido e a estrutura social. Trata-se de “instrumentalizar os ressentimentos” do povo (Dardot; Laval, 2019) e minar sua capacidade de resistir.

[...]

Os estudos acerca das crises socioecológica e alimentar, conforme mencionei, iniciaram antes da pandemia de Covid-19. O segundo semestre de 2018 marca, de maneira mais intensa, o processo de imersão nas referidas temáticas. Até meados de abril daquele ano, o foco era a Educação Sustentável de alunos de Administração a luz dos Estudos Baseados em Prática. As reflexões e análises que apresentei, na dissertação de mestrado, sinalizavam que as questões alimentares eram um tópico relevante nos processos de ensino-aprendizagem em sustentabilidade.

Ainda que o tema da alimentação tivesse chamado minha atenção no final do mestrado, foram vários “encontros casuais” (Pinheiro Dias *et al.*, 2016) que estabeleceram e criaram vínculos com a temática. Stengers, durante a entrevista realizada por Pinheiro Dias *et al.* (2016), esclarece que criar um “vínculo” é uma escolha do pesquisador e é algo mais potente do que estabelecer uma relação. E essa escolha estaria relacionada com o interesse e a importância que o pesquisador dá para o fato, a experiência ou a relação. O que passamos a dar a devida atenção tem a ver com sentir, com aquilo que nos afeta.

Eu diria que, além de encontros casuais, ocorrem encontros simultâneos ao longo dos percursos que, de alguma maneira, vão afetando nossa história de vida. Digo isso, pois, descobri que meu interesse pelos problemas ambientais, no ensino médio e na graduação, já eram repercussão de um modo de vida mais conectado com a natureza ao longo da infância. E, com os encontros que aconteceram no segundo semestre de 2018 eu descobri ainda mais.

Fui profundamente afetada pelos debates e reflexões ocorridos durante a disciplina de Arquivo e Testemunho XIII. O encontro com a professora Tania Mara Galli Fonseca¹⁰ foi um dos tantos presentes que recebi da minha orientadora. Enquanto sugeriu que eu me matriculasse para ter aulas com a professora Tania, sem saber exatamente quais temas iríamos debater, ela encaminhava o livro ‘No tempo das Catástrofes’, de Isabelle Stengers para leitura. Imediatamente criei vínculos. Farei um esforço para descrevê-los aqui.

A pergunta tema da disciplina de Arquivo e Testemunho XIII – ‘Há mundo por vir?’ (Danowski; Viveiros de Castro, 2015) – problematizava a ideia de futuro vinculada aos ideais de progresso e desenvolvimento. Para a professora Tania, as questões socioecológicas estariam “indissociadas de modos de existir e pensar que sustentam universos existenciais e suas variações possíveis”¹¹. Há, portanto, outros futuros possíveis que poderíamos instaurar ao admitir que nosso presente é uma história em aberto. Esses outros futuros a serem construídos, no presente, requereriam outras histórias que não as da epopeia capitalista (Fonseca, 2018).

As inúmeras experiências reais, do passado e do presente, que carregam a utopia desses outros modos de vida precisam ser compartilhadas. Nas palavras da professora Tania, “um olhar com busca dá a ver o invisível no visível e pode unir um outrora com um agora”¹². Traçando um paralelo com o livro de Stengers (2015), essa filósofa fala de “saberes minoritários”, locais, relativo ao contexto das pessoas envolvidas, rompendo com a ideia de um conhecimento universal da ciência. A possibilidade de formular outras histórias estaria pautada em diversas experiências práticas e aprendizados coletivos, uma “ecologia das práticas”¹³.

As afetações, a história em aberto. As possibilidades para além das noções de progresso e desenvolvimento impostas pelo sistema capitalista. As existências mínimas, os saberes minoritários, as experiências práticas, locais, relativas ao contexto e o conceito de ecologia das práticas chamaram minha atenção. E, na forma de reminiscência, a existência e o modo de vida camponês de minha avó materna passou a atuar como “caixa de ressonância” (Stengers, 2015). E as lembranças do

¹⁰ Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, falecida em setembro de 2019 (Memorial [...], [2023]).

¹¹ Anotações de aula - falas da professora Tania Mara Galli Fonseca.

¹² Anotações de aula - falas da professora Tania Mara Galli Fonseca.

¹³ Uma Ecologia das Práticas é o título de um artigo publicado, em 2005, por Isabelle Stengers.

cotidiano, com vovó Rosa, me acompanham enquanto pesquiso acerca da crise alimentar e socioecológica. É como se essas reminiscências constituíssem o prelúdio. E elas tornaram-se essenciais para o percurso que escolhi alinhar na tese.

O exercício de pluralidade que se localiza no encontro de saberes e práticas de vovó Rosa e Dra. Tania, respectivamente, camponesa e pesquisadora, permanecerão comigo. Inserir-las, nesse texto, é um tributo e uma forma de agradecer pelos momentos vividos e por compartilharem, comigo, tanta sabedoria e afeto. É com elas e com muitas outras e outros que resgato as possibilidades de sobrevivência do futuro. Ciente de que o passado é irrecuperável e utópico. Revela, porém, a disposição de “[...] retorno a condições menos artificiais de existência, supostamente mais fiéis a indiscernibilidade ontológica entre a espécie, a vida e o mundo (continuidade, horizontalidade, correlação material)” (Danowski; Viveiros de Castro, 2015, p. 73).

Naquele segundo semestre de 2018 cursei a disciplina de Estudos Sobre Natureza e Bens Comuns em Defesa da Vida. O cronograma incluiu leituras acerca da construção de uma ontologia crítica a partir de Marx, sobre o conceito de falha metabólica, de Antropoceno, de Comum e textos do campo da Ecologia Política. A busca de alternativas ao sistema hegemônico do capital estava na raiz das temáticas e a crise socioecológica foi o tema central. Em setembro de 2018, com a participação na III Conferência Internacional sobre Agricultura e Alimentação em uma Sociedade Urbanizada - AgUrb¹⁴, acessei, pela primeira vez, de maneira mais direcionada, o campo da alimentação e da agricultura urbana.

Em seguida, direi sobre afetações e vínculos que criei a partir dos encontros. As escolhas do que eu passaria a dar importância e prestar atenção se consolidaram no ano de 2018. Essa delimitação é apenas um marcador temporal. Decerto, o que escrevo é atravessado pelo passado e pelos desdobramentos dos anos subsequentes. Após a participação na AgUrb, eu queria aprender mais sobre agricultura e alimentação. Os estudos e as disciplinas – Sociologia da Alimentação e do Comer – Princípios de Agroecologia - Abordagens Contemporâneas Sobre o Sistema Agroalimentar - foram essenciais para a escolha do campo de pesquisa. Não por acaso passei os últimos anos envolvida e atuando com saberes e práticas do cultivo e consumo de comida. Nesse

¹⁴ Ao longo da conferência, nas falas de pesquisadores de várias partes do globo, as críticas ao atual sistema agroalimentar hegemônico. E os horizontes possíveis a partir de conceitos como soberania alimentar, mercados locais e autonomia das populações (HOME, c2019).

lugar, eu estou e estarei sempre com minha avó. Mas, o que isso tem a ver com essa pesquisa? Farei um esforço explicativo, a começar pela questão ontológica.

Na seção inicial apresentarei algumas dissonâncias entre ontologias sociais e a realidade animada do pluralismo de ônticos. Na sequência, farei um esforço para localizar epistemes crítico-político-pragmáticas e as tentativas de compreender e de conhecer no engajamento com o mundo. As composições onto-epistêmicas possibilitaram problematizar as experiências empíricas ao mesmo tempo em que são acionadas pela presença em campo. As elaborações sobre os conceitos de interdependência multiespecífica e de incomuns tornaram-se centrais para pensar a ocupação de espaços para o cultivo de vegetais. O que levou a discorrer sobre ocupar, enquanto obra a ser feita, no sentido da instauração de paisagens agroecológicas, com percurso metodológico que reuniu a pesquisa-intervenção e as abordagens investigativas em mundos outros que humanos.

2 DEBATE ONTOLÓGICO

Para Toledo e Barrera-Bassols (2017) a ontologia estaria indissociavelmente ligada à maneira pela qual as pessoas procuram conhecer e organizar o mundo. Quando iniciei o doutorado eu pretendia aprender mais acerca da perspectiva ontológica das práticas sociais. A ideia era partir de uma onto-episteme das práticas para compreender aspectos de alguma organização do campo alimentar, naquele momento um território empírico ainda em aberto. Nos parágrafos subsequentes apresentarei alguns aspectos da perspectiva ontológica schatzkiana das práticas sociais, com a qual iniciei esse estudo. À medida que avancei, no exploratório de campo, tanto na agrofloresta, quanto nos espaços agroecológicos de cultivo, surgiram dissonâncias entre os fenômenos da realidade e a ontologia social proposta por Schatzki (2016; 2018; 2019). O descolamento entre a elaboração ontológica e o real motivou o debate dessa seção.

Theodore R. Schatzki desempenha um papel constante e ativo no desenvolvimento de uma ontologia das práticas sociais. Cabe destacar que essa perspectiva ontológica é influenciada, principalmente, pelas elaborações filosóficas de Heidegger e Wittgenstein (Schatzki, 2001a, 2018, 2019; Reckwitz, 2002)¹⁵. No início dos anos 2000, Schatzki (2001a; 2001b) publicou sobre as abordagens da prática como constitutivas de uma *site ontology*¹⁶. Para esse autor, o social seria um campo de práticas incorporadas, materialmente interligadas e organizadas centralmente em torno de entendimentos práticos compartilhados. As práticas formariam o contexto principal das ordens sociais, moldadas por uma inteligibilidade prática.

Schatzki (2001b) retomou os conceitos de inteligibilidade, significado, afetividade e temporalidade da filosofia de Heidegger. A inteligibilidade prática seria forjada pelas ações que as pessoas pretendem realizar de forma consciente e cuja execução fizesse sentido. Essas ações seriam permeadas, também, por emoções e afetividade. Os atos se interligariam e ganhariam uma identidade conjunta não de maneira aleatória, desordenada, mas em torno de uma dada prática por meio de uma

¹⁵ Schatzki (2018) cita outros proeminentes teóricos da prática como Pierre Bourdieu; Anthony Giddens; Lave & Wenger como uma suposta “primeira geração” (Schatzki, 2018). Classifica Andreas Reckwitz; Stephen Kemmis; Joe Rouse; Elizabeth Shove e associados; Silvia Gherardi; Thomas Alkemeyer e Robert Schmidt como uma segunda geração de teóricos da prática.

¹⁶ Passos e Bulgacov (2019) traduzem a expressão ‘site ontology’ como ontologia contextual. Tradução livre das autoras.

estrutura composta por três elementos fundamentais: entendimentos, regras, e estruturas teleoafetivas (Schatzki 2001b; 2005; 2019).

A *site ontology* abarcaria a dimensão temporal das práticas e as compreenderia como fenômenos abertos e constituídos a partir de arranjos materiais e contextuais interconectados e não lineares (Schatzki, 2006; Loscher; Splitter; Seidl, 2019). Essa noção de temporalidade estaria relacionada à maneira de ser no mundo e de dispor dele. A ontologia schatzkiana incorpora uma dimensão ativa e sensível às práticas, o que pode ser atribuído a influência de Wittgenstein. As emoções constituiriam os signos da comunicação humana e a prática o alicerce da sociabilidade (Nicolini, 2013).

Nos escritos mais recentes, Schatzki (2018; 2019) reafirmou a centralidade das práticas para o ordenamento social. Destacou a formação de complexos e constelações a partir do nexos entre distintas práticas sociais. Sustentou que a ação humana estaria pautada nas práticas ao invés do discurso. Assumiu que uma visão de mundo a partir das práticas sociais não é a única maneira de superar as reificações dos indivíduos e dar centralidade a ação¹⁷. Destacou, sobretudo, o aspecto relacional dos humanos com a materialidade (Schatzki, 2018).

A elaboração ontológica schatzkiana recebeu novos termos, como o de *plenum* das práticas (Schatzki, 2016; 2019). O *plenum* seria a totalidade de feixes interconectados através das atividades relacionais entre humanos e entidades materiais e conteria todos os aspectos dos fenômenos sociais. Tanto os fenômenos de natureza mais ampla quanto os de natureza mais interna e subjetiva poderiam compor os feixes e arranjos das práticas e seriam importantes para compreensão das mudanças sociais. O *plenum* das práticas, com suas interconexões e arranjos mais amplos, forjariam um nexos que passaria a ser a unidade central de análise da ontologia das práticas e um caminho para compreender futuras transformações sociais (Schatzki, 2019).

Em constante processo de desenvolvimento ontológico, Schatzki (2016; 2019) apresentou novas teorizações e definiu sua ontologia social das práticas como *flat ontology*. O autor destacou que a classificação como ontologia plana (livre tradução de *flat ontology*) decorre de sua polissemia e do fato de fazer oposição a estratificação, em níveis, dos fenômenos sociais. A ontologia plana schatzkiana não hierarquiza

¹⁷ Schatzki (2018) cita as abordagens processuais, o interacionismo, as teorias da ação sociocultural, a teoria ator-rede e o neomarxismo como outras possibilidades de transcender o individualismo e dar centralidade a ação.

indivíduos, estruturas, instituições ou sistemas sociais. Seriam os conceitos de evento, processo, mudança e diferença que somados aos conceitos de atividade, prática, entidade material, arranjo e feixe aqueles com os quais a dinâmica social deveria ser analisada, sem estratificação ou hierarquização.

Aspectos como a desestratificação e a centralidade das entidades materiais para a dinâmica social aproximam a ontologia plana schatzkiana de outras elaborações ontológicas. O próprio Schatzki (2018; 2019) recomenda ao pesquisador que localize outros aportes ontológicos para compor e eliminar lacunas encontradas no campo empírico. Nesse sentido, há, pelo menos, três aspectos da ontologia schatzkiana que chamaram minha atenção quanto a dissonância em relação ao campo de investigação.

A primeira dissonância refere-se ao lugar de fenômenos como poder e política na ontologia das práticas sociais proposta por Schatzki. Nessa proposição ontológica conceitos como o de poder forneceriam apenas visões gerais da dinâmica social e estariam enraizados nas constelações de práticas. O poder como generalização, para a ontologia schatzkiana, serviria como um suporte explicativo para pesquisadores desatentos e incapazes de identificar e selecionar os fenômenos que, de fato, impactariam nas mudanças sociais. Schatzki (2019) destaca ainda que toda investigação que anseia explicar transformações sociais deveria capturar os nexos dentro do *plenum* das práticas.

Enquanto eu aprendia mais acerca da ontologia plana, proposta por Schatzki, eu mergulhava nas leituras dos campos da ecologia política e da agroecologia para saber mais sobre as possibilidades de transformação do sistema alimentar e a consequente mitigação da crise climática e de saúde humana. E todo esse debate está carregado de aspectos políticos e relações de poder relacionados as noções de desenvolvimento e progresso do sistema capitalista. Eu já não conseguia organizar e ver a realidade sem a dimensão política e sem as relações de poder.

O diagnóstico da realidade que se abstém em apontar aspectos políticos e de poder, não considera a devastação da natureza, o aumento dos processos de financeirização e mercantilização e o consequente crescimento da pobreza como problemas sociopolíticos e ecológicos a serem transformados. É como se a ontologia das práticas sociais, proposta por Schatzki, evitasse olhar para esses fenômenos, ou os enquadrasse como generalizações.

Há uma suspeita de que a ontologia das práticas sociais atual, como a proposta por Schatzki, tenha perdido suas conexões com a filosofia da práxis e as influências críticas. O pano de fundo da construção teórica schatzkiana está profundamente enraizado, como já mencionei, na história da filosofia e na tradição das ciências culturais, com contribuições filosóficas fundamentais de Heidegger e Wittgenstein (Jonas; Littig, 2017). Uma reaproximação com a filosofia da práxis poderia incorporar aspectos críticos. Browne (2017) relembra que nos trabalhos de Bourdieu e Giddens, precursores da sociologia das práticas, essa perspectiva crítica esteve presente, apesar de modificada. Foi a teorização subsequente, como a ontologia proposta por Schatzki, que a teria afastado da filosofia da práxis (Browne, 2017).

Como afirmei, no início dessa seção, as concepções acerca da constituição do mundo e da realidade são resolvidas no plano ontológico. Ao adotar uma ontologia, nesse caso a schatzkiana, aspectos críticos de poder e política, relativas à crise socioecológica e alimentar, restariam subsumidos da pesquisa. Além disso, a incomensurabilidade e a suposta “[...] paridade de todas as ontologias” (Duayer, 2015, p. 106) excluiria a crítica e a condição de reunir visões de mundo complementares para a compreensão dos fenômenos. Embora a elaboração ontológica schatzkiana (Schatzki, 2016; 2018; 2019) avance na desestratificação dos fenômenos e na vinculação complexa e estreita das entidades materiais com a vida humana, ela não alcança os debates fundamentais do campo das crises socioecológica e alimentar. Digo isso, pois há um vínculo intrínseco dessas crises com o sistema hegemônico do capital, como introduzi nas páginas anteriores e avançarei no capítulo destinado ao debate epistemológico.

Diante da tomada de posição contrária à da neutralidade e da incomensurabilidade ontológica, fiz um esforço de composição entre a ontologia das práticas sociais schatzkiana e alguns aspectos críticos¹⁸ da ontologia do ser social lukacsiana. Minha aproximação com a perspectiva ontológica crítica de Lukács (2013; 2018) aconteceu durante o segundo semestre de 2018, quando cursei a disciplina de

¹⁸ György Lukács é um dos mais influentes filósofos marxistas do século XX. A sistematização filosófica lukacsiana elabora uma ontologia do ser social a partir da tomada de posição marxiana. O filósofo estabelece críticas ao neopositivismo e ao existencialismo, problematiza a ontologia hegeliana a partir da contribuição de Hartmann para então resgatar os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Lukács trata de complexos do trabalho, da reprodução social, do ideal, da ideologia e do estranhamento. São, porém, os princípios ontológicos fundamentais de Marx, elaborados por Lukács, que chamariam minha atenção para a constituição da perspectiva crítica.

Estudos Sobre Natureza e Bens Comuns em Defesa da Vida. A intenção foi retomar elementos da filosofia da práxis, ausentes da ontologia proposta por Schatzki.

A postura pragmática e orientada para a descrição dos fenômenos imediatamente dados, os da vida cotidiana, pode ser ingênua e acrítica sem a análise histórica e processual que estaria em sua base. Acerca disso, Lukács (2013) desenvolve:

[...] cada objeto é, por sua essência, um complexo processual; este, porém, muitas vezes se apresenta no mundo fenomênico como objeto estático de contornos fixos; nesse caso, o fenômeno se torna fenômeno justamente pelo fato de fazer desaparecer para a imediatidade o processo pelo qual ele deve sua existência como fenômeno (Lukács, 2013, p. 377).

A tomada de posição em favor de uma ontologia pragmática da vida cotidiana e o abandono das construções filosóficas a priori¹⁹ e das análises manipulatórias constituídas no plano abstrato²⁰ não seriam suficientes em si. Lukács (2018) afirma que é ontologicamente ingênuo e acrítico priorizar os dados imediatos sem vínculos com os processos históricos de sua constituição. As conexões com o processo e a história de um fenômeno exigem vigilância crítica. Sobre isso, argumenta Lukács:

A ciência brota da vida, e na vida mesma – saibamos ou não, queiramos ou não – somos obrigados a nos comportar espontaneamente de modo ontológico. A transição para a cientificidade pode tornar mais consciente e mais crítica essa inevitável tendência da vida, mas pode também atenuá-la ou até mesmo fazê-la desaparecer. A economia marxiana está impregnada de um espírito científico que jamais renuncia a essa tomada de consciência e de visão crítica em sentido ontológico, acionando-as, muito antes, na verificação de todo fato, de toda conexão, como metro crítico permanentemente operante (Lukács, 2018, p. 293).

O progresso associado a matemática e a padronização da linguagem científica fez parecer que existe uma maneira de apreender todos os fenômenos do universo. É o agir humano por interesse que remove, propositalmente, a cientificidade e esconde a realidade autêntica dos distintos modos de ser – a recusa ontológica. Acerca disso Lukács (2018) esclarece tratar-se de mera aparência. Para ele “[...] a diversidade

¹⁹ Aqui a tomada de posição materialista, contrária ao idealismo de filósofos anteriores como, por exemplo, Hegel (Lukács, 2018).

²⁰ Nesse caso, uma crítica ao positivismo e ao neopositivismo que criam categorias abstratas para manipular a realidade. Aqui Lukács enfatiza que o neopositivismo fez imperar uma visão de mundo epistemológica, lógica e teórica sobre a realidade, eliminando a diferença entre a “[...] efetividade e suas representações nas diversas formas de espelhamento” (Lukács, 2018, p. 61). O neopositivismo exclui o debate ontológico ao tratar a realidade com modelos matemáticos, dentro de uma padronização da linguagem científica e manipulação logicista.

ontológica dos modos de ser só pode ser eliminada da formação conceitual da ciência por meio de um nivelamento homogeneizante que violenta a particularidade efetiva” (Lukács, 2018, p. 69).

Sobre a dominação neopositivista, homogeneizante e de recusa ontológica, Lukács ironiza:

Trata-se do benevolente desprezo do *manager*, enfim completamente adulto e amadurecido, pelas ilusões infantis-românticas daqueles que, não encontrando realização e satisfação no perfeito funcionamento de um mundo inteiramente manipulado, perseguem sonhos originados nos estágios primitivos, há muito ultrapassados, do desenvolvimento da humanidade (LUKÁCS, 2018, p. 75, grifo do autor).

A crítica de Lukács (2013; 2018) ao neopositivismo não teve somente a preocupação em apontar o agir interessado, de certos grupos humanos, em favor de uma manipulação generalizada da realidade. A obra lukacsiana lançou luz explicativa para a compreensão dos supostos motivos que afastaram a perspectiva crítica da obra schatzkiana. Mas não fez somente isso. Demonstrou que as influências de Heidegger e Wittgenstein, na elaboração ontológica de Schatzki, podem ser a raiz de seu caráter antropocêntrico. E essa é a próxima e segunda dissonância que pretendo esclarecer em relação a ontologia schatzkiana.

Lukács (2013; 2018) explicou que o ser humano e as relações sociais são os fundamentos ontológicos heideggerianos. Argumentou que essa tomada de posição fez desaparecer a ontologia da natureza, subsumindo essa última a ontologia fundante do ser social. A ontologia de Heidegger baseou-se na existência do ser humano como fundamento para todas as outras ontologias. Somente os humanos, como seres dotados de razão e de linguagem possuiriam história e produziram a realidade (Tsing, 2019). Essa tomada de posição antropocêntrica edificou um mundo manipulado pelo homem, em que os objetos e a natureza deixaram de existir em si.

Souriau (2020) argumenta que concepções como a heideggeriana, entre outras, classificam as existências como de maior ou de menor intensidade. Ao atribuir uma escala de intensidade existencial, onde o humano ocupa um patamar diferente, como uma existência parcial ou plena, são colocadas em dúvida as existências de uma infinidade de outros seres que dão sustentação ao existir humano (Souriau, 2020). Lukács (2018) é mais radical e acusa tanto Heidegger quanto Wittgenstein de excluírem qualquer existência em si das concepções filosóficas por eles elaborada:

A exclusão consequente de toda gênese histórico-social no caso de fenômenos eminentemente sociais, o que necessariamente eleva ao plano atemporal suas características condicionadas pelo tempo, é apenas uma consequência metodológica do modo fundamental de ver as coisas, da exclusão por princípio de todo e qualquer ente-em-si do âmbito das duas filosofias. Nesse ponto, limitamo-nos a remeter ao fato de que Wittgenstein e Heidegger rejeitam em uníssono, quase com as mesmas palavras, toda consideração do quê dos objetos, atrás do qual sempre estão ocultos motivos ontológicos, e se atém ao conhecimento do como, afirmando como o único possível [...] é evidente que todo modo de consideração realmente genético, crítico e histórico-social facilmente descobre que o como imediato é resultado, modo de externar complexos de forças reais e muito diferenciados [...] (Lukács, 2018, p. 90).

A dúvida em relação a existência dos entes ou, até mesmo, sua completa eliminação não acontece somente em relação a natureza ou em relação aos objetos. A exclusão dos distintos modos de existência reside no fato dessas concepções filosóficas serem elaboradas a partir de um distanciamento entre o ser que questiona e o ser da existência em si. Trata-se de um afastamento até mesmo da própria existência humana “[...] em relação a uma consciência lúcida, ou a uma essência do pensamento, ou a uma realização das intenções” (Souriau, 2020, p. 32).

Embora a ontologia schatzkiana elabore uma intrínseca e complexa relação das entidades materiais com a vida humana, ela segue antropocêntrica - fundamentada no ser humano e em suas relações sociais (Schatzki, 2019). A desestratificação e a distribuição horizontal, inerente e difusa do espaço material na socialidade, propostas por Schatzki, seguiu posicionando os existentes em si da natureza como existentes em relação ao humano. Schatzki (2019) inclui uma série de componentes – tamanho, forma, densidade, proximidade, distância, espaço representado, virtual-digital e topológico - para analisar a presença das entidades materiais no *plenum* das práticas sociais. Quando se refere, por exemplo, a eventos climáticos ou catástrofes ambientais, infecções biológicas, etc., afirma que o mundo material pode ser externo e mais profundo do que o espaço material contido no *plenum* das práticas sociais. Mas não avança em direção ao reconhecimento do ôntico e do existente em si dessas entidades materiais e da natureza.

Na ontologia plana schatzkiana, as entidades materiais não podem configurar um substrato para a vida social. A justificativa dada por Schatzki (2019) é a de que não existem relações causais e nem de superveniência entre entidades de dois tipos distintos – materiais e sociais. Ao afirmar que as entidades sociais são de um tipo e as materiais de outro, a ontologia das práticas sociais mantém a fratura do metabolismo entre homem e natureza. O filósofo faz um esforço para amenizar essa

cisão, entre mundo material e vida social ao argumentar que as entidades materiais fundamentam e constituem os contextos dos fenômenos sociais e que “[...] os fenômenos materiais também resultam, são tratados e ajudam a formar os contextos da atividade humana. Além disso, eles invadem, infectam, impregnam e permeiam os fenômenos sociais” (Schatzki, 2019, p.115).

Importa dizer que as construções filosóficas cujos fundamentos perpetuam a separação entre homem e natureza ajudam a explicar nosso tempo histórico de múltiplas crises. Como princípio essencial para a busca de alternativas transformadoras dessa realidade está a restauração do vínculo ôntico entre homem e natureza. Lukács (2013; 2018), a partir do materialismo marxiano²¹, propõe uma amálgama biológica inseparável entre a natureza e o ser social. A elaboração lukacsiana, de uma ontologia do ser social, recupera a questão central de Marx - a produção e reprodução do ser humano sob bases materiais e naturais. A partir da natureza inorgânica desenvolve-se a natureza orgânica e, desta última, aconteceria o desenvolvimento do ser social. Acerca disso, Lukács (2018, p. 286) destaca que “[...] o ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um de seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica”.

A ideia de uma ontologia materialista da natureza como fundante e reprodutora de toda a vida orgânica - matriz primeira do ser social – impõe a relação ôntica entre homem e natureza. Os processos biológicos do ser humano, como o ato de alimentar-se, são a base para a sua existência social em caráter de prioridade ontológica. Essa indissociável fusão entre homem e natureza reafirma a ideia marxiana de que existiria **uma única ciência da história** (grifo nosso). Foram os métodos econômico-políticos de manipulação que levaram a dissolução desse complexo homem-natureza e dos complexos das ciências naturais e humanas (Lukács, 2013; 2018)²².

²¹ Lukács (2018) deixa claro que Marx não pretendeu elaborar um método ou sistema filosófico próprio. Inclusive, teria combatido a filosofia idealista e subjetivista dos discípulos de Hegel. Uma tomada de posição materialista e histórica marxiana endossa a economia como base ontológica para todo o desenvolvimento social. Nessa primazia ontológica da economia repousa a intrínseca relação entre humano e natureza. Na economia capitalista, o consumo domina os humanos como uma “segunda natureza” (LUKÁCS, 2018) que se objetiva retirando da maioria o direito de produzir e reproduzir sua existência. Somente com suas necessidades econômicas atendidas, o humano pode desenvolver-se como ser social, livre e consciente. A alternativa para um desenvolvimento histórico com justiça social exigiria a transformação do sistema econômico (Lukács, 2013; 2018).

²² A elaboração ontológica lukacsiana, por ser uma ontologia social, faz uma profunda análise dos complexos do trabalho, da ideologia, da alienação e o estranhamento (e as possibilidades para a superação desse último). Não pretendeu aprofundar questões relacionadas a cisão entre ciências humanas e sociais. O fundamento da obra pretendeu demonstrar o caráter alternativo da história humana em oposição ao determinismo histórico capitalista.

Embora essa matriz orgânica e biológica seja fundamento ôntico para a produção e reprodução da vida, o ser social estaria em outro patamar de desenvolvimento, acima dos fundamentos físico-químicos e biológicos. Esse “[...] salto ontológico” (Lukács, 2018, p. 287) aconteceria em função do pôr teleológico humano, essa capacidade humana de transformar materialmente a realidade através do trabalho. Ainda que restaure o metabolismo entre humanos e natureza, a ontologia lukacsiana é social e não socioecológica.

O primado de sua elaboração é a socialidade da espécie humana e suas alternativas históricas para a constituição de uma sociedade comunal. A obra de Lukács (2013; 2018), com base no pensamento marxiano, restituiu o existente em si da natureza e a alternativa histórica de outros modos de existir para além da sociedade do capital. Estabeleceu, portanto, uma ontologia crítica e materialista da natureza. Mas a ontologia materialista da natureza se imaterializa, logo em seguida, em favor da busca de alternativas históricas para a espécie humana.

O processo de problematização dos pressupostos ontológicos, com os quais fui à campo, me ajudou a ver um mundo diferente. Embora a ontologia das práticas sociais schatzkiana aprofunde a orientação aos objetos - a materialidade - ela permanece numa estrutura conceitual cujo objetivo é explicar a realidade a partir do que pode ser apreendido quando em interação ou relação com o humano. Há, portanto, um esforço em produzir uma única ontologia que pudesse explicar tudo. Essa reflexão serve, também, para a ontologia do ser social lukacsiana. Holbraad e Pedersen (2017 p. 35) afirmam que ontologias com essa característica ainda estariam em busca de “[...] estruturas conceituais filosoficamente à prova de balas”.

Ainda acerca do debate ontológico há uma terceira dissonância a ser dissecada. Ela reivindica o escrutínio do significado ôntico materialista. Para Latour (2020a) um materialismo não se instaura sem a politização da natureza, sem considerar os seres vivos e não vivos como intrínsecos e produtores de coletividade com os humanos. Os entes da natureza agem politicamente, são sensíveis e reativos as ações humanas. As alterações nas paisagens, provocadas por exemplo, pela pandemia e pelas mudanças climáticas, refutam a ideia de uma natureza indiferente ou da natureza como exterior e mero recurso para a produção e reprodução da vida humana (Latour, 2020a; Tsing, 2019; 2022).

Eis que a materialidade das crises sanitária e socioecológica instaura a ação incerta e múltipla de seres vivos e não vivos, outros que humanos. Esses seres agem

à revelia da compreensão e classificação humana e constituem paisagens em que o humano nem sempre é protagonista. As críticas tecidas quanto aos binarismos, as cisões entre humano e natureza, entre ciências sociais e naturais, foram sustentadas por ontologias amalgamadas a ideia de humano como diferente, como excepcional. Como uma maldição que perpetua a fissura entre social e ecológico.

Há equívocos que vamos desvelando ao longo do percurso de pesquisa e outros que permanecerão conosco. Em meio à crise sanitária e climática e a partir dos vínculos entre os debates teóricos²³, as vivências na agrofloresta e nos espaços de cultivo, fui percebendo algumas inconsistências entre o meu esforço de pensamento e aquilo que eu passei a ver na realidade.

Na agrofloresta, saltaram aos olhos modos de vida cujas existências em si não possuem graus hierárquicos ou poderiam ser classificados como existências com maior ou menor intensidade. Cada ser em si é existência e não necessita de uma ontologia humana que o restaure ou posicione acima e abaixo, ou fora de vínculo permanente e inseparável com a espécie humana (Souriau, 2020; Lapoujade, 2017). Há um pluralismo de existentes vivos e não vivos, humanos e outros que humanos, em ação transformadora das paisagens multiespécies (Tsing, 2019). E essas realidades desbancam, em definitivo, o excepcionalismo humano e marcam, diuturnamente, esse nosso tempo histórico (Tsing, 2019).

Os seres vivos como o coronavírus e suas variantes, e os não vivos, como os agentes das mudanças climáticas, são instaurações de modos de existir que escapam as tentativas humanas de classificação. Eles atuam e existem em si e muito além de qualquer descrição. Isso desvela que uma realidade não é. Ela está para o emaranhado de existentes que a constitui (Tsing, 2019). Nas paisagens multiespécies, cada ser vivo ou não vivo é, em si, e age instaurando múltiplas realidades (Latour, 2019; 2020a; Lapoujade, 2017; Souriau, 2020; Tsing, 2019; 2022). Trata-se de um pluralismo ontológico que não aceita a subsunção a uma única ontologia totalizante ou a graus superiores que organizam e classificam os seres (Lapoujade, 2017; Souriau, 2020). Se cada ser é em si, detém sua ôntica e a possibilidade de existir de diferentes modos (Souriau, 2020), a ideia de uma ontologia da natureza e de uma ontologia social deixam de fazer sentido.

²³ Eu precisava aprender mais...foram as indicações de leitura nas orientações com a professora Cláudia Antonello e a circulação de leituras e literatura que ela promove no grupo de pesquisa que me fizeram criar novos vínculos e perceber dissonâncias entre teoria e realidade.

A organização do mundo como um lugar animado e repleto de seres vivos e não vivos que agem e constituem os múltiplos emaranhados e paisagens (Tsing, 2019; 2022) escapa as representações teóricas e ontológicas da filosofia. Acerca disso, Souriau (2020) argumenta que as elaborações filosóficas criam “cenários ônticos” estáveis, sólidos e arbitrários, cujos seres em seus modos de existir estariam descritos e catalogados. Para esse autor, legitimar e tornar arbitrário um dentre indefinidos modos de ser é o que produz o equívoco. Esse fechamento remove os interstícios, os intervalos de possibilidades. Os modos de agir e ser, múltiplos e incompletos, não redutíveis a explicações unívocas, uma vez que se compõe na ação, sugerem a abertura, “[...] no sentido de que deixa espaço seja ao desconhecido, seja ao ainda ininventado e irrealizado” (Souriau, 2020, p. 116).

Foi instauração humana esse hiato entre uma realidade animada e incerta e as representações teóricas, arbitrárias e limitantes. Latour (2019; 2020b) ajuda a descortinar as intenções, daqueles aos quais chamou de Modernos²⁴ – os europeus, a criar tão poucos “gabaritos ontológicos” (2019) diante de uma realidade múltipla, plural e animada. O século XVII, descrito como dos avanços da ciência e da razão, foi, na realidade, um século de guerras religiosas na Europa. O humanismo renascentista que, na explicação latouriana, foi um período plural e de tolerância política, teria dado lugar a uma desesperada busca por certezas. Foi como se a incerteza e a violência da guerra denotassem o fracasso e a impossibilidade de viver em um mundo incerto, múltiplo e animado. “Para os defensores da certeza absoluta, era necessário vincular a ordem pública ao silêncio definitivo das massas e da matéria” (Latour, 2020b, p. 296).

Mudos e inertes, tanto o povo quanto as coisas deveriam acatar e seguir as imposições dos racionalistas e formuladores de certezas para que a realidade pudesse retomar certa ordem. A “anemia ontológica” (Latour, 2019) e a “paralisia do pensamento” (Latour, 2020b) foram instaurações dos Modernos, na tentativa de pôr fim à violência e aos horrores da guerra. Foram cortados os laços que ligavam os distintos saberes, a diversidade e o metabolismo com a natureza. A partição do que é inseparável distribuiu o modo de ver e organizar o mundo em áreas de conhecimento a fim de localizar verdades. E seguimos assim até hoje, nessa ruptura epistemológica, não só das ciências sociais com as ciências naturais, mas como esclarece Latour

²⁴ Latour (2019) esclarece que o termo “Modernos” ou modernização se opõem ao termo ecologia. Para ele é preciso escolher entre modernizar ou ecologizar.

(2020b, p. 298) nessa paralisia que tornou “[...] incompreensíveis entre si, a ciência, a religião, a política e as artes”.

Foi a partir do contexto europeu do século XVII que um determinado modo de pensar e ver a realidade produziu uma imagem do mundo que foi universalizada. Para Sússekind (2018) foi a separação entre homem e natureza que permitiu os avanços da ciência e dividiu o mundo entre o “Ocidente moderno e o resto”. Esse resto, os outros povos e seus distintos modos de pensar, existir e agir poderiam compor com o ocidente moderno para instaurar novos devires. Mas essa composição pragmática, na ação, entre múltiplas formas de ver e habitar o mundo, não poderia aniquilar, impor, traduzir ou substituir ontologias. Para Almeida (2021, p. 25) “[...] temos que conviver com a multiplicidade ontológica: com zonas de conflito e de comunicação entre povos, como espaços de diferença”.

É preciso dizer mais sobre esse resto, num esforço de devolver o ôntico aos Outros e criar espaço para o pensamento deles; uma política de “[...] descolonização de todo pensamento em face de outro pensamento” (Holbraad; Pedersen, Viveiros de Castro, 2019, p. 98). São inúmeros coletivos para os quais a cisão homem e natureza sequer existiu. No “perspectivismo ameríndio” (Danowski; Viveiros de Castro, 2015, p. 95), por exemplo, comum entre os povos indígenas da América, “[...] cada espécie de existente vê-se a si mesma como humana”. Nessa visão de mundo, todos os animais e outros entes já foram humanos. Quando se veem intraespécie manifestam o princípio antropomórfico²⁵, ao contrário do antropocentrismo.

Há uma alteridade intrínseca nessa perspectiva. Tudo é humano e vivo. Os animais e as plantas seriam dotados de sentimentos, de pensamentos e tratados como gente. Não há excepcionalidade. As espécies negociam e lutam por suas posições na paisagem – é a “cosmopolítica ameríndia” (Danowski; Viveiros de Castro, 2015). Na citação de Danowski e Viveiros de Castro, o termo cosmopolítica vêm da elaboração stengersiana (Stengers, 2018a; 2018b; 2018c), e pretende “[...] uma tecelagem de imaginações regenerativas” (Stengers, 2018a, p. 156) que reivindica a presença de todos os modos de existência os quais sofreriam consequências por decisões políticas a serem tomadas.

Ela, a cosmopolítica, pretende a hesitação, a indeterminação, a pausa para pensar na composição a partir de “mundos múltiplos e divergentes” (Stengers, 2018b, p. 447) em

²⁵ Aspecto ou aparência semelhante ao da espécie humana; características ou qualidades humanas.

busca de alguma convergência, sem unificação dos heterogêneos. Ao formular o conceito de cosmopolítica, Stengers colocou em questão as obrigações daqueles que decidem o direito de presença das vítimas e desacelerou a tomada de decisão. Ela mesma admitiu que deixou de colocar em causa a intrusão e o poder dos outros que humanos, o que exigiu a reelaboração de seu pensamento e a reativação do animismo²⁶, como um modo de levar os outros que humanos a sério. Nas palavras de Haraway (2019, p. 248) o animismo seria a “[...] única versão sensível do materialismo”.

Em consonância com esse pensamento animista, Stengers (2018c) propõe que a cosmopolítica seria melhor compreendida como política ontológica, ou ontologia política. A ontologia política, enquanto experimento imaginativo, permitiria pensar nas alianças entre interesses divergentes e práticas heterogêneas. Trazer para a política a multiplicidade de mundos é exigir que as decisões sejam tomadas em presença de todos os entes humanos e outros que humanos que compõe as paisagens. Nas palavras de La Cadena e Blaser (2018, p. 6) a ontologia política “[...] opera na presunção de mundos divergentes, surgindo constantemente por meio de negociações, enredamentos, cruzamentos e interrupções”. As relações entre os seres vivos e não vivos, humanos e outros que humanos seriam indeterminadas e sempre em disputa. A possibilidade de instauração se daria pela heterogeneidade e pela diferença, num “[...] entrelaçamento inescapável entre o ontológico e o político” (Süssekind, 2018, p. 251).

As questões da política ontológica consideram a intrusão e as práticas de gases atmosféricos, vírus, ciclos das águas, plantas e animais. São negociações políticas que vão além das disputas entre humanos. Como esclarecem Holbraad e Pedersen (2017 p. 40) a possibilidade de muitos mundos, derivadas do pluralismo ontológico, afeta significativamente a maneira como compreendemos a política – “[...] mais do que apenas um choque de opiniões, pontos de vista, crenças ou convicções, a disputa política é uma disputa sobre a própria constituição do mundo”.

²⁶ No capítulo que faz parte do livro “A World of Many Worlds”, Stengers (2018c) faz pensar acerca da “operação de erradicação” a que fomos submetidos em nome da ciência moderna e da razão. Quando a filósofa quer que sintamos a fumaça das bruxas queimadas em nossas narinas, ela pretende recuperar e reativar nossos sentidos. Stengers quer que questionemos os códigos que nos foram impostos, sobretudo, da palavra escrita. No texto, um autor poderia fazer sentir no leitor a presença de seres outros que humanos. Porém, o ato de escrever transformaria a intencionalidade de outros seres. A intenção, a maneira como os seres existem estaria na experiência; como “fluxo contínuo de participação” (Stengers, 2018c). Para a filósofa, a ideia de reativar o animismo nos reconectaria com outros mundos, num engajamento pragmático capaz de experienciar outras histórias, compor e aprender com os modos de viver, pensar e sentir de outras existências.

O artigo de Holbraad, Pedersen e Viveiros de Castro (2019) ajuda a pensar na composição entre a ontologia e a política. Para esses autores, a ontologia política é “a política da ontologia” (Holbraad; Pedersen; Viveiros de Castro, 2019). A maneira como a política ocupa a ontologia, faz dessa ocupação o poder da diferença. A prefiguração de como o mundo é ou deveria ser se transforma em como o mundo poderia ser. Nessa perspectiva, a política da ontologia é a alteridade em sua expressão pragmática. Sobre a alteridade, Viveiros de Castro (2012) sugere que existiria uma “alteridade cultural radical” no perspectivismo ameríndio que se estabeleceria mesmo sem a possibilidade de comunicação entre as espécies. Algo como uma “[...] ontologia política da diferença sensível universal” (Viveiros de Castro, 2012, p. 157) – o multiverso (Viveiros de Castro; Danowski, 2018). No multiverso, os modos de vida se entrelaçariam e só existiriam com outros.

Ainda sobre a alteridade, Donna Haraway (2021) elabora a ideia de “alteridade significativa” a partir de sua relação com os cães. Nessa perspectiva, os seres são sempre composições uns dos outros que decidem viver juntos apesar de suas diferenças. A pesquisadora localiza, na biologia, termos como simpoiese, holobionte e simbiogênese²⁷ para explicar acerca da impossibilidade de vivermos sem outras espécies companheiras. Haraway (2019, p. 100) afirma que os seres se “[...] interpenetram uns aos outros [e] se atravessam mutuamente” gerando vínculos intrínsecos e produtores de coletividade interespecies. Assim como no multiverso, de Viveiros de Castro e Danowski (2018), o que a bióloga propõe é uma configuração de mundos em companhia com outros, uma dança generativa conjunta.

Em relação aos laços com outros, Stengers (2020 p. 4) alerta para a necessidade de restaurar o sentimento de interdependência, dado que, como humanos, tendemos a ser ingratos e nos entrincheiramos contra a realidade de que apenas “[...] somos o que somos graças aos outros”. Para Souriau (2020) a “incompletude existencial” seria o fundamento da interdependência. Cada ser só existe e se realiza por intermédio de outro ou outros seres. Nesse sentido, a interdependência entre as espécies vai além da alteridade diante da multiplicidade de

²⁷ Haraway (2019) afirma que simpoiese significa gerar com, no sentido de configurar mundos em companhia com outros. Assim como Lynn Margulis, Haraway (2019) faz uso do termo holobiontes para nominar emaranhados simbióticos ativos, dinâmicos e complexos que interagem de maneira competitiva ou cooperativa. A simbiogênese seria um mecanismo evolutivo e generativo da vida que se desenvolve através da “[...] fusão de genomas em simbioses, seguida pela seleção natural” (Haraway, 2019, p. 102).

existentes. Trata-se de um vínculo interespecífico, uma impossibilidade de viver sem os outros. Nas palavras de Coccia (2020 p. 146) “[...] todo conhecimento em si é sempre um conhecimento de outras formas de vida, pois cada forma de vida é uma colagem de várias espécies”.

Utilizei o termo ontologia tanto para nominar esse capítulo como para elaborar os experimentos de pensamento até aqui. Mas, repensando o termo a partir dos vínculos de interdependência entre as espécies, acato a sugestão de Tsing (2019), que sugere o uso do termo “**ônticos**” (grifo nosso) ao invés do termo ontologias. Para ela, as ontologias seriam filosofias do ser, algo pensado por humanos e que não teria relevância para outros seres. Nas palavras da antropóloga, os ônticos “[...] tocam, ultrapassam e trabalham ao redor do outro, sobrepõem e mudam na presença um do outro” (Tsing, 2019, p. 262).

Para Souriau (2020) a palavra “ônticos” é somente a representação filosófica dos modos de existir. Essa composição dos modos de existência se daria somente na ação. O que esse filósofo propõe é uma síntese entre a ôntica e a ação, reunindo os modos de agir e os de ser na ideia de **instauração** (grifo nosso). A tarefa de instaurar é a de desvelar, dar a ver os existentes invisibilizados. Essa pesquisa dirá mais acerca de seres vivos, ainda que compreenda que todos os não vivos, os imaginativos, a arte e os virtuais sejam modos de existir, mesmo que, por vezes, fracamente instaurados (Souriau, 2020).

Nesse apelo, a ideia de instauração sensibiliza e conclama pela obra a fazer. A instauração e a interdependência dos modos de existir, criadas no espaço imaginado da ontologia política, atuam como potência para lutar contra a “pilhagem” (Viveiros de Castro; Danowski, 2018) e a destruição de mundos. É a alteridade pragmática como possibilidade para enfrentar a espoliação levada a cabo pela máquina hegemônica do capital.

O próximo capítulo contempla um debate epistemológico. Assim como na discussão ontológica, as epistemes acionadas estarão localizadas no âmbito crítico e político-pragmático. Sobretudo como ideias que mobilizam o engajamento com uma “[...] causa, pela qual você vive e pode morrer” (Stengers, 2018c, p. 85). Realizo um esforço para localizar as possibilidades de conhecer fora das epistemologias que mantém em operação a máquina deletéria que nos colocou diante do agora. Proponho um esforço em reconhecer e instaurar os modos de existência interdependentes que compõe o

terreno da Vida. A “obra que nos concerne” (Souriau, 2020) diante da espoliação levada a cabo pelas estruturas hegemônicas de poder.

3 DEBATE EPISTEMOLÓGICO

A máquina deletéria, o capitalismo destruidor de mundos, não é um ente “metadistribuidor”, ou um “organismo já composto” (Latour, 2019). Está em composição, ampliando seu poder e força. Desde que foi renomeado como neoliberalismo (Niederle; Wesz Jr., 2018), ou como estrutura política e ideológica neoliberal (Bonnano; Wolf, 2018a), ou ainda como “globalização neoliberal” (Bernstein, 2011), o capitalismo passou a funcionar de maneira dispersa e com acentuada mobilidade geográfica. No neoliberalismo a ideia é de que “[...] indivíduos que agem livremente atingiriam o melhor resultado possível na interação socioeconômica e ecológica” (Bonnano; Wolf, 2018a, p. 3, tradução nossa).

Nessa nova estrutura hegemônica, os estados-nação perderam seu protagonismo na mitigação dos problemas socioecológicos e as políticas são voltadas para alavancar a competitividade. Ao invés de cidadãos, a prioridade é capacitar para atuar no mercado. A natureza é *commoditie*²⁸, a disposição do capital financeiro (Bonnano; Wolf, 2018). Niederle e Wesz Jr. (2018, p. 308) afirmam que as políticas neoliberais agem “[...] por meio de mecanismos de descentralização e desterritorialização do capital”. As empresas se tornaram transnacionais, de capital aberto, com acionistas de várias partes do globo (Bernstein, 2011; Fairbairn, 2015; Larder; Sippel; Lawrence, 2015; Niederle; Wesz Jr., 2018; Bonnano; Wolf, 2018b).

A quem nos referimos quando dizemos que corporações agem em nome da economia neoliberal e espalham a morte? Viveiros de Castro e Danowski (2018 p. 189) nos ajudam a responder essa pergunta. O antropólogo e a filósofa citaram algumas dentre as noventa organizações responsáveis pela emissão de dois terços dos gases de efeito estufa no planeta: “Chevron, Exxon, BP, Shell, Saudi Aramco, russa Gazprom, norueguesa Statoil, brasileira Petrobrás e mineradoras estatais de carvão da China, Rússia e Polônia”. A lista se ampliou com os nomes de algumas das

²⁸ “O termo *commodities* (mercadoria, em inglês) se refere a um conjunto específico de produtos que tem escala, padrão e cotação internacional de produção e comercialização. São, em geral, matérias-primas minerais ou agrícolas, ou produtos semielaborados, tais como soja, milho, trigo, café, minério de ferro, aço, alumínio, petróleo...Estes produtos são produzidos em larga escala em vários países do mundo, não apresentam diferenças significativas do ponto de vista qualitativo. A comercialização deles é dominada por grandes corporações transnacionais e a cotação internacional destes produtos é definida em bolsas de valores específicas [...] As *commodities* são transacionadas todos os dias, às vezes com antecipação de 5 anos em relação à produção, isto quer dizer, por exemplo que a soja plantada hoje já foi vendida em 2016 e a soja vendida hoje só será plantada em 2026” (Alentejano; Egger, 2021, p. 104 grifo do autor).

principais corporações responsáveis pela proliferação de monoculturas, pela poluição ecológica, da água, do solo, e pela produção de matérias-primas e alimentos prejudiciais à saúde humana: “Monsanto, DuPont, Syngenta, Bayer, Cargill, Bunge, Dow, Rio Tinto, Nestlé, Vale”, entre outras. Não escapam ao escrutínio dos pesquisadores os bancos e os governos de vários países favoráveis e incentivadores do extrativismo e do desmatamento.

A lista se agiganta quando Viveiros de Castro e Danowski (2018) listaram os seres vivos e não vivos que emergiram com força no Antropoceno²⁹. Para citar alguns: as bactérias que se tornaram resistentes aos antibióticos; a produção industrial de carne em sistemas de confinamento e os altos riscos de disseminação de patógenos; as imensas fazendas de ruminantes e suas emissões de metano; as catástrofes climáticas - secas e enchentes; a escalada veloz da extinção de espécies; a poluição dos solos pelos agrotóxicos; o desmatamento sem precedentes; as sementes transgênicas; a destruição e invasão de terras pelo agronegócio e os incontáveis químicos adicionados aos alimentos ultraprocessados³⁰.

²⁹ A expressão Antropoceno, cunhada por Crutzen (2002), apresenta os humanos como principal força geológica, cuja atividade tem levado a uma mudança histórica e socioecológica de grande proporção, que compromete os processos biogeoquímicos e a estabilidade da civilização. Para Danowski e Viveiros de Castro (2015) o Antropoceno refere-se ao momento presente sem futuro. Nas palavras dos autores, um “karma geofísico” que não será extinto, somente mitigado. A ideia de Antropoceno já recebeu os mais diferentes nomes, tais como: Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno, Carbonoceno ou mesmo *White Supremacy Scene*. Ver, entre outros, Moore (2016) e Haraway (2016). Donna Haraway escreveu, em 2016, um artigo intitulado “Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes”. A autora argumenta que é preciso um novo e potente nome, para além de Antropoceno, Plantationoceno e Capitaloceno. “Talvez, mas só talvez, e apenas com intenso compromisso e trabalho colaborativo com outros terranos, será possível fazer florescer ricos arranjos multiespécies, que incluam as pessoas. Estou chamando tudo isso de Chthuluceno – passado, presente e o que está por vir” (Haraway, 2016, p. 140). Quanto ao termo Plantationoceno foi uma definição coletiva formulada numa conferência, na Universidade de Aarhus, em outubro de 2014. Os participantes nomearam de Plantationocene a transformação devastadora oriunda de diversos tipos de fazendas com tendências humanas, pastos, florestas, plantações extrativas e fechadas, baseadas em trabalho escravo e outras formas de trabalho explorado, alienado, e, geralmente, deslocado espacialmente. A conversa transcrita foi publicada como ‘Anthropologists Are Talking About the Anthropocene’ (a publicação aconteceu em 2016, ver Ethnos: Journal of Anthropology, v. 81, n. 3).

³⁰ Para Monteiro *et al.* (2021, p. 7, grifo dos autores) os ultraprocessados não seriam alimentos. Os ultraprocessados seriam, segundo esses pesquisadores, “[...] formulações de substâncias obtidas por meio do fracionamento de alimentos *in natura*”. Em sua composição seriam utilizados “isolados ou concentrados proteicos, óleos interesterificados, gordura hidrogenada, amidos modificados e várias substâncias de uso exclusivamente industrial”. A lista se amplia com a adição de “[...] corantes, aromatizantes, emulsificantes, espessantes e outros aditivos que dão às formulações propriedades sensoriais semelhantes às encontradas em alimentos não ultraprocessados” (Monteiro *et al.*, 2021, p. 7). É relevante destacar que os ultraprocessados, na maioria das vezes, contém pouco ou nenhum alimento *in natura*, embora as embalagens aparentem o contrário. O Guia Alimentar para a População Brasileira lista exemplos de ultraprocessados: “vários tipos de biscoitos, sorvetes, balas e guloseimas em geral, cereais açucarados para o desjejum matinal, bolos e misturas para bolo, barras de cereal, sopas, macarrão e temperos ‘instantâneos’, molhos,

As corporações transnacionais controlam a produção global e ampliam seus lucros através da superexploração do trabalho e da expropriação de terras, principalmente no Sul Global. Foster e Suwandi (2021, p. 223) explicam que há uma intrínseca relação entre as cadeias e processos de expropriação de trabalho e terra levadas a cabo pelas multinacionais do agronegócio e a “[...] vulnerabilidade ecológica, epidemiológica e econômica” instauradas pelo neoliberalismo global. Os autores esclarecem que a expansão das monoculturas genéticas e o abuso de antibióticos, pelo agronegócio, provocam perturbações socioecológicas responsáveis pelas crises climática e sanitária.

A SARS-CoV-2, como outros patógenos perigosos que emergiram ou reemergiram nos últimos anos, está relacionada com um conjunto complexo de fatores, incluindo: (1) o desenvolvimento do agronegócio global e sua expansão das monoculturas genéticas que aumentam a suscetibilidade de seres humanos e animais domesticados à contração de doenças zoonóticas vindas de animais selvagens; (2) a destruição dos habitats selvagens e a interrupção das atividades de espécies selvagens; e (3) a existência de seres humanos vivendo em proximidade. Há poucas dúvidas de que as cadeias globais de mercadorias, e os tipos de conectividade que elas produzem, tornaram-se vetores para a rápida transmissão da doença, pondo em questão esse padrão de exploração global (Foster; Suwandi, 2021, p. 236-237).

O projeto de expropriação neoliberal ampliou o extrativismo deletério. A economia extrativista é instaurada e sustentada, quase sempre, através de parcerias das corporações com o estado. Junto com outras práticas de destruição dos territórios, o extrativismo esvazia e desconsidera os existentes vivos e não vivos que compõe as paisagens espoliadas. As práticas vão desde a remoção das montanhas em busca de minerais, de desvios de gigantescos cursos d’água para produção de energia elétrica, até o desmatamento para criação de gado ou produção de *commodities*. É a economia da destruição de mundos e da morte (La Cadena; Blaser, 2018).

Acosta e Brand (2019) afirmaram que a palavra neoextrativismo representaria o extrativismo em sua versão mais recente. Eles esclareceram que existiriam dimensões particulares nessa fase histórica, relacionadas a condução do extrativismo de distintas maneiras por parte dos governos progressistas e dos regimes neoliberais.

salgadinhos “de pacote”, refrescos e refrigerantes, iogurtes e bebidas lácteas adoçados e aromatizados, bebidas energéticas, produtos congelados e prontos para aquecimento como pratos de massas, pizzas, hambúrgueres e extratos de carne de frango ou peixe empanados do tipo nuggets, salsichas e outros embutidos, pães de forma, pães para hambúrguer ou hot dog, pães doces e produtos panificados cujos ingredientes incluem substâncias como gordura vegetal hidrogenada, açúcar, amido, soro de leite, emulsificantes e outros aditivos (Brasil, 2014).

Ainda que os governos progressistas façam esforço no sentido de distribuir a renda e melhor a vida das pessoas, eles permanecem presos a modelos primário-exportadores. Ampliam o extrativismo como justificativa para reduzir a pobreza e a desigualdade. “O extrativismo do século XXI – neoliberal ou progressista – não perdeu seu caráter conquistador e colonizador” (Acosta; Brand, 2019, p. 53).

As perturbações causadas pela ação deletéria aos ecossistemas, tanto por parte das elites obscurantistas com suas gigantes multinacionais, quanto por parte dos governos, levam a morte ou redistribuem as espécies de maneira desordenada. Isso desestabiliza os vínculos intra e interespecies e gera um descontrole que faz emergir outros patógenos. Esses agentes infecciosos poderão entrar em contato com humanos, através de um animal hospedeiro, também deslocado de seu habitat. Além disso, não são considerados os limites socioecológicos das práticas assassinas instauradas pelo neoliberalismo e seus asseclas (Foster; Suwandi, 2021). Latour (2020a) esclareceu que existem limites para a expansão neoliberal. Não foi considerada a possibilidade de faltar “Terra” (Latour, 2020a), no sentido de espaço material que mantém a habitabilidade no planeta.

Embora os limites planetários saltem aos nossos olhos e estejam amplamente teorizados, o projeto de expansão neoliberal segue impondo uma linearidade histórica, como se não houvessem alternativas. A história foi e segue sendo contada de maneira linear e sob a perspectiva dos vencedores. Em 1940, Walter Benjamin publicou suas “Teses sobre o conceito de história”. Na tese IX, Benjamin fala do anjo da história que está em meio a tempestade, **o progresso** (grifo nosso). O anjo está preso a essa tempestade que gera catástrofe e ruína. E, na tese XI, há uma reflexão sobre a nefasta espoliação da natureza, vista como gratuita e disponível, tanto pelos capitalistas quanto pelos defensores do socialismo científico (Benjamin, 1987). Benjamin criticava os socialistas favoráveis ao progresso e ao desenvolvimento tecnológico que enalteciam a exploração da natureza e não conseguiam ver os “retrocessos da sociedade” (Löwy, 2018).

O alerta benjaminiano, como um aviso de incêndio, fazia referência a **um mundo** (grifo nosso) e um tipo de história; a do progresso. Mesmo os neomarxismos³¹, que acreditavam lutar pela emancipação humana frente a hegemonia do capital,

³¹ Não pretendo aprofundar os neomarxismos nesse estudo. Embora algumas releituras da teoria marxista recebam influência da ontologia do ser social lukacsiana, há fortes influências de Gramsci e dos pensadores da Escola de Frankfurt.

aceitaram essa narrativa. E foram todos capturados (Pignarre; Stengers, 2011; Stengers, 2015; 2018c; Latour 2020a; Rivat; Berlan, 2017).

Acerca do progresso, Stengers (2002) escreveu:

Teríamos os meios de dispensar qualquer referência ao progresso? Quer falemos da ciência ou da sociedade, o progresso é a imagem dominante, aquela que permite estruturar a história, separar o essencial do anedótico, fazer se comunicarem narrativa e significado. O progresso constitui verdadeiramente para nós a um só tempo uma medida da marcha do tempo e a marca identificadora que autoriza quem fala a julgar. Que autoriza também a simplificar os relatos, uma vez que o progresso permite selecionar numa dada situação os que vivem a ilusão e os que estão com a verdade. O progresso faz a triagem entre aquilo que merece ser conservado e amplificado e o que pode, com algumas dores passageiras, ser relegado ao passado. O progresso seleciona e condena o que lhe opõe obstáculo. Ele nos autoriza, portanto, a tratar de duas maneiras radicalmente distintas os problemas do presente conforme estes anunciem o futuro ou representem um passado fadado a ser superado (Stengers, 2002, p. 182-183).

Como nos fala Stengers, ao ser entrevistada por Rivat e Berlan (2017), em nome do progresso, como estruturador histórico, ocorreu e segue ocorrendo a seleção e a autorização do que pode ser mantido e amplificado. Os que seguem capturados, pela frente de modernização, nos enfeitiçam e nos fazem acreditar que bastaria motivação, boa gestão e um bom projeto para avançarmos em direção ao “crescimento sustentável”. As palavras motivação, gestão, bom projeto e crescimento sustentável “[...] pertencem a dispositivos que funcionam como teias de aranha – quanto mais nos debatemos contra, mais ficamos presos como moscas – uma terrível eficácia feiticeira” (Rivat; Berlan, 2017, p. 2).

E a ideia de progresso, associada aos ditames racionais e objetivos da ciência, capturou, inclusive os movimentos anticapitalistas. A luta por justiça social foi amalgamada ao desenvolvimento industrial. Foi o modelo de expropriação neoliberal que acabou por ser instaurado, dado que o crescimento das corporações aconteceu às custas de exploração humana e do extrativismo deletério da natureza. Com seu discurso ideológico e suas expressões, os feiticeiros da frente de modernização – nesse caso malignos, nos fizeram acreditar que não haviam alternativas. Como num passe de mágica, a força da narrativa de que era preciso avançar e de que as novas tecnologias, os experts e suas descobertas científicas nos salvariam, nos enfiou as alternativas infernais goela abaixo (Rivat; Berlan, 2017).

[...]

Decerto ocorreu uma operação de captura, em parte consentida, das ciências modernas, pelo projeto hegemônico de modernização (Stengers, 2002). Essa operação de captura nada mais é do que “[...] a naturalização da expansão como o caminho para os humanos habitarem a terra” (Tsing, 2019, p. 176). Para expandir, crescer, progredir, desenvolver, foi necessário remover a diversidade do mundo. Os elementos que compõe a estrutura do conhecimento ou da ação foram estabilizados e formaram paisagens congeladas, inertes. A maioria das práticas científicas modernas foram forjadas e manipuladas como modelos escaláveis e expansíveis, sem distorções. O sistema europeu de *plantations* é um exemplo que Tsing (2019) utiliza para explicar a expansão através da escalabilidade.

Como a escalabilidade é criada? Não é uma característica necessária do mundo. As pessoas tropeçaram em projetos escaláveis por meio das contingências históricas. Elas montaram juntas maneiras de tornar as matérias-primas (tanto para produção de bens quanto para o conhecimento) independentes e estáticas e, portanto, passíveis de expansão. Nas *plantations* europeias de cana-de-açúcar, os nativos foram eliminados; plantas e trabalhadores exóticos, coagidos e alienados vieram substituí-los. Lucros foram gerados porque a violência geral do extermínio e da escravidão poderia ser desconsiderada dos livros. Tais encontros historicamente indeterminados formaram modelos para projetos posteriores de escalabilidade (Tsing, 2019, p. 200).

O projeto escalável dos portugueses, ao plantar cana-de-açúcar nos solos de suas colônias com mão-de-obra escrava, ignorou e destruiu qualquer relação de interdependência local. Nem os habitantes do lugar e nem a vegetação nativa fizeram parte das *plantations*. Stengers (2020), ao comentar o exemplo de Tsing, explica que a escalabilidade se tornou um padrão produtivo que define, racional e objetivamente, o que será levado em consideração e o que será descartado. Essa forma de produzir faz perder a identidade e “[...] constrói uma noção desenraizada de dependências que assumem a aparência de necessidades inevitáveis” (Stengers, 2020, p. 3). Essas necessidades inevitáveis são as alternativas infernais. Sacrifícios e aceitação da espoliação e devastação socioecológica em nome do crescimento e do progresso.

A remoção da diversidade e o congelamento das paisagens faz parte da figuração e da manipulação do mundo. Mas, em tempos de crises – sanitária, climática, socioecológica, alimentar – a lista de entes não para de aumentar. Os nossos modos de vida se transformam todo o tempo. Desde que Pasteur percebeu a presença de micróbios (Stengers, 2002; Latour, 2020b), os cientistas tentam conhecer os seres microscópicos. A mutação do vírus SARS-CoV-2, por exemplo, produz um

sem fim de variantes que existem antes que seu contágio e sua letalidade sejam conhecidos³².

As bactérias, os fungos, os vírus, o gás carbônico, o metano e tantos gases, quando desvelados, passaram e passam a compor as paisagens multiespécies. Como Tsing (2019 p. 129) esclarece, sabemos acerca de outras espécies pelos “[...] arranjos práticos e interações dinâmicas” com os humanos. Saber sobre os outros que humanos através das nossas práticas seria a única maneira de conhecer? Os modos de ser das espécies compõem uma multiplicidade de relações sem a participação humana. E seus arranjos podem ser amigáveis ou deletérios sem que nós, humanos, façamos parte ou tenhamos ideia das ações em curso.

O coronavírus e as alterações geofísicas do planeta povoam nossas histórias recentes e são consequências das ações reativas dos outros que humanos que compõe a paisagem. Decerto, estamos em presença das “ecologias ferais” (Tsing, 2019), da “intrusão de Gaia”³³ (Stengers, 2015; 2018a; Latour, 2020b), ou ainda, da “guerra de Gaia” (Danowski; Viveiros de Castro, 2015). Os seres microscópicos, esses invisíveis vivos e não vivos, e todos os elementos químicos e biológicos exigem presença ainda que indesejada. São bons exemplos dos vínculos de interdependência, aqueles que permitem a continuidade da vida e escapam as interpretações humanas.

³² Todos os vírus mudam com o tempo. A mutação é um processo natural e evolutivo que acontece quando o vírus se adapta ao ambiente para sobreviver. Porém, o vírus (patógeno), seu hospedeiro (vetor) e o ambiente estão em constante transformação. São milhares de possibilidades (Por que [...], 2021).

³³ Stengers (2015) e Latour (2020b) explicam que o termo Gaia se refere a uma teoria elaborada por James Lovelock e Lynn Margulis no início dos anos 1970. Danowski e Viveiros de Castro (2015, p. 118, grifo dos autores) nominam a Gaia de Lovelock e Margulis como “[...] uma região local excepcional dentro do universo, um *apax* cósmico criado pela agência geomórfica da vida, cuja contribuição físico-química para a constituição de um sistema longe do equilíbrio foi e é determinante para a constituição da vida ela própria”. Stengers (2015) explica que Gaia foi assim nominada para restaurar as complexas relações de coevolução entre os seres vivos e não vivos, com destaque para os microrganismos. Latour (2020b, p. 10), no prefácio à edição brasileira, escreve que Gaia “[...] é simplesmente a consequência de sucessivas invenções dos viventes que acabaram transformando completamente as condições físico-químicas da terra geológica inicial”. Ao longo do texto, Latour reconhece o esforço de pesquisadores como Pasteur e Lovelock. O primeiro acrescentou o micróbio a lista de potências de agir; o que recompôs os coletivos vivos. O segundo distribuiu as potências de agir e a “[...] capacidade de transformação para cada agente, por menor que ele fosse” (Latour, 2020b, p. 163). Na mesma obra, Latour elabora várias ideias acerca de Gaia. Gaia seria o “[...] nome de um processo pelo qual as ocasiões variáveis e contingentes tiveram a oportunidade de tornar os acontecimentos ulteriores mais prováveis” (Latour, 2020b, p. 175). Em outra passagem (Latour, 2020b, p. 228) o filósofo escreve que “Gaia é um nome proposto para todas as consequências entrelaçadas e imprevisíveis das potências de agir, cada uma das quais persegue o próprio interesse manipulando o próprio ambiente”. Afirma, ainda, que “Gaia é uma injunção para rematerializar o pertencimento ao mundo...uma potência de historização...um sinal para retornar à Terra” (Latour, 2020b, p. 343).

O que a indeterminação do mundo desvela é a limitação de nossa capacidade de conhecer. O que cada área do conhecimento e cada projeto de pesquisa, experimental ou descritivo de campo, permite saber? A epistemologia é um discurso acerca da possibilidade de conhecer. Até porquê, a manifestação existencial antecede qualquer representação e será sempre anterior a descrição. Diante da imensidão do desconhecido, nossas pesquisas serão sempre limitadas. Poderão ser completamente conhecidas, por exemplo, as composições futuras do coronavírus com suas variantes, as condições climáticas favoráveis de cada território que o vírus habita, como se replica e se potencializa nos corpos heterogêneos? Quais as consequências das mudanças climáticas e sua intrusão desestabilizadora dos sistemas terrestres?

A produção de conhecimento seria, portanto, algo contingente, um processo histórico e socioecológico indeterminado e sempre incompleto? Tsing (2019) esclareceu que a expansão e a escalabilidade são contingências históricas. De maneira similar, Stengers (2002) compreendeu o processo de invenção das ciências modernas como encontros contingentes, historicamente indeterminados. Os cientistas modernos inventaram dispositivos experimentais replicáveis, legitimados por seus pares e utilizados para representar fenômenos, com a intenção de responder as perguntas de maneira confiável. Essas manobras inventivas, as “figurações antropomórficas” de Latour (2020b) aproximariam ciência e romance; desenhos de um mundo natural a serviço dos humanos.

A ideia latouriana imediatamente remete ao que Tsing (2019) chamou de “precisão aninhada” que seriam esses efeitos de *design* utilizados para padronizar os projetos. A padronização imunizaria os modelos escaláveis contra as perturbações e transformações sempre em curso. Era preciso ocultar e desconsiderar o movimento heterogêneo das paisagens. Remover a instabilidade do mundo.

Apesar da possibilidade de aproximar um relatório científico com algum romance ou até com uma narrativa jornalística, há uma diferença entre eles. O que os cientistas escrevem em seus artigos, normalmente, é algo novo, específico e relativo a um campo de pesquisa (Latour, 2020b). São “ficções muito especiais” (Stengers, 2002) cuja cientificidade somente os pares poderiam questionar. Um experimento abstrato, criado por um cientista, seria legitimado ao calar “todas as outras ficções” (Stengers, 2002).

Esse silêncio, a suposta incapacidade de objetar, é providencial para as corporações que financiam as pesquisas. As contestações não são bem-vindas.

Sobretudo para fazer prevalecer o poder de quem provê o recurso financeiro. A contestação dos colegas cientistas foi substituída pelo interesse na parceria financeira com as indústrias. As objeções dos pares seriam vozes minoritárias. Problemas descartáveis e dissonâncias irrelevantes (Stengers, 2015; 2018c; Rivat; Berlan, 2017).

Os investimentos privados e boa parte da destinação de recursos públicos prioriza as figurações precisas e estáveis que padronizam os experimentos científicos. Os critérios de sucesso das pesquisas e a relevância do que se busca conhecer foi e continua a ser capturado pelo poder econômico. Stengers (2018c p. 92) nomeou a economia do conhecimento como “uma economia especulativa, uma economia de bolha e crash que assumiu o controle da produção de conhecimento científico e de todas as práticas modernas”. Para a filósofa o “*neo-management*”, “a economia imaterial” e a “competitividade” são as “palavras de ordem” (Rivat; Berlan, 2017). A especulação econômica neoliberal ocupou as tentativas de conhecer da ciência.

A mercantilização e a comoditização da ciência (Oliveira, 2008; 2013; 2014) são processos que avançam junto com o neoliberalismo. O que antes era um debate sobre a reivindicação de neutralidade e autonomia da ciência³⁴, na presente etapa do capitalismo, passou a ser o controle do mercado sobre a ciência. Stengers (2015) fala da apropriação da ciência pelo capitalismo e insere o Estado como principal protagonista e parceiro do capital na defesa dos direitos de propriedade intelectual, independente das consequências deletérias provocadas por certas inovações e patentes.

O Estado deixa o capitalismo meter a mão no que foi definido como de domínio público, e o capitalismo faz o Estado assumir a tarefa sagrada de expulsar aqueles que infringem o agora sacrossanto direito de propriedade intelectual. Um direito que se estende a quase tudo, do vivente aos saberes outrora definidos como acessíveis a todos os seus usuários. Um direito ao qual, em nome da defesa da inovação, a OMC pretende submeter todo o planeta (Stengers, 2015, p. 51).

O debate acalorado acerca da dispensa temporária dos direitos de propriedade intelectual de medicamentos e vacinas, usados no tratamento e prevenção da Covid-19, demonstrou o processo mercantil de apropriação da ciência. Países como África

³⁴ A fim de impor um valor universal, a tese da neutralidade da ciência legitimou a autonomia, a postura de dominação da natureza e a impenetrabilidade de questionamentos acerca de valores. Embora a autonomia, baseada na neutralidade, tenha cumprido a função histórica de libertar a ciência do poder da Igreja e outras interferências negativas, hoje ela precisa ser uma autonomia que caminha ao lado (e não acima) de outras instituições e saberes tradicionais (Oliveira, 2008).

do Sul e Índia pediram o licenciamento das patentes dos imunizantes contra Covid-19 e obtiveram o apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e mais de 100 países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Já o Brasil se posicionou a favor do direito de propriedade intelectual junto com outras nações desenvolvidas (Zaparolli, 2021).

Lembremos que antes mesmo da pandemia já existia um permanente estado de crise que legitimava a escandalosa concentração de renda, a imposição das alternativas infernais, o desmantelamento do Estado e impedia que fossem tomadas medidas frente a catástrofe ecológica (Latour, 2020a; Pignare; Stengers, 2011; Santos, 2021). Desde a eleição de Trump, a negação das mudanças climáticas tornou-se o “delírio epistemológico” (Latour, 2020a) das elites. A fuga para a negação, no desespero por novos dados capazes de desmentir a realidade, a de não termos planeta suficiente, desloca inúmeras pesquisas para fora, em busca de outro planeta habitável.

Bilhões de dólares foram investidos para desmentir os cientistas do clima. Trata-se de uma guerra de mundos, expressão que Latour (2020a; 2020b; 2021) adota para falar das lutas travadas entre os que seguem enfeitiçados pela economização e os que buscam libertar-se desse feitiço. O vultuoso investimento para negar o que os cientistas do clima dizem, deslegitima a ciência e incita as pessoas a não acreditarem no sólido fato da mutação climática. O que era uma crítica as representações e pressupostos epistemológicos formulados a partir de pesquisas teórico-experimentais, deu lugar a descrença na produção de conhecimento científico. O que era uma ruptura epistemológica, entre as áreas de conhecimento das ciências naturais e sociais, onde a segunda buscava, em certa medida, uma ampliação da multiplicidade existente no campo de pesquisa, tornou-se uma luta pela legitimação da própria ciência. Luta que exige ir além do debate onto-epistêmico e convoca ao “[...] engajamento com e no mundo” (Stengers, 2018c, p. 85).

[...]

Em meio ao debate acerca da operação de captura da ciência moderna, pelo poder hegemônico neoliberal, eu lembrei dos experimentos figurativos, precisos, estáveis e padronizados que eu conduzia no laboratório de química. Apesar de seguir o modelo que estabilizava a paisagem e atendia aos atributos epistemológicos – “[...] unidade, agentes inanimados, indiscutibilidade, universalidade e atemporalidade” – da visão científica do mundo (Latour, 2020b, p. 266), meus achados se conectaram com outras pesquisas. Ao plaquear as amostras de esgoto doméstico e isolar bactérias

que, supostamente, resistiriam e adsorveriam metais pesados, eu acreditava que, no mundo real, da estação de tratamento de esgoto, em meio ao fluxo instável, com milhares de outros microrganismos e constante heterogeneidade de composição, elas resistiriam da mesma maneira. Eu conduzia os experimentos com meios de cultura puros, materiais esterilizados e temperatura controlada. Infelizmente, eu estive nesse lugar das “coisas inertes” (Latour, 2021) que não existem na realidade.

Mas é assim nas ciências modernas. A fim de responder uma pergunta racional e objetiva, o cientista conduz um experimento. Cuidado com as condições normais de temperatura e pressão (CNTP) diriam os que querem certificar-se de que há regularidades. Como se fora do laboratório, a realidade fosse estável, controlada e padronizada. Isso me faz pensar que não seria prudente confiar irrestritamente nas consequências de previsões e respostas racionais e objetivas, obtidas, exclusivamente, a partir de experimentos e testes laboratoriais. Ainda que meus experimentos, por exemplo, produzissem um modelo a ser replicado em escala industrial e fosse economicamente viável, haviam inúmeras perturbações e externalidades que eu não tinha levado em consideração. Em cada ficção que levamos a cabo, em nossas pesquisas, sempre faltam muitos seres, vivos e não vivos.

Stengers (2018c) explica que não temos ideia como organismos geneticamente modificados (OGMs), como a soja e o algodão, por exemplo, compõem com os corpos vivos ao saírem do laboratório. Assim como eu não tinha ideia de como seria a resistência das bactérias, a adsorção dos metais pesados e a composição dos coletivos, vivos e não vivos na estação de tratamento de esgoto doméstico. Decerto, o que nossas pesquisas realizam são “[...] conexões frágeis, parciais, porém relevantes” (Stengers, 2018c, p. 90). A conectividade entre práticas de pesquisa e um compromisso de aprendizado coletivo obrigaria os experimentadores a ampliar, incluir e reunir perturbações descartadas pela figuração e padronização do laboratório. Para isso, seria necessário civilizar os cientistas modernos, que passariam a ser praticantes civilizados, dispostos a compor com múltiplos e divergentes modos de conhecer (Stengers, 2018a; 2018c).

No experimento de pensamento stengersiano, os cientistas, como praticantes, estariam cientes de que suas contribuições parciais necessitam compor com múltiplas vozes e experiências práticas. Reatar os laços entre as áreas de conhecimento e destas com outros saberes, poderia abrir novos possíveis. Nesse lugar, os praticantes como participantes de uma ciência sem hierarquia e em composição aceitariam as

limitações e a parcialidade daquilo que se conhece. A filósofa retoma a ideia de **ecologia de práticas** (grifo nosso), que seriam essas “[...] teias de conexões parciais interdependentes” (Stengers, 2018c, p. 91). Os praticantes civilizados seriam os pesquisadores que abririam espaço para a divergência e para o debate político com outras vozes para compor uma ecologia de práticas.

A questão pragmática central de uma ecologia de práticas é a remoção das fronteiras entre modos de problematizar questões relevantes no terreno da vida. Somente um pesquisador que compreende a fragilidade e a parcialidade do que tenta conhecer, aceitaria a intervenção no *ethos* de suas práticas. Esse cientista, como praticante, embora em posição vulnerável, estaria disposto a compor com outros a favor de uma causa. Porque sente, é afetado por problemas reais que vão muito além da representação e de pressupostos epistemológicos, elaborados para explicar a realidade (Stengers, 2005; 2015; 2018c).

A luta coletiva contra os OGMs, na Europa, como exemplo de ativismo, presente nas elaborações stengersianas, demonstra a força coletiva de resistência e de mobilização em torno de uma causa. Resistir, nesse, ou em qualquer outro caso, significaria acatar a dissonância dos modos como cada praticante problematiza e contribui para o esforço de compreensão coletiva (Stengers, 2015; 2017b; 2018c; 2018d). Esse “[...] poder de fazer as pessoas pensarem e agirem juntas” (Stengers, 2018c, p. 93) reúne e compartilha distintos modos pelos quais as pessoas resistem aos OGMs e potencializa a capacidade de sentir e imaginar. Esse elo interdependente de pensamento, ação, resistência e luta contra os OGMs diz desse deslocamento para o território prático da vida. Nesse lugar, um espaço de negociação, disputa e divergência, a política retoma seu protagonismo.

A ideia de composição a partir da dissonância de saberes no e com o movimento de resistência aos OGMs, aproxima as elaborações stengersianas com as de Boaventura de Sousa Santos (2017; 2019; 2021). Os distintos esforços em problematizar e conhecer, ao envolverem biólogos, camponeses, ambientalistas, jovens ativistas, etc., como explica Stengers (2018c), compuseram-se em favor de uma causa, pela qual os envolvidos entendiam valer a pena lutar. Essa articulação entre saberes divergentes, científicos ou não, originados dentro dos movimentos de resistência, é o que Boaventura de Sousa Santos (2007; 2017; 2018; 2019; 2021) nominou como “ecologia de saberes”.

Assim como a ecologia de práticas, a **ecologia de saberes**³⁵ (grifo nosso) requer o engajamento com o mundo, no sentido da experiência viva. Diante da realidade sempre mutável, as possibilidades de conhecer estariam sempre em transformação e recomposição coletiva. No debate epistemológico que ora proponho, o pensamento de Santos (2007; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021) ajuda a pensar outros modos de conhecer, forjados nesses espaços práticos das lutas, dentro dos movimentos sociais.

Nesse sentido, o praticante civilizado de Stengers seria o “[...] investigador pós-abissal³⁶” de Santos (2019, p. 210). Ambos seriam pesquisadores dispostos a lutar ativamente no artesanato de práticas contra-hegemônicas. A filósofa e o sociólogo advogam a favor do princípio da diferença e da composição heterogênea sem hierarquização de saberes. Assim como Stengers, Boaventura localiza, nos coletivos reunidos em torno de uma causa, tanto um espaço de negociação política quanto da expressão de múltiplos saberes. A diversidade das possibilidades de conhecer que emergem das lutas sociopolíticas e delas não podem ser dissociadas, foram nominadas por Santos (2007; 2019; 2021) como “epistemologias do sul”.

Logo, cabe esclarecer que esse “Sul epistemológico” não se sobrepõe completamente com o território geográfico do hemisfério sul. É, antes de tudo, uma maneira de reunir os saberes produzidos nas ações de resistência e luta contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Santos (2019, p. 17) explicou que o “colonialismo histórico e ocidentocêntrico” não se desenvolveu da mesma maneira. Oprimiu e destruiu, principalmente, as epistemologias do Sul global. Dado seu caráter descolonizador, as lutas forjadas em territórios geograficamente delimitados como pertencentes ao norte global fariam parte do Sul epistemológico. A ideia não é colocar

³⁵ Para a instauração de uma ecologia de saberes é imprescindível o esforço de tradução (Santos, 2019; 2021). Traduzir, nesse caso, seria a manutenção da “[...] inteligibilidade recíproca sem dissolver a identidade” (Santos, 2019, p. 59).

³⁶ Além do conceito de ecologia de saberes, Sousa Santos elabora inúmeras outras reflexões que constituem o arcabouço teórico das epistemologias do Sul. Destaco a ideia de linha abissal, como uma linha imaginária que dividiria os humanos da metrópole e os “não completamente humanos” (Santos, 2019) da colônia. A linha abissal criaria uma zona colonial, um lugar da diferença onto-epistêmica, do colonizado como um não-ser humano, como uma “coisa”. Nesse sentido, as lutas por emancipação travadas por coletivos do lado metropolitano da linha abissal não são equivalentes as lutas do lado colonial. Do lado colonial, “[...] a apropriação das vidas e dos recursos é quase sempre violenta” (Santos, 2019, p. 43).

Sul e Norte em oposição. É, antes, romper com qualquer hierarquização, poder e dominação entre saberes³⁷.

Há um exercício crítico do conceito de epistemologia, proposto por Santos (2007; 2018; 2019; 2021), dada a dominação do termo pelas formas de conhecer ocidentais, eurocêntricas, do norte global. Ao propor que os modos de conhecer são forjados nas práticas de resistência e luta, as epistemologias do Sul seriam uma espécie de **epistemologia político-pragmática** (grifo nosso) que invadiria e transformaria o conceito de epistemologia através de distintas ontologias. Restaurar os modos de ser e conhecer, sobretudo aqueles localizados no Sul, apagados e destruídos pela opressão e poder colonial, patriarcal e capitalista, foi uma maneira que Santos (2018, p. 33) encontrou para transformar o “Sul geográfico em Sul epistêmico”. Nesse Sul epistêmico seria possível localizar outros futuros junto com os coletivos que “[...] no passado foram privados de futuro” (Santos, 2018, p. 33).

Boaventura de Sousa Santos (2019, p. 7) afirmou que “[...] a política dominante torna-se epistemológica quando é capaz de defender ativamente que o único conhecimento válido que existe é aquele que ratifica sua própria supremacia”. Por esse motivo, seria imprescindível essa proposição de uma outra epistemologia, eminentemente política. Os modos de ser e conhecer destruídos pelas ciências modernas hegemônicas, o que Santos (2019) nomina como “epistemicídio”, ocorreu em maior grau e de maneira violenta no outro lado da linha abissal. Essa linha abissal, que separa metrópole e colônia, ainda existe, apesar do fim do colonialismo histórico, agora sob a forma de “colonialismo de poder, de conhecimento e de ser” (Santos, 2019, p. 44).

São as ecologias de prática e de saberes e as epistemologias do Sul que ocupam a possibilidade de conhecer a ajudam a desenfeitiçar e descolonizar a epistemologia e a ciência. No lugar da narrativa unívoca do progresso e das ficções especiais da ciência moderna, aquelas que permitiriam objeções apenas entre os pares cientistas, seriam os coletivos heterogêneos os que forjariam pensamento e ação. Essa outra maneira de fazer ciência, que Santos (2019) nominou como “ciência

³⁷ Para as epistemologias do Sul, conhecimento e saber devem ser compreendidos como quase sinônimos. Conhecer estaria mais relacionado a processos cognitivos e intelectuais. Saber significaria obter conhecimento por intermédio do gosto (saber e sabor teriam a mesma etimologia). Na cultura ocidentocêntrica, conhecimento desliza para ciência. Saber desliza para sabedoria, sagacidade. Apesar dessas diferenças e do termo “saberes” soar mais abrangente, há uma equivalência entre esses termos nas elaborações de Santos (2019).

pós-abissal”, seria povoada de incerteza e confronto. O cientista pós-abissal compreenderia que não há hierarquia de saberes e que sua suposta posição como douto e erudito era apenas uma ficção. E compreenderia, também, que novos modos de saber e habitar Gaia somente poderiam ser instaurados mediante a composição com múltiplos modos de ser, sentir e conhecer.

A instauração de novos modos de habitar Gaia exigiria ação e engajamento. A fim de ativar as potências práticas para agir e cooperar Stengers (2018a; 2018b; 2018c) evoca o movimento *Reclaiming*³⁸. Quando a filósofa quis que sentíssemos a fumaça das bruxas queimadas em nossas narinas, ela pretendia reativar nossos sentidos e recuperar histórias sobre modos de viver que a máquina hegemônica pretendeu erradicar. As bruxas existem, entoam seus cantos, performam seus rituais circulares e cultivam suas práticas junto com outros que humanos. Elas sentem e experienciam o poder mágico e de transformação de cada acontecimento. Trata-se de uma inteligência coletiva que cria conexões múltiplas.

A arte das bruxas, representado pela palavra “magia” (Stengers, 2017, p. 12; 2018c), poderia nos situar num entre, que nos afastaria “[...] tanto da segurança do metafórico como do estigma do sobrenatural” (Stengers, 2017, p. 13). A magia não aceitaria nem as generalizações e as certezas de uma ciência racional e objetiva, nem acataria um espiritualismo ou apelo unívoco ao sobrenatural. Longe de ser uma regressão ao passado, reativá-la seria uma maneira de dizer que reativamos a arte pragmática de conectar distintos modos de ser, pensar e sentir.

Ouso posicionar o ativismo stengersiano no Sul epistêmico contra-hegemônico. Seu engajamento na luta contra os OGMs e com o movimento *Reclaiming*, embora localizados no Norte geográfico, reativam nossas potências de agir frente a modos de opressão e dominação dos modos de habitar e conhecer ocidentalocêntricos. Nesse sentido, o ativismo comunitário antiOGMs e das bruxas neopagãs se conectam com as experiências do Sul mobilizadas por Santos (2018;

³⁸ Na nota da tradução, do texto de Stengers (2017b), a expressão “Reclaiming” refere-se a um movimento comunitário de bruxas, vinculado a ativista neopagã Starhawk, iniciado, nos EUA, em 1979. A tradutora explica que haveriam distintas possibilidades de tradução para o verbo “to reclaim”. Ela escolheu traduzir como “reativar”, mas explicou que poderia ser traduzido como “reivindicar”, “recuperar”, “reformatar”, “regenerar”, “reafirmar”. “Reclaiming” expressaria, ao mesmo tempo, “curar, reapropriar, aprender/ensinar de novo, lutar, tornar-se capaz de restaurar a vida onde ela se encontra envenenada”. A tradutora deixa claro que uma única palavra não daria conta de expressar o movimento e sua força política, espiritual e pragmática. Na nota de tradução de Rivat e Berlan (2017) há outra explicação; de que o movimento *Reclaiming* reúne ecologia e política com os movimentos feminista, neopagão e anticapitalista a fim de compor lutas contra-hegemônicas.

2019; 2021). Esses saberes, múltiplos e heterogêneos, compõem-se na e com a luta. São sempre um “conhecer com” e não um “conhecer sobre” (Santos, 2019). Podem ser científicos ou artesanais, ancestrais, não científicos. Sua conexão pode depender de “[...] tradução intercultural e interpólitica” (Santos, 2019, p. 295). O esforço de tradução permitiria articular as lutas contra-hegemônicas do passado e do presente, em qualquer parte do planeta.

Acerca das experiências de luta anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal, Boaventura (Santos, 2021) cita uma vasta lista, em ordem alfabética, formando um “denso palimpsesto contemporâneo” de experiências, alternativas e resistência. O sociólogo apresenta o conceito de “ruínas-semente” (Santos, 2021) que representaria os saberes e as práticas anteriores e praticamente destruídas pela modernidade eurocêntrica, mas que seguem vivas como memórias e nos coletivos que resistem e lutam por outros futuros. Algumas ruínas-semente, relacionadas aos modos de vida indígena e camponês, tais como os conceitos *ubuntu*, *swaraj*, *sumak kawsay*, *buen vivir*, *swadeshi* são citados por Santos (2021) como potências relevantes para instaurar outros mundos possíveis.

Para além das palavras e dos conceitos, destaco as práticas dos coletivos indígenas andinos e amazônicos, citados e brevemente descritos por Acosta e Brand (2019): *minka* ou *minga*; *Ranti-ranti*; *Uyanza*; *Uniguilla*; *Waki* e *Makikuna*. São experiências vivas, ruínas-semente que existem e poderiam compor nossos modos de habitar e agir. A ideia de composição entre conhecimento científico e artesanal, o que Santos (2019) denominou “minga epistêmica” foi elaborada a partir das práticas agrícolas comunitárias e colaborativas dos coletivos indígenas andinos. A *minga*, de acordo com Acosta e Brand (2019, p. 141), seriam as ações de trabalho coletivo em prol de interesses da comunidade, “[...] uma instituição de ajuda recíproca no âmbito comunitário”. Partindo dessa ideia, Boaventura expande o termo *minga* para um processo de cooperação cognitiva ou epistêmica que converge para um interesse metacognitivo comum de fortalecer as lutas contra-hegemônicas.

A ideia de minga epistêmica de Boaventura se assemelha a elaboração stengersiana da palavra magia. Digo isso, pois ambas são expressões que pretendem reativar nossa possibilidade de conhecer a partir de composições pragmáticas, múltiplas, coletivas e divergentes. Mas, como reunir, fazer convergir e comunalizar interesses, práticas e mundos heterogêneos? Seria possível instaurar um mundo comum diante da guerra de mundos ora em curso? Se estamos todos divididos, em

guerra, para usar uma expressão latouriana, quais experiências em comum restariam no horizonte possível? E de qual comum estamos falando? Há um universo a escrutinar. É preciso aprender mais.

[...]

Alguns puderam se isolar durante a pandemia. Mas, esse isolamento sequer poderia ser assim definido, dado que não ficaríamos vivos sem acesso a comida, por exemplo. Nesses tempos de isolamento, passamos a dar importância para as atividades mantenedoras da Vida, que como escreve Latour (2021, p. 48) “[...] exige o apoio de muitos agentes”. A ideia de que há um invólucro, uma fronteira que delimita um território e um indivíduo, e que permitiria prosseguir sem perturbações foi, definitivamente, posta em questão. Estranha existência, “[...] essa figura do indivíduo, que não existe em lugar nenhum da Terra (Latour, 2021, p. 58). É o que Krenak (2020) nomina como “abstração civilizatória”, um modo artificial de habitar o planeta.

O que torna o confinamento ao mesmo tempo tão doloroso e tão tragicamente interessante é que a questão do engendramento se impõe agora em todas as escalas e para todos os existentes, produzindo uma incerteza crescente a respeito da noção de limite (Latour, 2021, p. 60).

Para que alguns pudessem se isolar, outros seguiram trabalhando em atividades essenciais, essas que preservam e permitem a reprodução cotidiana da vida. É o caso dos agricultores, dos profissionais da saúde, ou daqueles que garantiam que não faltasse água, luz e internet em nossos lares. Mas não foram somente estes que não puderam se isolar. Zizek (2020) nos faz pensar nos refugiados e em tantos outros que não tem um lugar para se isolarem. Como pedir que as pessoas aglomeradas em campos de refugiados mantenham distanciamento? Estamos sempre em presença de outros seres e todos precisam localizar maneiras para seguir existindo. Embora as condições de habitabilidade, por vezes, se tornem precárias, ainda compartilhamos com todos os existentes uma casa comum – a Terra.

‘Terra’ é o vocábulo que abarca, portanto, os agentes (aqueles que os biólogos chamam de ‘organismos vivos’) bem como o efeito de suas ações – seu nicho, se preferirmos -, todos os vestígios deixados por sua passagem, o esqueleto interno assim como o externo, tanto os cupins quanto os cupinzeiros. Sébastien Dutreuil propõe o emprego de uma letra maiúscula na palavra ‘Vida’ para abarcar os viventes e tudo o que eles transformaram ao longo do tempo: mar, montanhas, sol e atmosfera, todos incluídos em uma única linhagem. Se ‘vida’ em letra minúscula é um nome comum que designa aquilo que esperamos encontrar por toda a parte no Universo, ‘Vida’ seria um

nome próprio que se aplicaria apenas a esta Terra e seu arranjo tão particular (Latour, 2021, p. 38).

Se a Terra é o planeta que provê as condições de manutenção da Vida, e é com a terra que experimentamos nossas experiências cotidianas comuns, como respirar e comer, porquê tornamos a Economia a “[...] base de toda experiência possível” (Latour, 2021, p. 73)? Os mecanismos e as infraestruturas da Economia, mantidos e disseminados por interesse humano, colonizaram nossos modos de habitar e viver, mesmo os mais simples, do dia-a-dia. Para sustentar o modo violento de apropriação econômica, o agir egoísta de alguns grupos humanos dividiu o público e o privado, estabeleceu o direito de propriedade, instituiu leis de mercado, etc.

Há alguns poucos humanos que acreditam na possibilidade de se converterem em androides, indivíduos autômatos, finalmente livres e emancipados de seus vínculos de interdependência. São os “Singularitanos” de Danowski e Viveiros de Castro (2015) que, concentrados nos avanços da tecnologia para a solução de todas as tragédias socioecológicas, acreditam num ápice glorioso do humano máquina libertado de sua condição orgânica e cuja morte tornar-se-ia uma opção. Diante do risco de morte pela contaminação do ar pelo vírus ou por outro poluente, um singularitano pensaria em produzir respiradores artificiais individuais, ao invés de restaurar seu metabolismo com a natureza.

Os singularitanos com sua avidez pelos avanços tecnológicos, projetam viver fora dos limites planetários pois perceberam os limites materiais da Terra. Enquanto se apropriam do espaço material terrestre e planejam viajar para Marte, precisam fazer a grande massa de excluídos dessa possibilidade seguirem acreditando no indivíduo empreendedor de si, dotado de uma armadura impenetrável, independente. As elites obscurantistas há tempos constataram que a espoliação e destruição que levaram a cabo para progredir está com os dias contados. Essa ínfima parcela de humanos segue firme no propósito de fazer todo o resto, que seria deixado para trás, acreditar que pode, mediante lutas individuais, alcançar a emancipação, a felicidade e a liberdade (Danowski; Viveiros de Castro, 2015; Latour, 2020a).

A noção de indivíduo, empreendedor de si, capaz de limitar e confinar seu corpo a um espaço emancipado é uma ficção. A crise sanitária tornou mais difícil de ocultar as perturbações e as sobreposições de entes – humanos, vírus, gases poluentes – e a erosão da Terra estável que a mutação do clima já desvelava. Destituídas as possibilidades de viver como indivíduo androide e autômato, em Marte, poderíamos

pensar e agir em prol da composição com outros seres para a continuidade da Vida em nosso planeta.

No neoliberalismo, não existe garantia de Vida, nem mesmo para o sujeito neoliberal. São os fins econômicos que decidem os que devem ser sacrificados e aqueles que podem viver. Ainda que o *homo oeconomicus*³⁹ prepondere, há outras dimensões do existir como possibilidades. O homem político, por exemplo, como um modo de ser que não foi completamente destruído pela economia neoliberal adquire relevância contra-hegemônica. Brown (2015, p. 94, tradução nossa) argumenta que apesar do poder da razão econômica enfraquecer as características políticas, elas permaneceram vivas nas lutas por soberania popular, “[...] na preocupação para com o comum e para a relação que se tem com a justiça do comum”.

O próprio termo *commons* (original em inglês) refere-se as terras partilhadas pelas comunidades camponesas, antes da privatização e dos cercamentos⁴⁰. Como palavra, o comum poderia reunir todas as ruínas-sementes, entre conceitos e práticas coletivas. Serão as experiências políticas e comunitárias dos que lutam pela Vida, compreendendo o engendramento das questões de subsistência e a inapropriação da terra, da água, do ar, da comida e do conhecimento, as possibilidades para frear e contrapor a “iteração neoliberal” (Brown, 2015).

Frente a violência do modo econômico neoliberal, que se apropria desses elementos que compõe o arranjo Vivo, o *homo politicus* e as lutas pela justiça do comum ajudam a pensar em outros modos de habitar e viver. Se a zona crítica⁴¹ da Terra é o espaço habitável comum é com ela que precisaríamos nos preocupar. Sem

³⁹ O *homo oeconomicus*, no neoliberalismo, não é mais, apenas, um sujeito que persegue interesses individuais e egoístas. Mais do que agir por interesse, o homem econômico neoliberal precisa sacrificar seu bem-estar e se alinhar ao projeto de crescimento macroeconômico. Cabe ressaltar que há um risco em tornar hegemônica a figura do sujeito econômico. Dizer que o modo de ser é econômico pode descartar outras possibilidades que estão sempre presentes, ainda que subsumidas, como os modos de ser político, afetivo, ético, social, etc. (Brown, 2015).

⁴⁰ O “cercamento” (*enclosure* – termo original em inglês) significou o remanejamento de campos antes comuns ou abertos, e sua transformação em unidades fundiárias particulares e fechadas, ou a divisão de terras antes comuns, mas não cultivadas (bosques, pastagens, terras abandonadas, etc.) em propriedade privada” (Hobsbawm, 1979). Os cercamentos iniciaram no século XII, mas se intensificaram no século XVI, na Europa e, junto com o movimento de concentração de terras nas mãos de poucos, fez explodir a pobreza. Com os cercamentos, os camponeses e pequenos proprietários marginais deixaram de ter pastos para animais, lenha, material de construção (Hobsbawm, 1979). O *enclosure* significou “[...] a extinção (com ou sem o cercamento das terras) dos direitos de uso baseados nos costumes dos quais muitas pessoas dependiam para tirar o seu sustento” (Wood, 2000, p. 22).

⁴¹ Latour (2020a; 2021) nomina como zona crítica uma certa faixa de habitabilidade da Terra não claramente delimitada acima e abaixo (dois ou três quilômetros). “Os terrestres podem se deslocar, mas só podem ir tão longe quanto o lençol freático, o biofilme, a corrente, o fluxo, a maré crescente dos viventes [...]” (Latour, 2021, p. 40).

os existentes que constituem essa faixa Viva, a terra, a água, o ar, os seres autotróficos, todos emaranhados, sobrepostos e interdependentes, a subsistência humana não seria levada a cabo.

A possibilidade do comum ser resposta potente, contramovimento aos processos de apropriação e de violência neoliberal, motiva as elaborações de pensamento da próxima seção. A polissemia do termo exige esclarecer ambiguidades ao mesmo tempo em que a pluralidade ôntica e epistêmica convoca a problematizar questões antropocêntricas vinculadas ao agir e organizar comum. Os múltiplos modos de existência, que possibilitam a continuidade da Vida, agem de modo divergente e heterogêneo, desafiando a ideia de mundo comum.

4 ELABORAÇÕES SOBRE O COMUM E SEUS CONSTITUTIVOS INCOMUNS

As questões de engendramento foram eliminadas de maneira proposital ao longo da história. O capitalismo avançou com os cercamentos, que foram as privatizações das terras de uso comum. Ao analisar os artigos de Marx sobre a lei referente ao furto de madeira, Bensaïd (2017, p. 21) explica que o direito à propriedade privada pretendeu “[...] abolir o direito imprescritível dos pobres ao bem comum oferecido pela natureza”. Não foram somente os bens comuns da natureza que foram apropriados e privatizados. Além da terra, da água, o conhecimento foi privatizado, sob a forma de patentes e direitos de propriedade intelectual. O direito a propriedade privada e a concentração de riqueza, de poucos, removeu o direito de existir da grande maioria (Bensaïd, 2017).

O avanço do capitalismo e a caça às bruxas durante os séculos XVI e XVII estão profundamente imbricados. O assassinato de milhares de bruxas e a submissão dos povos africanos e americanos foram aspectos fundacionais do sistema capitalista. A expulsão da terra visando à acumulação primitiva do capital ocorreu ao mesmo tempo na Europa e na América. Com os cercamentos vieram os cerceamentos de práticas de conhecimento e modos de existência dos povos originários (Federici, 2017; Sztutman, 2018). A perpetuação da economia do capital se entrelaça com o direito de morte.

Digo isso, pois a defesa desse tipo de prática, o da apropriação dos bens comuns, mesmo aqueles do qual dependemos para viver, segue como matriz da economia, em tempos de neoliberalismo. A publicação de Garrett Hardin (1968), intitulado *“The tragedy of commons”* pode lançar luz na tentativa de compreender como se organiza a apropriação dos elementos vitais. No referido texto, Hardin fez uma contundente defesa do controle público e privado dos bens de uso comum. Apesar de admitir as injustiças jurídicas da propriedade privada, legitimada por mecanismos públicos, Hardin considerava ser o possível diante da ruína que a vida comunal poderia provocar. O argumento de Hardin era de que os indivíduos agiriam de maneira egoísta quanto ao uso dos bens comuns e que a comunidade não chegaria a um acordo acerca de seu uso.

De Angelis e Harvie (2014) afirmam que os comuns de Hardin estariam repletos de agentes individualistas, preocupados em medir e racionalizar suas ações voltadas a um fim econômico. Os argumentos hardinianos, de que somente a propriedade

privada seria capaz de assumir a responsabilidade pelas externalidades produzidas pelo seu uso, encontra respaldo em importantes teorias e modos de pensar hegemônicos da economia neoliberal (Dardot; Laval, 2017). Ao analisar um rol mais amplo de publicações do biólogo Garret Hardin, Mendes (2012) observa um contundente ataque ao modo comunitário de forjar relações sociais. O que estava em questão não era somente a gestão dos bens comuns enquanto recursos, e sim os espaços de multiplicidade, resistência e articulação de saberes que a vida comunal poderia compor. O biólogo atacava a comunalidade pois passou a compreender sua potência frente a economia do capital (Mendes, 2012).

Embora os escritos de Hardin, representativos do pensamento econômico hegemônico, pretendessem esgotar qualquer possibilidade de arranjo comunal, estudos posteriores, sobretudo os conduzidos por Elinor Ostrom⁴², mostraram o contrário. Ostrom iniciou os estudos sobre os bens comuns da natureza, ainda nos anos de 1980. A pesquisadora afirmou que as soluções coletivas para a gestão de recursos de propriedade comum⁴³ poderiam ser a única possibilidade de preservá-los. O argumento de Ostrom é de que a garantia de preservação de determinado recurso natural não estaria no mercado e nem no Estado. A preservação estaria na propriedade coletiva desse bem e dependeria da criação de instituições estáveis de autogoverno por parte das comunidades (Ostrom, 1990; Ostrom; Gardner; Walker, 2006; Ostrom; Hess, 2007).

Depois de mapear mais de 100 casos em todos os cantos do planeta, Ostrom e seus colegas da Associação Internacional para o Estudo dos Comuns (IASC – sigla em inglês) fizeram um esforço para desenvolver um modelo analítico que pudesse abarcar toda a complexidade da gestão de recursos comuns, inclusive dar conta da constante pressão para transferir a governança dos CPRs para as empresas ou para o Estado. A pesquisadora e seu grupo afirmaram que seria essencial construir instituições robustas que pudessem resistir as constantes ameaças de controle público e privado (Ostrom; Gardner; Walker, 2006). A equipe liderada por Ostrom inseriu, em trabalhos posteriores, estudos do conhecimento como bem comum com

⁴² Elinor Ostrom foi a primeira mulher a receber um Prêmio Nobel de Economia, apesar de suas pesquisas não fazerem parte do *mainstream* dos estudos em economia. Ela recebeu o prêmio em 2009, por seus trabalhos sobre a gestão de recursos de propriedade comum, dentro de uma perspectiva neo institucional (Ostrom, 1990; Ostrom; Gardner; Walker, 2006; Ostrom; Hess, 2007).

⁴³ Termo e sigla em inglês Common-pool resources (CPRs), utilizados pela autora.

vistas a protegê-lo da privatização. Advogou pela proteção do conhecimento como um bem comum (Ostrom; Hess, 2007).

As contribuições de Ostrom e de seu coletivo de pesquisa, para a problematização do comum, foram notáveis e indiscutíveis. A premiação, com o Nobel, atribuiu relevância à temática e levou os debates sobre a governança coletiva dos recursos de propriedade comum para além de meras relações mercantis e monetárias. Isso permitiu desnaturalizar a economização e a apropriação dos bens comuns. A “[...] teoria institucionalista da ação coletiva” (Dardot; Laval, 2017, p. 62) formulada por Ostrom, a partir das pesquisas de campo, demonstrou distintas maneiras coletivas de gestão dos bens comuns.

Entretanto, a institucionalização das práticas de governança dos bens comuns, limitou sua ação a um conjunto de regras, forjadas para estabelecer critérios de proteção contra aqueles que pretendiam se apropriar, indevidamente, de recursos. A nova economia institucional de Ostrom classificou os bens comuns de acordo com suas qualidades intrínsecas. Ao tratar alguns recursos naturais e de conhecimento como bens comuns a serem institucionalizados através da ação coletiva, os outros bens automaticamente deveriam seguir sendo produzidos pelo mercado ou pelo Estado. Não foram formuladas críticas ao capitalismo nem às imposições estatais de governança. A constituição política do comum e sua possibilidade como força de oposição e enfrentamento contra-hegemônico não estiveram em questão (Federici, 2019; Fournier, 2013; De Angelis; Harvie, 2014; Dardot; Laval, 2017).

Apesar das limitações das pesquisas levadas a cabo por Ostrom e colaboradores, suas teorizações deram a ver que existem possibilidades de ação coletiva, que podem ser instituídas para proteger os comuns da apropriação individual. Como explicam Dardot e Laval (2017), o arcabouço teórico neo institucional de Ostrom era limitado para contrapor a economia neoliberal. Embora, provavelmente, a crítica anticapitalista e política não estivesse no horizonte de Ostrom, elas são fundamentais nesse trabalho. Aqui as elaborações acerca do comum pretendem compreendê-lo como um princípio contra-hegemônico e político-pragmático capaz de reunir as experiências políticas e comunitárias dos que lutam pela Vida.

Existem, porém, divergências nas interpretações e elaborações teóricas em torno do comum. Não raro, a polissemia em torno do vocábulo confunde mais do que esclarece (Federici, 2019). Dardot e Laval (2017) oferecem um olhar para a etimologia da palavra comum como possibilidade para desfazer algumas ambiguidades. O termo,

do latim, *commune* (da junção *cum* e *munus*) remete a compromissos recíprocos, algo como corresponsabilidade entre aqueles que se envolvem numa mesma experiência. Esses compromissos, como responsabilidade mútua seriam constituídos na ação.

Essa constituição pragmática, porém, estaria permeada por dificuldades comunicacionais e interesses divergentes. Uma organização comunal seria repleta de dissonâncias e instabilidade. Nas palavras de Meira e Machado (2021, p. 15) a organização comunal “[...] não abriga, contém, ou protege, em vez disso, é a própria inauguração de um processo de expropriação. Em comunidade, os supostos sujeitos proprietários são expostos e suspensos em um *munus* comum”.

A corresponsabilidade produzida na atividade “encontra ressonância na concepção da instituição do comum (*koinón*) e do “pôr em comum” (*koinónein*) em Aristóteles” (Dardot; Laval, 2017). Trata-se de um **agir comum** (grifo nosso), algo que se elabora a partir do pensamento aristotélico e que não pode ser confundido com o adjetivo comum. Mas, essa confusão pode ser observada na infinidade de estudos sobre o comum que utilizam as expressões “bem comum” ou “bens comuns”⁴⁴. Um bem ou bens, no plural, são coisas que podemos possuir, comprar ou vender. Na esfera jurídico-econômica, um bem é algo que pertence a alguém, no sentido da apropriação. As abordagens que costumam tratar do comum como um bem percorrem a teoria econômica, liberal e institucional.

Ao adjetivar um bem como comum, por exemplo, ele se diferenciaria de um bem público ou de um bem privado. O problema dessa classificação é o pressuposto de que somente algumas coisas poderiam tornar-se comuns. O que Dardot e Laval (2017) sugerem é a recusa do uso das palavras bem ou bens a fim de transpor a ideia de comum como um adjetivo. Os termos bem ou bens deixam de fazer sentido quando o comum passa a ser um princípio político que reuniria as lutas contra-hegemônicas.

⁴⁴ A ideia é citar outros trabalhos além das pesquisas de Elinor Ostrom sobre os bens comuns. O economista francês Jean Tirole, prêmio Nobel de 2014, no prefácio do livro “Economia do Bem Comum”, questiona o que teria ocorrido com o bem comum? Apesar da crítica a economia de mercado dominante, ao aparelho judiciário e as autoridades de regulação (independentes) que teriam deixado de ser submetidos a “primazia da política” e teriam se tornado “atores incontornáveis” (Tirole, 2018), o autor entende que bens comuns, como a água, por exemplo, quando disponível em quantidade limitada ou, quando a coletividade pretende limitar a utilização, deverá ser privatizada. Para o uso, os agentes econômicos pagariam um valor para a comunidade. Já as reflexões de Reich (2018) acerca do comum se direcionam ao poder público e aos abusos da legitimidade política representativa. Esse autor afirma que o governo e as corporações abandonaram os compromissos com o bem comum. A confiança nas instituições, o resgate da moralidade pública e a liderança são os conceitos que Reich (2018) mobiliza para pensar o retorno do comum. Reich (2018 p. 99) alerta para a “[...] responsabilidade de encontrar, compartilhar e insistir na verdade pública”.

A expressão comum sem o termo bem evitaria a conotação com propriedade e reforçaria a intenção de expressar o inapropriável (Dardot; Laval, 2015).

Ao deslocar o debate dos bens, adjetivados como comuns, para o comum como experiência coletiva humana, há uma restauração e uma amplificação da potência política imanente aos processos e práticas comunitárias. O comum como uma ideia, um princípio político, torna-se uma evocação para repensar a natureza, o conhecimento, o direito, a economia, a tecnologia, a cidade. O conceito de comum como princípio político “[...] é uma premissa de um raciocínio ou demonstração, isto é, uma proposição” (Dardot; Laval, 2017, p. 650). Como política é um esforço de determinação e de ação coletiva democrática em prol do que é justo, nunca uma prática de uma minoria.

O comum como “[...] um projeto político coerente” (Federici, 2019, p. 305) demandaria processos democráticos e locais, que respeitariam as decisões coletivas e os diferentes modos de organização e composição das comunidades (Klein, 2001). O comum como princípio político seria uma espécie de força teórica, simbólica e discursiva para os diversos movimentos defensores da Vida e contrários a expropriação neoliberal (Magalhães, 2015; Dias; Deluchey, 2016; Dardot; Laval, 2017).

A continuidade dos processos de cercamento na história recente da economia neoliberal é amplamente reportada sob as denominações de apropriação, expropriação e acumulação por espoliação dos recursos comuns (Federici, 2019; Harvey, 2011; Hardt; Negri, 2016; Dardot; Laval, 2017; Fournier, 2013; De Angelis; Harvie, 2014). O avanço do neoliberalismo se apropria do trabalho doméstico, relacionado ao cuidado e a reprodução da existência (De Angelis; Harvie, 2014; Federici, 2019). O problema da ambiguidade, portanto, não se restringe ao vocábulo comum ou a suas interpretações teóricas. Para De Angelis e Harvie (2014) há uma relação ambígua entre o capital e o comum.

Na imensa maioria das vezes, são as mulheres que realizam os serviços de cuidado e subsistência. E o fazem de maneira comunal. Como nos esclarece Silvia Federici (2019, p. 17) “[...] a imensa quantidade de trabalho doméstico remunerado e não remunerado, realizado por mulheres dentro de casa, é o que mantém o mundo em movimento”. E essas atividades de reprodução da vida permitem que um grande contingente de trabalhadores esteja disponível para o trabalho assalariado. Na medida em que os serviços de cuidado e subsistência são comprometidos e precarizados, o

que é uma prática comum da economia neoliberal, o próprio sistema deixa de receber esses presentes gratuitos, essenciais para que a máquina deletéria siga seu processo de espoliação e de acumulação. Por outro lado, e aqui o sentido da ambiguidade, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo ataca e precisa do comum, o trabalho comunitário e o agir comum, produziriam um poder social contra-hegemônico (De Angelis; Harvie, 2014; Federici, 2019).

À medida que novas crises se sucedem, o sistema neoliberal amplia a pressão e a dependência sobre os comuns. Como relembra Fournier (2013) o sistema de produção capitalista precisa e se apropria do que é criado no agir comum. Por isso a vigilância diante da capacidade de cooptação do comum pelo capital merece constante atenção. Por outro lado, o comum seria um modo de organização alternativa de resistência e luta como possibilidade para além das relações capitalistas. Embora marginais, as experiências de autogoverno comunitárias em que o agir comum produz comuns permite a apropriação das condições materiais essenciais para reprodução cotidiana da Vida (Dardot; Laval, 2017; De Angelis; Harvie, 2014; Fournier, 2013).

Como princípio político, o comum abarcaria as lutas pela inapropriação das coisas, dos recursos ou dos bens, sem reduzir a discussão ao *mainstream* econômico e jurídico. As mobilizações, a favor dos bens públicos para fins coletivos e a auto-organização das comunidades (Harvey, 2012), se inserem e ampliam o escopo do comum, que seria compreendido como uma relação social, uma prática de produção coletiva e de compartilhamento social (Bollier, 2014). Dito de outra maneira, o comum provém da tarefa compartilhada entre as pessoas, algo que Dardot e Laval (2017, p. 308) dizem ser “[...] ao mesmo tempo uma qualidade do agir e aquilo que é instituído por esse mesmo agir”.

O comum, visto como algo a ser instituído, instaurado, como modos de fazer e organizar, se aproxima da proposição de Linebaugh (2008, p. 279) que sugere “[...] ser melhor manter a palavra comum como um verbo”. Isso expande e vai além do já discutido, da palavra comum como adjetivo ou substantivo. Essa interpretação, como um modo de agir e organizar, propõe, nas palavras de Linebaugh (2008, p. 279) que “[...] o comum é uma atividade e, no mínimo, expressa relações na sociedade que são inseparáveis das relações com a natureza”. O comum, como verbo, que pretende expressar modos de fazer, agir e organizar, seria melhor descrito como *commoning*⁴⁵

⁴⁵ A palavra *commoning* preserva um significado original e sua tradução para o português poderia comprometer sua significação. A terminação *ing*, na língua inglesa promove a ideia de algo em

(Dardot; Laval, 2017; De Angelis; Harvie, 2014; Fournier, 2013; Federici, 2019; Llinebaugh, 2008).

O *commoning* reúne a ideia de agir comum - recuperada do pensamento aristotélico por Dardot e Laval (2017) – com a compreensão de “[...] atuar coletivamente para o desenvolvimento dos comuns” de Federici (2019, p. 33). Fournier (2013) e De Angelis e Harvie (2014) pensaram no *commoning* como um modo alternativo de organizar e produzir o comum. Ao mesmo tempo, todos esses pesquisadores adotam o *commoning* como uma prática política capaz de escapar ao capital e suas prerrogativas.

Como ressalta Fournier (2013) é impossível compor alternativas ao mercado sem os meios materiais que permitam a sobrevivência. Por exemplo, sem a terra para cultivar alimentos, sem a sabedoria envolvida nas práticas de produção da comida e sem a possibilidade de viver em coletividade para trocar os alimentos por outras necessidades, seguiríamos dependentes do capital. Para essa pesquisadora, as sucessivas crises que afligem o capitalismo comprometem e se apropriam das condições essenciais de manutenção da Vida. E o *commoning* seria o modo de organização coletiva que permitiria acesso aos comuns como comida, água, ar puro, entre outros. Um modo de “[...] organizar em comum para os comuns” em que o alimento, a água, o ar puro, o conhecimento, seriam mantidos e produzidos através de reciprocidade (Fournier, 2013, p. 449, tradução nossa).

Em meio as ambiguidades e distintas interpretações acerca do comum como uma coisa, um bem ou um recurso, ou como um princípio político de luta anticapitalista, foi a elaboração do significado de *commoning* que chamou minha atenção e com a qual criei vínculos. O *commoning*, como exigente da ação, permite ir além do comum como um recurso, uma proposição política ou como algo dado e espontaneamente produzido nas relações sociais. O agir comum, permeado pela política, enquanto espaço de negociação da diferença, seria a possibilidade de instauração e organização sempre provisória e instável de comuns. Para instaurar o *commoning* seria preciso intervir, fazer e refazer a ação comum. De certa maneira, o *commoning* expressaria a obra a ser feita.

movimento, na ação, que acontece no desenvolvimento das práticas. Silveira e Savazoni (2018) observam que as possíveis traduções comunalizar, comunhar ou fazer comum não conseguem dar a conotação que a versão em inglês possibilita. Para esses autores, o *commoning* traduz melhor o processo de fazer o comum como uma prática comunitária e política (Silveira; Savazoni, 2018).

E foi com esse aporte teórico e com essas elaborações acerca do comum que eu iniciei meu percurso exploratório. Fiz as incursões ao campo empírico com a ideia de que o *commoning* poderia ser uma potência para inventariar e instaurar novas maneiras de reproduzir a Vida, junto com os Outros. O problema, entretanto, residiu na noção de Outros que o *commoning* permitiria acomodar. Digo isso, pois nas interpretações que me levaram ao agir e ao organizar comum, melhor nominado como *commoning*, eu considerei aspectos relacionais eminentemente humanos. A literatura que acessei até o início das atividades exploratórias, permitiu que eu visse o *commoning* apenas como um modo de agir e de organizar atribuídos a aspectos relacionais da coletividade humana.

Ao concordar e assumir o *commoning* como vocábulo, com potência política e de agência, exclusivas da socialidade humana, eu incorreria no mesmo equívoco que nos persegue, esse da compreensão antropocêntrica da realidade. As composições pragmáticas e coletivas que a ideia de *commoning* permitiria ver, permaneceriam reduzidas aos aspectos relacionais entre e para humanos. O que torna incongruente essa interpretação são os vínculos que criei no campo empírico. A evidência experienciada é a da impossibilidade de manter a Vida sem engendrar alianças multiespécies.

Não seria possível instaurar um espaço material para o cultivo de alimentos sem o engendramento de humanos com os outros que humanos, esses interdependentes, que compõe o terreno da Vida. Conforme abordarei com mais detalhes, em outra seção do texto, há uma multiplicidade de seres vivos e não vivos a compor um território agroecológico colaborativo. Esses seres agem, organizam e transformam a paisagem, por vezes, à revelia dos coletivos humanos. É por meio da heterogeneidade e da diferença dos modos de existir que são feitos e refeitos os vínculos de interdependência para a continuidade da Vida. A noção de Outros, agora expandida, refere-se aos múltiplos e divergentes modos de existência, humanos e outros que humanos, e “[...] seu difícil estar junto na heterogeneidade” (La Cadena; Blaser, 2018, p. 4).

Essa expansão, no sentido de tornar-se com Outros, nos devolve ao experimento de pensamento da ontologia política que opera na presunção de mundos divergentes a partir das cosmovisões ameríndias e seu princípio antropomórfico. Como elaborei no capítulo do debate ontológico, a expressão pragmática do multiverso se expressaria na e com a alteridade radical ou significativa. Embora a

alteridade aproxime os ônticos e engendre suas coexistências, Stengers (2018c) esclarece que não existe um interesse “transcendente comum”. Compor com, numa dança generativa conjunta refere-se a interesses divergentes e conflituosos entre os seres, que, apesar disso, escolhem viver juntos (Haraway, 2019).

Os vínculos interespecíficos acabam por ser provisórios e repletos de “[...] enredamentos, cruzamentos e interrupções” (La Cadena; Blaser, 2018, p. 6). Dito de outra maneira, cada ser se importa com seu mundo, mas pode referir-se ao outro, ou precisar do outro, na e apesar da divergência, e “[...] cada um por suas próprias razões” (Stengers, 2018c, p. 91). Stengers (2018c) e Santos (2019) esclarecem que os interesses são sempre divergentes, dada a pluralidade ôntica e epistêmica. Essa composição, sempre em disputa, de “mundos heterogêneos (e suas práticas) enquanto lutam por o que faz cada um deles ser o que é, o que também não é sem outros é o que vemos como a construção de um **incomum**⁴⁶” (grifo nosso) (La Cadena; Blaser, 2018, p. 4).

O incomum admitiria dissensos e equívocos para compor alianças, o que La Cadena (2018, p. 113) nomina, também, como “incomunalidades” e aproxima o termo das elaborações sobre a ecologia de práticas e as conexões parciais interdependentes stengersianas. O agir e organizar comum exigiriam engendramentos entre ônticos heterogêneos o que quer dizer que “[...] os incomuns são constitutivos dos comuns” (Blaser; La Cadena, 2021, p. 77).

Diante da composição multiespecífica, heterogênea e divergente da realidade, cultivar entendimentos relacionais incomuns poderia ajudar a situar o comum em um contexto mais amplo de transformação. O *commoning*, visto como produzido a partir de incomunalidades, articularia ônticos e ação para a instauração de mundos possíveis. Nós ainda partilhamos a Terra, no sentido do espaço material comum para a sobrevivência. Em meio a destruição do planeta e de muitos mundos que nele habitam, a ideia de incomuns pode ser uma abertura para novas conexões reconhecendo a incompletude, a interdependência e os desafios de compor alianças apesar das incomunalidades (La Cadena; Blaser, 2018).

⁴⁶ Para elaborar a ideia de incomuns, os autores, pelo menos os que usei como referências, não fazem uso do termo *uncommoning*. Apesar de ser uma possibilidade, assim como foi na elaboração do conceito de *commoning*, dado que a terminação *ing*, da língua inglesa, poderia inferir a ideia de ação, algo feito e refeito, sempre em movimento (Silveira; Savazoni, 2018), La Cadena e Blaser (2018; 2021) preferiram falar de incomuns e de incomunalidades. Nesse texto, em consonância com os autores citados, manteremos os mesmos termos.

O 'fazer comum' muitas vezes se baseia em equívocos que renegam as incomunalidades, entrincheirando assimetrias entre os elementos do comum. Em tais situações, o 'tornar incomum' sob a 'equivocação controlada' pode ajudar o 'fazer comum' a cumprir sua promessa democrática e igualitária, mantendo os envolvidos alertas para os incomuns que sustentam o comum, criando uma consciência da natureza contingente e pragmática da viabilidade da tradução e comprometendo-se com a transformação mútua sem que a igualdade ou a equivalência sejam seu horizonte final. Para constituir o comum dessa maneira deveremos, paradoxalmente, como aponta Helen Verran, aprender a recusar a redução colonizadora das práticas às categorias compartilhadas e a aceitar que não estamos metafisicamente comprometidos a fazer um mundo comum, mas, em vez disso, a seguir juntos em divergência (Blaser; La Cadena, 2021, p. 83).

A fim de seguirmos juntos em divergência, Stengers (2018b; 2018c) propõe barrar a imposição de uma decisão e fazer valer a decisão conflitante de todos os implicados. Os incomuns poderiam ser essas pausas, o hesitar diante de uma proposta disfarçada de prática comum e que, supostamente, interessaria a todos. Na elaboração stengersiana nós seríamos obrigados a pensar e perguntar quais seriam as ameaças e as consequências de determinada decisão. Se a situação ou prática pode fazer vítimas, estas nunca poderão ser esquecidas. Essa obrigação instaura um compromisso de envolvimento com o mundo, contra a destruição da Vida.

As lutas entre os implicados deslocariam a guerra da tentativa em conhecer – epistemologia – para o engajamento com e no mundo. Um mundo sempre em disputa onde cabem muitos mundos (Stengers, 2018b; 2018c). Ao repovoar e reanimar o mundo não estamos mais, nem no plano das linguagens representativas da epistemologia e nem em busca de uma ontologia unificada. Diante da realidade desse nosso tempo, o apelo stengersiano, para engajar-se com e no mundo, diz acerca da disposição para a guerra por sobrevivência.

Estar ciente disso é um realocar do pensamento que abre janelas, que descortina e permite pensar nas possibilidades de instaurar novas potências de agir. A começar pela recusa dos pressupostos epistemológicos de um mundo disponível a ser espoliado. O pluralismo de ônticos nos retira do plano das tentativas de conhecer e das representações e nos coloca no compromisso de engajar-se em causas pelas quais se vive e pode morrer.

Latour (2020a) convoca para a tarefa de reconhecer e descrever todos os entes e seres animados que compõem os terrenos da Vida. "Aquilo de que um terrestre depende para sobreviver, perguntando-se quais são os outros terrestres que se

encontram sob a mesma dependência” (Latour, 2020a, p. 114)⁴⁷. E isso implica numa responsabilidade de fazer ver, instaurar ou descobrir os modos de existência interdependentes, os outros terrestres de Latour, dos quais o terrestre humano depende.

Os terrestres, com t minúsculo, seriam todos os modos de existência que compõem certa paisagem. E, na elaboração latouriana, o Terrestre⁴⁸, com T maiúsculo, seria o termo que designa um novo ator político, aquele que desloca a luta entre o Global e o Local para um outro lugar e que reage as ações humanas⁴⁹. Em tempos de crise socioecológica permanente, Latour conclama a agir, inventariar, aterrar em algum lugar e descrever o que e quem, nós, como terrestres, precisamos para nossa sobrevivência. As lutas por sobrevivência e o aterrar humano junto com os seres interdependentes, em especial, com os vegetais, são os temas da próxima seção.

⁴⁷ Em *Onde Aterrar?* (2020a) Latour utilizou o termo dependência para sobreviver. Já na obra seguinte, *Onde estou?* (2021) modifica a palavra para interdependência, nesse sentido corroborando com o termo adotado por Stengers (2020).

⁴⁸ Nos escritos anteriores, tais como “Diante de Gaia: Oito Conferências Sobre a Natureza do Antropoceno” (2020b) e “Investigação Sobre os Modos de Existência” (2019), por exemplo, Latour fez uso do termo Gaia para designar uma Terra ou um Globo que aprisiona e ameaça os humanos enquanto é ameaçada por estes. É na obra “Onde Aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno” (2020a) que Latour propõem o termo Terrestre.

⁴⁹ Latour (2020a) explica que o termo Terrestre foi uma palavra provisória para determinar “o terceiro atrator” que não é o Global e nem o Local. O filósofo nominou Terrestre por compreender que poderia ser uma palavra melhor do que Terra, Natureza, Solo, Mundo ou Gaia. Esse terceiro atrator, o Terrestre, seria um “Novo Mundo” (Latour, 2020a) completamente diferente daquele que os Modernos “descobriram” e despovoaram. O mundo do Terrestre é povoado, por terrestres humanos e terrestres outros que humanos que dependem uns dos outros para a sobrevivência. A ideia é deixar de acreditar na infinitude do Global e na segurança e estabilidade de um Local. Nem um, nem outro.

5 LUTAS POR SOBREVIVÊNCIA: O ATERRAR HUMANO COM OS SERES INTERDEPENDENTES

A convocação de Latour (2020a) para descrever os seres animados que compõem os terrenos da Vida, nos remete as experiências cotidianas mais simples, como respirar e comer. Nós, humanos, e todos os animais, denominados heterótrofos⁵⁰ dependemos de outros seres – autótrofos⁵¹ - para nos mantermos vivos. Embora essa classificação não seja tão precisa, poderíamos dizer que as bactérias, as plantas e Gaia são consideradas autótrofas (Latour, 2021). A condição de heterótrofos impõe necessidades incontornáveis, os vínculos de continuidade, algo que, como vimos, sempre esteve presente nos modos de vida interdependentes de diversos povos, como os ameríndios.

Ao parafrasear Latour (2020a), posso dizer que aterrei em espaços de cultivo de vegetais. A maneira como criei vínculos com essas paisagens foi se transformando à medida que, em mim, as metamorfoses também foram ocorrendo. Antes de habitar em companhia das plantas, da terra e da multiplicidade de seres vivos e não vivos; sentir e saber que dependo de tantos Outros para viver, eu prestava pouca atenção a paisagem. Digo isso, pois como obediente praticante ocidentolocêntrica, eu via os vegetais como recursos a serviço humano. Embora disposta a estudar as possibilidades de restaurar e instaurar paisagens multiespécies em prol da manutenção da Vida, eu permanecia vinculada aos modos como nossa cultura ocidental vê e pensa acerca das plantas (Nascimento, 2021).

O primeiro desafio é deixar de pensar e ver os vegetais como “[...] acidente inessencial e colorido relegado às margens do campo cognitivo [ou como] bibelôs supérfluos da decoração urbana [ou como] ervas daninhas e objetos de produção em massa” (Coccia, 2018, p. 11). Apesar das evidências sobre a impossibilidade de manutenção da Vida sem as plantas, o sentido de sua existência, na maioria das vezes, refere-se a sua utilidade.

⁵⁰ Os animais são chamados de *heterótrofos* porque não conseguem produzir seu próprio alimento, por meio de substâncias inorgânicas e da luz solar (Nascimento, 2021).

⁵¹ Já as plantas são chamadas de *autótrofas* pelo fato de obterem nutrição por meio da fotossíntese, das substâncias do solo e da água: produzem, desse modo, o orgânico a partir do inorgânico (Nascimento, 2021).

Mesmo na biologia, como denuncia Coccia (2018), são priorizados os estudos sobre animais, em detrimento das plantas. Essa priorização estaria relacionada ao fato de nós, humanos, nos identificarmos com várias características do reino animal e sermos bem diferentes dos vegetais e de outros modos de vida. Isso implica e se estende, também, para as lutas e para os movimentos socioecológicos que se concentram mais na restauração dos vínculos entre humanos e animais do que entre humanos e plantas. O “antropocentrismo” e o “zoocentrismo” (Nascimento, 2021) menosprezam a possibilidade de conhecer com as plantas.

Os vegetais, na maioria das vezes, são tratados como seres inferiores e incompletos. O sentido original do “verbo vegetar” era positivo e fazia referência a “[...] animar, vivificar; dar movimento a; aumentar, fortalecer, fazer crescer” (Nascimento, 2021, p. 87). Mas, na apropriação pela linguagem ocidental passou a significar “[...] inércia, morbidade ou estado de coma” (Nascimento, 2021, p. 87).

Na perspectiva tradicional, faltaria às plantas esse senso de mobilidade próprio aos animais, e que já está na ‘raiz’ de sua etimologia: o ânimo ou a *anima* que nos move enquanto viventes heterótrofos. Como apenas com o surgimento das câmeras de aceleração de imagens pôde-se perceber que as plantas se mexem bastante, o preconceito metafísico se perpetuou. Motivo pelo qual podem ser abatidas sem remorsos: elas não reagem porque não pensam nem sentem propriamente, e por consequência não são dotadas de existência em sentido pleno (Nascimento, 2021, p. 88, grifo do autor).

Como nos relembram Coccia (2018; 2020), Mancuso (2019) e Nascimento (2021) o oxigênio para respirar e a comida para os animais são provenientes das plantas; assim como os recursos não renováveis, móveis, roupas e muitos medicamentos. Nas palavras de Coccia (2018) os vegetais “fazem mundo”. Decerto, os animais morreriam por falta de oxigênio e de alimento se a vegetação do planeta deixasse de existir. Nascimento (2021, p. 88) informa que “[...] as plantas representam 85% da biomassa” que ocupa o planeta, enquanto os “[...] 15% restantes competem aos animais; deste último percentual menos de 1% ao corpo humano” (Nascimento, 2021, p. 88).

Tornar-se com as plantas e conhecer com elas permitiria compreender o significado de aterrar em algum lugar, enraizar e resistir. Ainda que distintos dos animais, os vegetais sentem o ambiente e desenvolveram complexas e descentralizadas estruturas que se adaptam muito rápido aos riscos e as mudanças (Mancuso, 2019). O corpo da planta se estende e habita, ao mesmo tempo, o espaço

aéreo e o interior da terra. Em seu ser e para sua constituição se reúnem sol, ar, água, terra e minerais. Das plantas é exigida a “[...] exposição integral, em continuidade absoluta” (Coccia, 2018, p. 13) com o espaço material que elas ocupam.

Embora cada raiz atue de maneira autônoma e siga por uma direção, ela coopera com outras raízes compondo uma “colônia” (Mancuso, 2019). Na floresta, sob a terra, os fungos micorrízicos tecem emaranhados com as raízes das árvores, engendrando “teias micorrízicas” (Tsing, 2019). Ao mesmo tempo em que os fungos se alimentam de vermes parasitas, eles redistribuem açúcares e nutrientes entre e com outras árvores, plantas e flores, excretam enzimas, digerem substâncias orgânicas e minerais e absorvem material nutritivo (Tsing, 2019).

Essas cidades subterrâneas animadas e interdependentes agem e se organizam de maneira comunal, apesar de suas heterogeneidades. O que as cidades humanas poderiam aprender ou reaprender com os modos de existir e habitar das florestas?

Nós construímos nossas cidades através da destruição e simplificação, derrubando florestas para substituí-las por plantações para cultivo de alimentos ou para viver em asfalto e concreto. Nas plantations do agronegócio, nós coagimos as plantas a crescerem sem ajuda de outros seres, incluindo os fungos da terra. Substituímos os nutrientes fornecidos pelos fungos por fertilizantes obtidos pela mineração e em indústrias químicas, com suas trilhas de poluição e exploração. Cultivamos nossas plantações para isolamento em estufas químicas, enfraquecendo-as como galinhas enjauladas e sem bico. Nós mutilamos e simplificamos as plantas cultivadas até que elas não mais saibam como participar em mundos de múltiplas espécies (Tsing, 2019, p. 44).

Os ameríndios, como povos da floresta, sabem participar de mundos multiespécies. Eles conhecem com e tornam-se com as plantas. Conhecer com os indígenas-floresta seria uma possibilidade para os humanos das cidades. Nas pesquisas e nos debates acadêmicos, porém, esses conhecimentos dos povos da floresta, muitas vezes, deixam de ser citados. Goldstein (2021, p. 202) faz um alerta sobre a falta de reconhecimento das práticas “[...] etnobotânicas indígenas [como] um campo preexistente do pensamento acerca da senciência das plantas”. O que a antropóloga propõe é uma “[...] virada etnobotânica [pautada numa] relacionalidade ética” (Goldstein, 2021, p. 203) que torne colaborativos os saberes tradicionais indígenas com os estudos botânicos sobre os modos de existir das plantas com outros seres.

As vozes dos povos da floresta e a luta pela preservação de seus territórios são, em si, a pragmática de seus modos de vida interdependentes, de continuidade e composição com outros seres. Os indígenas sempre estiveram junto com os outros modos de existência dos quais dependem para viver, o que faz oposição a fratura e a descontinuidade impostas pela supressão da diversidade e da pluralidade das formas de existir e viver. A partir das vozes indígenas de Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Sonia Guajajara, Nascimento (2021) nos convida a aprender com os modos de vida da floresta, a fim de reconectar e fazer comunicar as plantas com as lutas e saberes de todos os coletivos humanos oprimidos e vulneráveis.

As lutas contra a opressão e a vulnerabilidade inspiradas nas etnobotânicas indígenas como “lutas-floresta” (Tible, 2021) ajudam a pensar na reocupação das cidades para organizar e compor vida interdependente. O problema, de restaurar a vida multiespécies das cidades, reside no fato delas serem construções minerais que abrigam humanos que, no máximo, aceitam conviver com alguns animais domésticos e plantas, como bibelôs decorativos. A floresta é, portanto, uma oposição, o espaço selvagem que recebe tudo o que a cidade quer depositar fora de si. Coccia (2020) explica que o vocábulo floresta têm origem na palavra em “latim *foris*” que significa “fora de”, o que acaba remetendo a várias faltas: de “civilização”, de “humanidade”, de “modernidade”, de “tecnologia”. Apartar a floresta da cidade remove a possibilidade de fazer vida nessa última e “[...] a fúria mineral do urbanismo moderno só pode levar a desertificação do planeta” (Coccia, 2020, p. 130).

Mesmo antes da pandemia, Tsing (2019) alertava sobre a proliferação de vírus patogênicos, ocasionado pelas perturbações humanas na agricultura industrial e nas cidades. As pragas proliferam por que as espécies são apartadas de suas companheiras, dadas as descontinuidades instauradas pela simplificação ecológica da vida monocultural (Reflections [...], 2019). Deixa-se viver somente o que for convertido em ativo financeiro. Para Coccia (2020) as cidades são o lócus da monocultura, de maneira mais intensa do que as práticas monoculturais na agricultura.

Sem escolher qual das ações humanas monoculturais – da cidade ou da agricultura – seriam as mais deletérias, Morris *et al.* (2022) alerta que seriam necessárias abordagens teóricas e metodológicas que aliem o crescimento das cidades - a urbanização, com o cultivo de alimentos – a agricultura. Elas, as cidades, fazem os humanos acreditarem na autonomia e independência de seus corpos. Mas nós não sobrevivemos sem muitas outras espécies (Rupprecht *et al.*, 2020; Tsing,

2019). Na realidade, as cidades vivem “[...] sobre o corpo das plantas e animais que são necessários para dar vida aos homens e mulheres que ali residem, para lhes proporcionar abrigo, instrumentos, móveis, energia, oxigênio” (Coccia, 2020, p. 131). A vida é interespecífica e se expressa a cada respirar e em cada refeição quando estamos transformando outros seres em comida.

Dada a impossibilidade da Vida sem colaborações interespecíficas, as paisagens são sempre animadas e contaminadas. Para Tsing (2019, p. 23) a “[...] diversidade contaminada é adaptação colaborativa a ecossistemas de perturbação humana”. Os humanos fazem parte da paisagem multiespécies. Mas seu modo de habitar, a maneira como perturbam a paisagem, pode ser lenta, sem arruinar e degradar os espaços multiespecíficos. A antropóloga sugere “ocupar a comida” (Tsing, 2019, p. 87) e as experiências cotidianas como possibilidade para vivermos juntos e restaurar “os desertos monocultores e sepulturas de agricultura industrial”, vinculadas aos “lábios impacientes dos consumidores” (Tsing, 2019, p. 87).

O tempo histórico atual pede urgência para ocupar a comida, o cotidiano, as cidades, com lutas-floresta – composição de saberes e práticas camponesas e indígenas com as ciências humanas e naturais. O cientista pós-abissal, agora ativista e engajado com o mundo, é um dos obreiros instauradores de Souriau. Os experimentos de pensamento da ontologia política, do tornar-se com Outros apesar e com as incomunalidades, para habitar mundos vivos, poderiam ser potências para escrever novas histórias. Um mundo onde cabem muitos mundos; sem circunscrever a ação ao projeto civilizacional que pretende a exclusão dos múltiplos e animados modos de existir. Tsing (2019, p. 18) não nos deixa esquecer: “[...] a vida nas ruínas está em toda parte”.

A escolha das palavras, que expressam as possibilidades para pensar e agir, ressoam como porta-vozes potentes para fazer mundos. Assim como Tsing, Tible (2021, p. 124) convida para ocupar o “coração das cidades” para restaurar a “prática de viver juntos” e organizar coletivos para as atividades cotidianas, como cozinhar e comer. Latour (2021) utiliza o verbo *elselvajar* e Nascimento (2021) fala em verdejar nossos modos de habitar e viver. Criar vínculos com as plantas, como nossa fonte de ar e de comida requer conhecer com elas.

Embora de maneiras distintas, todos os autores expressam lutas-floresta; possibilidades de conviver com todos os seres vivos e não vivos, habitar a cidade e tecer composições que possam ser contínuas, apesar da heterogeneidade, da

divergência, das incomunalidades. Ocupar as cidades e a comida como expressões de lutas-floresta ressoa e faz vínculo com os experimentos de pensamento sobre a instauração de territórios agroecológicos, temática a ser elaborada na próxima seção do texto.

5.1 TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS NAS CIDADES

Os dados acerca do crescimento das cidades impressionam. Em 1980, a população mundial, que vivia nas cidades, era inferior a 40%; em 2020, já superava 56% (Simoni, 2022). É provável que 70% da população do planeta ocupará áreas urbanas até 2050. E até 2030 alguns países como Argentina, Brasil, Coréia do Sul e Venezuela, terão 90% das pessoas vivendo nas cidades (Morris *et al.*, 2022).

As cidades já são áreas arriscadas para viver e se tornarão espaços de vida ainda mais hostis se não forem “redimensionadas” e “redignificadas” (Santos, 2021). Os humanos se aglomeram e a “suburbanização” (Tornaghi; Dehaene, 2020) acelera, instaurando modos de vida cada vez mais precários e submetidos a lógica do capital.

O termo precário poderia ser melhor compreendido como fome, escassez de acesso a água, a alimentos saudáveis, saneamento, saúde, moradia digna, etc. O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto de Pandemia de Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), divulgado em junho de 2022, informa que 33,1 milhões de pessoas passa fome no Brasil e 125,2 milhões de pessoas não tem acesso regular a alimentação adequada (dados coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022). Em comparação com o inquérito anterior, publicado em 2021, ocorreu um aumento de 14 milhões no número de pessoas que passam fome, que era de 19,1 milhões (dados coletados em dezembro de 2020)⁵² (Rede Penssan, 2021; 2022).

A homogeneização da vida, bem representada pela espécie humana apartada da natureza, vivendo nos subúrbios, comendo poucas espécies ou alimentos industrializados e ultraprocessados faz parte do projeto neoliberal que se sustenta

⁵² Para afirmar isso, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), responsável pelos inquéritos, analisa e classifica as condições de acesso regular e permanente a alimentos como segurança alimentar e o não acesso regular e permanente a alimentos como insegurança alimentar. E essa insegurança alimentar é classificada em três níveis, leve, moderada e grave. A insegurança leve é a incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida. A insegurança moderada é a quantidade insuficiente de alimentos e a insegurança grave é a privação no consumo de alimentos e fome (Rede Penssan, 2022).

através da ruptura dos laços de interdependência – “das infraestruturas da vida” (Tible, 2021). Apesar de existirem 2.500 espécies de vegetais comestíveis no planeta, a maior parte dos humanos se alimenta, principalmente, com três espécies - trigo, milho e arroz. A produção de monoculturas já ocupa 80% das terras cultiváveis, tornando cada vez mais vulneráveis e doentes as pessoas, os cultivos, o solo, a água e o ar (Altieri; Nicholls, 2021).

Embora as intervenções contidas nesse estudo digam acerca de espaços de cultivo situados na urbanidade, há um conjunto importante de estudos agrários e alimentares em que diversos autores mobilizam debates políticos com vistas à transformação do sistema alimentar de maneira geral. Esses estudos ajudam a pensar na ocupação da comida e das cidades. Destaco, o movimento em prol de democracia e cidadania alimentar (Cucco; Fonte, 2015; Darolt; Lamine, 2017); a valorização do alimento como um direito e um comum (Niederle; Wesz Jr., 2018); o movimento por soberania alimentar (Toledo; Barrera-Bassols, 2017; Ocón; Gusmán, 2018; Bonnano; Wolf, 2018b; Niederle; Wesz Jr., 2018); a reconexão dos produtores e consumidores, não apenas espacial, mas no sentido de uma realocação (Cucco; Fonte, 2015; Niederle; Wesz Jr., 2018); a apropriação coletiva de princípios comuns pertencentes às práticas agroecológicas (Altieri; Toledo, 2011; Petersen, 2013; Toledo; Barrera-Bassols, 2017; Ocón; Gusmán, 2018; Niederle; Wesz Jr., 2018); e os territórios como espaços coletivos para as transformações socioecológicas e de saúde (Lamine; Magda; Amiot, 2019).

O que essas pesquisas denunciam é a interconexão entre a industrialização da agricultura, o ultraprocessoamento de alimentos e a saúde humana e planetária. Os impactos na saúde humana se asseveram por mudanças nas práticas alimentares e o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. A interferência na natureza se dá pelo uso inadequado da terra e dos recursos hídricos, pela poluição atmosférica originada com a emissão de gases de efeito estufa, pela poluição química atribuída ao uso de fertilizantes (que alteram os ciclos de fósforo e nitrogênio) e agrotóxicos que provocam doenças e perda de biodiversidade (Willett, W. *et al.*, 2019; IDEC 2019; Wezel *et al.*, 2020; Altieri; Nicholls, 2021).

A interconexão entre as crises – socioecológica e alimentar - está amplamente referenciada por pesquisas das quais destaco quatro relatórios (FAO; IFAD; UNICEF, WHP; WHO, 2021; Agroecological [...], 2019; IPCC, 2021; IDEC, 2019). Os documentos enfatizam que o sistema alimentar industrial hegemônico é um dos

maiores responsáveis pela obesidade, desnutrição e mudanças no ambiente natural planetário. E a produção de alimentos é gravemente afetada pela mudança climática, pela transição demográfica e pelo esgotamento de recursos (IPCC, 2021; FAO, 2021; Lamine; Magda; Amiot, 2019).

Além da fome e da insegurança alimentar, as mudanças climáticas e as pandemias de obesidade e de desnutrição forjam uma 'Sindemia Global' (A Sindemia [...], 2019). Os sistemas alimentares industriais incrementam as pandemias de obesidade e desnutrição e geram 25-30% das emissões de gases do efeito estufa (GEEs) (IDEC, 2019). O Brasil é o quinto maior produtor de alimentos do mundo e mesmo assim, milhões de brasileiros passam fome e os índices de obesidade atingiram 19,8% em 2018. Em 2017, a agropecuária foi responsável pela emissão de mais de 70% dos gases de efeito estufa no país (IDEC, 2019).

Alguns outros danos à saúde humana relatados por Lamine; Magda; Amiot (2019) são as doenças cardiovasculares, o câncer, a hipertensão, a diabete, a má-nutrição como problemas diretamente relacionadas ao consumo de alimentos. Não se trata mais de um problema exclusivo da carestesia que assola os mais pobres. Os alimentos produzidos em escala industrial, frequentemente, possuem baixa qualidade nutricional, são ricos em sódio, açúcares, gorduras e substâncias químicas que lhes conferem aspecto e sabor, porém, ampliaram significativamente os problemas de saúde em escala global.

A comida foi transformada em mercadoria apesar de dependermos dela para viver e ter saúde. Atuar na instauração de modos de cultivo de alimentos que rejeitem a conversão da comida em *commoditie*, ou mercadoria para lucro corporativo, deve permanecer como impulso e prioridade nas lutas, não importa em qual espaço, paisagem ou território (Holt-Giménez, 2017). Nas elaborações de Tornaghi e Dehaene (2020) a ideia de ruralizar as cidades refere-se à composição entre agricultura e movimentos urbanos, ocupar territórios e cultivar alimentos. A instauração de outros possíveis estaria vinculada às transformações na maneira como comemos e como a comida é cultivada (Tornaghi; Dehaene, 2020; Rupprecht *et al.*, 2020; Altieri; Nicholls, 2021).

O urbano é um espaço político, porém, as práticas do fazer comum, nas periferias das cidades, quase não figuram nas pesquisas teóricas e empíricas acerca da temática. Uma série de iniciativas solidárias e coletivas aproximam o comum e o urbano. Tonucci Filho e Cruz (2019) ressaltam que o urbano é repleto de contradições

e o comum pode engendrar debates acerca do direito coletivo de propriedade da terra, para além da dicotomia entre o particular e o público.

Nos últimos anos o cultivo de alimentos nas cidades cresceu à medida que os cidadãos de áreas urbanas constataam a relevância do acesso a comida produzida na proximidade, sobretudo, em tempos de crises. A possibilidade de comer vegetais biodiversos, cultivados com manejo agroecológico, melhora a resposta imune frente a contaminações virais. Em meio ao crescimento da urbanização, cultivar alimentos nas cidades, utilizando princípios agroecológicos poderia ofertar comida diversa e saudável para famílias em vulnerabilidade social (Rupprecht *et al.*, 2020; Altieri; Nicholls, 2021).

O cultivo agroecológico nas cidades produz comida para os coletivos locais e não para o mercado (Federici, 2019). Essas ações, porém, não poderão se desarticular de outras lutas políticas contra as injustiças de acesso à terra, a mercantilização dos alimentos, a manutenção da habitabilidade camponesa (Federici, 2019; Holt-Giménez; Shattuck; Van Lammeren, 2021; Tornaghi; Dehaene, 2020). O que Tornaghi e Dehaene (2020) nominaram como “urbanismo agroecológico” seria uma das frentes de lutas contra as crises: climática, socioecológica, alimentar e de saúde.

A transformação da paisagem das cidades, em atenção a manutenção da habitabilidade, estaria vinculada a ampliação dos espaços para o cultivo de vegetais. A ideia de ajardinar as cidades com a instauração de espaços para cultivar alimentos biodiversos poderia restaurar a interdependência socioecológica e a saúde, enquanto permitiria aprender mais acerca dos emaranhados de várias espécies. E esses autores mencionam as práticas da agroecologia como modos de cultivo que consideram as composições multiespecíficas (Rupprecht *et al.*, 2020).

A agroecologia é caracterizada, ao mesmo tempo, como uma abordagem científica, uma prática e um movimento social (Wezel *et al.* 2020; Petersen, 2013; Toledo; Barrera-Bassols, 2017; Agroecological [...], 2019); Como ciência, a agroecologia é uma teoria crítica que pretende superar o paradigma da modernização (Petersen, 2013; Wezel, *et al.*, 2020; Tornaghi; Dehaene, 2020) e se compõe através dos saberes e das práticas indígenas e camponesas junto com o conhecimento acadêmico (Caporal; Costabeber; Paulus, 2006). Articula um campo transdisciplinar, a partir de diferentes disciplinas, tais como a física, a economia ecológica, a ecologia

política, a ecologia, a agronomia, a biologia, a educação, a história, a antropologia e a sociologia (Caporal; Costabeber; Paulus, 2006).

Enquanto prática, a agroecologia é um modo de cultivar alimentos que restaura o metabolismo socioecológico, ao mesmo tempo em que produz comida saudável, mobiliza coletivos em prol da soberania alimentar e prioriza o consumo local (Petersen, 2013; Tornaghi; Dehaene, 2020; Altieri; Nicholls, 2021). Os agroecologistas adotam a policultura, a rotação de culturas e o uso de sementes crioulas⁵³, o que promove uma dieta rica e biodiversa e estabiliza a produtividade ao longo do tempo, com dependência mínima de insumos e energia. Os policultivos minimizam as perdas, uma vez que manejam a presença de ervas daninhas, de insetos e de doenças dos cultivos e otimizam o uso da água e do solo. A agroecologia prioriza a autonomia e a subsistência dos membros da comunidade através dos bancos de sementes crioulas e de circuitos curtos de cultivo e consumo de alimentos (Altieri; Toledo, 2011; Altieri; Nicholls, 2021).

Em síntese o relatório do Painel de Especialistas de Alto Nível para Segurança Alimentar e Nutricional (Agroecological [...], 2019) enumerou treze princípios agroecológicos: reciclagem; redução do uso de insumos; saúde do solo; saúde e bem-estar animal; biodiversidade; sinergia (gerenciamento de interações); diversificação econômica; cocriação de conhecimento (saberes locais junto com ciência global); valores sociais e dietas; justiça; conectividade; governança da terra e dos recursos naturais; e participação. Altieri e Toledo (2011) afirmam que a agroecologia fornece os princípios não somente para alcançar a soberania alimentar, mas também a soberania energética e tecnológica.

No Brasil, a agroecologia se expandiu a partir de um diálogo de saberes entre o conhecimento tradicional camponês e indígena, as abordagens da ciência e as organizações políticas rurais do Brasil, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (Altieri; Toledo, 2011; Niederle; Wesz Jr., 2018). As práticas de cultivo agroflorestais, localizados em áreas rurais, podem ser adaptados à realidade das cidades (Altieri;

⁵³ As sementes crioulas são variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades. De acordo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), estas sementes, passadas de geração em geração, são preservadas nos muitos bancos de sementes que existem no Brasil (Fernandes, 2017).

Nicholls, 2021). Cabe, ainda, destacar o protagonismo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) como espaço que aproxima e faz convergir as múltiplas experiências agroecológicas em território nacional (O que [...], [2021]).

Os movimentos, que organizam os modos de fazer e de viver agroecológicos, necessitam de forte articulação política para protagonizar a transformação do sistema alimentar. Priorizar o debate político em torno da agroecologia significaria dar voz para saberes e práticas contrárias aos interesses do capital. Ao politizar o debate agroecológico seria possível avançar para além das experiências locais. Os agroecologistas políticos seriam os “[...] coprodutores de realidades emancipatórias emergentes, tanto na dimensão ontológica, cognitiva e prática, como no conhecimento” (Toledo; Barrera-Bassols, 2017, p. 11). A agroecologia política ativa a democracia dos saberes, restaura o metabolismo entre homem e natureza, defende o pluriculturalismo e reacende a luta em defesa do direito à terra e ao policultivo para a promoção de uma dieta rica e biodiversa.

Os conceitos de relocalização e democracia alimentar se conectam ao movimento político por soberania alimentar e agroecologia para a composição de alianças alimentares colaborativas⁵⁴. A ideia de relocalização alimentar faz uma crítica à distância geográfica da comida e os impactos socioecológicos do deslocamento da comida por grandes distâncias. A redução da distância e a produção e consumo de comida local permitem a aproximação entre o espaço rural e as cidades, sobretudo com o advento dos movimentos de agricultura urbana e periurbana. A desterritorialização da produção de alimentos mercantilizou a comida e levou a contradições como a superprodução de alimentos e a obesidade coexistindo com a

⁵⁴ Os conceitos mais utilizados para as dinâmicas de relocalização alimentar, de acordo com Preiss (2017), são: Local Food Systems - Sistemas Alimentares Locais - SAL (Feenstra, 1997); Short Food Supply Chains - Cadeias Curtas de Abastecimento – CCA (Marsden; Banks; Bristol, 2002); Alternative Food Networks - Redes Alimentares Alternativas - AFNs (Goodman; Goodman, 2009); Food Movements - movimentos alimentares (Holt-Giménez, 2010; Holt-Giménez; Shattuck, 2011); e, mais recentemente, Civic Food Networks - Redes Alimentares Cívicas (Renting; Schermer; Rossi, 2012). O termo em português – Redes Alimentares Alternativas também é traduzido por Schneider e Gazzola (2017) como Redes Agroalimentares Alternativas. Para fins dessa tese e por compreender que a terminologia se aproxima da forma como abordo o assunto, utilizo o conceito de Alianças Alimentares Colaborativas, utilizada por Preiss (2017). Apesar do termo “redes” deslocar a ideia de estrutura e sistemas estáticos para algo relacional, processual, em fluxo e que considera os agentes outros que humanos, compreendo que a palavra “alianças” dá uma ideia de laços coletivos e de construção de elos e pontes entre os diferentes atores (Kneafsey, 2010). A mudança da palavra “alternativas” para a palavra “colaborativas” consiste em evitar a dicotomia entre alternativo e convencional por compreender que não está dado que os sistemas alimentares alternativos locais e de resistência são sempre justos e sustentáveis (Dowler *et al.*, 2010; Tregear, 2011).

fome e com as doenças causadas pelo consumo de ultraprocessados (Cucco; Fonte, 2015).

Os distintos coletivos constituídos a partir das relações entre produtores e consumidores ultrapassam as questões alimentares. O desejo de um sistema alimentar diferente, para Preiss (2017) é construído por diferentes atores sociais que se aproximam por amizade, ou através de um ativismo político relacionado às questões ecológicas e de consumo, ou se reúnem para aprender coletivamente e formam alianças em torno do alimento e de outras aspirações. Os alimentos, os lugares e as práticas compõem as alianças e estabelecem uma dinâmica de colaboração. Por esse motivo, a autora utiliza a denominação Alianças Alimentares Colaborativas (Preiss, 2017).

Darolt e Lamine (2017) apontam para o processo de realocização como alternativa para a produção e consumo de alimentos. Alertam, porém, para certa capacidade social que os atores necessitam para compor essas alianças alternativas regionais. Os produtores e consumidores que forjam essas alianças devem ter ciência de que a disponibilidade de alimentos estará relacionada ao que será produzido na região. Esses autores avançam na análise afirmando que o debate político que acontece no âmbito das alianças alimentares colaborativas caminha para uma espécie de democracia alimentar. O aprendizado de novas práticas democráticas politiza e empodera em prol de alianças nacionais e globais mais amplas como as construídas pela agroecologia (Darolt; Lamine, 2017).

A reflexão política é central para o avanço dos movimentos locais de resistência e para a transformação do sistema alimentar. As práticas alimentares locais podem compor com outras práticas emancipatórias e contra-hegemônicas como, por exemplo, a governança participativa, a economia solidária, a transição das cidades e os movimentos de softwares livres (Cucco; Fonte, 2015).

Lamine, Magda e Amiot (2019) argumentam a favor de uma abordagem territorial como uma escala capaz de conectar diversos atores da área social, alimentar e da saúde. A reconexão entre agricultura, alimentação, ecologia e saúde passaria a ser analisada a partir de uma escala territorial em que seriam pesquisadas as interações entre os processos sociais e ecológicos de um território agroecológico, cidade ou região. É principalmente dentro do crescente campo de estudos agroecológicos que tais abordagens territoriais surgiram recentemente.

No território as pessoas compartilham o futuro da paisagem natural, da cultura e das práticas alimentares. As controvérsias e relações de poder que surgem diante das distintas visões e valores endógenos ao território precisam constituir experimentações coletivas que contribuam para as mudanças de ordem socioecológica e da saúde. Os sistemas reespacializados, relocados e reconectados de produção e consumo de alimentos relacionam a comida com uma região. E a reespacialização está ocorrendo em contextos rurais e urbanos (Lamine; Magda; Amiot, 2019).

No contexto das cidades os oligopólios e indústrias alimentícias exercem poder e detém enorme capilaridade e parceria para disponibilizar alimentos ultraprocessados. Inúmeros bairros e territórios urbanos sequer ofertam alimentos *in natura* ou minimamente processados ou essa disponibilidade é escassa (IDEC, 2020, Santos; Fontão, 2022). Os lugares em que existe escassez de alimentos *in natura* ou minimamente processados são denominados desertos alimentares. Já os locais em que há o predomínio na comercialização de alimentos muito calóricos e pouco nutritivos são chamados pântanos alimentares (IDEC, 2020).

Em especial, com relação ao acesso a alimentação adequada e saudável, há uma série de questões estruturais que diferenciam a dieta dos mais vulneráveis. A população mais pobre, com baixos indicadores socioeconômicos, é a mais afetada com a escassez de disponibilidade dos produtos *in natura*. Os pântanos e desertos alimentares são mais comuns na periferia das cidades. Para obter alimentos saudáveis e nutritivos é preciso deslocar-se para outros bairros. Além do problema da disponibilidade, a grande maioria das famílias não consome produtos *in natura* dado seu alto custo (IDEC, 2020).

Os agricultores agroecológicos que produzem alimentos saudáveis não têm a mesma estrutura logística das grandes redes de varejo. Alimentos orgânicos e agroecológicos quiçá são ofertados nos supermercados e pequenos comércios da periferia. As feiras, onde o custo desses alimentos é menor do que nos supermercados, ocorrem nos bairros com melhores indicadores socioeconômicos. Isso evidencia que a estrutura de desigualdades sociais é matriz da insegurança alimentar e nutricional (IDEC, 2020).

A agroecologia urbana ou urbanismo agroecológico tornou-se uma alternativa diante dos acelerados processos de urbanização e de precarização da Vida (Altieri; Nicholls, 2018; 2021; Federici, 2019; Tornaghi; Dehaene, 2020; Rupprecht *et al.*,

2020). A agroecologia urbana poderia ampliar a produção de comida saudável para os humanos e, de quebra:

(a) aumentar a qualidade do solo através do aumento do teor de matéria orgânica do solo e da atividade biológica que levam à proteção contra patógenos e uso eficiente de nutrientes e água do solo e (b) melhoria da saúde das plantas por meio do controle biológico e da produtividade das plantas por meio do planejamento ideal de sequências e combinações de culturas (Altieri; Nicholls, 2018, p. 49).

Nas cidades, os territórios agroecológicos poderiam ser importantes espaços político-pragmáticos para as transformações socioecológicas e alimentares (Lamine; Magda; Amiot, 2019; Federici, 2019; Rupprecht *et al.*, 2020; Tornaghi; Dehaene, 2020; Santos, 2021; Clar, 2021; Biazoti; Sorrentino, 2022). Os movimentos de instauração de espaços de cultivo agroecológico poderiam travar diversas lutas contra o modo de urbanização capitalista. A ocupação do espaço das cidades para o cultivo de comida saudável é um contramovimento a mercantilização do solo pela especulação imobiliária. Ao mesmo tempo, as intervenções potencializadas pelo urbanismo agroecológico compõe a luta contra a fome, por soberania alimentar e justiça socioecológica e restauram a interdependência multiespecífica, entre plantas, fungos, insetos, humanos e outros seres (Tornaghi; Dehaene, 2020).

A instauração de espaços compostos por diversas espécies forma microbiomas imprescindíveis a restauração da saúde. Uma série de pesquisas vem sendo conduzidas para comprovar que microbiomas biodiversos são essenciais para a saúde humana e a existência desses microbiomas depende de uma variedade de plantas e animais. Dado que as hortas agroecológicas são composições ecossistêmicas, elas poderiam ser promotoras de “saúde multiespécies” (Rupprecht *et al.*, 2020).

O vínculo da agricultura urbana com políticas para a promoção da saúde foi destacado por Biazoti e Sorrentino (2022). Os autores citam inúmeras pesquisas sobre o cultivo de alimentos na cidade de São Paulo e destacam a relevância política desse movimento. Outros destaques, para além das questões de saúde são: “[...] a construção de vínculos urbano-rurais [,] a autonomia e a autodeterminação no sistema alimentar [, o ativismo] pela soberania e ética alimentar [em direção a] democracia alimentar” (Biazoti; Sorrentino, 2022, p. 8).

Há, porém, um problema de comunalização dessa ocupação urbana para a instauração das hortas agroecológicas. Porque, se a urbanização agroecológica não

for para todos, permanecendo um movimento de ativistas intelectuais ou da classe média, ela deixa de ser transformadora e emancipatória. A pergunta de Biazoti e Sorrentino (2022, p. 8) – “Até que ponto as hortas comunitárias mobilizam o engajamento das classes oprimidas e desfavorecidas em sua reivindicação por direito à cidade?” – ajuda a pensar no compromisso de tornar comum a “jardinagem política” a ser engendrada junto com as todas as pessoas, sobretudo, aquelas em vulnerabilidade social.

A urbanização agroecológica restaura a potência para lutar em prol de acesso a alimentação saudável ao mesmo tempo em que promove saúde, restaura modos de organizar paisagens multiespécies e alivia a pobreza. Nas cidades brasileiras, apesar da precariedade de aporte financeiro e de envolvimento do poder público, há um crescimento dos movimentos para a instauração de territórios agroecológicos (Castro; Sobral, 2021; Biazoti *et al.*, 2021).

No dia 18 de maio de 2022 a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) publicou o resultado de uma iniciativa que mapeou 59 experiências envolvendo agroecologia em 38 municípios do Brasil. Várias dessas atividades envolvem agricultura urbana agroecológica, incluindo dez planos municipais de agroecologia. A ideia foi colaborar com as mobilizações locais, em cada município a fim de contribuir com avanços nas políticas voltadas para agroecologia, soberania alimentar e agricultura familiar (O que [...], 2021). Em especial sobre as experiências brasileiras, destaco algumas mobilizações, dentre tantas, para exemplificar projetos de hortas comunitárias instauradas em diversos estados e cidades do país.

A maior horta comunitária da América Latina, localizada no bairro de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, ocupa uma área equivalente a quatro campos de futebol, num local onde, antes, existia uma Cracolândia. Nesse espaço de cultivo, já foram produzidos, em torno de 3 toneladas de alimentos por mês, que ajudavam no sustento de 800 famílias. No final de 2022, a horta sofreu a invasão de traficantes, que iniciaram a construção de casas nos espaços dos canteiros, reduzindo a produção de comida em 20%. A horta de Manguinhos faz parte do projeto Hortas Cariocas. Em todo o município são 3720 canteiros, distribuídos por 25 escolas e 24 comunidades (Horta [...], 2022).

Em São Paulo, a Frente Agroecológica Urbana, criada durante a pandemia, atua na instauração de hortas em áreas de vulnerabilidade social, oferece auxílio técnico e financeiro, adquiriu um galpão para estocagem dos alimentos e criou uma

feira para ofertar alimentos saudáveis a preços justos. Em meio à crise sanitária, agricultores agroecológicos receberam auxílio através de doações para produzir comida a ser doada na periferia para as pessoas que passavam fome. Entre abril e setembro de 2020 foram doadas mais de 10 toneladas de alimentos em mais de 800 comunidades (Castro; Sobral, 2021).

Em 2020 e 2021, respectivamente, foram instauradas as hortas comunitárias nas favelas de Paraisópolis e de Heliópolis, em São Paulo. Heliópolis é a maior favela paulista, onde vivem cerca de 200 mil pessoas. Esses espaços de cultivo de vegetais, localizados em áreas de vulnerabilidade social, possibilitam refeições mais nutritivas e saudáveis para as famílias. Os projetos contam com iniciativas de empoderamento das mulheres, que aprendem técnicas de cultivo, compostagem, recebem materiais e mudas para fazer hortas domésticas. Em Paraisópolis, a horta abastece uma cozinha que oferece, todos os dias, em torno de 5 mil refeições para a população local (Maier [...], 2021).

Em Valinhos, cidade do interior de São Paulo, no Acampamento Marielle Vive, do Movimento Sem Terra (MST), foi instaurada uma horta mandala, num antigo campo de futebol. No espaço, de 1000 m², são cultivadas 30 espécies de hortaliças que abastecem a cozinha do acampamento, onde são preparadas refeições para mais de 1000 famílias. Nessa experiência foram recuperadas nascentes de água que existiam no terreno, para viabilizar a irrigação dos plantios. A alta produtividade de alimentos do lugar permite que excedentes sejam doados a outros acampamentos ou para hospitais locais (Campo [...], 2020).

Na cidade de Sete Lagoas-MG são cultivadas sete hortas comunitárias que totalizam 24 km lineares de plantio de hortaliças, leguminosas, grãos, frutas e plantas alimentícias não convencionais, totalizando mais de 90 espécies. Os espaços de cultivo são públicos, arrendados e localizados abaixo das redes de alta tensão. Durante a pandemia, o projeto, que atendia 320 famílias, doou comida saudável para que organizações da sociedade civil preparassem marmitas que alimentaram mais de 800 pessoas famintas por dia. A partir de novembro de 2021 o projeto foi ampliado e previa a instauração de outras seis hortas até junho de 2022 (Fraga, 2021).

A cidade de Belo Horizonte é vanguarda na utilização de espaços urbanos para a instauração de hortas em sistemas agroecológicos. A prefeitura apoia a comunidade que implementa hortas com manejo agroflorestal, incluindo pomares, compostagem e viveiros. Distribuídos em 47 locais, esses espaços de cultivo já ocupavam mais de 96

mil metros quadrados, em setembro de 2022. A Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) da capital mineira é a responsável pela assistência técnica e doação de insumos. Os partícipes do projeto cultivam hortaliças, frutíferas, plantas medicinais, PANCs, instauram agroflorestas, fazem compostagem e criam animais, seguindo os princípios da agroecologia. Entre as ações, a instauração de agrofloresta urbana, que recuperou uma área degradada de 15 mil metros quadrados com o plantio de 1.150 mudas de espécies nativas e frutíferas (Campo [...], 2020).

De maneira análoga, a cidade de Curitiba ampliou as ações para criação de hortas urbanas, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN). O município conta com 146 espaços de cultivo e envolve 37 mil pessoas (Veja [...], 2023), direta e indiretamente, nas atividades. Os partícipes das hortas têm acesso a cursos, com aulas teóricas e práticas, sobre cultivos e manutenção de canteiros, recebem assistência técnica e a prefeitura fornece equipamentos e mudas. No mês de junho de 2020, foi inaugurado uma área de mais de 4.000 m² para o cultivo de alimentos, no município de Curitiba. O espaço foi considerado a primeira fazenda urbana do país. As questões hídricas e energéticas foram otimizadas e o lugar pretende ser referência não só no cultivo de comida, mas como local educativo, para geração de renda, ações regenerativas e melhoria da saúde da população. O espaço conta com locais de compostagem, cozinha escola e banco de alimentos (Araújo; Fuck, 2022).

Os relatos anteriores, sobre as experiências urbanas e comunitárias em espaços de cultivo de comida, expressam algumas questões levadas a cabo ao longo do debate epistemológico. Dentre as problematizações estão a relevância dos vínculos interdependentes e incomuns entre alimentação, ocupação das cidades para cultivo de alimentos com manejo agroecológico e restauração das paisagens multiespécies, como possibilidades para manter a habitabilidade, a saúde e combater a fome.

Destaco que estudos sobre modos de agir e de organizar coletivos, em paisagens multiespécies, nas cidades, bem como críticas à universalização da ciência e ao antropocentrismo fazem parte dos debates da área de estudos organizacionais (EORs). As possíveis intersecções e costuras, entre os debates que elaborei até aqui e os EORs, contemplam a próxima seção. Nela, pretendo localizar possibilidades de composição com onto-epistemes crítico-político-pragmáticas e contra-hegemonias, no campo da Administração.

6 PROBLEMATIZAÇÕES, QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVO GERAL

As ideias sobre teorizações disruptivas (Hoon; Baluch, 2020) e revisões problematizadoras (Alvesson; Sandberg, 2013; 2020) foram importantes referenciais para pensar os diálogos costurados, no texto. Escrevi em meio às leituras e ao trabalho de campo, entre ir e vir teórico-pragmático e intersecções do empírico com a literatura, experimentando modos de questionar as abordagens hegemônicas.

Os modos de teorizar aspectos ontológicos e epistemológicos, desde as etapas iniciais desta pesquisa, quiseram romper com padrões dominantes, reorientar maneiras de ver, organizar, conhecer e compreender a realidade. Hoon e Baluch (2020) sugerem estudos filosóficos e aprofundamento nas leituras, como pressupostos para realizar rupturas e propor transformações nos modos de teorizar. Para essas pesquisadoras, é relevante discernir e dar ênfase a novas composições onto-epistêmicas a fim de reorientar caminhos teóricos e ações em campo.

Os esforços para “[...] pensar a ontologia de forma diferente [e] desenvolver uma atitude, um *ethos* de crítica à ordem ontológica existente, especialmente da natureza do ser humano” (St. Pierre, 2018, p. 1057) abrem espaços para imaginar e viver outras maneiras de ser e de fazer pesquisas. No caminho investigativo, St. Pierre (2018, p. 1053) aconselha seus alunos a “pensar sobre o que eles estão interessados em pensar” e a “começarem com os compromissos epistemológicos e ontológicos da análise”.

Os princípios da problematização vão além da identificação de lacunas nas pesquisas, articulam e questionam a literatura *mainstream*, a fim de propor novas abordagens teóricas. Novos experimentos de pensamento e modos de agir podem ser criados ao problematizar os textos de referência e as experiências empíricas. Alvesson e Sandberg (2013; 2020) ensinam que vigilância crítica e abertura para desafiar pressupostos hegemônicos são requisitos para enfrentar as posições de dominação. E destacam que o pesquisador precisa travar batalhas e romper com os grillhões temáticos e áreas de conhecimento aos quais está preso, de modo a expandir, transpor as fronteiras limitantes.

Há um mergulho mais profundo que precisa ser levado a cabo, com atenção para os modos como a realidade é vista e organizada, o que exige tempo e diálogos ampliados entre e com pesquisadores e, destes, com as teorias de diversas áreas do conhecimento. Os processos de amplitude e de abertura crítica, o acesso aos livros,

além da revisão de artigos, para repensar a literatura e problematizar o imediatamente dado, possibilitam imaginar mundos que escapam a lógica dominante. A desfragmentação e a restauração das alianças entre a diversidade de saberes e práticas pode começar novas conversas, elaborar ideias distintas e engendrar outras realidades possíveis (Alvesson; Sandberg, 2020).

As teorizações disruptivas e as problematizações acerca dos modos de ver e de organizar o mundo, que levamos a cabo na seção de debate ontológico, possibilitaram observar que as representações apriorísticas e unívocas, de caráter antropocêntrico e manipulatório, criaram cenários inertes, estáveis e padronizados para a realidade. Os aspectos crítico-políticos foram subsumidos dos discursos hegemônicos. Os modelos racionalistas, rígidos e prefigurados de ver e de organizar o mundo triunfaram sobre a realidade múltipla, animada e incerta.

Do ponto de vista epistemológico, impor um conhecimento como universal possibilitou a operação de captura das ciências modernas pela ideia de progresso. A expansão, a escalabilidade e o crescimento precisavam remover a diversidade de saberes, destruir as relações de interdependência, definindo o que seria levado em conta e o que seria descartado. A destruição dos vínculos entre múltiplos modos de compreender e conhecer a realidade, nominado de epistemicídio, passou a dominar todos os campos de conhecimento.

A naturalização da ideia de expansão dominou as teorias e práticas administrativas, em que as categorias gestão, administração e organização passaram a ser universais, excludentes de enfrentamentos políticos, vozes e saberes dissonantes. As teorias que compõe o *mainstream*, no campo da administração, se assentam na racionalidade instrumental, orientada para o avanço da técnica e para o incremento produtivo. Os cenários ficcionais e estáticos criados para fazer triunfar a ideia de progresso infundável, expõe uma temporalidade excludente e deletéria, cujos fins precisam ser atingidos às custas de espoliação humana e destruição da natureza (Carrieri, Perdigão; Aguiar, 2014; Barros; Carrieri, 2015).

No campo da administração, o gerencialismo tornou-se o modelo hegemônico de gestão. O modelo gerencialista consolidou estruturas rígidas, formais e padronizadas de eficiência e de controle, como pressupostos para expandir, escalar a produção, atingir objetivos e gerir as organizações em todo o mundo. No gerencialismo, a maneira ótima de administrar seria aplicável a qualquer organização,

cujos objetivos, a qualquer custo, estariam vinculados às ideias de modernizar e de progredir (Carrieri, Perdigão; Aguiar, 2014).

Na área de estudos organizacionais (EORs), nos últimos anos, diversas vozes, contrárias aos modelos hegemônicos de gestão das organizações, compõem contramovimentos às metanarrativas universais da ciência unívoca, da naturalização do progresso e da racionalidade instrumental. Nesse sentido, os experimentos de pensamento disruptivos e problematizadores, contidos no texto, pretendem compor, como conexões parciais, com os diálogos contra-hegemônicos já existentes nos EORs.

No Brasil, as pesquisas acerca do organizar como processo (Carrieri, Perdigão e Aguiar, 2014; Barros; Carrieri, 2015; Duarte; Alcadipani, 2016), os estudos sobre o cotidiano (Carrieri, Perdigão e Aguiar, 2014; Barros; Carrieri, 2015; Carrieri; Correia, 2020), o organizar no Antropoceno (Freitas; Casagrande; Meira, 2020; Matarazzo; Sales, 2020; Borinelli; Coltro; Rowiechi; Rosa, 2020), os modos de organizar para a suficiência e a convivencialidade (Adversi; Seifert, 2022) e o organizar multiespécies (Fantinel, 2020; Leite; Fantinel, 2021) lançam luz e se entrelaçam com os debates costurados ao longo desse estudo.

As tentativas de compreender modos de organizar e de gerir como verbos, processos e práticas, heterogêneas e divergentes (Carrieri, Perdigão e Aguiar, 2014; Barros; Carrieri, 2015; Duarte; Alcadipani, 2016) recusam a categorização e o uso dos substantivos organização, gestão e administração. A perspectiva do organizar, como algo feito e refeito por práticas e processos organizativos (Duarte; Alcadipani, 2016), pressupõe a recusa ao inerte, rígido, padronizado e definitivo dos conceitos substantivados.

As organizações deixam de ser estruturas fixas, estáveis e padronizáveis e passam a ser estudadas como precárias e transitórias, engendradas a partir de contínuas ações de organizar. Na perspectiva ontológica, o organizar como algo processual e político, pressupõe a realidade em composição, provisória e instável. Esse pressuposto recusa posições e definições apriorísticas. Sem negociações, processos e práticas de organizar, não há organizações. Os modos de organizar precedem a existência das distintas e heterogêneas realidades organizacionais (Duarte; Alcadipani, 2016).

As pesquisas sobre o cotidiano (Carrieri; Perdigão; Aguiar, 2014; Barros; Carrieri, 2015), também fazem parte do conjunto de estudos que recusam as teorias

administrativas hegemônicas e excludentes. São estudos acerca das práticas cotidianas das pessoas, seus modos de subsistência, como produzem e reproduzem a vida, como acontecem os vínculos com os territórios, vistos como espaços habitados, em que humanos intervêm na realidade e transformam os contextos através do saber-fazer. Há uma responsabilidade, quase uma obrigação de “[...] aproximar nossas pesquisas do popular, da nossa realidade” (Carrieri; Correia, 2020, p. 60), como maneira de resistir aos preceitos de exclusão, impostos pelas hierarquias dominantes de saber e de poder.

O artigo intitulado, “Estudos Organizacionais no Brasil: Construindo Acesso ou Replicando Exclusão?”, escrito por Carrieri e Correia (2020), afeta, faz vínculo com um compromisso, talvez uma obrigação, de refletir sobre o que, para que e com quem as pesquisas caminham, e o quanto incluídas e plurais são as maneiras de ver, de organizar, de compreender e de conhecer a realidade. A partir de inúmeros questionamentos, Carrieri e Correia (2020) convocam os pesquisadores, do campo da administração e da área de estudos organizacionais para investigar a “[...] vida corriqueira [e] os saberes desenvolvidos distantes da lógica excludente da academia”, (Carrieri; Correia, 2020, p. 61).

Com relação aos estudos críticos sobre a ideia de Antropoceno, os pesquisadores Freitas, Casagrande e Meira (2020) problematizam as narrativas sobre o conceito e convidam a acrescentar outras histórias, sobretudo, aspectos que criticam o capitalismo e seus pressupostos de progresso, de crescimento econômico e de avanço da técnica. Para esses autores, há um vínculo entre o modo de organizar gerencial, dominante na economia capitalista, com as crises socioecológica e climática. Esse vínculo é estabelecido por processos organizativos deletérios e espoliativos, para humanos e natureza, mas que devem manter a produtividade, a eficiência e fomentar o consumo a qualquer custo.

De maneira análoga, Borinelli, Coltro, Rowiechi e Rosa (2020) propõem o termo Capitaloceno para teorizações de caráter mais crítico do que as abarcadas pelo Antropoceno. Esses pesquisadores compreendem que os experimentos de pensamento em torno da ideia de Capitaloceno, possibilitariam vincular, de maneira interdependente, questões socioecológicas e espaço-temporais. Juntas, essas problematizações ofereceriam alternativas político-organizativas democráticas, justas e emancipatórias, para humanos e natureza. As possibilidades de transformação, para Freitas, Casagrande e Meira (2020) requerem outras maneiras de compreender o

organizar, que restaurem os vínculos entre humanos e seus ambientes, compondo experiências vivas, autônomas, conviviais e de uso dos comuns para a subsistência.

A fabulação de outros modos de organizar, em meio a ritmos e temporalidades que se contrapõe a ideia de progresso, podem ser pensados a partir das elaborações sobre suficiência e convivencialidade. Ao invés de crescimento econômico, a suficiência; ao invés da eficiência técnica, a convivencialidade. Os organizares cotidianos vinculados a obtenção do suficiente para viver contém, em si, a recusa ao consumo e ao excesso material. O organizar, sob a perspectiva da convivencialidade, presume que a vida seja tomada nas mãos, produzindo e reproduzindo a existência de maneira afetiva e criativa, como obra a fazer (Adversi; Seifert, 2022).

A mobilização de conceitos não inclui, em si, possibilidades críticas, disruptivas e contra-hegemônicas. Os diálogos podem ser pauperizados sem a problematização das perspectivas que compõe as teorizações em torno de certa abordagem conceitual. No caso do Antropoceno, Matarazzo e Salles (2020) chamam a atenção para os riscos de abordar tal conceito sem engendrar questões ontológicas, ecológicas e coletivas, incluindo outros seres. No campo organizacional, em tempos antropocêntricos deletérios, os autores convocam para a realização de pesquisas para além de respostas e soluções tecnológicas, que engendrem modos de organizar abertos a “diversidade ontológica e ecológica das vidas humanas e não-humanas” (Matarazzo; Salles, 2020, p. 46).

Não há consenso em torno das expressões que ajudam a pensar as temporalidades históricas dos impactos geológicos que as ações humanas instauram. Decerto, as críticas ao antropocentrismo e as problematizações em torno dos conceitos precisam incluir diálogos onto-epistêmicos. Como escrevi, na seção de debate epistemológico, a ideia de Chthuluceno, como sugeriu Haraway (2016), poderia carregar mais potência para fazer florescer composições multiespécies, do que as expressões Antropoceno, Capitaloceno e Plantationoceno.

A abordagem do “organizar multiespécies” (Fantinel, 2020; Leite; Fantinel, 2021), é referência importante para pensar outros modos de organizar, nos territórios agroecológicos. Nos estudos sobre o organizar multiespécie, na cidade, Fantinel (2020) convida a pensar os movimentos e as transformações, coproduzidas por processos organizativos cotidianos, realizados por humanos e não-humanos. As elaborações de pensamento da pesquisadora se alinham com as problematizações, na área de EORs, vinculadas às tentativas de compreender o organizar como

processo multiespecífico. Proposição que se contrapõem aos modos antropocêntricos de ver e de organizar a realidade.

As epistemologias relacionais, presentes nas práticas e processos que compõem o organizar multiespécies, visam compreender e conhecer como acontecem os enredamentos entre a multiplicidade de seres, vivos e não vivos. Os múltiplos existentes fazem conexões parciais instáveis, disputam e negociam espaço, em constante enfrentamento político. Os humanos estão implicados com seus corpos, invadidos, infectados e sobrepostos. Há múltiplos modos de existência, que afetam os processos de organizar, compondo e tornando-se com outros, fazendo e refazendo a realidade (Fantinel, 2020; Leite; Fantinel, 2021).

A perspectiva do organizar multiespécies ajuda a pensar distintos processos organizativos, junto com a multiplicidade de outros seres que habitam com os humanos e que, na maioria das vezes, são excluídos ou invisibilizados nos contextos de estudo. Essa abordagem impõe desafios de elaboração discursiva, relacionadas a inclusão da multiplicidade de seres nas teorizações. As expressões “processos de organizar” e “práticas organizativas” (Fantinel, 2020; Leite; Fantinel, 2021) pressupõe o organizar em movimento, constituído na ação. Os termos concedem um caráter transitório, heterogêneo e múltiplo ao organizar.

No texto da tese, as expressões: processos de organizar, processos organizativos e práticas organizativas querem, de modo análogo, dar essa conotação de fluidez, impermanência e de composição do organizar como obra a fazer.

Trata-se de um esforço de enxergar a partir de um olhar humano em direção a processos de organizar que não são necessariamente feitos por e para o humano, mas se constituem de relações multiespécies. Afasta-se, portanto, de noções que compreendem a organização do espaço em ruínas como exclusividade, por exemplo, do poder público municipal ou de órgãos específicos que fazem parte das práticas organizativas, mas que se somam a um conjunto de relações que se complementam em viveres multiespécies... (Leite; Fantinel, 2021, p. 8-9).

Embora recente no campo dos EORs, a perspectiva do organizar multiespécies problematiza o excepcionalismo humano e convida para desenvolver modos comunicacionais e abertura sensível para a multiplicidade de seres que coabitam os espaços junto com a espécie humana. Na tentativa de explicar a realidade, somos nós, humanos, que criamos cenários arbitrários para os distintos modos de existência. E essas explicações acabam por descrever os seres em relação a nossa espécie.

Embora com nuances distintas, cada qual a sua maneira, as perspectivas crítico-político-pragmáticas elaboradas por pesquisadores, da área de EORs, e elencadas nos parágrafos anteriores, dialogam com as elaborações que sustentam esse estudo. As abordagens do organizar como processo, as pesquisas do cotidiano, as possibilidades para organizares disruptivos em tempos de Antropoceno, as ideias de suficiência e de convivencialidade e o organizar multiespécies ressoam e conversam com as teorizações e problematizações que escolhemos fazer.

Entretanto, os debates onto-epistêmicos, contidos no texto, também quiseram costurar diálogos com autores não acadêmicos e acadêmicos dos campos da filosofia, da antropologia, da sociologia, da biologia, etc. Fiz esforços contínuos de desfragmentação epistemológica e ecologização de saberes e de práticas. Mais do que isso. As elaborações sobre o pluralismo de ônticos e acerca dos incomuns pretendem compor com os estudos multiespécies e colaborar com diálogos e tentativas de compreender e de conhecer os processos e práticas de organizar com outros seres, vivos e não-vivos. Na realidade animada, múltiplos modos de existir, humanos e outros que humanos agem e fazem mundos.

Em nossas teorizações, elaboramos que as crises – socioecológica e alimentar – poderiam ser melhor compreendidas ao mobilizar os aspectos críticos, de poder e política, vinculados ao sistema hegemônico capitalista. A vigilância crítica não só recusa construções teóricas apriorísticas e manipulações abstratas da vida cotidiana como também e, principalmente, vincula os fatos imediatamente dados com o processo e com a história de sua constituição. O real só é homogêneo quando manipulado por interesses em remover a diversidade e a particularidade ôntica dos seres.

Nesse sentido, a ontologia acaba sendo a teorização humana sobre as filosofias do ser. Mas o mundo é instável e escapa as representações teóricas e ontológicas da filosofia. Além disso, os seres vivos e não vivos, outros que humanos, são sensíveis e reativos as nossas ações ou, ainda, agem à revelia de nossa possibilidade de compreensão e de classificação. Por isso, fiz um esforço em problematizar a recusa ao excepcionalismo humano e suas representações arbitrárias sobre a constituição do mundo como pressuposto para a instauração do pluralismo de ônticos.

É na ação e nos modos de ser, divergentes, incompletos e incomuns que residem as aberturas e os intervalos de possibilidades de fazer mundos. A divergência

e a heterogeneidade de interesses pressupõem a politização e a negociação entre os seres. Na agroecologia é possível ver a ação de múltiplos e animados seres vivos e não vivos, transformando a paisagem e instaurando múltiplas realidades. O espaço imaginativo da ontologia política permitiu e permite pensar nas alianças de múltiplos ônticos que se cruzam, se enredam, se interrompem e disputam seu lugar nas paisagens engendradas nos espaços de cultivo agroecológicos.

O pluralismo de ônticos entrelaçado com a política pressupõe que as negociações vão muito além da espécie humana. As questões que politizam a multiplicidade de seres, vivos e não vivos, considera a intrusão e as práticas de gases atmosféricos, vírus, bactérias, ciclos das águas, plantas e animais, entre tantos outros que humanos. Essa alteridade pragmática, radical e sensível desbanca a ideia de humanos como excepcionais e, mais do que isso, instaura o multiverso, onde os modos de vida se entrelaçam e não vivem sem outros. A realidade deixa de ser prefigurada ou descrita como deveria ser e se transforma em possibilidades, múltiplos modos de poder ser.

Só vivemos porque existem muitos outros seres com os quais precisamos negociar, nos enredar, com quem cruzamos e que habitam nossos corpos. Vidas entrelaçadas com outros – o multiverso – repleto de seres interpenetrados. Entre negociações e disputas pela manutenção da Vida, a possibilidade de fazer mundos que ainda não existem, sem imposição, generalização, totalização ou simplificação. Esses mundos podem ser compostos e permanecer juntos na heterogeneidade e na diferença, em meio a vínculos interespecíficos sempre interdependentes. É por meio de outros seres que cada ser existe. São os vínculos de interdependência entre ônticos.

Não há Vida sem que seres se interpenetrem, se atravessem e sem que decidam viver juntos apesar de suas diferenças. Isso significa que é impossível existir sem outras espécies. As composições pragmáticas entre existentes, esses vínculos interespecíficos e de interdependência entre ônticos, reúnem modos de agir e de ser na ideia de instauração. Instaurar, nessa pesquisa, quer dizer obra a fazer. A possibilidade de fazer mundos, restaurada no debate ontológico, lançou luz sobre epistemes crítico-político-pragmáticas e sobre o engajamento para a instauração de modos de existência interdependentes que compõe o terreno da Vida.

O pesquisador que compreende a limitação, a parcialidade e a fragilidade daquilo que conhece aceita a interdependência e a conexão com outros múltiplos e

divergentes saberes. A ecologia de práticas e a ecologia de saberes seriam essas teias interconectadas compostas por meio da divergência e da negociação política quando o pesquisador se engaja com os problemas e com as experiências vivas do mundo. Ambas, ecologia de prática e de saberes são epistemologias político-pragmáticas que povoam de incerteza e confronto as tentativas de conhecer e recusam a hierarquização do conhecimento. A ação e o engajamento com o mundo para instaurar novos modos de habitar Gaia passaria pela reativação da arte pragmática e política que permitiria conectar distintos modos de ser, pensar e sentir.

A expressão prática das palavras magia, minga e ruínas-semente representam, nesse texto, as possibilidades de conhecer com outros, múltiplos e heterogêneos. Esses termos afetam e são potências para as lutas coletivas que pretendem instaurar futuros possíveis. Diante da apropriação violenta que o neoliberalismo faz dos elementos que compõe o arranjo Vivo, comprometendo a habitabilidade na Terra, urge restaurar as experiências políticas em favor da comunalização da terra, da água, do ar, da comida e do conhecimento. Indo além da ideia de comunalizar recursos, a elaboração teórica avançou para o agir e organizar comum, forjado politicamente, enquanto obra a ser feita e refeita na ação.

Embora o agir e organizar comum, melhor nominado como *commoning*, possibilitaria conhecer de maneira crítica e político-pragmática, esse conhecimento seguiria antropocêntrico e reduzido aos aspectos relacionais da socialidade humana. Dada a evidência de que é impossível manter a Vida sem a companhia de outras espécies, qualquer espaço material de cultivo de alimentos é sempre composto a partir do engendramento de uma multiplicidade de modos de existência, seres vivos e não vivos, humanos e outro que humanos.

A continuidade da Vida está vinculada a interdependência dos seres e a possibilidade de estarem juntos com e apesar da divergência e da heterogeneidade. Tornar-se com outros é sempre uma escolha por viver conjuntamente mesmo divergindo e mantendo interesses conflitantes. Por isso, o estar junto é sempre provisório e cada ser luta para ser o que é ao mesmo tempo em que precisa ou se refere ao outro. Essa constante negociação para seguir existindo e permanecer com outros, em meio a equívocos e dissensos, refere-se ao fazer comum a partir de incomunalidades. O *commoning*, esse agir e organizar comum, seria sustentado por incomuns que permitiriam os ônticos engendrados seguirem juntos, reconhecendo sua incompletude e a interdependência com Outros.

Os incomuns seriam as hesitações, as desordens, as interrupções. As incomunalidades sugerem recusar um mundo comum, a busca por qualquer homogeneização. Tornar incomum pretende abrir possibilidades de intervenção através do envolvimento com a realidade, a fim de compor, inventar e instaurar outros futuros possíveis. Embora seja impossível conhecer por completo as condições para habitar na e com Gaia, atendo a convocação ativa para o engajamento com a luta pragmática pela manutenção das condições de habitabilidade na e com a Terra.

No compromisso com a manutenção da Vida, escolhi aterrar e intervir em espaços de cultivo de alimentos. Nesses lugares habito em companhia com plantas, com a terra, a água, o ar e uma multiplicidade de outros seres, vivos e não vivos dos quais dependo para continuar a habitar e viver na Terra. A intervenção para compor e instaurar paisagens vivas como uma emergência de nosso tempo. Eu, ser heterótrofo, não existo sem os seres autótrofos; o vínculo mais vital, que permite respirar e comer.

Quando penso nos vínculos que criei com e no campo empírico que escolhi, lembro das palavras de Stengers sobre as escolhas e o interesse do pesquisador e o quanto isso está relacionado aos sentimentos e a afetação que as experiências provocam. Ao acreditar na realidade como contingencial, entre possibilidades sempre em aberto, revigoro a proposição de que seria possível instaurar, fazer mundos. Esses outros mundos possíveis seriam compostos a partir da intervenção nas experiências cotidianas mais mundanas, essas peculiares ao estar vivo, como respirar e comer. Minha avó materna sabia dessa impossibilidade de viver sem muitos outros seres. Essas outras existências ela as tinha e mantinha dentro e perto de si.

As etnobotânicas indígenas são experiências que evocam a restauração da interdependência multiespecífica. Aprender e tornar-se com as plantas, inventariar as incomunalidades dessa vida em companhia delas é uma abordagem que recusa a monocultura deletéria, tanto da cidade quanto da agricultura. Várias palavras expressam potências para habitar a cidade e viver de modo interespecífico, tais como: ocupar a comida, o cotidiano, comer e cozinhar juntos, verdejar, enselvajar e ruralizar o espaço urbano. São todas lutas-floresta contrárias a simplificação e que ajudam a engendrar as intervenções para instauração de espaços para o cultivo de alimentos nas cidades.

A problematização do modo como habitamos, ao separar cidade e floresta, espaços de produção de comida dos lugares onde vivemos é uma das condições para a sobrevivência. Nesse sentido, a composição de paisagens multiespécies nas hortas

agroecológicas é um movimento que se opõe a noção de individualização e de confisco particular do que é inapropriável, como o direito ao alimento saudável. As alianças comuns poderiam ser instauradas a partir de uma série de incomunalidades, num espaço político-pragmático em que os modos de organizar são provisórios e mutáveis.

Em meio as ruínas, aos escombros e a morte, evoco as ruínas-semente, como palavras que conduzem as lutas por novas paisagens e que me fizeram ativista da e na agricultura de base agroecológica. Nesse lugar, localizo a heterogeneidade dos modos de ser e conhecer, em que plantas formam emaranhados multiespécies com fungos, animais e humanos. São infinitos humanos e outros que humanos divergentes, incomuns, negociando seu espaço nos engendramentos possíveis. Nesse caminho, o agir e o organizar em comum, engendrados através de incomunalidades, poderiam compor coletivos capazes de compreender a interdependência e a impossibilidade de viver sem outras espécies.

A escolha pela intervenção para o manejo e cultivo agroecológico de vegetais, se justifica, não somente, pela necessidade de restaurar microbiomas biodiversos em prol de saúde e de alimentação saudável. A agroecologia é um modo de ocupar e aterrar, no lugar em que reproduzimos nossa existência, para lutar contra o modo de urbanização capitalista que vê o solo, as plantas e as pessoas como mercadorias. Porém, o urbanismo agroecológico só é ou poderia ser emancipatório se as alianças colaborativas e as intervenções forem junto com as pessoas em vulnerabilidade social. Nesse sentido, composições instauradas para lutar contra a fome, em prol de soberania alimentar, justiça socioecológica e Vida interdependente multiespecífica.

Na prática, isso significaria intervir para instaurar ou restaurar territórios agroecológicos, como paisagens multiespécies. E remete a questão de pesquisa: ***Como práticas políticas e organizativas incomuns poderiam compor paisagens multiespécies em territórios agroecológicos?*** O como, nessa pergunta, não se refere ao imediatamente dado. São consideradas a história, a processualidade e a gênese dos coengendramentos. Embora seja difícil generalizar e objetificar essa pesquisa arrisco dizer que seu objetivo geral é **tentar compreender e conhecer modos políticos e de organizar incomuns, que poderiam compor paisagens multiespécies em territórios agroecológicos**. De outro modo, elencar objetivos específicos seria arbitrário e removeria a heterogeneidade do real e os interstícios de possibilidades para instaurar o que ainda não foi inventado ou realizado. As

experiências práticas, os processos empíricos e os aspectos metodológicos serão detalhados no próximo capítulo.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

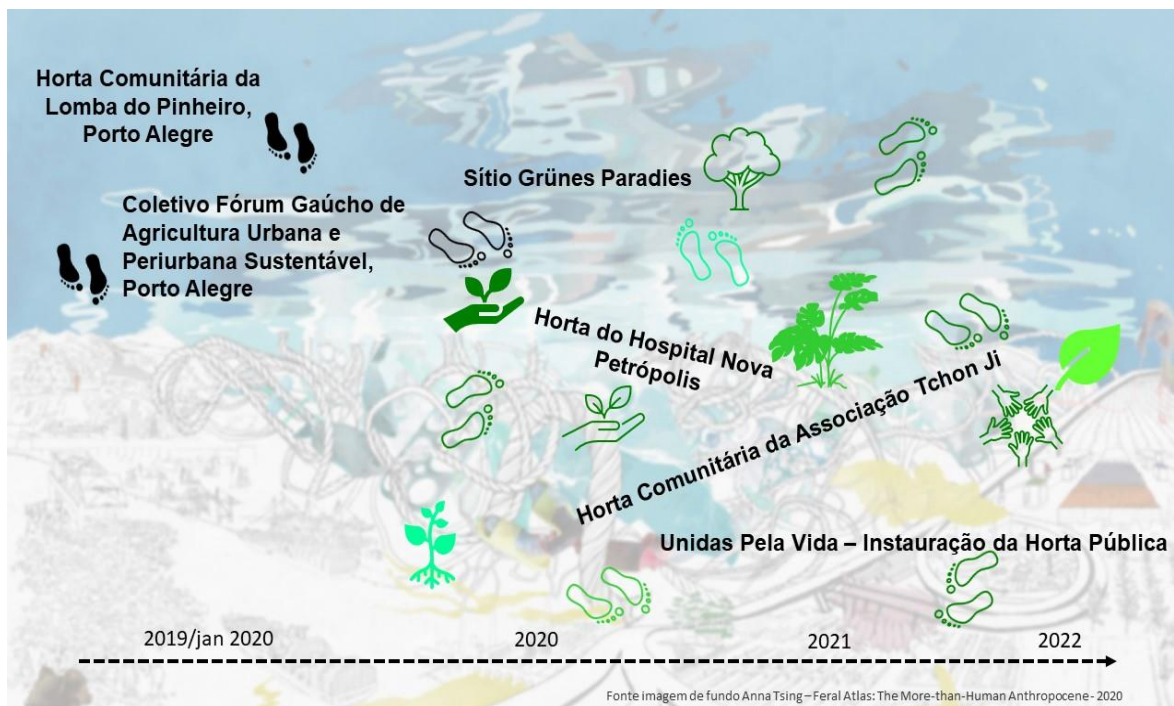
Eu senti, fui afetada, passei a dar atenção e criei vínculos com a temática alimentar. Em 2019, cursei disciplinas da área de alimentação e agricultura - Sociologia da Alimentação, Sociologia do Comer, Princípios de Agroecologia e Abordagens Contemporâneas Sobre o Sistema Agroalimentar. Nesse mesmo ano auxiliei na organização do II Workshop de Estratégias Alimentares e de Abastecimento e escrevi meu exame de qualificação intitulado – Agroecologia, Cuidado e Comum como Princípios Políticos para a Soberania Alimentar e o Engendramento de Alianças Agroalimentares Colaborativas e Sustentáveis. O título sinalizou que criei vínculos, embora ainda teóricos, com a Agroecologia.

Depois da qualificação, passei a procurar possíveis contextos empíricos para aterrar. O interesse pelo cultivo de comida saudável, na proximidade do lugar de habitação humana, foi tecendo encontros com a temática da agricultura urbana. E, em meio aos estudos sobre a agroecologia nas cidades, as questões de vulnerabilidade e a desigualdade no acesso aos alimentos chamariam minha atenção. A seguir, direi mais sobre a composição pragmática do campo de pesquisa.

7.1 O CAMPO E OS CONTEXTOS DE PESQUISA

A história e o processo de engendramento dos contextos de pesquisa, descritos nessa seção, são transversalizados pelas incomunalidades do período pandêmico. A crise sanitária provocou mudanças no percurso dessa tese e, mais do que isso, transformou os modos de habitar e teorizar esse trabalho. A figura, a seguir, permite visualizar as inserções no campo e a intervenção para instauração de espaços de cultivo. Embora, na imagem (vide figura 1), as três hortas poderiam ser compreendidas como contextos distintos, restará evidenciado seu coengendramento ao longo do texto.

Figura 1 - Percurso e inserções nos contextos de pesquisa pré-pandemia e durante a crise sanitária



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Tsing (2020).

7.1.1 Inserção Inicial – Contexto Pré-pandemia

Em novembro de 2019, visitei a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre e soube da existência de um coletivo denominado Fórum Gaúcho de Agricultura Urbana e Periurbana Sustentável. No início de 2020, fiz contato com o coordenador para solicitar minha participação. Fui adicionada ao grupo de WhatsApp no dia 8 de fevereiro. O primeiro encontro presencial aconteceu em 17 de fevereiro e a pauta foi a organização do calendário de atividades para aquele ano. Entre outros assuntos foram estabelecidas as datas de reunião para o primeiro semestre de 2020 que aconteceriam na primeira segunda-feira de cada mês.

O segundo encontro aconteceu no dia 2 de março e foi minha primeira reunião presencial. As reuniões aconteciam, numa sala, na Assembleia Legislativa do Estado. Em meio aos diálogos pude notar que o fórum protagonizou a escrita e tramitação da Lei nº 15.222, de 28 de agosto de 2018, que instituiu a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Rio Grande do Sul. A lei já vigorava a mais de um ano e ainda não havia um comitê gestor, na Secretaria de Agricultura do RS, para a destinação de verbas em prol das ações na área de agricultura urbana. Era, portanto,

urgente solicitar audiência para iniciar o processo de instauração desse comitê que gerenciaria os recursos.

Outras assuntos destacados naquela reunião estiveram relacionados a organização de um Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana; a mobilização para fazer a interface com os municípios a fim de que estes tramitassem e aprovassem suas legislações municipais de agricultura urbana; a preocupação com a lentidão do PL 303/2019⁵⁵ em tramitação, na Câmara dos Deputados, que pretende instituir a Política Nacional de Agricultura Urbana e altera o regime de bens da União (Lei 9.636/98) e, de maneira análoga, com a morosidade do PLS 353/2017⁵⁶, que tramitava e ainda tramita no Senado, e visa instituir regulamentação para práticas de agricultura urbana sustentável.

Esses projetos de lei, em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado, foram destacados, pelos membros do Fórum Gaúcho de Agricultura Urbana e Periurbana Sustentável, como legislações muito relevantes a serem aprovadas, em nível federal, para que a agricultura urbana pudesse avançar. O texto do PL 303/2019 contempla permissões de uso dos terrenos da União para a prática de agricultura urbana. A ideia é promover a produção urbana de alimentos por meio de práticas orgânicas e agroecológicas, aproveitando áreas ociosas de imóveis urbanos desocupados ou subutilizados. O PLS 353/2017, em seu parágrafo único, apresenta uma definição de agricultura urbana sustentável, compreendida como:

[...] agricultura urbana sustentável é aquela desenvolvida no modelo de produção orgânico, em imóveis urbanos, públicos ou privados, cultivados para a produção de alimentos, plantas ornamentais e medicinais, bem como a criação de pequenos animais, para consumo próprio, comercialização ou doação a instituições educacionais e assistenciais (Brasil, 2017a).

Ainda, na mesma reunião esteve em pauta a liberação de R\$ 253.377,65 obtidos através de um convênio entre o Ministério da Cidadania e a Secretaria do

⁵⁵ De acordo com a ficha de tramitação do PL 303/2019, na Câmara dos Deputados, permanecem pendentes os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e da Comissão de Trabalho (CTRAB), onde o projeto de lei tramitava em 31/01/2023 (última informação publicada) (Brasil, [2019]).

⁵⁶ De acordo com a ficha de tramitação, no Senado, do PLS 353/2017, ele passou a tramitar em conjunto com o PLC 182/2017, dado que ambos pretendem instituir a Política Nacional de Agricultura Urbana e tramitavam em paralelo. Os projetos tramitaram pela Comissão de Meio Ambiente e necessitam de emissão de relatório da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para, depois serem votados. Desde o PL 906/2015, de março de 2015 (que se converteu no PLC 182/2017), há tentativas, sem sucesso, de aprovação de legislação federal para instituir a política nacional de agricultura urbana (Brasil, 2017a; 2017b; 2015).

Trabalho e Assistência Social (Secretaria [...], 2020). Esse recurso seria utilizado para implantação de 30 hortas urbanas em cinco municípios - Porto Alegre, Canoas, Alvorada, Guaíba e Cachoeirinha. O projeto, nominado Hortas Urbanas – Coletivo Vivo, seria desenvolvido em parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, e Desenvolvimento Rural e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

A prioridade seriam bairros em vulnerabilidade social e com índices elevados de má nutrição. A primeira etapa já estava em andamento e consistia em reuniões de apresentação do projeto, nos municípios, e preparação de licitações para aquisição de materiais para as práticas. O mapeamento e a seleção de terrenos, que teriam até 500m², era etapa relevante e de imediata execução.

Os locais para instauração das hortas poderiam ser escolas públicas, instituições de assistência social e locais públicos. A implantação efetiva iniciaria no segundo semestre de 2020. A previsão para execução do projeto era de 18 meses, até junho de 2021. As famílias seriam incluídas nas atividades de cultivo das hortaliças com a possibilidade de gerar renda e melhorar a oferta de alimentos saudáveis. O cultivo seria natural, sem uso de agrotóxicos e cada espaço de cultivo manteria composteira para reaproveitamento de resíduos orgânicos.

Logo manifestei meu interesse em acompanhar o andamento e a instauração das hortas. A ideia inicial, para as atividades exploratórias do campo, seria atuar em três ou quatro espaços de cultivo e identificar como as práticas de base agroecológica seriam incorporadas e quais valores socioecológicos e políticos consonantes com a agroecologia estariam presentes em cada um desses espaços. Além disso, compreender a configuração e o manejo agroflorestal que assumiriam, as espécies de cultivares predominantes e de que maneira essas hortas, de fato, impactariam na redução da vulnerabilidade econômica e nutricional das pessoas envolvidas. Mas, duas semanas depois da elaboração desse possível percurso de pesquisa, o projeto foi suspenso em função da pandemia de Covid-19.

Diante da crise sanitária e da impossibilidade de levar adiante o projeto de pesquisa, mencionado acima, fui, forçosamente, levada a repensar o campo empírico.

7.1.2 Inserção no Sítio Grünes Paradies e a instauração das hortas – Associação Tchon Ji e Hospital Nova Petrópolis – Contexto Pandemia

Embora a participação no Fórum Gaúcho de Agricultura Urbana e Periurbana Sustentável tivesse destaque na movimentação que eu fiz para conhecer possíveis campos de pesquisa, há outros, em nível local, realizados no final de 2019 e no início de 2020. Como meus saberes e práticas sobre agricultura, cultivo nas cidades e manejo agroflorestal eram insignificantes eu precisava aprender mais. Em novembro de 2019, passei a integrar um pequeno coletivo que pretendia reativar o cultivo de alimentos para a cozinha do Hospital de Nova Petrópolis, no terreno da própria instituição. E, em janeiro de 2020, fiz contato com a proprietária de um sítio, com certificação agroflorestal, na intenção de trabalhar em troca de aprendizado.

Quanto ao hospital, a instituição possui um terreno, situado na rua lateral ao prédio principal. O espaço já fora utilizado para cultivar alimentos. Na época, a atividade foi conduzida por um colaborador da organização. Infelizmente, a prática não teve continuidade e a horta foi desativa em 2013. A ideia de reativá-la surgiu de um pequeno coletivo, mobilizado por um vizinho da instituição. A partir de reuniões com o gestor administrativo e com a presidenta da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE), mantenedora do hospital, foi se desenhando o que hoje se denomina **Horta Comunitária do Hospital de Nova Petrópolis**.

Apesar dos planos para a execução e início das atividades práticas, elas dependiam de mobilizações mais efetivas das pessoas envolvidas. Faltava engajamento para agir e instaurar a horta. O hospital já havia assinado um termo de convênio com a Escola Técnica Bom Pastor. A parceria com a escola, que mantém cursos técnicos na área de agricultura, permitiria encaminhar processos estruturais com apoio técnico, além do acompanhamento nas atividades de cultivo e fornecimento de algumas mudas para plantio. Na prática, porém, haviam entraves para a instauração da horta, relacionados a questão hídrica, mais especificamente, a disponibilidade de água para irrigação.

A água é vital para a produção de alimentos. Um integrante do grupo, técnico em hidráulica, e eu nutríamos essa preocupação com a questão hídrica. Não poderíamos iniciar os plantios sem água e a ideia inicial foi a captação de água da chuva. Porém, a falta de recurso financeiro para a aquisição de um reservatório impedia que essa possibilidade fosse viabilizada. Os diálogos a respeito desse

problema rememoraram a existência de antigos poços, localizados nas proximidades do hospital, que serviram como fonte de água, no passado. Esses poços foram desativados quando a Companhia Riograndense de Abastecimento (CORSAN) passou a abastecer a região com água potável encanada.

Como o poço mais próximo do local onde pretendíamos instaurar a horta estava em terreno público foi necessário contatar a prefeitura municipal. A manifestação de interesse em reativar o poço e as demais tratativas foram levadas a cabo na secretaria de agricultura e meio ambiente do município. Mediante vistoria e avaliação da qualidade da água, a municipalidade encaminhou o processo de outorga de uso do recurso hídrico.

Com a crise sanitária, em março de 2020, e as obrigações de isolamento social, a instauração da horta comunitária do hospital foi suspensa. Porém, mesmo com a pandemia, permaneci em contato com a proprietária do sítio agroecológico. Desde a primeira visita ao local fui recebida com entusiasmo e afeto. Ficou combinado, nesse primeiro encontro, que eu trabalharia em troca de aprendizado, uma vez por semana. Decerto esclarecemos que seriam mantidos os cuidados com afastamento seguro para as práticas, algo possível quando se trata de atividades ao ar livre. E, em abril de 2020, iniciei minhas atividades no **Sítio Grünes Paradies**, localizado no bairro Fazenda Pirajá, em Nova Petrópolis.

No sítio residem, Marli e o irmão Valdemar. As idas até a propriedade, onde Marli mora desde 2009, aconteciam, majoritariamente, nas quartas-feiras. Como a propriedade possui internet eu conseguia levar minhas filhas, que estavam com aulas on-line. Escrevo as voltas com a saudade das vivências e dos inesquecíveis aprendizados. Na agrofloresta, a incerteza da pandemia se dissipava. Eu revigorava meus dias em meio as plantas, ao ar puro, a generosidade e o carinho com que Marli compartilhava seus saberes. Ela sabe com o corpo. Uniu a sabedoria prática com os estudos no PLAGEDER/UFRGS onde se formou tecnóloga em Desenvolvimento Rural. Essa experiência semanal, durante todo o ano de 2020, transformou a maneira como vejo a realidade. A agrofloresta é a expressão da interdependência, da composição intraespecífica dos modos de existir instauradas nas paisagens.

Eu aprendi a cuidar do solo, a preparar os canteiros com galhos e muita cobertura foliar. Esses canteiros eram minimamente perturbados por nossas intervenções e descansavam para depois receber várias espécies que cresciam juntas, sob a copa das árvores. Entre os cultivos, milhos de múltiplas cores, feijões de

sementes crioulas e cebolas desde o tempo da avó; ervilhas colhidas a cada ano, algumas reservadas para o plantio seguinte. Fiz conserva com um tipo de palmito do caule da bananeira, conheci e reconheci flores comestíveis e plantas alimentícias não convencionais (PANCs). Descobri que vários vegetais que eu considerava daninhos eram comidas e que muitas flores eram nutritivos alimentos.

A Marli me ensinou a comer beldroega, ora-pro-nóbis, capuchinha, peixinho da horta, serralha e o fruto da costela de adão. Essas e outras PANCs como flores comestíveis de amor perfeito, de rosa e de hibisco, passaram a fazer parte da minha dieta. Aprendi a preparar farinha e tapioca a partir do aipim, patês com inhame e ervas, plantei girassóis. Coletei pinhão, os que caíram no solo. Ambos, animais da floresta e humanos tinham alimento.

Figura 2 - Sítio Grünes Paradies



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Com a pandemia, Valdemar, que ministra aulas de artes marciais, precisou suspender as atividades na academia e passou a auxiliar no sítio. Isso permitiu nossa composição e diálogos ampliados, a três. Nos finais de tarde, depois do trabalho e com devido afastamento, sentávamos na varanda da casa para conversar e degustar frutos, alimentos *in natura* ou preparados com comida do lugar. Eu sempre tinha muitas perguntas, principalmente, sobre a Feira Ecológica de Caxias do Sul, onde, aos sábados, a Marli comercializa uma parte de seu cultivo.

Figura 3 - Feira Ecológica de Caxias do Sul



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Ao mesmo tempo, eu compartilhava minha frustração com a perda das possibilidades de campos de pesquisa, principalmente, porque eu pretendia trabalhar com pessoas em vulnerabilidade social.

Além das trocas no sítio eu conversava com minha orientadora acerca de possíveis novos contextos de pesquisa e até sobre a necessidade de modificar as ideias iniciais. Eu argumentava que, em Nova Petrópolis, não existiam periferias vulneráveis a acessar enquanto campo empírico para realizar intervenções e instaurar hortas. E, sempre com afeto, ela me respondia que, por vezes, a pobreza e a falta de acesso a alimentação saudável era velada, escondida numa periferia espalhada, porém existente. Ao mesmo tempo, a ideia de vulnerabilidade se expandia diante do avanço da pandemia e do número de mortos. De maneira distinta, cada um passou a ser mais vulnerável e suscetível a doença, embora a pobreza e a fome ampliassem, significativamente, essa vulnerabilidade.

Durante nossas conversas, no sítio, Marli e Valdemar me incentivavam a prosseguir com a instauração da horta do hospital. Apesar da pandemia, as práticas de cultivo de alimentos aconteceriam ao ar livre, com afastamento entre os praticantes e uso de máscaras. Nós falávamos dos vínculos entre as crises sanitária, socioecológica e alimentar de maneira recorrente. Isso nos movia a agir para expansão do cultivo de alimentos com manejo agroecológico. Essas conversas foram transformadas em potências de agir, e, em maio de 2020, não só retomamos as atividades para consolidação da Horta Comunitária do Hospital de Nova Petrópolis, como iniciamos a intervenção para instauração de um espaço de cultivo na Associação Tchon Ji.

A Associação Tchon Ji é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP que promove aulas de Taekwondo e Hap Ki Do nas dependências da Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB, localizada no bairro Logradouro, em Nova Petrópolis. A associação, além do departamento de artes marciais conta com outros: Meio Ambiente, Paisagismo, Artesanato e Manufatura, Down Hill e Montanhismo. Valdemar é o presidente da associação e Marli integrante do departamento de meio ambiente. Ambos já nutriam interesse em implementar uma horta para realizar atividades de cultivo de alimentos com as crianças e jovens praticantes de Taekwondo, Hap Ki Do e suas famílias.

Depois de algumas conversas com os mantenedores da AABB, foi articulado um contrato de comodato e a cessão de um espaço do terreno da Associação Atlética Banco do Brasil para instauração do espaço de cultivo. O processo de constituição do coletivo da horta comunitária foi mobilizado a partir do convite aos familiares, atletas e associados da Tchon Ji. Os interessados foram compondo um grupo de WhatsApp que serve para agendar os mutirões de trabalho. Com a experiência em manejo agroflorestal da Marli e a condição de articulação e trabalho do Valdemar, logo estávamos colocando a mão na massa.

Figura 4 - Atividades iniciais e canteiros com cultivos na Horta Comunitária da Associação Tchon Ji



Fonte: Elaborada pela autora (2023) e Facebook da Associação Tchon Ji (Associação Tchon Ji, [2023]).

Em paralelo as atividades da **Horta Comunitária da Associação Tchon Ji**, instaurada em maio de 2020, as atividades na Horta Comunitária do Hospital foram retomadas. Os primeiros canteiros foram delimitados com a ajuda da Escola Técnica Bom Pastor. Mesmo sem um sistema de irrigação em operação, os técnicos da escola analisaram o solo, verificaram a saúde de algumas frutíferas existentes no terreno, subsolaram, encanteiraram e instalaram as mangueiras de gotejamento nos canteiros. No final do mês de maio de 2020, foram realizados os primeiros plantios com mudas doadas pela referida instituição de ensino. Para irrigação, foi instalado, de maneira provisória, um pequeno reservatório de 500 litros. Esse reservatório seria abastecido, ora pelo caminhão da Prefeitura Municipal, utilizado para as regas dos canteiros públicos, ora pelo Caminhão dos Bombeiros Voluntários.

Figura 5 - Atividades iniciais na Horta Comunitária do Hospital de Nova Petrópolis



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

A instauração das hortas, respectivamente, do hospital e da Tchon Ji foram acontecendo, simultaneamente, com mutirões convocados para os sábados. Existia a preocupação de não serem coincidentes, de maneira que eu pudesse trabalhar nos dois espaços de cultivo a serem engendrados. Mas o modo como o processo instaurativo acontecia era diferente nas duas hortas. Embora, em ambas, como semelhança, estivesse vetado o uso de qualquer agrotóxico.

Na horta da Tchon Ji as práticas seguiam alguns princípios de manejo agroflorestal. Entre as ações estavam a feitura de canteiros definitivos, com mínima perturbação do solo. Para a delimitação dos espaços de cultivo, foram utilizados galhos grossos encontrados no local. Já o preenchimento dos canteiros recebia os galhos finos e muitas folhas que, quando decompostos, se tornariam matéria orgânica nutritiva para o solo. Os espaços de cultivo receberam, também, terra e serragem, essa última, recebida em doação. Os plantios e as sementeiras ocorriam de maneira lenta, sempre com a preocupação de fazer cobertura foliar, na tentativa de imitar a serrapilheira encontrada na superfície do solo das florestas. Cada canteiro recebia uma diversidade de espécies que cresciam juntas.

Figura 6 - Comparativo, dos manejos iniciais, na Horta Comunitária do Hospital de Nova Petrópolis e da Horta Comunitária da Associação Tchon Ji



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Em seguida, foi priorizada a construção de uma composteira. O grupo de trabalho considerava importante, para a autonomia da horta, ter um espaço onde fosse possível produzir adubo natural. Uma padaria local doou baldinhos, com capacidade de 3 kg, onde os alunos da associação depositam o lixo orgânico produzido em suas casas. Os praticantes de artes marciais, com protagonismo das crianças, traziam o baldinho cheio e levavam outro vazio. A partir do manejo, na composteira, a matéria orgânica, decomposta e maturada, se transformava em húmus – um potente fertilizante para as plantas.

Figura 7 - Composteira da Horta Comunitária da Associação Tchon Ji



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Em contrapartida, para fazer os canteiros na horta do hospital, foi adotado um sistema mecanizado, com uso de subsolador e encanteirador. Ali, a terra ficava exposta, o que exigia mais irrigação. Cada espécie foi plantada em um canteiro. Logo e de maneira acelerada, as plantas invasoras começaram a povoar os canteiros junto com as culturas plantadas ou semeadas. A maior demanda, nos mutirões, consistia em remover plantas consideradas invasoras dos espaços de cultivo. Em meio aos trabalhos de limpeza e capina cresciam os primeiros cultivos.

Figura 8 - Alterações nas paisagens e crescimento de espécies indesejadas nos canteiros da Horta do Hospital



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

A instalação do sistema de irrigação foi ocorrendo em paralelo com as demandas da horta já em atividade. Após a liberação do poder público para o uso da água do poço partimos em busca de doações dos materiais – tubulação, bomba, boias e registros. A irrigação da horta com a água do poço foi viabilizada graças ao apoio das empresas locais, do poder público e da mão-de-obra gratuita do hortelão com conhecimentos de hidráulica.

Em agosto de 2020, a Cooperativa Piá doou um reservatório usado, com capacidade máxima de 12.000 litros, que permitiria a captação de água da chuva. A partir disso, iniciou-se um diálogo com um vizinho da horta a fim de que ele cedesse a calha e fosse viável o direcionamento da tubulação para a cisterna. No início de 2021, o sistema de irrigação foi finalizado, com uso prioritário da água da chuva. O reservatório passou a ser preenchido com água do poço somente em caso de estiagem.

Figura 9 - Entrega do reservatório para a Horta Comunitária do Hospital de Nova Petrópolis



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

As colheitas, na horta, eram entregues, diretamente, na cozinha da instituição. Eventuais sobras eram destinadas, em doação, ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município. Algumas mudas para cultivo, tais como, alface, brócolis, couve-flor, repolho, beterraba, salsa e cebolinha seguiram sendo doadas pela escola técnica. Entretanto, as mudas de batata, de aipim, de tomate, de cebola, bem como as sementes de feijão e de ervilha, vêm sendo adquiridas pelos hortelões⁵⁷.

⁵⁷ Coletivo que cuida da horta.

Figura 10 - Colheitas destinadas à cozinha do hospital

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

A continuidade das atividades, na horta, dependia dos hortelões. Qualquer material de manejo, tanto para a manutenção como as espécies para cultivo, não doadas pela escola técnica, deveriam ser providenciados pelo coletivo de trabalho. Não seriam permitidas amplas campanhas para arrecadação de recursos, uma vez que, o próprio hospital realiza e depende da ajuda comunitária para manter as portas abertas e seguir atendendo aos doentes.

Enquanto isso, na horta da Tchon Ji, as regas eram realizadas, de maneira artesanal, com baldes e regador. Assim como o hospital, a Tchon Ji não dispunha de recursos para aquisição de um reservatório a fim de coletar a água da chuva para a irrigação. O coletivo esteve, por meses, em busca de alguma instituição que pudesse doar um reservatório. A doação (anônima) de um tanque, com capacidade total de 20.000 litros, aconteceu em setembro de 2021. Para realizar a irrigação por declividade - mesma estratégia implementada na horta do hospital - o reservatório foi instalado na parte alta do terreno. Uma instituição de ensino privada, que faz divisa com o terreno da horta, na parte mais alta do mesmo, autorizou a captação de água das chuvas do telhado para irrigar os plantios.

Figura 11 - Reservatório de água da Horta Comunitária da Associação Tchon Ji



Fonte: Facebook da Associação Tchon Ji (Associação Tchon Ji [2023]).

No início, a Horta Comunitária da Associação Tchon Ji foi mantida pelos hortelões. As mudas e sementes, utilizadas nos plantios, eram provenientes do sítio agroecológico da Marli, ou adquiridas em agropecuárias locais, ou excedentes não semeados ou plantados no hospital. Os alimentos cultivados e colhidos na horta da Tchon Ji seriam distribuídos entre o grupo de trabalho e o excedente destinado ao Hospital de Nova Petrópolis e à Assistência Social do município. Em julho de 2021, a horta da Tchon Ji firmou parceria com a escola Bom Pastor, que passou a ser o viveiro de mudas de boa parte das espécies cultivadas. E, em setembro do mesmo ano, uma empresa gaúcha doou uma caixa de sementes para a Associação Tchon Ji para serem germinadas no viveiro da escola.

As hortas estavam conectadas e as experiências em cada espaço de cultivo serviam de referência mútua. Os coletivos sempre foram distintos, porém, as práticas instauradas em cada espaço de cultivo eram disseminadas entre os participantes. Enquanto a Tchon Ji buscava doações do reservatório, dos materiais para instalação da cisterna e apoio da escola técnica para produção de mudas, caminhos já percorridos pelos hortelões do hospital, esses últimos se interessaram pelas práticas de manejo agroecológico da Tchon Ji.

Na tentativa de reduzir as espécies invasoras, que haviam tomado a horta do hospital, foi realizada nova intervenção mecanizada para subsolar e encanteirar o espaço de cultivo no início de 2021. Esse movimento parecia ser acertado diante da

incapacidade de controlar as “ervas daninhas”, ocupantes indesejadas da horta. Durante o outono e o inverno daquele mesmo ano, novamente, com intensa atividade de capina e remoção manual, as plantas invasoras foram contidas. Entretanto, com a chegada da primavera elas voltaram com força. Inclusive, novas espécies cresceram e se proliferaram demonstrando a fragilidade e a instabilidade daquele solo.

No segundo semestre de 2021, o coletivo de trabalho na horta do hospital era muito distinto daquele que iniciou as atividades em maio de 2020. Esse novo grupo de hortelões, majoritariamente composto por mulheres, compreendeu que as intervenções na horta precisariam ser transformadas. Um processo de transição foi iniciado. Dentre as mudanças estavam previstos canteiros perenes, delimitados com escoras de madeira (resíduos de construção) que seriam recebidos em doação. Nossa hortelã, arquiteta, sugeriu o uso das escoras por serem um resíduo da construção civil e poderia ser doada para a horta. A solicitação de doação foi divulgada nas redes sociais.

Figura 12 - Processo de transição para o manejo agroecológico na Horta Comunitária do Hospital



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Outra transformação planejada foi nos espaços de cultivo que receberiam cobertura foliar e de gramíneas provenientes do serviço público de limpeza urbano (a prefeitura levaria cargas de folhas e grama até o terreno da horta). E os canteiros receberiam cultivos diversos a fim de crescerem juntos. Estava prevista, também, a construção de uma composteira para receber os resíduos orgânicos da cozinha do hospital.

7.1.3 Inserção Unidas Pela Vida – Instauração da Horta Pública

Em meio as transformações nos espaços de cultivo da horta do hospital, muitas outras mudanças aconteceram. Nossos diálogos, enquanto trabalhávamos, estavam repletas de assuntos relacionados a alimentação, consumo, lixo, saúde, etc. Um dos temas frequentes era a necessária disseminação das hortas domésticas, escolares, em espaços públicos a fim de permitir o acesso a alimentos *in natura* para a maioria da população. Certo dia, em meio a diversidade de assuntos, uma das hortelãs comentou sobre a atuação de um grupo de mulheres, constituído durante a pandemia, que comprava frutas, legumes, leite e ovos para complementar as cestas básicas doadas pelo CRAS, às famílias em vulnerabilidade social.

O coletivo, nominado como Unidas pela Vida, decidiu reunir esforços para adquirir alimentos *in natura*, pois havia uma preocupação com o aumento do número de famílias em insegurança alimentar que, durante a pandemia, praticamente dobrou no município. Como não poderiam ajudar a totalidade dos domicílios em dificuldade, a prioridade foi auxiliar 30 famílias chefiadas por mulheres que são responsáveis por 72 crianças e 17 adolescentes. Fui afetada pelas intervenções do coletivo para aliviar a insegurança alimentar e amenizar a precária realidade. Na mesma semana me engajei nesse movimento de mulheres que, juntas, reuniam recursos financeiros para comprar comida *in natura* para outras mulheres e suas famílias.

Quando algumas de nós, hortelãs na horta do hospital, passamos a **compor o coletivo Unidas pela Vida**, iniciaram-se diálogos sobre a possibilidade de cultivar uma parte dos alimentos doados pelo grupo, ao invés de comprá-los em sua totalidade. E, uma vez que essa comida seria destinada as famílias em vulnerabilidade, o espaço de cultivo poderia ser um terreno público municipal. Essa horta pública, enquanto espaço comunitário urbano permitiria compartilhar uma multiplicidade de saberes e práticas. A própria possibilidade de compor um coletivo

diverso e incluir os interessados em aprender acerca, não só de distintos modos de cultivar comida, mas também sobre alimentação saudável, culinária, saúde, ecologia, etc.

Muitas coisas aconteceram desde o segundo semestre de 2021. Em agosto fomos recebidos pelos secretários de saúde, agricultura e meio ambiente. Nessa reunião, conversamos sobre a importância das hortas escolares e comunitárias de base agroecológica frente aos desafios impostos pelas crises climática e sanitária; e o aumento da insegurança alimentar, sobretudo para os menos favorecidos. Nesse primeiro encontro já tratamos sobre a cessão de um terreno público para cultivar comida e plantas medicinais. Os secretários iniciaram as buscas e, em outubro de 2021, definimos o local que seria instaurada a horta pública.

Haviam, ainda, entraves burocráticos para a ocupação do espaço. O município não possuía uma legislação de agricultura urbana e periurbana que pudesse amparar o uso de terrenos ociosos para o cultivo de alimentos. Isso nos levou a fazer contato com uma vereadora para dar andamento a promulgação dessa legislação municipal. Em novembro de 2021, foi aprovada, por unanimidade, na câmara de vereadores, a indicação nº 046/2021, solicitando ao executivo uma legislação municipal para uso de terrenos públicos ociosos para a criação de hortas comunitárias em consonância com a Lei Estadual 15.222 de 2018.

Apesar da aprovação do anteprojeto de lei na câmara de vereadores e sua indicação para o executivo, não poderíamos ocupar o terreno antes da lei ser sancionada pelo prefeito. A maneira que o poder público encontrou para iniciarmos a ocupação foi através da lei do voluntariado. A lei nº 4.961, de março de 2021, instituiu o programa municipal de voluntariado no município. Todas as hortelãs que atuassem na horta pública precisariam preencher o termo de voluntariado antes de iniciar as atividades. Aclaradas as possibilidades legais e assinados os termos de voluntariado, em janeiro de 2022 iniciaram as intervenções para instauração da horta pública.

Figura 13 - Atividades na horta pública, feita de canteiros, cultivos e colheitas



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

A segunda metade de 2021 foi, também, o período em que submetemos um projeto ao Programa Sementes do Bannrisul⁵⁸. Juntos, Escola Técnica Bom Pastor e Hospital de Nova Petrópolis escreveram o documento intitulado “Plantar e colher: práticas orgânicas, agroecológicas e comida saudável na escola e no hospital”. A possibilidade de receber sementes agroecológicas mobilizaria novas práticas de

⁵⁸ O Programa Sementes Bannrisul é uma iniciativa criada em 2008, que tem por objetivo orientar estilos de agricultura de base ecológica e estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a produção de alimentos de base agroecológica e orgânica por meio da distribuição de sementes agroecológicas de diversas espécies, incluindo hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos. O Programa auxilia as comunidades a terem garantidas a segurança e soberania alimentar, além de contribuir para a geração de renda e o desenvolvimento local por meio da venda da produção (Programa [...], c1995-2023).

cultivo, novas perspectivas pedagógicas e a promoção da saúde através de uma alimentação mais saudável. O projeto foi contemplado e as sementes recebidas em março de 2022.

No segundo semestre de 2021, a Associação Tchon Ji iniciou a elaboração de projetos com a intenção de participar do edital de chamamento público do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) com vistas a celebração de termos de fomento. A Tchon Ji pretendia promover aulas de Taekwondo para crianças e jovens, de 6 a 18 anos, atendidos pelo CRAS de Nova Petrópolis, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Além disso, propôs a realização de visitas guiadas à horta comunitária, cultivada por meio de manejo agroecológico. O público-alvo seriam alunos, de 6 a 14 anos, matriculados em escolas de Nova Petrópolis. Os projetos foram aprovados pelo COMDICA e os termos de parceria assinados em maio de 2022.

As intervenções nas três hortas, instauradas desde o início da crise sanitária, seguem seu curso. Os espaços de cultivo do hospital vêm sendo transformados para receberem maior diversidade de espécies. Os hortelões da Tchon Ji continuam recebendo as mudas preparadas na escola técnica que são cultivadas por professores, alunos e familiares dos praticantes de artes marciais. A partir de julho de 2022 a horta passou a receber a visita de alunos, do ensino fundamental, das escolas que aderiram ao projeto de visitas guiadas à horta comunitária.

Figura 14 - Visitas guiadas, de alunos do ensino fundamental, a Horta Comunitária da Associação Tchon Ji



Fonte: Facebook da Associação Tchon Ji (Associação Tchon Ji [2023]).

Na horta pública, a delimitação dos canteiros é realizada com o entulho e com os restos de construção encontrados no local. No terreno já existiam algumas árvores frutíferas que foram manejadas e permanecerão compondo a paisagem junto com as espécies alimentícias que serão introduzidas com o avanço dos cultivos. A prefeitura fornece o material vegetal – folhas e gramíneas – para a cobertura dos canteiros.

Além do processo de feitura dos canteiros, de sementeiras, dos plantios e das colheitas, iniciaram as tratativas para instalação de uma cisterna. O reservatório para captação de água da chuva será adquirido pela prefeitura. Ao lado da horta pública, há uma casa cuja calha e tubulação permitirão direcionar a água pluvial. Para esse espaço público de cultivo, o coletivo Unidas pela Vida, destina 5% do capital mensal recebido em doação. Esse recurso serve para a aquisição de materiais, mudas e sementes que se somam as doações recebidas da Escola Técnica Bom Pastor.

Os três espaços de cultivo, respectivamente, **no hospital, na Tchon Ji e no terreno público** foram escolhidos para seguirem como campo de intervenção. A seguir, serão abordados o processo de condução da pesquisa e as abordagens metodológicas selecionadas a partir do percurso teórico/empírico.

7.2 OS MODOS DE AGIR, FAZER E TRANSFORMAR MUNDOS – A PESQUISA INTERVENÇÃO COM OUTROS QUE HUMANOS

Na academia e nos estudos científicos, em geral, é dada grande importância para o modo como a pesquisa é conduzida. Decerto deve haver um roteiro, uma descrição detalhada do processo de condução do estudo. Um escopo metodológico, onde iniciar o processo investigativo. Ao determinar de antemão como o trabalho será realizado, quais perguntas e objetivos ele pretende atingir, existe o risco de compreender e analisar os achados em campo de maneira arbitrária, representativa e figurativa. Uma ciência Viva, no sentido do vir a ser, poderia ser assim conduzida? Se as existências são composições pragmáticas, interdependentes e interespecíficas, nossas possibilidades de conhecer poderiam ser antecipadas?

Ao compreender a impossibilidade de existir sem Outros, múltiplos seres, interpenetrados nos engendramentos vivos das experiências cotidianas, em modos de habitar, respirar e comer, as tentativas de conhecer se deslocam para o engajamento com o mundo, no sentido de sua feitura. A pesquisadora, diante dessa elaboração de pensamento, age, de maneira ativa, junto com humanos e outros que

humanos para transformar a realidade. E nesse agir interventivo, compreende a fragilidade e a limitação daquilo que conhece, ciente de que os processos de transformação são composições parciais, incertas, entre múltiplos e divergentes modos de ser, pensar, sentir e conhecer.

Os futuros possíveis e a continuidade da Vida pedem composições, engendramentos, invenções e instaurações entre divergentes, que negociam e permanecem juntos apesar e com as incomunalidades – dissensos, equívocos, hesitações, desordens, interrupções. Ao retomar o já dito, a gênese desse trabalho tratou da intervenção para instaurar ou restaurar territórios agroecológicos como paisagens multiespécies. A própria palavra intervenção remete a um tipo de pesquisa participativa, de caráter qualitativo, escolhida para conduzir esse estudo.

[...]

As pesquisas participativas recusam a neutralidade e a objetividade da ciência, bem como a hierarquização do conhecimento para compor saberes junto com os envolvidos nas pesquisas e transformar a realidade do coletivo envolvido (Rocha; Aguiar, 2003). A problematização e a composição de possibilidades na pesquisa participativa é um processo conjunto que pretende compor divergentes ideias e ações (Aguiar; Rocha, 2007; Romagnoli, 2015). Como proposição investigativa tem caráter mais geral e abarca distintas e controversas formas de agir no campo empírico. Nas pesquisas brasileiras, não raro, ocorrem confusões entre nomenclaturas utilizadas para definir as diferentes maneiras de pesquisa participativa (Rocha; Aguiar, 2003).

A pesquisa-ação, por exemplo, é uma abordagem participativa que atribui centralidade ao agir. Embora pretenda ir além da participação, como modo de investigação e de ação, a pesquisa-ação pode permanecer funcionalista e positivista caso o agir seja direcionado a busca por eficiência. Em uma vertente mais crítica, a pesquisa-ação poderia ser agente de transformação social da realidade através da ação e participação coletiva da pesquisadora e dos participantes da pesquisa. Nessa abordagem, a pesquisadora realizaria as transformações sociopolíticas junto com os desfavorecidos e excluídos da história (Rocha; Aguiar, 2003).

Paulon e Romagnoli (2010) afirmam que a pesquisa-ação mantém vínculos com um único modo de fazer ciência e encontrar a verdade, inventada pelos modernos. Essas autoras classificam a pesquisa-ação como uma investigação participante que mantém a separação entre sujeito e objeto, pesquisadora e pesquisada. Diante da realidade incerta e complexa, Rocha e Aguiar (2003) convidam

a questionar o poder do instituído, entre teorias e organizações, bem como criticar a busca da verdade.

Um modo de pesquisa participativa, com caráter crítico-político e contrária as tendências positivistas, objetivas e tradicionais de atuação é a pesquisa intervenção. O termo intervenção ocupa o lugar da palavra ação com a ideia de restaurar aspectos relacionais, processuais, de caráter parcial e múltiplo da investigação (Chassot; Silva, 2018). Trata-se de uma abordagem em que a ação investigativa engendra e produz transformações na realidade (Rocha; Aguiar, 2003; Aguiar; Rocha, 2007; Paulon; Romagnoli, 2010; Romagnoli, 2015; Chassot; Silva, 2018).

Embora considerada como pesquisa participativa, a intervenção critica modos investigativos comuns das ciências sociais. Essa abordagem rompe com o arcabouço epistemológico da pesquisa-ação, mesmo em sua vertente crítica. Há, porém, um aspecto em comum entre a pesquisa-ação, a pesquisa-ação crítica e a pesquisa-intervenção. Todas partem do pressuposto de que o conhecimento seria composto junto com o coletivo pesquisado e não em algum momento anterior a investigação (Mendes; Pezzato; Sacardo, 2016; Chassot; Silva, 2018).

De outro modo, a pesquisa-intervenção seria um tipo de pesquisa participativa crítica, uma prática ético-estético-política que desarticula o conhecimento científico instituído para dar lugar ao agir para transformar (Rocha; Aguiar, 2003). Na pesquisa-intervenção não há posição de neutralidade. O pesquisador faz parte do campo e está implicado no processo de investigação (Rocha; Aguiar, 2003; Paulon; Romagnoli, 2010; Romagnoli, 2015; Kroef; Gavillon; Ramm, 2020). Estar implicado significa tomar posição e ocupar um lugar nos jogos de poder e política que acontecem no campo de pesquisa. A implicação evidencia o caráter processual da investigação e a indissociabilidade entre sujeito/pesquisadora e objeto/pesquisada (Rocha; Aguiar, 2003; Chassot; Silva, 2018).

A tentativa de conhecer exige a indissociabilidade da pesquisadora, sempre implicada nos acontecimentos e com os seres que compõe a pesquisa. Sujeito e objeto se engendram, forjam composições interdependentes que não podem ser simplificadas ou generalizadas. Trata-se de um tornar-se com, no sentido de coexistência entre pesquisadora e pesquisadas. É a produção de acontecimentos, sempre instáveis, provisórios, em que saber e agir criam realidades, fazem mundos. São desvios criados e coproduzidos para transformar o real (Paulon; Romagnoli, 2010; Mendes; Pezzato; Sacardo, 2016).

O pesquisador intervém, cria e transforma o lugar e o cotidiano; produz novas realidades junto com o pluralismo dos modos de existir (Paulon; Romagnoli, 2010). É um tipo de investigação voltado para as possibilidades locais e micropolíticas do que se poderia transformar (Aguiar; Rocha, 2007; Paulon; Romagnoli, 2010; Renault; Ramos, 2019). A relação com o acontecimento, o lugar e a vida cotidiana revelam essa dimensão micropolítica da pesquisa-intervenção. Mais do que uma escala espacial (a do lugar) ou temporal (a do cotidiano), há um vínculo com a imprevisibilidade, a potência e a criação de sentido nas experiências situadas (Rocha; Aguiar, 2003).

[...] as experiências, são pontos de criação de sentido e não reflexo de uma realidade que está em outro lugar. Não é mais possível investir na busca do fundamento último das coisas e dos acontecimentos, na medida em que são constituídos por forças e tensões historicamente situadas e, portanto, parciais, mutáveis e dependentes das existências e dos grupos singulares, das práticas locais (Rocha; Aguiar, 2003, p. 71).

A prática científica feita junto com os múltiplos seres do lugar e presentes nas experiências do cotidiano não aceita a homogeneização e a simplificação da realidade. A pesquisadora que intervém ajuda a compor relações e vínculos com e entre os seres no campo empírico, contagia e é afetado pelo contexto e pelo coletivo com o qual escolheu se engajar. Paulon e Romagnoli (2010, p. 95) compreendem a ideia de contagiar como “[...] contágio da própria vida, entendida como potência, positividade indeterminada, que é, em si, invenção”.

Na pesquisa-intervenção, enquanto modo de investigação crítico, pragmático, implicativo, cotidiano e compartilhado, não existe “[...] o que ser revelado, descoberto ou interpretado, mas criado” (Rocha; Aguiar, 2003, p. 72). Intervir, enquanto processo, não permite antecipar ou conduzir o coletivo engendrado para algum resultado. A partir da problematização do que acontece no campo, junto com o coletivo e sua multiplicidade de saberes, surge “[...] espaço para a expressão da diferença, possibilitando novas vias de circulação da palavra, e de construção de saber e de desestabilização das relações de poder” (Chassot; Silva, 2018, p. 3).

Esse espaço para a expressão da diferença e sua dimensão participativa, na experimentação de pesquisar com outros e compartilhar saberes refere-se ao caráter transversal do método investigativo. Todos estariam implicados e envolvidos na tentativa de conhecer e esse processo estaria indissociado da própria intervenção. Desse modo, as possibilidades de transformação da realidade pressupõem a

participação, a implicação e a intervenção de múltiplos envolvidos na pesquisa, nominada, também, como pesquisa-intervenção participativa (Mendes; Pezzato; Sacardo, 2016; Chassot; Silva, 2018).

Na pesquisa-intervenção, parte-se do questionamento de noções de subjetividade e poder, descentrando o ponto de vista do pesquisador como sujeito externo que age sobre determinada realidade para tomá-lo em seu processo de subjetivação e sua necessária implicação com o campo de pesquisa. Na pesquisa-intervenção participativa, propomos, acrescenta-se a essa problematização a tomada radical da produção de conhecimento como dispositivo e da alteridade como possibilidade de desestabilização (Chassot; Silva, 2018, p. 10).

Conforme advertem Paulon e Romagnoli (2010) serão os engendramentos e dissensos no contexto da intervenção que sinalizarão quais, entre distintas técnicas de pesquisa, aquelas que o pesquisador lançará mão. Dada a composição coletiva de saberes, a presença e a implicação da pesquisadora nos processos interventivos não se estabelecem, de antemão, nem os procedimentos, nem o modo de sua execução (Romagnoli, 2015). Na pesquisa-intervenção participativa, proposta por Chassot e Silva (2018), como vimos, as tentativas de conhecer estariam vinculadas a radicalização dessa dimensão transversal do encontro de saberes. Essa alteridade possibilitaria as afetações, as questões e as inquietações transformadoras nos processos interventivos.

A abordagem interventiva, descrita pela literatura acessada, pragmatiza os apelos teóricos em prol do engajamento com o mundo e com a ecologia de práticas e de saberes. Essa abordagem dá voz aos marginalizados e compreende as tentativas de conhecer como composições e afetações coletivas e coengendradas. A recusa política das posições de neutralidade abre espaço para os processos de transformação junto com os envolvidos e desbancam relações de poder. A intervenção se alinha, nessa perspectiva, ao compromisso e a obrigação com os excluídos da história, incluindo seus modos de ser e saber para compor as tentativas de conhecer. A pesquisadora implicada é a cientista pós-abissal boaventurana e a praticante civilizada stengersiana, que sente e é afetada por aqueles com os quais habita os processos interventivos.

Porém, o espectro político das intervenções acessadas, como referência para esse projeto, democratiza a luta por justiça social sem relatar experiências com outros que humanos. Isso permite pensar que, para um campo empírico multiespecífico como

das hortas agroecológicas, seria interessante reunir métodos participativos como da pesquisa-intervenção e investigações com outros que humanos (Bastian *et al.*, 2017).

A composição entre pesquisa-intervenção e os estudos com outros que humanos seria uma maneira de problematizar e recusar o excepcionalismo humano e permitiria, como pressuposição, a instauração do pluralismo ôntico. A alteridade entre humanos, já vinculada ao modo interventivo de investigação, poderia amplificar os intervalos de possibilidades ao levar a sério os vínculos com a multiplicidade de outros seres. Seria nos interstícios das perturbações e dos interesses divergentes e incomuns, dos arranjos interespecíficos, que estariam as possibilidades de fazer mundos. Para Bastian *et al.* (2017) as composições entre pesquisas participativas e em mundos mais que humanos (PR e MtH siglas em inglês) ampliaria a plasticidade metodológica e permitiria aprendizados mútuos nos processos investigativos.

Os estudos etnobotânicos, de interesse para essa pesquisa, permitem desvelar inúmeras maneiras com as quais as plantas se comunicam, criam vínculos e habitam com outros seres, entre fungos e humanos, por exemplo (Pitt, 2017). Essa interdependência entre humanos e outros que humanos e as complexas composições instauradas entre a multiplicidade de seres, faz pensar sobre a aproximação entre a pesquisa-intervenção e os estudos em mundos mais que humanos. Esse diálogo entre as abordagens poderia lançar luz e incluir, não somente, a parte da espécie humana, historicamente excluída, com também, plantas e outros seres suprimidos nos processos de pesquisa (Bastian *et al.*, 2017).

Não se trata de criar, apenas, outra maneira de fazer pesquisa. Aproximar essas abordagens abre novas possibilidades de conhecer a realidade onde a interdependência entre espécies e seres está dada e, de acordo com Bastian *et al.* (2017, p. 10) permite “[...] questionar as relações de poder entre humanos e não-humanos”. A recusa em hierarquizar os seres e os saberes redistribui as potências e as tentativas de conhecer e aprender com Outros. Com especial atenção aos vegetais, Pitt (2017) sugere que aprender com as plantas requer atenção, empatia, afeto; outros modos de comunicar, de observar, de escutar e de interagir com elas.

Nos estudos etnobotânicos são demonstradas as possibilidades de aprender e habitar, coevolutiveamente, com os vegetais; e, por outro lado, quais perturbações intrusivas e indesejadas são instauradas por espécies invasoras. A abordagem conjunta entre mundos mais que humanos e pesquisas participativas pode relegar as plantas a condições subalternas, ou por protagonismo humano ou pela incapacidade

de saber com e sobre elas. Para levar a cabo esse tipo de estudo seria necessário conhecer os modos de ser e saber dos vegetais ao invés de descrever, compreender e criar a partir do que os humanos já sabem acerca deles. Trabalhar e aprender com esses seres, outros que humanos, exige restaurar sua relevância, perceber e sentir como os vegetais habitam e engendram seus vínculos (Pitt, 2017).

Os relatos de Pitt (2017) sobre pesquisas em hortas comunitárias destaca a interdependência entre humanos e não-humanos. Os hortelões que habitavam os espaços de cultivo investigados por ela relataram que “[...] estar com as plantas significa deixá-las fazer suas coisas” (Pitt, 2017, p. 98). Os vegetais saberiam o melhor lugar para se desenvolver e comunicariam, por exemplo, quais folhas precisariam ser removidas. As árvores, de acordo com uma hortelã, não necessitariam de podas e poderiam crescer mais robustas sem a intervenção de humanos.

A intervenção, em sua dimensão política, abarca a responsabilidade de transformar a realidade de todos envolvidos no processo da pesquisa. Esse todos, quando o coengendramento se amplia e contempla outros que humanos, expande a ideia de alteridade. Apesar dessa expansão e esforço interpretativo e comunicacional, os equívocos, as incompletudes e as incomunalidades compõem certas assimetrias intransponíveis entre os modos de ser e saber. Os pesquisadores falam em nome das outras espécies, nesse caso, em nome das plantas (Pitt, 2017).

Como destaca Pitt (2017, p. 99), por vezes, as plantas morrem sem que seja possível saber o que motivou esse desfecho e “[...] esse mistério é uma barreira frustrante para cultivar o que os humanos querem comer”. A autora destaca que as composições entre humanos e plantas não acontecem de maneira comunal e sim nos dissensos e de maneira incomum. E o desenvolvimento dos vegetais nem sempre favorece os humanos, deles depende ou serve aos seus interesses. De modo análogo, na pesquisa-intervenção os coletivos humanos são composições entre divergentes que exercem poder uns sobre os outros.

As plantas são agentes construtores de realidade e comunicam suas expertises por meio do modo como vivem. Resta aos humanos entender como apreender e compartilhar desse rico conhecimento que é, a um só tempo, agência, vivência, adaptação, criação, invenção, inovação etc. Tomar a metáfora das plantas aparece, hoje, como um caminho necessário para o desenvolvimento pleno das capacidades materiais e imateriais dos humanos (Gregório, 2022, p. 281).

A possibilidade de conhecer, na abordagem da pesquisa-intervenção em mundos outros que humanos aceitaria a heterogeneidade e a divergência, sobretudo, sem o exercício do controle por parte da pesquisadora. A interdependência entre seres, por exemplo, entre vegetais e humanos, torna relevante a ideia de levar a sério outros modos de ser e viver como uma ética necessária a continuidade das existências. Embora as intervenções aconteçam de maneira situada, seria possível expandir esses limites à medida que se ampliam os processos de reflexividade sobre o aprendizado e as práticas compartilhadas com as plantas e outros seres (Pitt, 2017).

Ao retomar a proposição ativa desse estudo, como obra instaurativa de territórios agroecológicos, a escolha da pesquisa-intervenção em mundos outros que humanos parece coerente. Sobretudo, e como já mencionado, porque as hortas agroecológicas são compreendidas como campo empírico multiespecífico, constituídas por ônticos que se sobrepõem e se interpenetram, em meio a equívocos e incomunalidades.

As elaborações de St. Pierre (2018) compõem as tentativas de escapar da metodologia normativa. A pesquisadora interpela: “Como pensar de maneira distinta, investigar e incluir múltiplos modos de ser na realidade tomada por visões humanistas? St. Pierre (2018) questiona as condições que a metodologia qualitativa humanista, sistematizada em bases cartesianas, teria para transformar os processos investigativos.

Se pensarmos com pós-ontologias, não faz sentido separar nossa análise das palavras ‘coletadas’ em documentos usados em uma seção chamada ‘revisão da literatura’ das palavras ‘coletadas’ em transcrições de entrevistas e notas de campo em uma seção chamada ‘resultados’. No entanto, o fazemos. E eu diria que essa separação torna mais fácil o desalinhamento entre epistemologia, ontologia e metodologia na metodologia qualitativa humanista convencional (St. Pierre, 2018, p. 1055).

As etapas de pesquisa, estabelecidas de antemão, as cisões entre revisões de literatura e dados coletados em campo, em que o material empírico merece distinção nas análises, reproduz os modelos cartesianos de investigação. As elaborações de St. Pierre (2018, p. 1059) convidam para pensar diferente, alterar o ordenamento definido a priori, experimentar “com o que ainda está por vir, convocar os povos ainda por vir”. A pesquisadora pediu dedicação aos estudos teóricos e para que os pesquisadores iniciem as investigações por problematizações ontológicas e

epistemológicas, sem privilegiar a sequência e os termos que a metodologia qualitativa humanista faz uso.

A problematização como processo contínuo (Alvesson; Sandberg, 2013), compôs nosso caminho de pesquisa. Nessa maneira de conduzir o estudo, as teorizações e o trabalho em campo se retroalimentam, e isso ajuda a ver as experiências empíricas de modo aberto e criativo. Ao mesmo tempo, as intervenções em campo desafiam as abordagens teóricas, fazem repensar, exigem leituras e releituras críticas da literatura. A condução da pesquisa, como um processo contínuo de problematização, exigiu desafiar posições dominantes e enfrentar as cisões entre aspectos teóricos e pragmáticos.

Para organizar o que foi problematizado, lancei mão e adaptei as elaborações de Spink e Lima (2013) sobre mapas de associação de ideias, árvores associativas e linhas narrativas. Para o estudo em tela, elaborei mapas de associação que vincularam e organizaram as temáticas, não para elencar categorias, mas para ver as possíveis costuras teórico-empíricas, engendradas no caminho da pesquisa. As árvores associativas ajudaram a sinalizar, em momentos específicos, sem a necessidade de reprodução de falas, aspectos relevantes no processo de problematização. Além de complementarem os mapas, ajudaram a visualizar e compor as narrativas. As narrativas foram esforços para contextualizar os acontecimentos e situar as histórias dentro da pesquisa. Adquiriram relevância, dado o caráter multissituado desse estudo.

Os programas usados para compor os mapas de associação de ideias, as árvores associativas e as linhas narrativas foram: o processador de texto, Microsoft Word e a lousa digital, Miro.

Cabe destacar que as técnicas que acompanharam a implicação da pesquisadora e seus pesquisados, no processo de intervenção, incluem a observação participante e o diário de campo. Essas técnicas foram complementadas com conversas informais, pesquisa documental e imagens. Desde a segunda quinzena de abril de 2020 e até o final daquele ano, estive em campo, em média, 12 horas semanais. Metade desse tempo foi dedicado às atividades na agrofloresta, junto com a Marli, e a outra metade nos processos de instauração das hortas do hospital e da Tchon Ji. Nos anos de 2021, 2022 e 2023 (primeiro trimestre) foram, em média, 8 horas semanais dedicadas às intervenções nos três espaços de cultivo. Ao longo do

estudo interagi com 53 partícipes, entre hortelãs e hortelões assíduos, colaboradores eventuais e até mesmo alguns que participaram das atividades uma única vez.

A observação participante impõe vínculos com o campo empírico e “[...] abertura para a emoção, o sentimento e o inesperado” (Serva; Jaime Júnior, 1995, p. 69). A dimensão sensível excede a disposição para olhar e observar. A observação participante estaria vinculada a arte de perceber o outro, entre modos comunicacionais que colocam em ação todos os sentidos. Os registros das experiências político-pragmáticas e sensíveis, que acontecem no e com o contexto empírico, são escritos em diários de campo. O diário de campo compõe, de modo relevante, o conjunto de técnicas das pesquisas participativas (Andion; Serva, 2006).

A produção de diários de pesquisa torna-se um potente dispositivo que possibilita dizer sobre o que chama a atenção, afeta e toca a pesquisadora. As anotações desse estudo, digitadas e manuscritas, totalizaram 193 laudas. Expressam o vivido, os acontecimentos, as percepções, os dizeres e as pragmáticas do campo empírico. Os textos são fragmentados, repletos de contradições, incertezas e sentimentos. Contêm histórias, memórias, expressam afetos, dizem sobre potências, encontros, ações e vínculos. Os experimentos de pensamento sobre as intervenções e as implicações com o campo possibilitam tecer as palavras, costurar tentativas de compreender e de conhecer (Mendes; Pezzato; Sacardo, 2016; Kroef; Gavillon; Ramm, 2020).

A escrita do diário de campo potencializa, apoia, mantém a abertura e a atenção, ajuda a fazer e refazer o cotidiano da pesquisa, perceber, ser afetado e problematizar as experiências. As afetações referem-se às experiências sensíveis e corpóreas vividas. Em meio às problematizações, nos interstícios da escrita, da leitura, do resgate da memória, entre temporalidades distintas, seria possível localizar outros possíveis. O texto está sempre incompleto, repleto de escolhas da pesquisadora e, nesse sentido, pressupõe inacabamento e constante mudança (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020).

Os movimentos atencionais dos(as) pesquisadores(as), tomados aqui como elemento central na modulação da pesquisa, podem ser acompanhados através das narrativas presentes no diário, de modo que a observação crítica dos elementos do cotidiano que vão ganhando relevância pode efetuar transformações não somente na atenção dos(as) pesquisadores(as), mas também nas possibilidades de invenção e do desenvolvimento da pesquisa. Assim, a proposta ético-política na produção de diários constitui uma aposta

na coprodução entre pesquisador(a), participantes, interlocutores(as) e objeto de estudo (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020, p. 477-478).

Sem a pretensão de realizar uma etnografia de arquivos históricos, fiz uso da pesquisa documental como técnica complementar de pesquisa. Os processos de organizar podem ser (re) constituídos e (re) significados através do acesso à documentos, escritos em diferentes temporalidades e espaços. Os documentos ajudam a compreender as tramas de poder, desencadeiam e problematizam processos epistemológicos. Com o entendimento de sua contingência e polifonia, a pesquisa documental amplia a noção multissituada do estudo (Lopes; Ipiranga, 2021).

De maneira análoga à pesquisa documental, a inserção de imagens ao estudo, teve caráter adicional. Embora as imagens apareçam, nesse trabalho, como ilustrações à escrita (Maurente; Tittoni, 2007), elas se articulam com o texto e ajudam a dar visibilidade para alguns acontecimentos e experiências nos territórios empíricos (Pinheiro; Fischer, Cargnin, 2017). Apesar do caráter contingente da pesquisa e das imagens serem representações da realidade, elas tentam comunicar, de modo sensível, o olhar da pesquisadora para as intervenções.

É importante ressaltar que o engajamento ético-político com a realidade e com as possibilidades de transformação excedem as técnicas citadas. As intervenções em mundos outros que humanos estão implicadas às experiências corpóreas e sensíveis, aos esforços interpretativos e comunicacionais, à medida em que o real é criado e instaurado. As tentativas de conhecer acontecem com “[...] vivacidade e interdependência [junto com a] transformação da realidade” (Renault; Ramos, 2019, p. 64).

As costuras textuais, na tese, não contêm sistematizações, análise de dados, resultados e conclusões. As palavras se engendram, na escrita, sem prescrições ou priorizações. São, antes, escolhas e dizeres a partir das afetações, do que chamou a atenção, no campo empírico e na literatura. O texto quer ser disparador de problematizações e de possibilidades, manter viva a política, as dissonâncias, enquanto engendra as elaborações teóricas e as intervenções.

Na próxima seção, apresentarei algumas repercussões, do campo empírico, nas escolhas de literatura e método de pesquisa.

7.3 OS CAMINHOS DA PESQUISA

A intensidade das atividades empíricas, apesar da crise sanitária, mostrou que o engajamento e as intervenções produzem mundos. Apesar das divergências, há composição de paisagens heterogêneas e interdependentes, em meio a acontecimentos contingentes e incomuns, coengendramentos e colaborações. Os amplos espaços ao ar livre deixavam respirar, sair da clausura, agir na feitura de novos possíveis, entre humanos e outros que humanos, tais como as plantas, sem as quais nossa habitabilidade resta em perigo.

7.3.1 As experiências interventivas e sua repercussão nas escolhas de literatura e método de pesquisa

É com a Agroecologia que aterro para inventariar, intervir e instaurar composições para sobreviver. Obra a fazer, junto com Outros. Existo e torno-me com a paisagem multiespecífica para restaurar modos de habitar e de viver. Nesses engendramentos interdependentes, entre sementes, plantas, fungos, insetos, animais e humanos há futuros possíveis e inseparáveis produtores e reprodutores de Vida. Nas cidades, mesmo em meio a ruínas e as edificações de pedra e cimento, há restauração e cultivo de alimentos biodiversos que nutrem e permitem existir.

As potências para as intervenções desse estudo são elaborações de pensamento que ressoam a partir da ideia stengersiana de engajamento com o mundo, da luta com os movimentos sociais de Boaventura, da obra a fazer de Souriau, do inventário latouriano, entre tantos. A convocação de Latour, para inventariar, refere-se à implicação em elencar todos os seres e os vínculos de interdependência multiespecíficos mantenedoras da Vida. Em meio a muitos, em processos incomuns de feitura de mundos, com perturbações e equívocos, estariam as possibilidades de composições. Um seguir juntos, em divergência.

Respiro e nesse respirar, sinto o ar, num movimento de sentir sua presença, inescapável relação. O ar como possibilidade da Vida e que permitiu a existência de seres autotróficos, dos quais depende a habitabilidade na Terra. Nos espaços de cultivo, entre afetos e diversidade heterogênea, tantos ônticos que perturbam, se enredam, engendram composições apesar e com as incomunalidades. Os interesses, embora distintos, referem-se uns aos outros e também partilham de comuns como,

por exemplo, o lugar que habitam. A ocupação dos territórios e da comida diz sobre lutas e causas diversas, cada uma a seu modo, mas que se transversalizam e se sobrepõem.

Cada um sente, elabora e intervém, a seu modo. Negocia, perturba, vive e morre. Em especial, sujeitos e coletivos humanos lutam pela preservação da biodiversidade e da água; pela redução da poluição do ar e dos mananciais. Há os envolvidos com mobilizações pelo direito ao alimento saudável e nutritivo e aqueles que vinculam isso com as condições de saúde. Sem esquecer dos que se engajam porque defendem o bem-estar animal, se interessam em reduzir sua pegada individual ou não suportam deixar a terra devastada para seus netos. Outros, ainda, resgatam a história e os saberes ancestrais, reativam as práticas camponesas e indígenas, compreendem as intervenções como possibilidades de restauração das potências, do pulsar junto com a força de Gaia.

De outro lado, a redução da potência e das lutas pela própria suspensão e falta de ar, instauradas pela pandemia, que se somaram ao fascismo, as exigências do progresso e ao poder dos que dominam os avanços tecnológicos. Sem esquecer dos grandes oligopólios que comercializam as sementes transgênicas, os insumos químicos, os agrotóxicos e os remédios. Estamos presos a imensas bolas de ferro. Os humanos perturbam, escavam a terra, alteram a semente. Em nome do interesse de alguns da espécie humana, processos de produção da comida são acelerados com fertilizantes artificiais e os invasores “daninhos”, entre inços e insetos, são mortos com veneno. Florestas são dizimadas e ocupadas por monoculturas, vírus escapam e cá estamos, vulneráveis, a desenhar nossa história.

Depois de tanto, há ainda, um apelo sanitário e de estética urbana que coloca para fora a floresta e o rural. Esse deslocamento da ruralidade é imposto pela conotação com o caipira, o sujo, o feio e a vida sem conforto. Como se não bastassem as árduas práticas que compõe os modos de cultivar comida há um imperativo de que a produção de alimentos deve acontecer distante dos aglomerados humanos. Enquanto isso, a urbanização acentua modos de vida hostis para a maioria das pessoas.

O incremento da fratura metabólica entre humano e natureza compromete a produção e reprodução da vida pela carestesia alimentar e/ou pela mudança das práticas alimentares e o aumento das dietas ricas em processados e ultraprocessados. Em nome das facilidades, do conforto e da aparência, a

precarização da comida e da Vida. O alimento *in natura*, saudável e biodiverso, requer trabalho duro que se estende desde os plantios das múltiplas espécies, passa pelo cuidado, pela colheita; necessita ser preparado.

E quem acessa a comida *in natura*, saudável e biodiversa? Em meio aos desertos alimentares e a realidade perversa, deletéria e que replica a desigualdade, qual seria a responsabilidade, o compromisso e a obrigação da pesquisadora? Em meio a intervenções para instauração de outros mundos possíveis se desvelam as dificuldades de estabilizar os coletivos multiespécies e de manter humanos engajados nos processos instaurativos nos territórios agroecológicos.

Os espaços de cultivo engendram vínculos interdependentes entre a multiplicidade de espécies que coexistem apesar das divergências. Cada um a seu modo e com seu próprio e distinto interesse, luta para compor a paisagem. E ela, a paisagem, se transforma o tempo todo. A contingência nos espaços de cultivo exige força para seguir. Ao mesmo tempo, quem trabalha no cultivo de alimentos sente o peso das práticas em seus corpos. Os hortelões desistem diante das assimetrias e dos atritos intra e interespecíficos. Não suportam as perturbações e a presença de Outros, intrusivos, e que respondem, por vezes de maneira violenta, a fim de seguirem habitando as hortas. Esses Outros que aterraram naqueles locais muito antes de nós.

Embora algumas pessoas, em vulnerabilidade, tivessem acesso à comida, cultivada nas hortas, a imensa maioria das famílias come quantidades insuficientes de alimentos *in natura*. Os processos de intervenção foram abrindo possibilidades, ainda que de maneira contingente e incomum, para novas composições envolvendo o ativismo de um coletivo de mulheres, dispostas a levar comida saudável e produzida localmente aos humanos vulneráveis. Um engajamento de mulheres em prol da democratização e de soberania alimentar.

Os contextos de pesquisa restauraram a dimensão política, os coengendramentos e desvelaram as incomunalidades que lançaram luz para as escolhas teóricas dessa tese. As experiências empíricas pragmatizaram o pluralismo de ônticos, levaram às dissonâncias ontológicas e a lançar mão de aspectos crítico-político-pragmáticos para as tentativas de conhecer. As onto-epistemes se coengendraram com o contexto de pesquisa, forjando o percurso enquanto este exigia as elaborações teóricas acionadas.

A própria pesquisa-intervenção em mundos outros que humanos é um caminho que não define, de antemão os acontecimentos e nem os saberes acessados. As

tentativas de conhecer são forjadas nos acontecimentos, incertos, incomuns, entre seres divergentes e interdependentes. Nesse momento da pesquisa, se agiganta a responsabilidade e o compromisso com a manutenção das hortas para que encontros entre humanos vulneráveis e comida possam engendrar composições e vínculos sem os quais transformações socioecológicas e alimentares não seriam possíveis. A próxima seção dirá acerca dos processos e coengendramentos ao longo das intervenções para a instauração dos espaços de cultivo.

8 INTERVENÇÕES E DIZERES – PROCESSOS, COENGENDRAMENTOS E EXPRESSÕES

Ao longo da pesquisa fui afetada por tantas conversas, incontáveis silêncios, muitos encontros e acontecimentos. O que direi acerca das experiências vividas, desde que aterrei nos espaços de cultivo, serão tentativas sensíveis de expressar processos e coengendramentos entre literatura, campo empírico e afetações pessoais. Decerto essa parte do texto pretende prosseguir com a recusa de elaborações a priori, anteriores a realidade. Ela contém histórias, dizeres e fazeres, que chamaram minha atenção ao longo das intervenções e com os quais criei vínculos. A maneira como organizo o que foi me afetando ao longo das vivências se enovela com as abordagens onto-epistemológicas e com os entendimentos teóricos que lancei mão.

Antes, porém, de prosseguir com detalhamentos, cabe esclarecer que o texto não conterà citações diretas de pessoas envolvidas. Embora as palavras, ditas pelos participantes, pudessem evitar equívocos de tradução da minha parte, considero necessário preservar os hortelões, os vizinhos das hortas, os gestores, os colaboradores do serviço público e os demais envolvidos. Ainda que eu fizesse uso de nomes fictícios, as pessoas poderiam ser facilmente identificadas pelo coletivo partícipe do estudo. Boa parte das pessoas se relacionam, no cotidiano, para além das experiências nas hortas. E algumas relações são muito estreitas, o que amplia as implicações e os riscos relacionados a perda de privacidade, eventual discriminação ou estigmatização. Por esse motivo, deixei de mencionar, também, em qual das hortas certos fatos ocorreram.

A criticidade de alguns enfrentamentos pragmáticos, escolhidos para nortear as discussões dessa pesquisa, poderiam prejudicar e expor os participantes. Os princípios éticos devem pressupor eventuais prejuízos e exposições dos envolvidos no estudo. As pesquisas envolvendo humanos, em atividades comunitárias, como nas hortas, poderia acarretar problemas, tais como “[...] constrangimentos, sentimentos de receio ou de vergonha, com sérias implicações emocionais ou relacionadas à privacidade, passíveis de provocar desconforto ou lembranças indesejadas” (Campos, 2020, p. 6). Todo e qualquer risco aos participantes deve ser minimizado pelo pesquisador, que precisa estar atento e evitar “[...] situações que provoquem discriminação ou estigmatização dos participantes” (Campos, 2020, p. 9).

Ainda antes de prosseguir e iniciar novas seções, é necessário fazer mais uma ressalva. Embora os vínculos de interdependência entre humanos e outros que humanos sejam indissociáveis, a maneira como serão expressos admite parcialidade. Apesar da recusa ao antropocentrismo, há aspectos eminentemente humanos que não poderiam ficar à margem da discussão. O campo empírico esteve marcado por dissonâncias entre coletivos humanos, modos assimétricos de ver e de organizar o mundo.

Nas primeiras seções desse capítulo, direi sobre processos e coengendramentos entre humanos, sem fazer menção aos demais seres, apesar de comporem o campo. Na escrita, escolhi separar experimentos de pensamento, dada a densidade das implicações empíricas e destas com as elaborações teóricas. Reitero, entretanto, sua indissociabilidade, apesar da escolha implicar em limitações. As incomunalidades, dissensos e assimetrias permeiam a história humana, antes mesmo de falarmos acerca das paisagens multiespecíficas.

8.1 OS PRINCÍPIOS POLÍTICOS E ORGANIZATIVOS HEGEMÔNICOS E AS POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO CONTRA-HEGEMÔNICAS

As proposições para esse estudo, da maneira como foram descritas, referem-se a tentativas de compreender e de conhecer modos políticos e organizativos que poderiam compor paisagens multiespécies em territórios agroecológicas. Essas palavras contém a ideia subjacente da busca de alternativas no âmbito político-pragmático - obra a ser feita. Seria como se as intervenções para a instauração de espaços de cultivo agroecológico permitissem localizar as negociações que precisariam acontecer para organizar modos de Vida multiespecífico e interdependente.

Na tentativa de compreender e de conhecer modos políticos e organizativos incomuns que poderiam compor paisagens multiespécies em territórios agroecológicos há um problema, de partida, que precisa ser debatido. Esse problema se relaciona a dimensão dos impedimentos para levar a cabo essas instaurações. Por que é preciso conhecer contra quais poderes, forças políticas e modos de organizar estamos lutando. Ao longo das experiências empíricas, muitos acontecimentos dificultaram as intervenções e a estabilização dos movimentos comunitários de instauração dos espaços de cultivo agroecológico.

As visões de mundo e os modos organizativos, levados a cabo para a ocupação humana da socioespacialidade urbana, mostraram-se dissonantes e pouco aderentes as elaborações de pensamento que levaram as proposições para essa pesquisa. A pragmática das disputas no campo empírico mobilizou a necessidade de saber mais sobre como o *modus operandi* orchestra sua dominação. Dito de outra maneira, as intervenções sinalizaram a necessidade de compreender e de conhecer contra quem e contra o que seria preciso lutar para instaurar modos de organizar, habitar e viver interespecíficos.

A produção industrial de alimentos, o consumo de ultraprocessados e seus nefastos efeitos sobre a saúde humana e de todo ecossistema são vistos por toda parte. Apesar da urgência na transformação do modo como habitamos, cultivamos comida e nos alimentamos, isso não ressoa em engajamentos efetivos, para a maioria das pessoas.

Algumas questões teóricas derivadas das pragmáticas interventivas, nas hortas, auxiliam nessa problematização: Por que a agroecologia permanece marginal, quando reiteradamente afirmada como possibilidade de transformação do sistema alimentar? Por que o cultivo de alimentos com manejo agroflorestal não se torna preponderante, se resta comprovado ser melhor para a saúde humana e planetária? Por que modos de organizar e de instaurar paisagens multiespécies seguem marginalizadas? Por que a urbanização agroecológica não avança?

As experiências nos espaços de cultivo, os aportes teóricos e as questões acima levaram a **três problematizações**, essas que chamaram minha atenção e que expressarei a seguir. **A primeira** tenta compreender e conhecer as questões de engendramento, poderosas e hegemônicas, que sustentam os modos organizativos dominantes, no campo da alimentação. **A segunda problematização**, que ocupa duas seções, pretende pensar nos contramovimentos, no modo como se organizam, como poderiam enfrentar e impor limites ao poder hegemônico e quais suas possibilidades de subsistir ao longo do tempo. **A terceira problemática**, deriva das duas primeiras e, está relacionada aos interesses em disputa, nos enfrentamentos humanos, por terra e território. Envolve dissensos e assimetrias, entre os hortelões, nos espaços de cultivo, e destes com a comunidade do entorno.

Antes, portanto, de avançar nas tentativas de conhecer as paisagens, como composições interespecíficas, essas que compreendem a impossibilidade de respirar, comer e subsistir sem Outros, direi acerca dos enfrentamentos humanos que

aconteceram nas intervenções levadas a cabo nessa pesquisa. E esses dizeres compõem as próximas quatro seções do texto.

8.1.1 As questões de engendramento dos modos organizativos dominantes: contra quem e contra o que estaríamos lutando

A composição de vida interdependente e multiespecífica entre humanos e outros seres, para a manutenção das condições de habitabilidade terrestre, requer tomada de posição contra-hegemônica. E essa posição precisa ser constantemente reiterada e mobilizada discursivamente, tornando-se potência para a transformação da realidade. A mercantilização da vida é um processo que permeia o tecido socioecológico, está em toda parte, forja as monoculturas, nas cidades e na agricultura.

O modo mercantil hegemônico, conduzido e instaurado por alguns, que agem por interesse econômico, opera através da padronização, da simplificação e da ruptura dos vínculos de interdependência entre humanos e outros que humanos, ao mesmo tempo em que articula poderosos vínculos de interdependência entre oligopólios intersetoriais. Na perspectiva capitalista, funcionalista, quantitativa e antropocêntrica, são os interesses de uma minoria com forte poder político e econômico, que determinam os fins e as prioridades. O agir interessado dessa minoria é pouco aderente a preocupação com a manutenção da habitabilidade na Terra e com o acesso à alimentação biodiversa e saudável como um direito humano.

A matriz deletéria que o sistema mercantil impõe sobre os modos de vida mantém os contramovimentos, em posição marginal. A fim de fortalecer as lutas e os contramovimentos Freudenberg (2022, p. 45) afirma ser importante conhecer o “[...] poder crescente das corporações para moldar vidas”. Seria necessário perguntar: Contra quem e contra o que estamos lutando? No campo alimentar, mobilizado nesse estudo, estamos lutando, principalmente, contra o poder do agronegócio.

Embora eu tenha elaborado alguns experimentos de pensamento, acerca dessa temática, na seção destinada ao debate epistemológico, é requerido aprofundá-la, dada a relevância para esse estudo. Sem a intenção de dicotomizar esse debate, a ideia é tentar conhecer como o agronegócio se organiza, opera e domina modos de viver, habitar e comer. Isso auxiliaria a compreender porque o cultivo agroecológico, como modo de habitar paisagens, ainda é uma resposta marginalizada frente a

tragédia desse nosso tempo. A organização dos coletivos para o cultivo agroecológico de alimentos ocupa espaços de luta insurgente que precisa conhecer o *modus operandi* do capital.

Para sobreviver, países e populações inteiras restariam dependentes de conglomerados industriais. Decerto as influências corporativas e da economia capitalista não poderão ser homogeneizadas. Entretanto, o que os oligopólios mundiais decidem impacta a vida cotidiana no planeta (Santos; Glass, 2018; Wallace, 2020; Freudenberg, 2022; Simoni, 2022). Em sua versão contemporânea, os poderosos do capital ampliaram seu poder com a globalização, a financeirização, a concentração de mercado, os monopólios, as privatizações, as desregulamentações, os cortes de impostos, a austeridade, as descobertas na ciência e tecnologia e desenvolvem estratégias para conquistar apoio ideológico (Santos; Glass, 2018; Freudenberg, 2022).

Nas áreas de agricultura e alimentos, ocorrem e ocorreram, nos últimos anos, muitas fusões, concentrando a dominação desses campos na mão de poucas organizações. A financeirização, desde os anos de 1990, passou a influenciar os processos de aquisições, tanto verticais quanto horizontais, das marcas e empresas alimentícias. A partir dos anos 2000, os investidores financeiros tornaram-se mais agressivos nas intervenções para as fusões e aquisições, a fim de reduzir custos, aumentar os retornos aos acionistas, concentrar poder e ampliar a dominação mercadológica (Santos; Glass, 2018; Freudenberg, 2022).

E essas corporações, cada vez maiores, ganham, com força, espaços de representação no âmbito estatal. Através do “sistema de resolução de controvérsias investidor-Estado”, as empresas processam governos, pedem indenizações, desafiam as instâncias jurídicas, impedindo regulamentações que, eventualmente, prejudiquem ou reduzam a lucratividade projetada. O poder das organizações interfere na formulação e aplicação de políticas públicas voltadas “[...] à segurança alimentar, à saúde, à proteção ambiental e aos direitos dos trabalhadores” (Santos; Glass, 2018, p. 34). O agronegócio recebe incentivos criminosos dos governos e não se responsabiliza pelas externalidades. Pelo contrário, devolvem:

Riscos trabalhistas, poluição, intoxicação alimentar, resistência a antibióticos, picos de preços, mudanças climáticas, consolidação de monopólios, deficiências nutricionais, inundações, economias de exportação, bolhas financeiras de terras agrícolas, dumping no setor de grãos, espoliação agrícola, migrações forçadas (Wallace, 2020, p. 220).

A influência e o poder que as grandes empresas impõem sobre os países, através dos acordos internacionais de comércio, trava e corrói políticas públicas nas áreas – socioecológica, alimentar e de saúde. A Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, que ocorreu em 2021, é um exemplo da força interventiva, dos conglomerados mundiais, no âmbito estatal. A cúpula, nunca antes reunida para tratar, especificamente, da temática alimentar, privilegiou soluções tecnológicas de grandes corporações em detrimento de outros modos de cultivar comida, como os da agroecologia e das práticas indígenas e camponesas (Simoni, 2022).

A história em quadrinhos⁵⁹ intitulada “A Captura Corporativa de Sistemas Alimentares” (FIAN Brasil; IDEC, 2021) retrata, em texto e em imagens, a escalada da dominação do campo alimentar, por parte dos grandes oligopólios mundiais. O modo como se organizam para a dominação é a feitura de vínculos interdependentes entre grupos humanos que detém oligopólios de sementes transgênicas e agrotóxicos, transnacionais financeiras, gigantes mundiais de tecnologia, latifúndios produtores de *commodities* a partir de agricultura intensiva monocultural, indústrias globais de alimentos, químicas e farmacêuticas. Com massivos investimentos em marketing, ditam o que comemos ao mesmo tempo em que elegem governos e sentam-se à mesa, na Organização das Nações Unidas (ONU), como parte interessada em solucionar os problemas - da fome, miséria, destruição ecológica e morte - que eles mesmo orquestraram e levaram a cabo (FIAN Brasil; IDEC, 2021).

O Atlas do Agronegócio expõe, em gráficos e números, o tamanho do poder, concentrado nas mãos de grandes empresas transnacionais, que dominam o campo alimentar, da semente ao prato. E nomina cada uma das fusões e oligopólios, expõe o tamanho da concentração mercadológica e de poder. O texto informa que o Brasil estaria entre os países em que se observa a maior concentração, do mercado de alimentos, na mão de poucos. Em torno de “60 e 70% das compras de uma família são produzidas por dez grandes empresas, entre elas Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft e Coca-Cola” (Santos; Glass, 2018, p. 21).

Os riscos de categorizar coletivos humanos carregam consigo a pecha da homogeneização. Ao contar a história da constituição política da categoria

⁵⁹ História em quadrinhos (HQ), originalmente, produzida em parceria entre a FIAN Internacional (For the Right to Food & Nutrition) (Home, c2023) e os irmãos Zago Brothers. Ganhou versão em português por iniciativa da FIAN Brasil (Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas) (A FIAN, c2020) e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

“agronegócio”, Caio Pompéia (2021, p. 71), relata diversas heterogeneidades e disputas internas e inerentes ao campo, ao mesmo tempo que escancara a influência, a pressão e o poder que as organizações do “*agrobusiness*” sempre exerceram sobre os governos. Sob os mantras do combate à fome e a desnutrição no mundo, os modelos industriais da agricultura e da alimentação norte-americanos foram se alastrando pela América Latina (Pompéia, 2021).

Para manter o poder político e econômico, no Brasil, o agronegócio⁶⁰ argumenta com dados acerca de sua representatividade no PIB nacional. O modo como essas notícias, da relevância do agronegócio no PIB brasileiro, eram e ainda são veiculadas, faziam e fazem parecer que trariam benefícios para todo o povo. No Brasil, esse poder político e econômico que o agronegócio exerce sobre os governos, se amplia no início dos anos 2000, com o crescimento da demanda⁶¹ por *commodities* e pela alta mundial dos preços desses produtos (Alentejano; Egger, 2021; Pompéia, 2021).

O notável incremento do potencial exportador brasileiro de *commodities*, que mobilizou um constante aumento de produção, principalmente, de soja e de milho, impactavam, não somente no PIB, mas na balança comercial e ampliavam a força interventiva do agronegócio, na esfera pública nacional. Mesmo nos governos petistas, em que problemas agrários, ecológicos e sociais receberam atenção, prevaleceram as agendas e interesses dos conglomerados industriais do agronegócio, apesar das denúncias vinculadas ao trabalho escravo, ao desmatamento e a espoliação ecológica, associados a produção de *commodities* (Pompéia, 2021).

Os conflitos relacionados ao código florestal e a demarcação contínua de terras indígenas havia abalado as relações entre o governo de Dilma Rousseff e a maioria dos setores do agronegócio. O segundo mandato da presidenta foi marcado por forte crise econômica. Em 2015, o PIB do agronegócio caiu 0,7% em relação ao ano

⁶⁰ O termo “agronegócio”, no texto, é utilizado como se fosse homogêneo, embora, como fiz menção, seja um campo heterogêneo e sempre em disputa. Havia distintas posições no campo, sobretudo, com relação as questões ambientais. De um lado, concordâncias relacionadas a pauta climática, com agenda global relevante, que abarcava parte das representações do agro. E, de outro, uma série de problemas com ilegalidades relativas ao desmatamento e infrações ambientais. As pressões e ações para modificar as leis ambientais eram o princípio fundamental de confluência entre agentes hegemônicos do agronegócio (Pompéia, 2021).

⁶¹ Um importante fator de aumento das exportações brasileiras, no setor agropecuário, foi a expansão econômica da China. “O valor médio anual das exportações passou de US\$ 50 bilhões no período 1995/1999 para cerca de US\$ 200 bilhões no final da década de 2000, com a participação dos produtos básicos passando de 25% para 45% da pauta de exportações em 2010” (Alentejano; Egger, 2021, p. 98).

anterior, ampliando as negociações e a pressão política em favor do impeachment de Dilma Rousseff. As lideranças do agronegócio exerceram forte influência econômica e política no afastamento da presidenta, compreendendo que o Partido dos Trabalhadores (PT) era o principal entrave para a instauração das pautas de interesse do setor (Pompéia, 2021).

Desde que Michel Temer assumiu interinamente a presidência da república, as pautas do agro receberam destaque e apoio do presidente, dada a força econômica e política exercida pelo setor. Ao longo dos anos, o poder do agronegócio havia consolidado fortes engrenagens em Brasília, articulando o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) com a Frente Parlamentar da Agropecuária⁶² (FPA). O IPA foi criado para assessorar, tecnicamente, a FPA, que constituiu a “[...] maior bancada setorial do parlamento brasileiro” (Alentejano; Egger, 2021, p. 99). Apesar da dificuldade de consenso entre todas as associações que compunham o IPA – 38 agremiações em 2016, algumas pautas reivindicadas⁶³ eram comuns, seguiam para aprovação no Congresso Nacional e para sanção pelo executivo federal (Pompéia, 2021).

Nada, porém, é comparável aos retrocessos socioecológicos instaurados, ao longo do governo Bolsonaro. Os agentes dominantes do campo do agronegócio, articulados em torno das organizações do IPA e da FPA exigiram, em troca do apoio ao presidente, que o Ministro do Meio Ambiente estivesse alinhado aos seus interesses. A nomeação de Ricardo Salles “[...] privilegiaria relações com determinadas representações da arena do agronegócio e, paralelamente, ampliaria

⁶² O poder do agronegócio se expressa na composição da maior bancada setorial do Congresso Nacional. A Bancada Ruralista, nome extraoficial da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) atua para aprovar as demandas do agro no parlamento brasileiro. Entre 2014 e 2018, a FPA compôs uma bancada, no Congresso Nacional, “[...] com 214 deputados e 24 senadores associados, respectivamente, 41,7% e 29,6% do total de parlamentares” (Alentejano; Egger, 2021, p. 99). E, em 2019, somava “245 deputados e 39 senadores, o que corresponde a 47,8% da Câmara e 48,1% do Senado” (Alentejano; Egger, 2021, p. 99).

⁶³ Entre as reivindicações estava a limitação da lei e dos direitos relacionados a desapropriação de terras para reforma agrária e das homologações de terras indígenas e de territórios quilombolas; permissões para aquisição de terras por empresas estrangeiras (que detivessem maior % de capital estrangeiro); facilitação para aquisição privada de terras públicas; extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); redução de dívidas previdenciárias de fazendeiros e agroindústrias; limites às fiscalizações trabalhistas e ambientais. Pompéia (2021) conta, com detalhes, que boa parte das demandas do agro foram atendidas, por Temer, em troca de apoio para arquivamento das graves denúncias encaminhadas pela Procuradoria Geral da República (PGR) e que poderiam levar a deposição do presidente.

articulações com outros agentes da economia, incluindo imobiliárias, construtoras e madeireiras⁶⁴” (Pompéia, 2021, p. 331).

O favorecimento do agronegócio e dos demais agentes econômicos – imobiliárias, construtoras, madeireiras - expressa a escalada da dominação política e econômica dos agentes financeiros sobre o Estado. No centro dos interesses privados está a ocupação da terra para produção de *commodities*, extrativismo ou especulação financeira. O que se vê é uma acelerada corrida por terras e uma ampliação da concentração fundiária no Brasil. De acordo com as informações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, 50,91% dos estabelecimentos rurais possui menos de dez hectares e ocupam, apenas, 2,28% da área. De outro lado, 1,03% dos estabelecimentos, com mais de mil hectares ocupam 47,6% das terras brasileiras disponíveis, o que evidencia a gigantesca concentração fundiária no país (IBGE, 2017).

O país ocupa a quinta posição “[...] no ranking de desigualdade no acesso à terra” [e] tem 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades superior a mil hectares – apenas 0,91% do total de imóveis rurais” (Santos; Glass, 2018, p. 14). O fosso da desigualdade distributiva das terras, no Brasil, foi significativamente ampliado, nos últimos anos, tanto pela diminuição das lutas sociais pela ocupação de terras, quanto pela redução na política de reforma agrária. Zeneratti (2021) explica que, desde 2006, os processos de reforma agrária e assentamentos rurais foram sofrendo progressiva redução, até a quase extinção no mandato de Jair Bolsonaro.

Assim, na medida em que a luta pela terra enfraquece, a reforma agrária é paralisada. O ínfimo número de assentamentos criados em 2019, com apenas 533 famílias, é resultado do abandono da reforma agrária iniciado em 2006. Cabe destacar que em 2005 foram criados 872 assentamentos rurais e foram assentadas 115.062 famílias, os maiores números verificados desde 1985. A partir de 2006, nota-se uma queda vertiginosa no número de assentamentos e famílias assentadas. Trata-se de um processo progressivo desde então, passando pelos mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e culminando em 2019 com o quase abandono da reforma agrária pelo presidente Jair Bolsonaro. Em síntese, os dados mostram que à medida que a luta pela terra diminui, a criação de assentamentos rurais por parte do governo federal passa a ser descontinuada. Esse fato evidencia que, no

⁶⁴ “Em 2019, iniciou-se uma inflexão drástica na política ambiental do país. Entre as inúmeras ações que caracterizam seu desmonte, podem-se citar o enfraquecimento das ações de fiscalização sob comando do ministério, a contestação das unidades de conservação, o atrofiamento do Conama e a tentativa de desqualificação de informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que indicavam aumento do desmatamento na Amazônia Legal” (Pompéia, 2021, p. 331).

Brasil, a reforma agrária caminha a reboque da luta pela terra, isto é, sem luta não há terra para os camponeses (Zeneratti, 2021, p. 568).

De maneira análoga ao rural, a terra, na urbanidade, é dominada pelo capital financeiro. Nem mesmo as políticas habitacionais populares, no espaço material urbano, escaparam da dominação do capital. “As empreiteiras e incorporadoras continuam comandando a lógica de expansão das cidades, mas agora através de entrelaçamentos muito mais complexos entre si e com os fundos de pensão dos trabalhadores” (Rolnik, 2015, p. 295). Ao mesmo tempo em que o poder público é capturado por interesses privados, conduz projetos de redução da desigualdade e melhoria das condições de vida, a partir do estímulo ao consumo. Os problemas advêm, justamente, dos modos como esse consumo é estimulado, engendrados nos aparatos de mercantilização e de financeirização. De maneira geral, a população em carestesia, acessa ultraprocessados, habitats fragmentados, produtos e serviços de qualidade inferior, fabricados e desenvolvidos para perpetuar as desigualdades.

A instauração de outros modos de organizar e de viver dependem e começam com o direito de acesso à terra. A centralidade do engajamento na luta por terra, como possibilidade crítico-político-pragmática, e sua relevância para esse estudo, abrem nova frente de elaborações textuais, que serão levadas a cabo em seção específica, ainda nesse capítulo.

[...]

De volta a temática da produção industrial de alimentos, apesar da economia do capital se esforçar para sujeitar e regular vírus e bactérias patogênicas, elas insistem em anarquizar. Os conglomerados globais apoiam o Estado na criação de cada vez mais dispositivos de biossegurança, uma vez que, apenas as grandes empresas, têm condições financeiras de arcar com esses custos (Freudenberg, 2022). A produção industrial de alimentos organizou modos de conservação e de sanitização que ajudam a denegrir a imagem da comida produzida de maneira artesanal, camponesa (Cintrão; Dupin, 2020).

A biossegurança é embasada por critérios técnicos e científicos internacionais, que associam a segurança dos alimentos as condições de assepsia e esterilização do processo produtivo. As normas padronizadas de higiene e de estética industrial fazem supor que as heterogeneidades no processo artesanal, de cultivo e preparo de comida, impõem riscos à saúde. As leis e normas sanitárias instauram uma hegemonia alimentar industrial que marginaliza diversos cuidados, vínculos e saberes,

instaurados na pragmática camponesa cotidiana de cultivar, preparar e comer o alimento (Cintrão; Dupin, 2020).

Na indústria de alimentos, por exemplo, os capitalistas exploram as ecologias não apenas por meio de sua reformulação, mas também tirando proveito de suas potencialidades. Mesmo em fazendas industriais, os agricultores dependem de processos de vida que estão fora de seu controle, como a fotossíntese e a digestão animal. Nas fazendas capitalistas, os seres vivos criados em processos ecológicos são cooptados para dentro do sistema de concentração de riqueza (Tsing, 2022, p. 115).

O sistema alimentar global depende, principalmente, das *commodities* monoculturais de “[...] milho, soja, trigo, arroz e açúcar” (Freudenberg, 2022, p. 94), cultivadas em latifúndios e que “[...] requerem pouca mão de obra e servem de base para milhões de produtos” (Freudenberg, 2022, p. 94). Essa simplificação e padronização permite escalar a produção e amplifica o poder dos gigantescos conglomerados globais. E a maior parte dessas monoculturas são organismos geneticamente modificados (OGMs).

Nos últimos anos, as doenças relacionadas com o sistema alimentar hegemônico global não pararam de crescer. A produção agrícola monocultural, utilizando OGMs, necessita cada vez mais pesticidas e a pecuária intensiva faz uso contínuo de vacinas e medicamentos, sobretudo antibióticos e hormônios. O problema dessas práticas é a seleção de patógenos e pragas, genes resistentes. Ocorre a seleção de novas cepas que se recombinam com cepas já existentes ampliando a virulência. Além disso, os fármacos ficam biodisponíveis no solo e na água (Wallace, 2020).

Embora a legislação de biossegurança vise regulamentar e resguardar as atividades que envolvam OGMs, ela autoriza, ao mesmo tempo, o avanço elitista da manipulação genética e dos cultivos monoculturais. As espécies geneticamente modificadas são protegidas por patentes, permitindo que as detentoras da biotecnologia transgênica monopolizem o mercado. O que se segue, são processos de exclusão e seleção de espécies, imprevisibilidade dos impactos socioecológicos, dominação sobre os modos de cultivo e sobre os agricultores (Segata, 2020).

A biossegurança é uma forma emergente de governamentalidade que atua em favor das grandes corporações do capitalismo agroalimentar e das políticas externas dos Estados neoliberais. Ela ergue fronteiras cada vez mais rígidas entre nações, culturas e espécies, e na falta voluntária de traquejo, cria espaços de guerra e de separação, ao invés de encontros e de partilhas (Segata; Beck; Muccillo, 2020, p. 366).

Como se não bastassem as questões já elencadas acima, os cultivos monoculturais, de OGMs, tornam os agricultores dependentes das corporações que comercializam, de maneira conjunta, as sementes modificadas e os pesticidas (Santos; Glass, 2018; Wallace, 2020; Freudenberg, 2022; Simoni, 2022). As grandes fusões entre empresas do setor alimentar permitem controlar as patentes genéticas e o mercado de sementes, de agrotóxicos, os cultivos, os alimentos industrializados, impondo limites as possibilidades de “[...] segurança e soberania alimentar mundial” (Santos; Glass, 2018, p. 21).

A agricultura e a pecuária intensivas, a exploração madeireira e a mineração acabam com as florestas, com o solo, com as águas e com a biodiversidade, deslocam e aumentam as espécies de pragas. Os patógenos migram dos animais selvagens para os domésticos e, depois, para humanos. Sua complexidade socioecológica fica difícil de analisar, até mesmo para experientes cientistas (Wallace, 2020).

São alguns humanos, como, por exemplo, boa parte do agronegócio, que organizam as maneiras de habitar, viver e comer. E os princípios organizativos – artificialização, padronização, simplificação – são legitimados pelo direito a acumulação de capital, mesmo que esses modos de organizar expressem mais da morte do que da vida. Os danos socioecológicos e os prejuízos para a saúde dessas práticas, levadas a cabo por um ínfimo coletivo, são externalizadas. E, quem arca com os prejuízos é a sociobiodiversidade planetária. O que está por trás dos OGMs, por exemplo, é um projeto de dominação dos principais cultivos e da produção de alimentos por corporações mundiais.

No Brasil, desde o período colonial, o monocultivo é o modo hegemônico de produção de alimentos. Ao produzir um único alimento, em grandes áreas de terras, em nome do aumento da produtividade e da padronização, inúmeras outros cultivos são eliminados. A perpetuação da monocultura, como modo dominante de produzir alimentos, não é contingente. Trata-se de um projeto de expansão capitalístico, com vínculos fortemente engendrados. Um seleto número de espécies vegetais - soja, milho, trigo e cana-de-açúcar – produzidas em latifúndios monoculturais, com alta mecanização, enorme consumo de água e energia, intensivas quanto ao uso de fertilizantes e agrotóxicos - tornaram-se *commodities* e são as principais matérias-primas para a produção de ultraprocessados (Jaime *et al.*, 2021).

As questões de engendramento entre oligopólios produtores de *commodities* agrícolas e conglomerados globais, fabricantes de ultraprocessados, ajudam a

compreender a dominação e a captura dos nossos vínculos com a comida. As *commodities* agrícolas, antes de serem matéria-prima para a indústria de alimentos e ração animal, tornaram-se ativos financeiros, negociados na bolsa de valores, concentrando e ampliando capital especulativo. Não por acaso, os ultraprocessados passaram a dominar a alimentação, no mundo (Santos; Glass, 2018; Freudenberg, 2022).

Os ultraprocessados contêm altas quantidades de sal, açúcar, gorduras, substâncias viciantes, aditivos industrializados e baratos, dificilmente usados nas cozinhas. Essa composição está diretamente implicada nos processos de adoecimento relacionados a alimentação. Uma dieta rica em ultraprocessados não nutre e provoca graves impactos socioecológicos (Brasil, 2014; Wallace, 2020; Belik, 2020; Jaime *et al.*, 2021; Freudenberg, 2022). Esses alimentos são produzidos “[...] com técnicas que destroem a matriz alimentar e retiram água dos alimentos, afetando os sistemas controladores de saciedade no organismo” (Jaime *et al.*, 2021, p. 8).

Além disso, a indústria estuda e aprimora o sabor dos ultraprocessados e os torna apetitosos ao paladar. Isso amplia a quantidade consumida desses alimentos. De acordo com a avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil, que faz parte dos relatórios publicados com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018), embora ainda predomine o consumo de comida *in natura* ou minimamente processada, há uma substituição gradual desses alimentos por processados e, principalmente, ultraprocessados (IBGE, 2020b).

O que se constitui são vínculos entre processos que viciam o paladar, ampliam a quantidade ingerida e pioram a condição nutricional (Brasil, 2014; Jaime *et al.*, 2021). Além disso, o consumo de alimentos ultraprocessados pode provocar alterações endócrinas, devido a liberação de compostos químicos presentes nas embalagens desses produtos. Ao sofrerem tratamento térmico, os compostos tornam-se biodisponíveis e acabam ingeridos junto com os ultraprocessados (Jaime *et al.*, 2021).

Por estarem repletos de açúcar, gordura e aditivos químicos, os ultraprocessados ampliam o risco de doenças crônicas não transmissíveis como diabetes, obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares, depressão, câncer, etc. (Belik, 2020, Jaime *et al.*, 2021; Freudenberg, 2022). Além disso, uma alimentação rica em ultraprocessados altera o microbioma intestinal, tornando as pessoas suscetíveis a inúmeras doenças inflamatórias (Jaime *et al.*, 2021; Freudenberg, 2022).

Alimentos baratos são produzidos e homogeneizados em massa, permitindo o controle centralizado, da fonte ao garfo, e lucros exorbitantes para poucos. Substâncias comestíveis embaladas e comercializadas de forma inteligente, altamente processadas, calóricas, viciantes e com deficiência nutricional criaram um novo conjunto de doenças crônicas epidêmicas, de diabetes a obesidade mórbida (Wallace, 2020, p. 219).

Os modos de dominação e captura dos vínculos humanos com o alimento, ganham ainda mais força com o avanço da supermercadilização e das cadeias de *fast-food*, grandes aliados que ampliam o consumo de ultraprocessados. Os “[...] supermercados existem para vender a maior quantidade possível de produtos e gerar a maior taxa de rendimentos” (Freudenberg, 2022, p. 104). No Brasil, os supermercados e lojas de autosserviço concentram 78% do faturamento na comercialização de alimentos (Belik, 2022). Isso significa que esses estabelecimentos têm enorme poder definidor da comida a ser disponibilizada e consumida (Belik, 2020).

A ideia de “ambientes alimentares” (Jaime *et al.*, 2021) ajuda a pensar no acesso e nos lugares em que a comida seria adquirida. Foi a partir dos estudos acerca dos ambientes alimentares que surgiram os conceitos de desertos alimentares, pântanos alimentares e “*apartheid* alimentar”⁶⁵ (Jaime *et al.*, 2021). Quanto maior a oferta de alimentos saudáveis na proximidade dos espaços habitacionais, melhor a qualidade da dieta, o que reduz os problemas de saúde. Em contrapartida, a concentração de redes de *fast-food* e lojas de conveniência⁶⁶, na proximidade das residências, ampliou os problemas de obesidade e doenças crônicas. Há evidências de que os desertos e pântanos alimentares sejam mais comuns em periferias e áreas

⁶⁵ Na seção 4.1. desse texto, os desertos alimentares foram descritos como lugares em que existe escassez de alimentos *in natura* ou minimamente processados. E os pântanos alimentares seriam os locais em que há o predomínio na comercialização de alimentos muito calóricos e pouco nutritivos (IDEC, 2020). Jaime *et al.* (2021) afirmam que desertos alimentares seriam locais de acesso restrito a alimentos *in natura* ou minimamente processados. E que os pântanos alimentares, além da restrição de acesso aos alimentos saudáveis, seriam lugares com predominância de redes de *fast food* e comércios que ofertam, principalmente, ultraprocessados. Quanto ao *apartheid* alimentar, que aparece, pela primeira vez, no texto, a expressão remete a desigualdade no acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. Esse termo estaria relacionado a questões raciais, de gênero e de pobreza, modos de segregação e injustiças quanto ao acesso a comida nutritiva (Agroecological [...], 2019; Jaime *et al.*, 2021).

⁶⁶ A palavra conveniência é adequada para pensar nas ideias de simplificação, utilidade, vantagem e economia de tempo. É conveniente a pulverização da oferta de ultraprocessados que são comercializados em shoppings, rodoviárias, estações de metrô, farmácias, postos de gasolina, bancas de jornal, cinemas, escolas e hospitais, sempre com forte apelo publicitário. A presença desses alimentos, na proximidade dos locais de moradia ou de fácil acesso, se contrapõe a dificuldade em adquirir alimentos *in natura*, sobretudo, nas periferias (Ministério da Saúde, 2014).

que concentram populações com menor condição econômica (Jaime *et al.*, 2021; Belik, 2022).

Os supermercados, por serem os lugares em que se adquire a maior quantidade de alimentos, são ambientes alimentares relevantes e de alto impacto nas dietas da população. As pesquisas apontam, porém, que esses locais estão associados a uma maior aquisição de ultraprocessados. A maneira como os produtos são dispostos, os descontos, as promoções e demais estratégias de marketing, nos pontos de vendas, impacta nas escolhas alimentares (Brasil, 2014; Jaime *et al.*, 2021; Belik, 2022). As cadeias de *fast-food* também operam com altos investimentos em publicidade e atraem, sobretudo, pessoas de baixa renda, apesar da pobreza nutricional de seus produtos (Brasil, 2014; Freudenberg, 2022).

As mídias digitais e os serviços de *delivery* são ambientes alimentares que ampliaram o impacto negativo, nas dietas, especialmente, durante a crise sanitária. Esses dois tipos de ambientes alimentares favorecem e incrementam o consumo de ultraprocessados (Jaime *et al.*, 2021).

Empresas de tecnologia, como Microsoft, Amazon ou Alibaba, estão cada vez mais se unindo à alimentação e ao agronegócio na extração de dados de sistemas alimentares e no desenvolvimento de sistemas de alta tecnologia. A digitalização do sistema alimentar inevitavelmente acelera a concentração, à medida que as empresas se apressam em ‘colher’ o máximo de dados possível ao longo da ‘cadeia alimentar’ para obter vantagem de mercado sobre os concorrentes...Um punhado de empresas transnacionais determinam a produção industrial e a venda de alimentos e bebidas e determinam cada vez mais o que comemos (FIAN Brasil; IDEC, 2021, p. 5-6).

O preço atrativo e os altos investimentos em marketing fazem com que os ultraprocessados estejam cada vez mais presentes na dieta da população, sobretudo dos mais pobres. Além do vultuoso capital aplicado em propaganda, as indústrias de ultraprocessados, ou de “alimento mercadoria” (Jaime, 2021), exercem enorme influência junto aos governos. As peças publicitárias envolvendo ultraprocessados remetem a aspectos histórico-culturais e emocionais, interferindo na composição dos vínculos afetivos com o alimento. Essa interferência pode desenvolver gostos que não se vinculam mais as “[...] receitas, aromas, sabores, pessoas e lugares, mas sim as marcas de alimentos ultraprocessados que foram desenvolvidas em laboratórios e empresas de publicidade” (Jaime, 2021, p. 122).

Por outro lado, o acesso a uma alimentação biodiversa torna-se cada vez mais caro e difícil (Brasil, 2014; Belik, 2020; Jaime *et al.*, 2021). O relatório, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em janeiro de 2023, destacou que cada vez menos brasileiros tem condições financeiras para adquirir alimentos saudáveis. Em 2018, 17,2% dos brasileiros não acessavam esse tipo de comida e, em 2020, esse percentual saltou para 19% (FAO; FIDA; OPS; PMA; UNICEF, 2023).

Em 16 anos, enquanto o consumo de alimentos *in natura* teve queda de 7%, os alimentos ultraprocessados subiram 46%. Só a compra de refeições prontas, as que imitam lasanhas e pizzas congeladas, por exemplo, subiu 250%, diminuindo a compra de ingredientes culinários — os alimentos que servem para cozinhar em casa, como arroz, feijão, farinha de mandioca e leite. Fatores como falta de tempo, preço atrativo e exposição à propaganda influenciam nessa mudança de hábito alimentar (Belik, 2020, p. 16, grifo do autor).

Os indícios, contidos numa série de pesquisas que vem sendo levadas a cabo, demonstram não existirem porções seguras para o consumo de ultraprocessados. A ingestão desses produtos deve ser evitada e quanto maior a ingestão dos mesmos, maiores os riscos à saúde (Jaime *et al.*, 2021; Jaime, 2021). Duas publicações recentes apresentaram estimativas acerca de mortes prematuras relacionadas ao consumo de ultraprocessados, no Brasil. Os pesquisadores estimaram que 57 mil mortes prematuras, por ano, poderiam ser atribuídas a ingestão desses alimentos. E desse total, 19 mil e duzentas mortes seriam por doenças cardiovasculares, provocadas pela ingestão de ultraprocessados (Nilson *et al.*, 2022; Nilson *et al.*, 2023).

Além das mortes prematuras associadas ao consumo de ultraprocessados, Canhada *et al.* (2022) estudaram os vínculos entre a ingestão desse tipo de alimento e a síndrome metabólica⁶⁷. Os pesquisadores concluíram que há “[...] uma associação positiva entre o consumo de ultraprocessados e o desenvolvimento de síndrome metabólica” (Canhada *et al.*, 2022, p. 7). Esses achados evidenciam a relação entre dietas a base de ultraprocessados e o aumento das doenças não transmissíveis.

Os modos organizativos dominantes, no campo da alimentação, são sustentados por questões de engendramento cuja prioridade é a acumulação, mesmo

⁶⁷ A síndrome metabólica ocorre quando há presença simultânea de diversos fatores de risco de origem metabólica e cardiovascular, tais como resistência à insulina, obesidade, hipertensão, hiperglicemia, entre outros. A gravidade da síndrome aumenta à medida que se ampliam o número de fatores associados. A síndrome metabólica é uma etapa avançada dos processos de instauração de doenças cardiometabólicas (Canhada *et al.*, 2022).

que as custas de muitas vidas, humanas e outras que humanas. O produto ou a mercadoria, comercializada como alimento, ofertada em embalagens coloridas e com apelo afetivo é resultado de poderosas engrenagens, lubrificadas por investidores que concentram poder político e econômico. A dominação e a captura dos nossos vínculos com a comida são, agora, melhor compreendidos pelas questões de engendramento entre seletos grupos humanos. O poder que opera através do agronegócio neoliberal, ora denunciado, achata, simplifica, padroniza, mutila e escraviza por lucro financeiro.

Esses grupos são compostos por donos dos conglomerados transnacionais que vendem sementes, fertilizantes e agrotóxicos para os latifundiários, do agronegócio, produzirem *commodities*, que são as principais matérias-primas das gigantescas indústrias de alimentos ultraprocessados, estes que lotam as prateleiras dos grandes supermercados, abastecem as cadeias de *fast-food* e os serviços de *delivery*. Dessa engrenagem fazem parte, com grande relevância, o mercado e os fundos de investimento financeiro, a indústria química e a indústria farmacêutica. Dadas as inúmeras fusões, entre as organizações que compõe essas engrenagens, na maioria das vezes, são os mesmos oligarcas a fabricar e comercializar o veneno e o remédio.

As tentativas de conhecer contra quem e contra o que estamos lutando, expõe as faces perversas e os mecanismos de instauração, impostas sobre nossos modos de habitar e de comer. A poderosa maquinaria político-econômica, cujo fim é a dominação, transversaliza o Estado e enfraquece os contramovimentos. Ao mesmo tempo, saber acerca dessas instâncias de poder, ajuda a compor engendramentos e vínculos dissonantes, que recusam e impõe limites ao hegemônico instaurado. A crítica, a clareza e a vigilância aos modos como o campo alimentar dominante se organiza contém a potência das outras possibilidades.

Para além da crítica, clareza e vigilância, o que fazemos ao saber como se engendram os princípios organizativos que orientam e moldam nossos modos de comer e de viver? Compreendemos que não há unicidade de poder e dominação e há interstícios contingentes em que se localizam os espaços para transformações? As idas ao supermercado e os pedidos de *fast-food* e de *delivery* são impactados a partir do que passamos a conhecer? Qual a força para lutar contra as investidas publicitárias, os baixos preços e os apelos por facilidades e boa vida expressas na maquinaria perversa dos ultraprocessados? Os contramovimentos e ativismos comunitários, contrários a dominação ajudam a forjar as arenas políticas de negociação e disputa dentro e para além dos princípios organizativos hegemônicos.

Os dissensos, as interrupções, a diversidade e a heterogeneidade dos modos de pensar e viver são, em si, perturbações que podem desafiar e descontinuar a realidade dominante do capital. O caráter contingente, imprevisível, incomum e indeterminado abriria espaços para a instauração de outras pragmáticas. Nas feitura inventivas, vinculadas a modos de viver interdependentes, afetivos e cuidadosos poderemos localizar modos de organizar e viver para além dessa captura e morte do sistema alimentar dominante.

A intenção, com a escrita dessa seção, foi expor, com alguns detalhes adicionais, os processos organizativos do modo mercantil hegemônico, instaurado no campo alimentar. Ao dizer mais sobre as evidências nefastas e deletérias, que compõe os modos dominantes de organizar nossos vínculos com a comida, pretendo mobilizar engajamentos na luta pragmática interventiva e instauradora de outros princípios organizativos vinculados a habitabilidade, ao alimento e a Vida.

8.1.2 Interesses em disputa: os outros modos de organizar e de viver e suas possibilidades de subsistir

As intervenções nos espaços de cultivo iniciaram durante a pandemia, em maio de 2020. Naquele período, as convivências coletivas estavam limitadas pelas regras de distanciamento social. Regras essas que permitiam atividades ao ar livre, quando mantida a distância segura para evitar o contágio pelo coronavírus. Não raro, os partícipes, ao longo das atividades, diziam do apreço pela possibilidade de coletivizar em meio ao isolamento imposto pela pandemia.

O cultivo de alimentos saudáveis, de maneira comunitária, parecia ser um modo de compartilhar a vida. Para cada hortelão, a sua maneira, era também um interstício de possibilidade para resistir e lutar pelas mudanças que cada um acreditava estar engajado. Decerto, a momentânea desaceleração do *modus operandi*, das relações de produção e de consumo, repercutiu nos vínculos espaço-temporais, durante a crise sanitária. Mas essa repercussão, que poderia engendrar ritmos organizativos e de vida distintos, foi arrefecendo à medida que a pandemia se dissipava.

Os espaços de cultivo receberam diversos colaboradores, que participaram das atividades uma, duas ou três vezes. Depois disso, justificaram a ausência pelos mais diversos motivos. Apesar da disposição em colaborar com as intervenções nas hortas, os interessados que se engajaram e seguiram atuando, foram poucos. Ao consultar

as anotações do diário de campo, em busca de alguma explicação para a impermanência dos hortelões, pareceu haver uma coincidência entre a dificuldade de estabilização dos coletivos e o retorno à “normalidade” depois do pico pandêmico. Decerto, há relação entre os fatos, mas seria ingênuo não perseguir o que está além da imediaticidade relacional entre os acontecimentos. As motivações que levaram as pessoas a deixarem os espaços de cultivo, ou pelo menos o que elas disseram serem os motivos, contém outros desdobramentos.

Não quantifiquei as vezes em as intervenções nas hortas foram postas a prova. São muitos os atrativos que capturam o interesse e chamam a atenção dos indivíduos, na urbanidade. Viver no espaço urbano, organizado pela lógica econômica dominante do capital, exerce enorme poder sobre as escolhas humanas. O esforço que demanda permanecer num espaço de cultivo de comida, com manejo agroecológico, em meio a urbanidade, faz compreender cada explicação que anotei, de cada pessoa que escolheu não participar mais das atividades nas hortas. Embora alguns tenham simplesmente desaparecido sem dizer o motivo, a maioria foi absorvida ou disse ser demandada por afazeres que retratam o modo de organizar imposto pela mercantilização e pela padronização da vida.

O entorno do viver cotidiano, na urbanidade, em meio a gigantesca estrutura de disponibilidade das mercadorias e dos serviços captura e aprisiona. São milhares de coisas, produzidas e/ou ofertadas por outros, prontas para aquisição, uso e consumo, que não exigem esforço e desgaste físico. Mesmo nós, hortelões, diversas vezes, deixávamos os espaços de cultivo e corríamos para o mercado a fim de adquirir coisas que julgávamos necessárias às práticas que levávamos a cabo. E, embora estivéssemos produzindo alimentos, a estrutura do entorno nos atraía e nos levava a sair da horta e passar no supermercado. Há uma automatização nos modos como simplificamos, padronizamos e organizamos a vida.

Em nossa sociedade, poucos saberiam sobreviver sem supermercados, cartões de crédito ou postos de gasolina. Quando uma civilização passa a viver ‘nas nuvens’, ou seja, quando a maioria de seus habitantes não tem mais contato direto com o sistema terrestre (solo, água, floresta, animais, plantas, etc.), a população passa a depender completamente da estrutura artificial que a mantém em tal estado. Se esta estrutura, cada vez mais poderosa, mas também mais vulnerável, ruir, não poderá ser garantida a sobrevivência de toda a população (Servigne; Stevens, 2020, p. 87, tradução nossa).

A simplificação fratura os vínculos entre campo/floresta/rural e o urbano/periurbano. Desde cedo, ainda no ensino fundamental, aprendemos que o setor primário, da agricultura e da pecuária, está localizado na zona rural. Já a indústria, o comércio e os serviços fazem parte do espaço urbano e periurbano⁶⁸. Decerto, as simplificações e padronizações começam, precocemente, a povoar nossos saberes. Nós normalizamos que ar puro e comida existem apartados dos aglomerados humanos e que vínculos de coletivização e modos de vida comunal foram fragmentados (Luiz; Silva; Biazoti, 2021). Essa separação favorece a alienação, a precarização e a dominação da “lógica econômica e estatal” (Pádua, 2019).

A possibilidade de restaurar vínculos entre a ruralidade e o urbano, e que faz coro com as ideias de agroecologizar, enselvajar, ruralizar, enverdejar as cidades, esbarra na lógica hegemônica mercantil que organiza os modos de habitar e viver da e na urbanidade. A urbanização capitalista mercantiliza e funcionaliza a socioespacialidade. E essa dominação mercantil e funcional dos espaços produz uma passividade, um aceite da redução e da fragmentação em nome do progresso e do resultado financeiro (Pádua, 2019). A vida na “grande cidade moderna” (Illich, 1976) tornou os humanos dependentes do mercado para atender suas necessidades mais elementares.

A mercantilização da vida e a conseqüente perda de autonomia não é um privilégio das grandes metrópoles, embora fique mais evidente quanto maior é a aglomeração urbana. Há uma degradação generalizada das condições de habitar os espaços, que passam a ser habitats. A ideia de habitar, para Pádua (2019), refere-se à criação permanente de espaços, algo político, obra e não produto.

No capitalismo, o espaço se torna mercadoria e, portanto, o habitar se degrada, reduz-se em *habitat*. Enquanto o habitar, como dissemos acima, é da esfera da obra, o *habitat* é da esfera do produto. O habitar se degrada em *habitat* à medida que a riqueza do habitar vai sendo fragmentada em pedaços, quando a vida cotidiana vai se compartimentando em espaços-tempos específicos. Essa degradação se dá quando o espaço se torna objeto de estratégias da reprodução das relações de produção, quando a racionalidade técnica entra na prática modificando-a, produzindo uma nova prática. O urbanismo, como conhecimento técnico que domina a prática, funcionaliza os espaços da vida, fragmenta o espaço e conseqüentemente seu uso, molda uma prática. Essa transformação se dá com a generalização de uma prática industrial sistematizadora dos espaços e da vida, cuja realização acontece sob a mediação fundamental do Estado (Pádua, 2019, p. 484, grifo do autor).

⁶⁸ A temática é estudada como – setores da economia – no 4º ano do ensino fundamental.

Se os processos de industrialização e a racionalidade técnica foram os indutores da urbanização, e da conseqüente precarização e fragmentação dos modos de habitar (Pádua, 2019), a própria ideia de urbanismo precisa ser repensada. Habitar os espaços, para além da dimensão econômica, mercadológica, funcional e quantitativa, requer desfragmentar, reunir a diversidade dos modos de existir. **Isso requereria abrir mão da cidade, do urbano capitalístico, enquanto lugar da vida, e pensar no habitar como possibilidade político-pragmática transformadora.**

Um território agroecológico é obra a ser feita e refeita, exige a restauração da habitabilidade dos e nos espaços da vida. Embora a literatura preconize a possibilidade pragmática do urbanismo agroecológico, como eu mesma fiz menção, sua instauração exigiria contrapor a lógica hegemônica mercantil que reduz o habitar a habitats, na socioespacialidade urbana. Enquanto a urbanização prevê a fragmentação e a degradação do espaço pelo uso para reprodução mercantil e acumulação capitalista, os espaços de cultivo agroecológicos poderiam ser paisagens habitadas.

A noção de paisagem, nesse estudo, compõe com os experimentos de pensamento sobre o habitar. A paisagem é da ordem do vivido, da experiência, pede abertura para apreciação com todos os sentidos. E essa imersão sensível acontece com o corpo. Sensibilidade, afetação e corporalidade dão o tom para ver além, através. A paisagem referencia, reúne e envolve humanos e múltiplos seres (Ponte, 2019).

É pelo contato que se vive e se experiencia a paisagem. Os vínculos entre humanos e espaço, requerem envolvimento, contato, entrega física e sensível. Nessa abordagem, a paisagem deixa de ser observação ou contemplação e torna-se implicação. A noção de implicação recusa a ideia de paisagem apartada e externa, remete a coletivização dos modos de habitar o espaço (Ponte, 2019).

A paisagem só existe com os outros, em nós e fora de nós – mas não como cenário, e, sim, como experiência sensorial, material e afetiva do mundo vivido e compartilhado...antes de ver a paisagem eu tenho meus pés fixados nela, eu *estou* nela. Esse entendimento nos sinaliza caminhos para pensarmos a paisagem como forma de habitar, forma-de-vida, experiência política, espaço vivido e criado, que nos exige engajamento e implicação muito além do olhar (Ponte, 2019, p. 233-234, grifo do autor).

Essas elaborações de pensamento acerca do engajamento e da implicação dos humanos com a paisagem, enquanto modo de organizar e habitar os espaços da vida,

ajuda a compreender as dificuldades inerentes a instauração e estabilização das hortas agroecológicas, na urbanidade. Na experiência pragmática desse estudo, as intervenções, nos espaços de cultivo agroecológico, aconteciam uma vez por semana. **Os hortelões, e aqui fazendo uma generalização, vivem em habitats fragmentados, em que as relações de produção e o conhecimento técnico dominam a pragmática espaço-temporal de suas existências. As hortas comunitárias não foram e não são paisagens habitadas, pelos hortelões, como modos de vida.**

As possibilidades de desfragmentar e reorganizar os vínculos com a paisagem e a comida perdem potência quando a presença nas hortas acontece durante duas ou três horas semanais. O engajamento, a implicação, o vínculo físico e sensível, nos e com os espaços de cultivo, embora opere como resistência, segue fragmentado. E os hortelões continuam reféns dos processos mercantis e funcionais de organizar os modos de comer e de viver da e na socioespacialidade urbana. Continuam assediados pela vida acelerada e pelos vínculos materiais com o consumo de mercadorias prontas, tecnologia e distração instantâneas. Deixam a lida da horta, onde plantam comida para doação, e passam no supermercado para comprar o jantar.

Durante o pico pandêmico, ou melhor, até a metade de 2021, a maior parte dos partícipes dessa pesquisa, esteve com suas atividades presenciais pouco ativas ou suspensas. O risco de contrair o coronavírus era motivo para adiar o retorno ao convívio social ampliado. As hortas, como muitos hortelões relataram, foram uma possibilidade de socialização que respeitava as regras de distanciamento, impostas pela crise sanitária. Ao mesmo tempo, permitia o contato com a terra e um engajamento coletivo em prol da alimentação saudável. A própria desaceleração durante a crise sanitária, modificou a pragmática espaço-temporal humana, reconectando algumas pessoas aos metabolismos necessários a subsistência, como a comida.

Tentativas de compreender o que aconteceu, logo em seguida, com a suposta volta à normalidade, tem a ver com o que Servigne e Stevens (2020) nominam como “bloqueios sociotécnicos”. Esses bloqueios reforçam e conservam modos dominantes de organizar e de viver. Passado o auge da crise pandêmica, os inúmeros bloqueios, que se referem a aspectos técnicos, psicológicos, institucionais, voltaram com força. São “[...] sistemas gigantescos e monstruosos que se converteram em elementos imprescindíveis para a manutenção das condições de vida de milhões de pessoas”

(Servigne; Stevens, 2020, p. 73, tradução nossa). Os bloqueios sociotécnicos impedem a desconexão e removem os interstícios de busca por autonomia (Servigne; Stevens, 2020).

A maneira como as experiências empíricas, nos espaços de cultivo, poderia compor paisagens habitadas interdependentes estaria vinculado ao modo como essas intervenções atenuariam a fragmentação, a degradação e a imposição de bloqueios sociotécnicos dos modos dominantes de organizar. Sem abrir mão da acumulação material, da exploração socioecológica, em que humanos e natureza são recursos disponíveis, as iniciativas permanecerão fragmentadas e marginais.

Na urbanidade, o cultivo de comida é assimetria, incomunalidade ou até equívoco a ocupar fragmentos espaciais dentro do modo organizativo dominante. Ainda assim, as intervenções para instauração de territórios agroecológicos são atos de resistência e um contramovimento aos bloqueios sociotécnicos impostos pelo modo hegemônico de ocupar a socioespacialidade urbana. **Os espaços de cultivo de comida são fragmentos que clamam por um agir coletivo comum que não segue a lógica relacional produtivista e mercantil. Porém, seu resistir e existir restam ameaçados sem a composição com outras pragmáticas cotidianas necessárias a subsistência.**

[...]

Ao fazer essa pausa, no texto, eu rememoro os vínculos que seguem afetando meus experimentos de pensamento, sem os quais eu sequer expressaria possibilidades de outros mundos por vir. As reminiscências dos dizeres da professora Tania Galli, como um pedido para contar outras histórias, essas que vão além da epopeia capitalista, ressoam em mim, ao mesmo tempo em que rememoro o existir de minha avó materna. Vovó viveu essas outras histórias.

Ao mesmo tempo, Tsing (2019; 2022) ilumina e convoca a escrever sobre existências possíveis, apesar do capitalismo. Embora, nesse momento, eu conte histórias apenas humanas, escolho fazer dessa maneira por compreender que a restauração do habitar na espaço-temporalidade, para nossa espécie, é condição essencial para a proliferação de mundos possíveis.

Quando Tsing (2022) elabora seu pensamento acerca da temporalidade, ela nos fala dos “ritmos” e “padrões” impostos pela ideia de progresso⁶⁹. “O progresso é

⁶⁹ Tsing (2022, p. 64) esclarece o uso da expressão “progresso”: “Progresso? Esta é uma ideia do século XIX. O termo *progresso*, para caracterizar um estado de coisas, tornou-se raro; mesmo a

uma marcha para a frente, que arrasta outras modalidades de tempo para o interior de seus ritmos. Se não fôssemos conduzidos por sua pulsação, poderíamos notar outros padrões de temporalidade”. Essas outras temporalidades, que não pulsam e não são conduzidas pelo progresso, ainda persistem e podem ser devolvidas para a história.

A potência para aflorar e fazer subsistir outras pulsações temporais, contendo princípios organizativos contra-hegemônicos, para Adversi e Seifert (2022, p. 83), estaria na condição de limitar o crescimento econômico e a eficiência técnica. A imposição desses limites, estaria vinculada “[...] a suficiência – em vez de crescimento econômico – e a convivencialidade – em vez de eficiência técnica”. As histórias sobre modos de organizar e de viver orientados para a suficiência e a convivencialidade poderiam escapar da temporalidade instaurada pelos ritmos e padrões do progresso.

A escolha por um modo de organizar e de viver voltado para a suficiência contém, em si, o esforço de recusa aos processos de acumulação material e de consumo, dos modelos organizativos dominantes. Essa recusa modifica o ritmo e o padrão da temporalidade imposta pela ideia de crescimento. Ao abrir espaço para outros ritmos, em meio a pausas, restauram-se modos de vida mais simples, partilhados, afetuosamente, com outros. Na pragmática cotidiana, os membros da organização comunitária, estudada por Adversi e Seifert (2022, p. 84), buscavam “[...] o suficiente para viver bem”.

A principal ação do coletivo, ao longo do período da pesquisa, era o cultivo de alimentos, com prioridade para subsistência e preparação da própria comida. O dinheiro para subsistir advinha da comercialização do excedente dos alimentos colhidos, além da venda de pães, massas, bebidas e de um brechó. Os saberes e práticas compartilhados pelo coletivo – plantar, cozinhar, costurar – permitiam viver de maneira mais autônoma, livre e afetiva. Esse modo de organizar priorizava os princípios da convivencialidade, em detrimento aos fins mercantis e as relações de produção do sistema capitalista (Adversi; Seifert, 2022).

Na organização comunitária, estudada por Adversi e Seifert (2022), diversas pragmáticas, necessárias a subsistência cotidiana, puderam ser atendidas como obra

noção de modernização do século XX começa a soar arcaica. Mas suas categorias e premissas de evolução estão conosco em todos os lugares. Imaginamos seus objetos todos os dias: democracia, crescimento, ciência, esperança. Por que deveríamos esperar que as economias cresçam e as ciências avancem? Mesmo sem qualquer referência explícita a noção de desenvolvimento, nossas teorias da história estão imersas nessas categorias”.

a ser feita e não como produto mercantil a ser comprado. Ao cultivar o alimento, prepara-lo em conjunto e compartilhar as refeições, por exemplo, o coletivo descompartmentaliza e restaura os vínculos com a comida, esses que são fragmentados e funcionalizados no modo organizativo dominante.

O cerne de uma vida convivencial pressupõe a retomada da vida nas mãos, como obra a ser feita. A convivencialidade estaria na ordem do ser e os humanos fariam uso das ferramentas como exercício criativo para uma existência mais autônoma (Illich, 1976).

O homem-máquina não conhece a alegria que tem ao alcance da mão, dentro de uma pobreza querida; não conhece a sóbria embriaguez da vida. Uma sociedade onde cada qual apreciasse o que é suficiente, seria, talvez, uma sociedade pobre, mas seria seguramente rica em surpresas e seria livre...tenho uma certeza: uma multiplicidade de ferramentas limitadas e de organizações convivenciais estimulariam uma diversidade de modos de vida, que teriam mais em conta a memória, ou seja, a herança do passado, ou a invenção, isto é, a criação (Illich, 1976, p. 30-31).

De volta a intenção de contar outras histórias, cujo ritmo limita princípios organizativos voltados ao crescimento econômico e a eficiência ou racionalidade técnica, é inevitável que Marli ocupe meus pensamentos e minha memória. Ela é a história viva que posso contar, sobre modos de organizar e de viver orientados para a suficiência e a convivencialidade; e que escapa a temporalidade instaurada pelos ritmos e padrões do progresso. O modo de vida de Marli reativa questões de engendramento que foram, propositalmente, eliminadas ao longo da história.

As experiências vívidas de Marli, ao habitar paisagens agroecológicas, fazem pulsar outros ritmos e tempos. Ela habita com uma pragmática espaço-temporal orientada para a suficiência e para a convivencialidade. Está implicada, cria e recria boa parte de sua existência com e nas paisagens. Decerto, não vive isolada e completamente apartada dos bloqueios sociotécnicos, impostos pelos modos dominantes de organizar e de viver (Servigne; Stevens, 2020). Mas impõe, com força, “[...] limites ao crescimento econômico e à eficiência técnica” (Adversi; Seifert, 2022, p. 77).

O sítio Grünes Paradies, morada de Marli, fica a 6 km da praça central de Nova Petrópolis e somente a 250 metros da demarcação que separa o perímetro urbano do rural. Embora ela ainda viva na ruralidade, logo Marli residirá na área urbana. A

pressão pela urbanização⁷⁰, por rápida expansão da urbanidade, entre outras questões, tem a ver com a possibilidade de fragmentar a socioespacialidade, reduzir os lotes. Na área rural, a legislação municipal prevê parcelamento mínimo do solo de 3 hectares, enquanto no perímetro urbano a parcela mínima do lote para fins residenciais é de 360 m² e para fins industriais de 1000 m². No rural, a venda ou fracionamento de terra, com metragem inferior a 3 hectares é considerado crime (Nova Petrópolis, 2017).

Seria ingênuo supor que uma menor fragmentação de uso do solo recomporia os modos de habitar e de viver. A vida monocultural tornou-se dominante em toda a socioespacialidade, tanto rural quanto urbana. Isso fica mais evidente no caminho até o sítio. O percurso recebe pavimentação, ora asfáltica, ora com paver ou paralelepípedo, até o final do perímetro urbano. Ao longo do trajeto, os habitats fragmentados - residências, pequenos comércios e indústrias de pequeno porte – contêm alguma vegetação, quase sempre plantas como bibelôs decorativos. Logo depois que finda o asfalto e antes de chegar ao sítio, há uma área de plantio, caracterizado por manejo monocultural, com irrigação artificial e uso de insumos químicos.

Quando termina a pavimentação, é comum reduzir a velocidade, ir mais devagar. Nas estradas de terra, os automóveis e demais veículos parecem não ter tanta prioridade. Próximo à entrada do sítio Grünes Paradies, a vegetação é mais densa e diversa. Quando se presta atenção ao redor, a transformação da paisagem é impactante. Marli escolheu viver na borda da urbanização capitalística o que pragmatiza as palavras de Servigne e Stevens (2020) quando afirmam que as respostas e o enfrentamento ao sistema dominante deveriam ser cultivados “nas margens” da máquina hegemônica.

As tentativas de compreender e conhecer de que modo as relações se transformam em vínculos interdependentes, na socioespacialidade, poderiam ajudar a compor modos de organizar e viver às margens dos bloqueios sociotécnicos da maneira organizativa dominante. Essas possibilidades, desses outros modos de organizar e de viver, cultivados nas bordas, com menos bloqueios sociotécnicos e que

⁷⁰ Mesmo a pequena Nova Petrópolis, nominada como Jardim da Serra Gaúcha, com população estimada em 21.717 habitantes, já possui 74,23% de sua população na área urbana e somente 25,77% na rural. Ainda é menos urbanizada que a média estadual e nacional que são respectivamente, 85,10% e 84,35% de população urbana e 14,90% e 15,65% de população rural (Nova [...], c2021-2022).

impõe limites ao progresso e a eficiência técnica ressoa e faz vínculo com a experiência vívida de Marli, ao habitar paisagens agroecológicas.

A pragmática existencial de Marli, ao habitar com e nas paisagens agroecológicas, ajudar a pensar nas práticas e processos organizativos que poderiam potencializar e fazer subsistir os movimentos contra-hegemônicos, ao longo do tempo. Nas experiências cotidianas, Marli lança mão de saberes e práticas que parecem impor, com mais força e condição de subsistir, outros modos de organizar e de viver. Embora a agroecologia seja a referência científica e prática que lança luz para os modos de organizar e de viver de Marli, há diversas outras pragmáticas socioecológicas vinculadas ao seu fazer cotidiano. Na tentativa de conhecer e de compreendê-las, talvez seja melhor contá-las.

No caminho, junto com a transformação da paisagem, tantas outras afetações. A vida no sítio é a expressão da obra a ser feita, a pragmática da retomada de vida nas mãos, de maneira criativa. Assim como na organização comunitária, estudada por Adversi e Seifert (2022), a prioridade não é o consumo de mercadorias prontas, feitas por outros, como produtos disponíveis para serem adquiridos no comércio. A paisagem que Marli habita, junto com seu irmão, e o modo como organizam seu cotidiano contém possibilidades que vão muito além de guardar sementes, cultivar e coletar comida com restauração socioecológica e preparar o alimento. Há outras inúmeras pragmáticas cotidianas, necessárias a subsistência, que eles engendram com os materiais encontrados no lugar e com as ferramentas que eles possuem, mantêm ou desenvolvem.

As visitas frequentes ao sítio permitiram que eu acompanhasse a feitura de diversas obras. Entre elas, o desenvolvimento de um sistema de tratamento das águas cinzas, utilizando vegetais, na maioria das vezes nominado de jardim filtrante. Acompanhei, também, a continuidade da construção de uma fossa biodigestora para tratamento de águas negras. Vi erguerem um viveiro de mudas com bambus, utilizando técnicas de bioconstrução. Eles mesmos realizavam a manutenção nas telas do galinheiro e Valdemar construiu uma mesa para fixar a motosserra e facilitar o corte de lenha. A fim de captar e reter um maior volume de água, que vertia de uma nascente, foram cavadas e ampliadas as bordas do pequeno lago que se formava no local. Assim como foram cavados e ampliados dois reservatórios para captação de água da chuva.

Apesar de não ser obra feita, por Marli ou por seu irmão, a instalação de painéis solares fotovoltaicos, para conversão de energia solar em elétrica, teve a intenção de reduzir, ainda mais, a dependência energética do sítio. O uso de lenha já era um importante redutor da demanda por energia. As buscas por suficiência hídrica, energética, alimentar e de moradia fazem parte do cotidiano das atividades de trabalho.

As obras estruturais eram edificadas, por vezes, através de mutirões em que participavam amigos agrofloresteiros, habituados a se reunirem para auxiliar uns aos outros. Assim como Marli recebia auxílio coletivo ela retribuía quando haviam demandas, nos sítios agroflorestais, de partícipes do coletivo. As trocas comunitárias eram comuns, inclusive se estendiam para a feira ecológica, que acontece, semanalmente, aos sábados, no município de Caxias do Sul, distante 35 km de Nova Petrópolis, onde o coletivo compartilha o espaço da banca de comercialização. Uma vez por mês, em média, Marli abre o sítio para visitas e prepara uma feira com cultivos e produtos que ela mesmo faz. Os cultivos incluíam hortaliças, leguminosas, raízes, frutas da estação, diversas plantas alimentícias não convencionais e flores comestíveis. As feiturinhas incluem sabões e sabonetes naturais, repelente natural contra insetos, alimentos desidratados, conservas, fermentados, polvilho, geleias, cucas, pães, aventais costurados com sobras de tecidos, tábuas de madeira extraídas das árvores caídas na agrofloresta.

Viver na agrofloresta demanda muito dos corpos. As mãos e os corpos ficam marcados pelo trabalho que requer resistência, persistência, e que não pode ser abandonado. Cultivar comida exige presença, atenção, cuidado. Quando há animais, como galinhas e cães, eles precisam de água e alimento diário. O preparo da comida pode tomar muito tempo. Fazer polvilho e geleias exige paciência e demanda processos. Secar frutas para durarem mais tempo, fazer compotas e molhos, necessitam de ações anteriores, de colheita, preparação, armazenagem.

É interessante como as embalagens são reaproveitadas, quer seja para colocar sucos, geleias, guardar sementes, embalar hortaliças e flores comestíveis, a serem comercializadas na feira. Marli, naturalmente, encontra uso para as sobras, que, na pior das hipóteses, viram resíduo compostável ou alimento para as galinhas. Ao mesmo tempo, há uma preocupação e um interesse em aprender como tudo pode ser aproveitado ou reciclado, e não simplesmente descartado. Marli e seu irmão desenvolvem e aprimoram práticas, voltadas a preservação ecológica da paisagem

habitada. Além do saneamento das águas cinzas e negras, reaproveitam alimentos, realizam compostagem, reaproveitam tecidos e embalagens.

Há prioridade em adquirir roupas usadas, ou usar, ao máximo, as que se tem. No sítio, aprendi muito mais do que o fazer agroecológico, instaurado nas práticas domésticas, na horta, na compostagem, no vegetarianismo e no preparo da comida. Passei a prestar mais atenção as embalagens, a priorizar o uso de frascos de vidro e embalagens de papel, ao invés do plástico. Adicionei pragmáticas novas ao meu cotidiano, entre as quais, aquisição de roupas em brechós, cuidados adicionais com as informações acerca da procedência dos produtos que ainda preciso adquirir no supermercado, com preferência para o que é feito no local/região.

Ao contar histórias do cotidiano, da vida de Marli, é possível perceber que suas pragmáticas expressam esforços em recusar princípios orientados ao progresso, a acumulação e as relações de produção mercantil. **As recusas, ou a imposição de limites ao modo organizativo dominante, parecem ser pressupostos relevantes, sem os quais não haveria espaço para florescerem outras maneiras de organizar e existir. Marli escolhe viver de maneira mais simples, obtendo o suficiente para viver, em meio e junto com a paisagem agroecológica que ela habita.**

É difícil expressar com palavras, as experiências sensíveis e interdependentes desse modo de organizar a vida. Mas é como se cada parte fragmentada e degradada, fosse restaurada, coengendrada, organizada e devolvida a dança generativa conjunta. Ao habitar e suprir boa parte de suas necessidades de subsistência, no sítio, retomando a vida nas mãos, Marli e seu irmão expressam modos de organizar cujos princípios se contrapõe a fragmentação e a degradação da socioespacialidade.

As possibilidades, desses outros modos organizativos subsistirem, com mais força, e enfrentarem o *status quo* hegemônico parece advir da condição de desfragmentar espaços habitados, em que “soberanias” (Ferreira; Felício, 2021) possam ser instauradas. Quando faço referência a instauração de soberanias, no plural, para além da soberania alimentar, pretendo pensar, como, onde, com quem e quais intervenções e pragmáticas poderiam prover maior autonomia e poder para os contramovimentos subsistirem ao longo do tempo. Viver na paisagem agroecológica e fazer a dança generativa conjunta, poderia conter alguns dos princípios organizativos orientadores para a instauração de soberanias.

Mas, como pensar em soberanias, em autonomia, sem acesso à terra? É inevitável que pensemos no direito à ocupação de um espaço material, um “território” (Ferreira; Felício, 2021). E junto com a ocupação do território, a restauração de modos de vida vinculados e interdependentes com a paisagem, da qual se obtém, com trabalho, o necessário para viver.

8.1.3 As lutas por soberanias

Fiquei a rememorar as conversas com Marli, durante nossas atividades, enquanto trabalhei no sítio. No auge do período pandêmico, em 2020, falávamos sobre as condições de sobrevivência, caso a crise sanitária se agravasse. Perguntava a ela se eu poderia me refugiar em sua morada, se ocorresse desabastecimento de comida. Fazia esse pedido, pois ali tínhamos água, alimento, lenha para cozinhar e aquecer a casa. Ela, sempre generosa, respondia que sim. Eu reconhecia, na paisagem habitada por Marli, boa parte dos seres que compõem os terrenos da Vida, retomando as palavras de Latour (2020a, p. 114) “[...] aquilo de que o terrestre depende para sobreviver”.

Essas reminiscências, nada remotas, permitem compreender que as possibilidades de autonomia estão vinculadas as soberanias a serem instauradas em determinado território. Sem a terra e sem território, não é possível instaurar a paisagem agroecológica e com ela, a “[...] soberania hídrica, alimentar, de trabalho e renda, pedagógica e energética” (Ferreira; Felício, 2021, p. 25). Os modos como Marli organizava seu existir tinha tanto dessas soberanias. Ao instaurar as hortas, almejavamos algumas dessas soberanias mesmo sem ter tanta clareza disso. Em tempos difíceis, o Sítio Grünes Paradies virou refúgio, desejo de morada e referência para as intervenções e instaurações de outros territórios de cultivo agroecológico.

As histórias contadas por Ferreira e Felício (2021) sobre modos coletivos de organizar e de ocupar a terra e os territórios, na Teia dos Povos, ajudam a expandir as experiências vívidas de Marli. Essa expansão, como a vejo, está vinculada a luta política e ao enfrentamento pelo direito de ocupar um território de maneira comunitária. Diferente de Marli, enquanto proprietária legítima de um sítio, com delimitação e cercas, a Teia dos Povos luta pelo direito de construir territórios coletivos “[...] para além da cerca” (Ferreira; Felício, 2021, p. 43), sem esperar por reforma agrária.

Cientes de que, nenhum governo, até hoje, deu a devida atenção para a questão fundiária. Nem mesmo os governos intitulados progressistas.

O que as experiências contadas por Ferreira e Felício (2021) acrescentam, como possibilidade, se assenta no debate anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, no direito à ocupação de territórios para instaurar paisagens agroecológicas e, com elas, pensar nas soberanias e na busca de autonomia. E, ao fazer esse acréscimo, inserem lutas comunitárias e coletivas pelo direito a produção e reprodução da vida daqueles cuja possibilidade real de adquirir uma propriedade privada nunca esteve no horizonte. Dito de outra maneira, as batalhas precisariam ser travadas pelo povo, a **“Grande Aliança Preta, Indígena e Popular”** (Ferreira; Felício, 2021, p. 38, grifos dos autores), auxiliados e em conjunto com intelectuais e outros coletivos políticos.

As pragmáticas, instauradas por hortas agroecológicas, preconizam a desmercantilização da comida e o cultivo para os coletivos locais, mas exigem composição com outras lutas políticas, vinculadas as questões de acesso à terra, a permanência camponesa nos territórios e a transformação dos modos industriais dominantes de produção e consumo de alimentos. E corrobora com os experimentos de pensamento já mencionados no debate epistemológico, relacionados ao urbanismo agroecológico como uma das frentes de luta - climática, socioecológica, alimentar e de saúde – que necessita de outras (Federici, 2019; Holt-Giménez; Shattuck; Van Lammeren, 2021; Tornaghi; Dehaene, 2020).

As alianças populares, que lutam para a instauração de territórios agroecológicos, instauram modos de organizar contra-hegemônicos, como os de uma vida suficiente e convivial, não como escolha, e sim como necessidade. Há um sentido de aliança dos povos, em luta por sobrevivência, algo que advém da necessidade, da obra a ser feita para seguir vivo, ao mesmo tempo em que permanecem vivas as paisagens. Retomar a vida nas mãos e obter o suficiente para atender as necessidades e defender a Vida, excede a escolha, como fez Marli, de viver e habitar com e nas paisagens agroecológicas de seu sítio. Ultrapassa, também, as opções por uma vida mais simples, compartilhada, coletivamente, pelas pessoas, partícipes da organização comunitária, estudada por Adversi e Seifert (2022).

Isso nos coloca diante de mais um pressuposto que ajudaria a compreender a dificuldade de subsistir, das intervenções para o cultivo de comida, levadas a cabo nesse estudo. Além de não habitarmos as paisagens agroecológicas das hortas, como modo de vida, nós, hortelões, seguimos atendendo nossas necessidades vitais

acessando os mercados e as soluções, como produtos e serviços, ofertados ou realizados por outros. Além disso, podemos escolher viver dessa maneira, em habitats fragmentados, no ritmo espaço-temporal do progresso.

Com exceção dos cultivos realizados na horta comunitária Tchon Ji, em que parte da colheita é dividida entre o coletivo de trabalho, nas demais, os vegetais colhidos são destinados aos pacientes hospitalizados ou as famílias chefiadas por mulheres, atendidas pela assistência social. Sem reduzir a relevância dos contramovimentos já instaurados, mas pensando em sua expansão, seria importante ampliar o acesso dos hortelões aos cultivos, a fim de prepará-los em suas próprias cozinhas ou de modo coletivo. Essas experiências poderiam descompartmentalizar e restaurar os vínculos com a comida, que ora ainda estão fragmentados.

Enquanto escolhermos viver e organizar nossos meios de subsistência, compreendo que água, sementes, terra para cultivar comida, energia e moradia, são apropriações mercadológicas, produzidas e ofertadas para os humanos possuidores de recurso econômico para sua aquisição, seguimos reforçando a dominação organizativa hegemônica. Os partícipes dessa pesquisa, a exceção de Marli e de seu irmão, são professores, profissionais liberais ou autônomos, servidores públicos, aposentados, estudantes, pesquisadores, etc. Embora, a seu modo questionem a acumulação material, a exploração socioecológica, a mercantilização da Vida, todos seguem vivendo em habitats fragmentados, com pouca ou nenhuma autonomia. São dependentes do mercado, sem possibilidade de retomar a vida nas mãos. Trabalham por salários, dados em pagamento para que, com ele, adquiram e atendam suas necessidades.

Não compomos, até o momento em que escrevo essa tese, alianças com os danados da terra, os excluídos da história, os famintos, os sem-terra, quilombolas, indígenas, nem com as mulheres em vulnerabilidade, essas que recebem nossos plantios, cultivados na horta pública. Obra a ser feita. A luta é junto com eles, pelo direito a água, a terra e as sementes, a comida, a energia e a moradia. Lembrando que a subsistência, ao longo do tempo, dos modos de organizar contra-hegemônicos, estariam vinculados a desfragmentação dos espaços habitados e a instauração de soberanias, agora, pensadas com maior potência, através de alianças populares.

O experimento de pensamento do parágrafo anterior não pretende ser um comparativo com as intervenções nas hortas e nem visa diminuir sua relevância. Pelo

contrário, aponta para maneiras de potencializar as batalhas que os contramovimentos instauradores de paisagens agroecológicas precisam levar a cabo, em todos os espaços, na margem e na urbanidade. O direito, sobretudo, dos danados da terra, de retomar a vida nas mãos e atender suas necessidades, nos territórios agroecológicos, instaurando soberanias, ajudam a compor possibilidades.

[...]

O termo *minga* voltou a mente. Essa palavra representa as ações de trabalho coletivo, em prol de interesses comunitários. Ao pensar na comunalização, volto para o direito coletivo à terra, aos pedaços de chão a serem “[...] organizados, mesmo na cidade” (Ferreira; Felício, 2021, p. 35). A organização coletiva dos territórios é obra a ser feita, de modo múltiplo e heterogêneo, pelo povo divergente que habitar o espaço material ocupado. E cá estamos, de volta ao “fazer comum” (Blaser; La Cadena, 2021, p. 83), reconhecendo a incompletude, a potência contida no sentir, imaginar, aprender e fazer conjunto, no engajamento com o mundo e nos espaços pragmáticos de luta pela Vida (La Cadena; Blaser, 2018; Ferreira; Felício, 2021; Stengers, 2015; 2017b; 2018c; Santos, 2017; 2018; 2019; 2020; 2021).

Embora um terreno, na socioespacialidade urbana, seja um espaço material fragmentado, ele poderia ser ocupado, coletivamente, e organizado de modo mais autônomo possível. Isso implicaria em intervir, de maneira comunitária e popular, para instaurar paisagens agroflorestais e soberanias, no espaço de terra possível. Decerto, o terreno ou território não proverá a totalidade das necessidades de manutenção da vida. Nesse caso, a autonomia, para Ferreira e Felício (2021) poderia ser obtida através de alianças entre vários territórios. Um trabalho coletivo e organizado para a instauração do conjunto de soberanias que reduziriam ou extinguiriam a dependência mercadológica e estatal.

Ao escrever o parágrafo anterior, imediatamente, fui devolvida, em pensamento, ao conceito de alianças alimentares colaborativas, expressão que conecta a agroecologia com os processos de reterritorialização, democracia e soberania alimentar. As alianças entre territórios agroecológicos permitiriam a desfragmentação socioecológica e a restauração dos processos coengendrados entre agricultura, alimentação, ecologia e saúde.

As intervenções para a ocupação dos territórios ou dos terrenos, de modo agroecológico, e a composição de alianças populares, vinculam lutas pelo direito a terra, a água, ao alimento nutritivo e saudável, restauram, desfragmentam e

desmercantilizam a Vida. A possibilidade desses movimentos subsistirem, ao longo do tempo, estaria na condição ativa de resistirem, juntos, quer estejam na margem ou dentro da urbanidade. Cada qual desenvolvendo saberes e práticas distintos e possíveis, nas ações de resistência coletiva e no engajamento ativo ao habitarem a sociespacialidade.

O que as experiências, que subsistem e se fortalecem demonstram ao longo do tempo, é um coengendramento entre distintas e interligadas pragmáticas que, ao serem instauradas como soberanias, ampliam a autonomia. A luta e as intervenções que visam instaurar soberanias, na urbanidade, parecem requerer um esforço maior para ocupar espaços e subsistir ao longo do tempo. Essa impressão, no caso desse estudo, poderia estar vinculada a três aspectos. O primeiro refere-se ao espaço urbano, composto por habitats fragmentados, onde as hortas foram instauradas. O segundo pode estar vinculado ao fato dos hortelões não habitarem os espaços de cultivo como modos de vida. E o terceiro poderia estar relacionado ao fato do povo pobre e vulnerável não participar das alianças organizadas para as intervenções.

Por outro lado, como afirmam Ferreira e Felício (2021), cada território terá sua caminhada, será mais ou menos autônomo, dependerá mais ou menos de alianças. As reflexões levaram e sinalizam princípios organizativos a serem instaurados, como a inclusão do povo vulnerável nas intervenções e o fortalecimento de alianças e soberanias que já foram instauradas e que poderão ser ampliadas. Sem alianças, na urbanidade, impomos poucos limites ao modo dominante de organizar e viver.

[...]

Quanto a busca por soberanias, há pelo menos duas delas, a hídrica e a alimentar, que estiveram implicadas nessa pesquisa. A primeira delas, a água, é condição vital e sem ela não há sobrevivência. Um território e terra sem água, não contém as condições mínimas para viver. Nas palavras de Ferreira e Felício (2021, p. 55) “é tarefa revolucionária cuidar de cada nascente, fonte, açude, rio, mangue e das marés, pois são a fonte de vida que abunda em nossos territórios”. O cuidado e a preservação das nascentes, dos olhos d’água e a captação de água da chuva eram os modos como Marli lutava por soberania hídrica e contra a escassez de água, cada vez mais frequente. A irregularidade das chuvas e a excessiva perfuração de poços artesianos, por vezes, de maneira clandestina, eram dois fatores que Marli apontava como relevantes para a carestia de água.

No Grünes Paradies não há abastecimento de água por meio da rede de distribuição da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). Em 2020, principalmente, no primeiro semestre, a estiagem transformou a paisagem. O período de escassez hídrica coincidiu com o início das minhas atividades no sítio. Fora um período de severa crise hídrica. Diversos plantios foram adiados ou cancelados porque Marli temia que os cultivos não se desenvolvessem com a seca. Um poço que, segundo vizinhos, anciões, nunca ficara sem água, secou. Esse relato expressa a dimensão do problema hídrico. Havia uma preocupação permanente com a água, algo que pude notar e que se concretizou em obras de ampliação dos reservatórios, no sítio.

Antes de trabalhar com a Marli eu não acessara a real dimensão e o significado pragmático das expressões escassez, estiagem, seca e crise hídrica. Digo isso, porquê foram raras as vezes, na vida, em que abri a torneira e não saiu água. Recordo que, na infância, carreguei baldes, com água, da casa de meus avós maternos até a minha. Eles tinham cisterna e nos forneciam o líquido vital, nos períodos de estiagem. Desde a década de 1980, a crise hídrica assolava nossas existências e, embora meus avós tivessem acesso a água, através da rede de abastecimento da CORSAN, o robusto reservatório de captação de água da chuva era um modo de soberania em tempos de escassez e seca.

A cisterna da casa dos meus avós foi destruída com a reforma que os novos proprietários fizeram. De outro modo, em minha residência, tenho três reservatórios que totalizam cinco mil litros de água da chuva. Desde que frequento o sítio de Marli e trabalho nas hortas, cultivo comida, passei a lutar mais ativamente pelo direito a água como algo inapropriável. É perigoso viver com a incerteza de abrir a torneira e não sair nenhuma gota. Decerto, assim como Marli, pretendo ampliar minha captação de água da chuva. Não há nascentes, olhos d'água ou córregos nos territórios das hortas e em minha casa. A obra a fazer, captar água da chuva, é aquela possível de ser feita na realidade dos espaços de cultivo e em minha residência.

No primeiro semestre de 2020, a crise hídrica foi muito severa, em Nova Petrópolis. Em maio do referido ano, quando iniciamos os cultivos, no hospital e na Tchon Ji, os reservatórios municipais, da rede de distribuição, estavam sendo abastecidos, diariamente, por caminhões-pipa. De acordo com a Agência Nacional de Águas, o mês de abril de 2020, fora o mais seco dos últimos 90 anos. A seca e o

assoreamento da barragem Santa Isabel, que abastece a cidade, levaram Nova Petrópolis a depender de água vinda de outros municípios (Corsan [...], 2020).

Ao longo dos anos de 2021 e 2022, o poder público e a CORSAN levaram a cabo uma série de ações para mitigar os problemas hídricos no município. Na zona rural, foram construídas três cisternas cuja capacidade de armazenamento é de 1,5 milhão de litros de água. Através da lei municipal 5.027, de 1º de setembro de 2021, foram ofertados subsídios aos produtores rurais para a aquisição de geomembrana e disponibilizadas máquinas para o preparo infraestrutural (Município [...], 2022). A CORSAN realizou o desassoreamento da barragem Santa Isabel (Serviços [...], 2022) e construiu nova adutora para captação de água do Rio Caí. Essas duas últimas ações refletem a prioridade dada a rede de abastecimento urbana, modo dominante escolhido para prover água nas cidades.

Essa realidade, de escassez, e o aprendizado vivenciado no sítio, nos levou a priorizar a água nos espaços ocupados pelas hortas, pelo menos quanto a suficiência hídrica para irrigação dos canteiros. “Manter reservas de água nos dá a melhor das condições de seguir regando nossa produção e nossa vida” (Ferreira; Felício, 2021, p. 56). Algo que, na socioespacialidade urbana, requer esforço e luta ampliados, porque o urbano contém, em si, um modo de organizar, que fragmenta os territórios e a água. Na urbanidade, a água é fornecida pela rede de abastecimento – um amontoado de tubos que transporta o líquido vital, por quilômetros, e nos torna reféns das companhias que administram nossa fonte de vida.

Há uma premissa subjacente de que, cada centímetro da espacialidade urbana precisaria estar disponível para a especulação mercadológica e financeira. Isso torna a urbanidade insustentável do ponto de vista hídrico. A recuperação e a preservação de córregos, de nascentes e de olhos d’água e a captação de água da chuva exigiria devolver à água, assim como à terra, sua condição de inapropriabilidade. Sem terra e sem água não há possibilidade de cultivar comida. O acesso à terra e a questão hídrica são, portanto, pressupostos para a soberania alimentar.

A origem do conceito de soberania alimentar remete ao movimento da Via Campesina e foi lapidada nos fóruns mundiais de soberania alimentar de 2001 e 2007. Ela, a soberania alimentar, seria um princípio que reivindica o direito de decidir qual a comida que será cultivada e como será esse cultivo. Ao mesmo tempo reclama o direito ao alimento saudável, nutritivo, ecológico, acessível e que honre a cultura dos povos (Bezerra, 2021).

Para além da construção e concepção de um conceito, para os movimentos do campo (e alguns da cidade) a soberania alimentar passa a ser um princípio capaz de materializar a produção, o acesso e o consumo de alimentos saudáveis e nutritivos, estando na sua essência a autonomia dos povos em decidir o que plantar e como plantar, fazendo com que – no seu território – sejam desenvolvidas estratégias que, em alguma medida, desestremem a atual ‘ordem’ do sistema capitalista, que reproduz a lógica do alimento como mera fonte de lucro (Bezerra, 2021, p. 715).

O que compõe o debate sobre soberania alimentar é a desmercantilização da comida. Para que o alimento deixe de ser mercadoria, as sementes precisam ser produzidas e guardadas dentro dos territórios, assim como as mudas a serem cultivadas. Tarefa hercúlea, algo que Marli ainda não alcançou em seu sítio, embora tenha feito avanços significativos. Ainda assim, um território e o coletivo ou povo que nele habita, não conseguirá cultivar e produzir todo o alimento de que precisa para a subsistência.

A soberania alimentar requereria transformar toda a relação com a comida, incorporar nas refeições alimentos saudáveis e nutritivos, tanto os cultivados como aqueles que crescem, espontaneamente, na agrofloresta. A saudabilidade, a nutrição e a ecologia já estariam implicadas, no próprio modo organizativo e agroecológico de cultivar os alimentos. Um cultivo biodiverso, contendo PANCs, plantas nativas e vegetais originários, de acordo com os hábitos culturais daqueles que cultivam e que irão comer, ampliariam e auxiliariam a desmercantilizar os vínculos com a comida.

Não é possível instaurar modos agroecológicos de organizar e de viver sem pausas, sem hesitar e desacelerar, como Marli, afetosamente, sempre esclarece. As paisagens se transformam e são transformadas todo o tempo. Ao habitar, estar e viver na paisagem, não há possibilidade de padronizar as obras a serem feitas. Cada dia, há novos desafios e inúmeros presentes para quem souber vivê-los. Não estou a dizer com isso, que as hortas não expressem outros modos de organizar, para além da dominação hegemônica. O problema é que sua capacidade de subsistir se enfraquece à medida que deixa de tecer e compor soberanias, de desfragmentar a sociespacialidade e de fazer alianças.

Talvez almejássemos a soberania alimentar com as hortas, sem ter clareza compreensiva e sabedoria para materializar esse princípio. Nos espaços fragmentados, na urbanidade, não tínhamos viveiros de cultivo das mudas e nem local de armazenagem para guardar as sementes. Quando recebíamos sementes convencionais, em doação, levávamos até a Escola Técnica Bom Pastor, para que os

técnicos cultivassem as mudas, no viveiro da referida instituição. Do mesmo modo, as sementes agroecológicas, recebidas através do Programa Sementes, foram armazenadas na escola. Ainda assim, a aliança com a instituição de ensino compôs certa soberania com relação ao provimento de sementes e de mudas para os cultivos.

As lutas por soberania hídrica e alimentar, travadas por Marli e pela Teia dos Povos, não pretendem adquirir estatuto de manuais contendo passos a serem seguidos para as intervenções, sejam elas nas bordas ou na urbanidade. Mas referenciam caminhos e servem para incentivar outras histórias e possibilidades. Contar sobre modos de habitar as paisagens e cultivar a Vida, rompendo com a lógica da degradação, da simplificação e da fragmentação ajudam a pensar no que pode ser feito à medida que as intervenções são levadas a cabo. Sempre com a atenção voltada para cada realidade distinta, que exige olhares e fazeres diferentes.

8.1.4 As lutas humanas por terra e território

Todos os dias, dada a veloz disseminação das notícias, somos informados sobre tragédias socioecológicas. À medida em que as causas dos trágicos acontecimentos são escrutinadas, suas questões de engendramento se desvelam. Ao longo das investigações de escrutínio, muitos desvios éticos, intenções difusas, interesses ocultos e ilegalidade. Não consigo parar de pensar na crise sanitária e humanitária dos povos que vivem no território Yanomami⁷¹. O que ocorre nas terras e no território indígena tem amplas e diversas implicações com e para esse estudo.

Alguns humanos, por interesse econômico, acobertados pelo Estado, ocupam terras indígenas para organizar práticas ilegais de mineração e garimpo⁷². Com aporte tecnológico, capacidade organizativa e comunicacional, forte aparato bélico e a

⁷¹ A região Yanomami é a maior reserva indígena do país, com mais de 30,4 mil habitantes. O Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional diante da necessidade de combate à desassistência sanitária dos povos que vivem no território Yanomami (Ministério [...], 2023).

⁷² Relatos de entidades socioambientais, com atuação na região, indicam que a área total destruída pelo garimpo na terra indígena Yanomami passou de 1.200 hectares, em outubro de 2018, para 3.272 hectares, em dezembro de 2021. As denúncias da ação ilegal de garimpeiros, na região, foram amplamente descritas e reportadas com imagens aéreas (Yanomami [...], 2022). O garimpo e a mineração compõem complexas questões de engendramento e de difícil escrutínio. Atualmente idolatramos o avanço dos carros elétricos, sem saber que demandam mais lítio e muito mais cobre do que os carros movidos a combustíveis fósseis. Isso gera demandas mundiais por esses metais e países como o Brasil viram polos de extrativismo mineral para as indústrias localizadas em outros países. Reservas minerais brasileiras, como as de titânio, para a indústria bélica, de tecnologias de dados móveis e foguetes são exploradas em território brasileiro, deixando destruição e morte por aqui, enquanto as indústrias mundiais se beneficiam da matéria-prima pilhada (Zonta, 2021).

certeza da impunidade, levam a cabo seus projetos de enriquecimento ilícito. E os rastros de devastação, doença e morte, que a extração de ouro e de cassiterita⁷³ instaurou em território Yanomami dão a dimensão da tragédia. Rios poluídos com mercúrio e outros químicos, florestas no chão. Pessoas, peixes, plantas, terra e água contaminados, doentes, mortos. Ao poluir as águas, matar a fauna aquática, deixar enormes crateras escavadas que encham de água da chuva e servem de criadouro para mosquitos, afugentar as caças e derrubar as árvores, frutíferas e outras, as práticas de garimpo ilegal retiram a soberania hídrica, alimentar, a saúde, destroem os modos de habitar e de viver dos indígenas.

O modo como pescam, caçam, coletam e cultivam suas roças, em sistemas de “coivara”⁷⁴ (Albert; Milliken, 2009, p. 11), resta prejudicado pela restrição de uso de seu território. Os garimpeiros ameaçam e restringem o ir e vir dos Yanomami, o que os leva a ficar sem comida, desnutridos, famintos, alvos fáceis para o adoecimento. A maioria dos adultos e crianças contraiu malária⁷⁵, entre outras doenças infectocontagiosas e foram impedidos de receber atendimento e visita dos profissionais de saúde. Garimpeiros, fortemente armados, se apropriaram dos postos de saúde, das pistas de pouso e desviam os medicamentos para seu consumo (Yanomami [...], 2022).

O garimpo dos dias atuais é uma atividade financiada por empresários com alta capacidade de investimento e que concentram a maior parte da riqueza extraída ilegalmente da floresta yanomami. Investigações da Polícia Federal⁵ revelaram que estes empresários são membros da elite econômica local ou figuras de outros estados com operações em Roraima⁶. O dinheiro ilícito obtido com a prática é frequentemente lavado em negócios legais na cidade

⁷³ Há uma demanda global e crescente pelo mineral, nominado cassiterita. O estanho é um metal, extraído da cassiterita, com grande resistência a corrosão e muito maleável. O metal em questão possui diversos usos, para a produção de latas que armazenam alimentos, na fabricação de vidro e compõem ligas metálicas: liga estanho-nióbio é supercondutora em baixas temperaturas e a liga de estanho com óxido de índio é transparente e condutora, usada nas telas de toque em celulares e tablets, apenas para citar alguns exemplos (Costa; Cowie, 2022).

⁷⁴ Os Yanomami selecionam locais para a abertura de roças, em áreas com o mínimo possível de árvores de grande porte, formações vegetais específicas e indicadoras da qualidade do solo, mais fáceis de remover usando a tecnologia agrícola disponível. Há uma prioridade para reocupação de terras que já foram roças de seus antepassados, em florestas de vegetação mais aberta (Albert; Milliken, 2009).

⁷⁵ “Houve uma explosão de casos de malária nos polos-base que compreendem a macrorregião Uraricoera, Palimiu e Waikás. Só no Palmiu, que reunia pouco mais de 900 pessoas em 2020, foram registrados 1.800 casos da doença. Ou seja, média de quase dois casos por pessoa. Só em 2022 foram confirmados 11.530 casos de malária no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami. O número corresponde a 40% de toda a população do território. Estima-se que mais de cinco mil crianças estejam desnutridas ou passem fome” (Sardinha, 2023).

de Boa Vista ou alhures, como supermercados, postos de gasolina, restaurantes, entre outros (Yanomami [...], 2022, p. 9).

A violência do modo econômico neoliberal e a apropriação dos elementos que compõem o arranjo Vivo - água, terra, ar, comida - se expressam, com força, nesse relato. O que acontece no território Yanomami está vinculado às escolhas políticas, que endossam a dominação mercantil às custas da espoliação humana e ecológica⁷⁶. Nossa tendência humana, de maneira geral, como explica Latour (2021) é recusar que as ocupações e apropriações façam parte do que necessitamos para viver. A maneira “multifacetada e multiescalar” (Latour, 2021), no entanto, da ocupação e da apropriação da terra indígena, ou de qualquer território, envolve questões de engendramento com as quais estamos, inevitavelmente, implicados. De algum modo, nossas ações podem corroborar com as apropriações, sem que tenhamos clareza disso (Latour, 2021).

Um cidadão boa-vistense, quando vai ao supermercado, ao posto de gasolina, ao restaurante, ou, cada um de nós, ao comprar joias de ouro ou alimentos enlatados, celulares ou qualquer produto que precise de revestimento anticorrosivo, não estaria, em maior ou menor grau, implicado com o que acontece no território Yanomami? Dar-se conta de que existe um espaço material em que se vive e outro do qual se vive (Latour, 2021) e que eles estão coengendrados, nos coloca diante da urgência e da “[...] obrigação de recompor ponto a ponto a natureza do solo; sim, remendá-lo, agora que cada detalhe das zonas críticas é um mundo próprio que nos implica e nos obriga a fazê-lo (Latour, 2021, p. 132).

⁷⁶ “Em 2020, o País perdeu 158 hectares de floresta por hora (o equivalente a um Parque do Ibirapuera) [...] A área total desmatada no País foi de 13,8 mil quilômetros quadrados em 2020...Em média, entre 1985 e 2020, o Brasil queimou uma área maior que a Inglaterra por ano. A terra arde” (Campelo; Bortoleto, 2022, p. 180). Junto com o extrativismo mineral e a exploração por garimpo, acontece o avanço do agronegócio. Ambos engendrados com a grilagem de terras e a ocupação de terras públicas, cuja facilitação na legalização é conduzida por leis e decretos federais. O artigo de Zeneratti (2021) contempla um levantamento histórico das medidas provisórias, leis, decretos e projetos de lei em tramitação, que favorecem, legitimam e legalizam a grilagem e a ocupação ilegal de terras no Brasil. Ao longo dos anos, mesmo nos governos do PT, vastas extensões de terras públicas, ocupadas por grileiros foram legalizadas (Zeneratti, 2021). Durante o governo de Jair Bolsonaro, as demarcações de terras indígenas foram barradas e propriedades, originadas por grilagem, foram certificadas, dentro de áreas à espera de demarcação. Os territórios das comunidades tradicionais estiveram ameaçados pelas invasões, tanto para o avanço do agronegócio como da mineração. “Tudo em meio a discussões como a possibilidade de perdão a grileiros de terras e de um ‘marco temporal’ que desconsidera o histórico esbulho sofrido pelos povos originários” (Campelo; Bortoleto, 2022, p. 189).

As terras e os territórios em que se vive e dos quais se vive precisam ser inventariados, conhecidos e restaurados. É preciso escrutiná-los. Os mercados, os produtos, serviços e soluções, ofertados por outros, seguem sendo as maneiras como atendemos quase todas as nossas necessidades vitais. Os modos como esses outros se organizam, quais interesses estão em disputa, referem-se a enfrentamentos por terra e por território. Com que direito qualquer terra ou território é apropriada, saqueada, e são retiradas as possibilidades de vida dos outros seres, humanos e outros que humanos? Embora a espoliação criminosa e a morte fiquem mais evidentes na história das invasões aos territórios indígenas, isso acontece, de outras maneiras, o tempo todo, bem perto de nós.

O modo como a terra e os territórios são ocupados contém, em si, violências, cuja responsabilidade não é assumida. O direito a apropriação é legitimado pelas regulamentações e endossa a exclusão. Quem apropria sempre exclui (Latour, 2021). E os modos de apropriação e de exclusão são difusos, diversos, difíceis de identificar.

As palavras prevaricar e mancomunar ajudam a expressar o que, diuturnamente, acontece nas instâncias decisórias que favorecem o poder econômico, em sobreposição a interesses do agir em comum e para o comum. O que se observa, é a condescendência do poder público, sob a falácia do desenvolvimento, da prosperidade. Daqui, onde aterramos, nos espaços fragmentados, mercantis e funcionais da socioespacialidade urbana, a recomposição, ponto a ponto, da natureza do solo, como Latour (2021) conclama a fazer, exige prestar atenção nos remendos possíveis. Diversas questões de engendramento, que sustentam o urbanismo capitalístico, estão vinculadas a apropriação e ocupação da terra e dos territórios.

[...]

O poder hegemônico, seus modos de apropriação e de exclusão não povoam, apenas, o campo alimentar. Os modos dominantes de apropriação e produção da socioespacialidade seguem lógicas mercantis, em que a ocupação das cidades prioriza o indivíduo, o consumo, ruas com cada vez mais carros, especulação imobiliária, edificações comerciais e residenciais privadas (Rolnik, 2015; Servigne; Stevens, 2020; Luiz; Silva; Biazoti, 2021). De acordo com os padrões, aprendidos desde cedo, é assim que a cidade deve ser, infraestruturada, com vias amplas para o trânsito de veículos, acesso a bens de consumo: supermercados, farmácias, postos de gasolina, oficinas mecânicas, clínicas médicas e veterinárias, lojas de varejo em geral.

Mesmo em pequenos municípios, como no “Jardim da Serra Gaúcha⁷⁷”, com vocação para o turismo, há uma expansão desenfreada da lógica mercantil dominante de ocupação do espaço. Algo que pode ser observado, por exemplo, pelo canteiro de obras que a cidade se transformou. O excesso de novos empreendimentos e o aumento assustador de imobiliárias, em Nova Petrópolis, são indícios dessa mercantilização. A rápida alteração da paisagem é percebida, até mesmo pelo cidadão mais distraído. E essa alteração não se refere a instauração de jardins, em conotação com o título da cidade, ou de novos espaços públicos para a população. Referem-se, ao contrário, a aceleração do ritmo espaço-temporal da cidade, a redução das possibilidades de produção de outras paisagens e ao empobrecimento das experiências (Chaves, 2019).

Agora, em épocas modernas, atravessando o empobrecimento da experiência e de tudo que nela está inculido, acusa-se também o empobrecimento da produção do espaço na dimensão da própria cidade à qual pertencemos. Contudo, esse empobrecimento da experiência não faz jus às potencialidades das possibilidades humanas, e entra em crise quanto à forma como as cidades têm sido hoje construídas (Chaves, 2019, p. 9).

A preocupação com o ajardinamento da cidade não faz vínculo com o cultivo de comida. O poder público local prioriza a estética dos canteiros de flores e arbustos, distribuídos pela avenida principal e pela Praça das Flores. A prefeitura convida as empresas a adotarem espaços e serem responsáveis por seu ajardinamento. Em troca, uma plaquinha publicitária. Afinal, uma cidade turística precisa zelar pela imagem e impressão que deixa nos visitantes. A natureza domesticada, que se expressa nos jardins de arbustos e flores decorativas, prioriza a estética, em detrimento das políticas alimentares e de saúde, vinculadas aos cultivos de vegetais comestíveis e medicinais.

Os avanços relacionados a política urbana aconteceram, desde a constituição de 1988⁷⁸, e foram conquistados por mobilização e luta popular. Movimentos sociais

⁷⁷ Título que Nova Petrópolis detém por ser uma das cidades mais floridas da Serra Gaúcha, além de possuir exuberantes pontos turísticos naturais, como o Labirinto Verde, o Pinheiro Multissecular e a rampa de Voo Livre Ninho das Águias (Jardim [...], [2023]).

⁷⁸ As políticas urbanas voltaram a pauta com a redemocratização do país. Coletivos da sociedade civil e movimentos sociais apresentaram uma emenda popular de Reforma Urbana à Assembleia Constituinte e “[...] pela primeira vez se incluiu, numa Constituição brasileira, um capítulo específico sobre a política urbana do país (Artigos 182 e 183)” (Nakano, 2011, p. 58). A Constituição de 1988 instituiu um pacto federativo que delegou ampla autonomia orçamentária e responsabilidade aos estados e municípios. E entre as responsabilidades delegadas estava a da regulação do uso e ocupação do solo.

e coletivos da sociedade civil reivindicaram o direito à participação nas decisões acerca do uso territorial, das cidades. Esses contramovimentos sociais levaram a promulgação do Estatuto das Cidades (Brasil, 2001), que instituiu os “[...] princípios, diretrizes e instrumentos da política urbana nacional” (Nakano, 2011, p. 62). O estatuto obrigava os municípios a instituírem seu plano diretor, compreendido como o “[...] instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e de ordenamento das funções sociais das cidades e das propriedades urbanas” (Nakano, 2011, p. 62).

No âmbito municipal, porém, surgiram incontáveis dificuldades, de ordem técnica, institucional e financeira. Como explica Nakano (2011), muitas prefeituras carecem de profissionais com saberes técnicos para escrever os planos diretores, para instaurar controles e regulações, frente a avidez do mercado imobiliário. Além disso, o poder público municipal, de maneira geral, justifica a falta de investimento em projetos socioecológicos com a suposta inexistência de recursos financeiros. Ao mesmo tempo, na maioria dos pequenos municípios, há limitado poder para enfrentar interesses econômicos privados. Os contramovimentos populares são escassos, esses que poderiam reivindicar a democratização do uso e apropriação da terra. Sem a mobilização popular, a ocupação do solo, nas cidades, favorece apropriações privatistas e elitistas, em detrimento das necessidades e do direito dos coletivos vulneráveis (Nakano, 2011; Neto, 2021).

Muitas vezes, o poder público municipal está capturado por coalizões entre forças políticas e econômicas conservadoras que não tem interesse em estabelecer processos de planejamento e regulação urbana e territorial voltados para garantir o interesse público e efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas. Em muitos locais existem proprietários que concentram grande quantidade de terras e imóveis urbanos e rurais que influenciam, em benefício próprio, nos processos de elaboração dos planos diretores e demais legislações urbanísticas (Nakano, 2011, p. 88).

Os planos diretores devem ser revistos a cada dez anos, permitindo que seja reconfigurado de acordo com a realidade dinâmica dos municípios. As cidades não são objetos inertes e as políticas relacionadas a questões ambientais, de densidade populacional, de zoneamento e de perímetro urbana precisam ser atualizadas. A atualização dessa legislação, supostamente, regularia o desenvolvimento da cidade a fim de garantir o bem-estar comum de todos os cidadãos. O processo de construção do plano, portanto, deveria contemplar audiências públicas, com ampla participação

social. O que ocorre, porém, são debates superficiais, levados a cabo para cumprir protocolos burocráticos e exigências legais (Neto, 2021).

Embora os planos incluam – a proteção de rios, nascentes e fluxos d’água; a proteção das áreas de preservação geológica e ecológica; vise limitar a expansão desordenada da área urbana e preveja as distintas regiões para atividades econômicas – na prática, essas regulamentações são violadas. A violação e a apropriação, como dissemos acima, são práticas instauradas e de difícil escrutínio.

O plano diretor de Nova Petrópolis passa por revisão, pois foi atualizado, pela última vez, em 2009 (Nova Petrópolis, 2009). Assim como boa parte dos municípios brasileiros, há atrasos no processo revisional. A atual minuta, da referida legislação municipal, não especifica a delimitação de zonas específicas para as distintas atividades econômicas, ressaltando, apenas, que isso precisaria ser encaminhado. Apesar da lei municipal prever estudos de impacto ambiental e de vizinhança, por exemplo, para indústrias com potencial poluidor, o que se assiste, por enquanto, é a ocupação da socieespacialidade urbana sem distinções relacionadas a atividade econômica.

As palavras de um servidor municipal retratam, com clareza, a fragilidade do sistema de regulamentação de uso da terra, no espaço urbano municipal – “Como, infelizmente, no município, não temos um zoneamento, é possível fazer de tudo, em qualquer lugar...a menos que, nos contratos de compra e venda dos lotes, conste alguma restrição de uso, mas, geralmente, não há nada” (Diário de Campo, 2021⁷⁹).

Além disso, embora o plano diretor municipal preconize, em seu artigo 3º parágrafo VII, que devam ser combatidos e evitados, entre outros – b) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; d) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulta na sua subutilização ou não-utilização; e) a deterioração das áreas urbanizadas e os conflitos entre usos e a função das vias que lhes dão acesso; f) a poluição e a degradação ambiental; g) a excessiva ou inadequada impermeabilização do solo – na prática, o que se observa é a conivência com ações que instauram excessivo parcelamento do solo, retenção especulativa, proliferação dos vazios urbanos, aumento da poluição e degradação ecológica e excessiva impermeabilização do solo (Nakano, 2011; Araújo; De Souza; De Araújo, 2019; Neto, 2021).

⁷⁹ O diário de campo foi uma das técnicas escolhidas para fazer e refazer o cotidiano da pesquisa e problematizar as experiências. Por essa razão, não consta na listagem de referências.

Em especial, sobre os vazios urbanos, a expressão se refere a imóveis que ficam desocupados, aguardando a valorização e o conseqüente incremento no preço. Os investidores e especuladores imobiliários utilizam essa estratégia à revelia da real demanda originada pelo adensamento populacional e crescimento da cidade. Os interesses em disputa são a máxima lucratividade e a mercantilização da socioespacialidade urbana. Esse fenômeno, da retenção especulativa, cresceu, visivelmente, em Nova Petrópolis, nos anos recentes e se agravou, a partir de 2021.

Ganha relevância, como contramovimento, a participação popular, na reformulação do plano diretor municipal, com vistas a inclusão de outros modos de ocupação e uso da terra, com atenção para o interesse comum e melhores condições de vida para os cidadãos (Neto, 2021). Luiz, Silva e Biazoti (2021) afirmam que, como o Estatuto das Cidades regulamenta o uso da terra, na urbanidade, o documento poderia incorporar, por exemplo, aspectos de instauração das práticas de agricultura urbana (AU), a fim de restaurar “a função social da terra urbana”. Essa discussão se estenderia aos planos diretores que poderiam incorporar princípios para materializar práticas de AU (Padilha *et al.*, 2022).

Essa composição, porém, entre plano diretor e agricultura urbana precisaria de outras composições. Como esclarecem Luiz, Silva e Biazoti (2021) haveria um conjunto de ações que poderiam alavancar políticas de agricultura urbana. Para isso, precisariam ser engendradas, em nível federal: a inclusão no Estatuto das Cidades; a aprovação de uma política nacional de agricultura urbana⁸⁰; a retomada de grupos de trabalho no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) para desenvolver a AU; a retomada da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica⁸¹ (PNAPO), expressa no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que contemplam a agricultura urbana; ampliar a abrangência da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sobretudo quanto aos resíduos orgânicos compostáveis. E, essas mesmas articulações precisariam acontecer, em nível estadual e municipal.

⁸⁰ Tramita no Senado Federal o PL nº 353/2017 e, em 22/12/2022 foi arquivada em função do final da legislatura (Brasil, 2017a).

⁸¹ Existem diferenças significativas entre sistemas de produção orgânica e de manejo agroflorestal. A produção orgânica aceita a monocultura e a simplificação e, na maioria das vezes, apenas substitui insumos químicos por biológicos, de menor toxicidade e não utiliza agrotóxicos. Primavesi (2001) esclarece que a agricultura orgânica foca no composto e considera qualquer resíduo orgânico como adequado para produzir adubo, não considera o solo e atua somente na parte visível da planta. Além disso, há forte cooptação da produção de orgânicos pelas grandes redes de varejo.

Em nível estadual, foram identificados 19 estados com instrumentos legislativos e normativas relacionados às Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPOS). Em nenhum desses estados, porém, a política está consolidada. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a PEAPO está inativa. A inatividade significa falta de estrutura política para implementação. Sem essa consolidação estadual, composta por leis, decretos e planos para promover a agroecologia, não há fomento às transições ou instaurações de práticas agroecológicas e nem orçamento destinado a essas iniciativas (Moura; Moreira; Almeida, 2022).

Há muitos outros temas, envolvidos nas políticas públicas e normativas estaduais que apoiam a agroecologia, para além de políticas das PEAPOS. Moura, Moreira e Almeida (2022) detalham esses temas, bem como os coletivos envolvidos com esses fomentos⁸². Inúmeras e divergentes questões engendram ou precisariam ser engendradas para que as práticas e saberes agroecológicos deixem de ser intervenções marginais, com pouco apoio estatal e, muitas vezes, levadas a cabo pela sociedade civil.

Nos municípios, o plano diretor, as políticas de agricultura urbana, de alimentação, de agroecologia, de resíduos e de habitação precisariam alinhar processos comuns de uso e ocupação do solo. A realidade, porém, é a escassez de composições entre essas diversas políticas. Os espaços de cultivo agroecológico poderiam compor sinergias e avanços socioecológicos, incluindo alimentação saudável, gestão de resíduos, geração de renda, restauração da biodiversidade e do solo.

A agricultura urbana agroecológica, por exemplo, quiçá existia como pauta, em Nova Petrópolis, antes das nossas intervenções. Apesar da inexistência de debates e ações nessa área, os espaços de cultivo agroecológico, instaurados ao longo dessa pesquisa, foram tecendo outros engendramentos, pensados a partir do que poderia fortalecer as lutas e fazer subsistirem os contramovimentos que estávamos levando a

⁸² Moura, Moreira e Almeida (2022) enumeram os temas e os grupos envolvidos com a problemática da agroecologia. As principais temáticas seriam: alimento, segurança e soberania alimentar; biodiversidade e bens comuns; campesinato e povos tradicionais; construção social de mercados; manejo de agroecossistemas; educação e construção do conhecimento agroecológico; economia solidária; agricultura urbana; resiliência socioecológica; agrotóxicos e transgênicos; mulheres e feminismos; terra, território e ancestralidade; etc. Com relação aos grupos envolvidos, os autores citam: agricultores familiares, camponeses e sem terra; assentados da reforma agrária; gestores públicos; povos e comunidades tradicionais; extensionistas e técnicos; movimentos sociais; agricultores urbanos; integrantes de ONGs e profissionais autônomos; povos indígenas; consumidores; pesquisadores; educadores; estudantes; movimento de mulheres; artesãos; apicultores, sindicalistas, etc.

cabo. Os processos que se sucederam, incluíram mobilizações, junto ao CRAS, para inclusão das mulheres em vulnerabilidade nas atividades das hortas.

Ao mesmo tempo, alguns partícipes, do coletivo, passaram a frequentar, com maior assiduidade, as sessões da Câmara de Vereadores. As pautas, junto ao legislativo, incluíam o direito a audiências públicas para debater, tanto a reformulação do plano diretor, como, também, o Projeto de Lei nº 122/2022 que pretende atualizar a Lei nº 3.023, de 18 de outubro de 2002 (Nova Petrópolis, 2002), que dispõe sobre a política ambiental de Nova Petrópolis. Cabe lembrar que existe legislação específica, já mencionada, que disciplina o parcelamento do solo no município (Nova Petrópolis, 2017), e que se articula com o plano diretor e com a política ambiental.

As incontáveis legislações se entrecruzam, se sobrepõem, são complexas e frágeis ao mesmo tempo. Todo o aparato regulatório e normativo, interdependente, se depara com a fragilidade técnica, institucional e financeira do poder público local e vira alvo fácil das “[...] forças políticas e econômicas conservadoras”, como nos esclareceu Nakano (2011, p. 88). O que ocorre com a reformulação da política de meio ambiente, que está em andamento, é a materialização desses desafios técnicos e institucionais, da municipalidade. O PL 122/2022 contém a proposta de atualização da política ambiental e foi revisada por um advogado, especialista em direito ambiental. A lei 3.023/2002, atualmente em vigor, apresenta defasagens significativas em relação as legislações ambientais estadual e federal (Nova [...], 2022a).

A revisão e a atualização da política de meio ambiente foram realizadas por profissional com condição técnica para fazê-lo, porém, sem a participação de outros profissionais, como engenheiros, biólogos e geólogos que lidam, no cotidiano, com as questões técnicas ambientais e dos licenciamentos. O resultado é um texto com diversas lacunas e falhas. Mesmo assim, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e remetido, pelo executivo, como projeto de lei – PL 122/2022, para a Câmara de Vereadores. O legislativo, sem condições técnicas para analisar o complexo documento, solicitou o auxílio da sociedade civil, antes de encaminhar a aprovação⁸³. Havia uma solicitação de urgência, do executivo, para a aprovação do

⁸³ Alguns vereadores já estavam familiarizados, com nossa presença, nas sessões da Câmara, sempre pautando questões socioecológicas, como fora a indicação nº 046/2021, solicitando ao executivo uma legislação municipal para uso de terrenos públicos ociosos para a criação de hortas comunitárias e a pressão por amplo debate acerca do plano diretor municipal. A última pauta esteve relacionada as questões do lixo, que levaram a aprovação do PL 012/2022 que instituiu a Semana Municipal do Lixo Zero, em Nova Petrópolis (Aprovado [...], 2022). Boa parte do coletivo das hortas, atualmente, também participa do coletivo Lixo Zero e mobilizou a vereança para aprovação da

PL 122/2022, sob pena do município perder habilitações de licenciamento relacionadas ao convênio da Mata Atlântica. A lei, porém, como estava redigida, continha muitos problemas que foram apontados, através de documento enviado aos vereadores. Nosso coletivo sugeriu amplo debate e audiências públicas que seguirão ao longo do primeiro semestre de 2023.

As possibilidades de engendrar processos políticos mais justos e ecológicos, para as pessoas e para a cidade, parece depender de alianças comunitárias e populares, com forte mobilização política para lutar por terra e território e pelas diversas e interdependentes pautas que poderiam transformar a sociespacialidade. Sem as lutas coletivas e os contramovimentos populares, o poder público sucumbe aos interesses econômicos e a falácia do progresso. E isso fica evidente na maneira como a cidade se compõe. As questões explicativas, sobre os modos como o território é apropriado, ajudam a compreender as dificuldades de fazer as transformações. A realidade local revela diversos entraves para que o direito e a democratização socioecológica da cidade se instaurem e se sustentem ao longo do tempo.

[...]

Há várias questões vinculadas aos princípios e diretrizes que norteiam a gestão pública quanto às práticas alimentares. A municipalidade atende famílias em vulnerabilidade, através do CRAS, entregando cestas básicas convencionais. Embora a cesta contenha feijão, arroz, macarrão, farinha de trigo, farinha de milho, óleo, sal, leite e bolachas, etc, os alimentos *in natura* não fazem parte do provimento alimentar para as famílias. Apesar do Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014) orientar que, nas dietas, devam predominar alimentos *in natura*, as pessoas que recebem as cestas básicas convencionais não acessam frutas, hortaliças, verduras e ovos.

Essa realidade local pode ressoar com outras realidades, em muitos municípios. Os engendramentos organizados a partir de modos dominantes de comer, habitar e viver ocupam, com força, o real instaurado. As escolhas políticas se organizaram em torno do sistema industrial de alimentos. As prefeituras compram cestas básicas padrão, entregam para as famílias e consideram que atenderam boa

Semana Municipal do Lixo Zero, que, em 2022, aconteceu entre os dias 21 e 30 de outubro. Em função de nossa proximidade com alguns vereadores, eles nos solicitaram auxílio técnico para avaliação do PL 122/2022.

parte da dieta alimentar dessas pessoas. Mesmo a população com recurso financeiro, que adquire comida *in natura* nos supermercados da cidade, não encontra oferta de alimentos orgânicos/agroecológicos, exceto bananas e, as vezes cogumelos. As verduras, frutas e hortaliças, produzidas por agricultores familiares e comercializadas no varejo local foram cultivadas com adubação e agrotóxicos.

O uso de insumos na agricultura camponesa não pode, entretanto, ser fator depreciativo de sua enorme relevância. Um total de 67% das pessoas que atuam no setor agropecuário brasileiro são agricultores familiares, totalizando 77% dos estabelecimentos rurais. Esses estabelecimentos ocupam, somente, 23% da área total destinada para a agropecuária e sustentam a economia em 90% dos municípios brasileiros com menos de vinte mil habitantes. A diversidade de comida *in natura*, produzida por agricultores camponeses, boa parte para subsistência, diz da disposição em preservar a cultura alimentar, a biodiversidade e o ambiente. Embora constantemente ameaçada pelo avanço do agronegócio, das lavouras monoculturais, da falta de acesso a assistência técnica e ao crédito, a agricultura familiar responde por uma parcela expressiva da alimentação dos brasileiros (IBGE, 2017; Pacheco, 2022).

Em Nova Petrópolis, a agricultura familiar emprega 2.314 pessoas (26,92%), de um total de 8.597 pessoas ocupadas. Os dados, retirados do último censo agropecuário, informam que o município possui 1.003 estabelecimentos agropecuários, com produção diversificada⁸⁴. Infelizmente, desse total, 654 estabelecimentos não recebem nenhuma assistência técnica, 848 não obtiveram qualquer tipo de crédito, 895 informaram que fazem adubação e 839 que utilizam agrotóxicos (IBGE, 2017). Apesar da importância econômica da agricultura familiar para o município, não há políticas de fomento para a transição da produção convencional para o cultivo orgânico ou agroecológico, em prol da alimentação saudável e livre de agrotóxicos.

Por outro lado, um dos motivos pelos quais a agricultura urbana⁸⁵ não mereça atenção do poder público, pode estar vinculada ao fato da agricultura familiar local ter

⁸⁴ No município de Nova Petrópolis há produção de abacate, ameixa, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, pêssego, bergamota, uva, melão, melancia, abóbora, batata-inglesa, cebola, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, milho, para citar os cultivos com maior incidência nos estabelecimentos agropecuários. Não listei a produção de pecuária e de leite que é, também, significativa (IBGE, 2017).

⁸⁵ A indicação nº 046/2021 aprovada, pela Câmara de Vereadores, em novembro de 2021, que solicita ao executivo uma legislação municipal para uso de terrenos públicos ociosos, para a criação de

relevante presença no suprimento da demanda por alimentos *in natura*. Os camponeses locais poderiam, inclusive, ampliar os cultivos, o que permitiria concentrar e manter a produção de alimentos, na ruralidade. Isso abriria espaço para prosseguir com a apropriação mercantil da terra urbana, o fomento ao turismo, ao comércio e a especulação financeira, princípios organizativos hegemônicos da cidade. Os problemas alimentares, como insegurança alimentar, má nutrição, doenças causadas pelo consumo de ultraprocessados e de comida produzida com agrotóxicos, a impermeabilização e poluição do solo, das águas e do ar são, afinal, assuntos irrelevantes. É mais importante, expandir, crescer, progredir.

Os engendramentos entre poder público e iniciativa privada são poderosos e mantêm a maquinaria perversa em plena operação. Os governos, em todos os níveis, estão presos com bolas de ferro aos bloqueios sociotécnicos, essas engrenagens que precisam seguir existindo para que a maioria da população não sucumba. Para prover condições básicas de educação, saúde, segurança, etc., a gestão pública prioriza a arrecadação de impostos. A vocação turística e os excelentes indicadores de qualidade de vida, deslocam os interesses para a expansão comercial e imobiliária, de maneira a tornar a cidade ainda mais atrativa para quem pode pagar pelos produtos e serviços direcionados para esses fins. Por outro lado, deixam parte cada vez mais expressiva da população, em condições de vulnerabilidade e carestesia.

As escolhas por transformações nos modos de cultivo e nas práticas alimentares são individualizadas e condicionadas a disponibilidade de recursos financeiros das famílias. Para acessar alimentos orgânicos ou agroecológicos é necessário participar de grupos de compras, no WhatsApp e/ou no Instagram, onde os produtores encaminham uma lista com os alimentos disponíveis, recebem o pedido com alguns dias de antecedência e combinam a entrega. Ou ainda, visitar a feira do produtor local, que acontece na Praça das Flores, nas terças à tarde e nos sábados pela manhã. Nessa feira, porém, somente duas bancas ofertam alimentos orgânicos ou agroecológicos. Durante a pandemia, dois estabelecimentos para comercialização de orgânicos e agroecológicos foram inaugurados. Essas lojas ofertavam comida *in natura* e alimentos provenientes de agroindústrias certificadas. Ambas fecharam em 2022.

hortas comunitárias, em consonância com a Lei Estadual 15.222, segue sem ser sancionada. Essa legislação foi encaminhada com apoio e mobilização popular, sem reverberar, porém, como prioridade junto a gestão pública.

As práticas de consumo compõem as possibilidades de mudança no campo alimentar. O tamanho do desafio se agiganta, quando o indivíduo compreende que estão dados seus vínculos com a comida. Há um enfraquecimento das mobilizações em prol de transformações, quando o consumidor permanece capturado pelos modos dominantes de habitar e de comer. E essa captura é inserida e automatizada na própria pragmática naturalizada, de comprar o alimento que foi ofertado nos canais de comercialização. De maneira passiva e rotineira, comemos o que é produzido por agricultores, pelas indústrias, disponibilizado nas prateleiras, nos restaurantes, nos serviços de fast-food e de delivery. Como diria Latour (2021), o problema é a nossa inevitável implicação nas apropriações e exclusões levadas a cabo por nossas ações, queiramos ou não.

As intervenções para instauração de hortas agroecológicas são resposta precária, mas chamam a atenção como contramovimentos que ofertam comida, cultivada a partir de outros vínculos, fora da estrutura do capital. As práticas de cultivo agroecológico necessitam mínimas quantidades de insumos externos, não utilizam agrotóxicos, nem grandes máquinas e tecnologias e, geralmente, não acessam crédito bancário. Movimentam pouco a economia. Vistos como obras do atraso, esses territórios de cultivo não podem ser simplificados, homogeneizados, padronizados para serem escalados, não fomentam a ganância nem podem ser controlados pelo mercado e pelo estado. Os saberes e práticas agroecológicos são desinteressantes para a iniciativa privada, desconhecidos ou pouco interessantes para a maioria das pessoas, para o poder público e para a academia⁸⁶.

[...]

As experiências empíricas, de intervenções para instaurações dos espaços de cultivo, demonstram incomunalidades nos modos de organizar, que geram

⁸⁶ A explicação de Servigne e Stevens (2020) ilustra bem como os meios dominantes impõe os mais diversos obstáculos para o florescimento daquilo que esses autores nominam como alternativas. As práticas hegemônicas se conservam, compondo um sistema autorreferencial, que combina aspectos históricos e psicológicos, vinculados a dificuldade humana em agir de maneira diferente, com os preceitos de que é mais seguro inovar a partir do aparato técnico que já existe e ampliar a eficácia do que já “funciona”. Ao mesmo tempo, do ponto de vista das organizações, as instituições públicas ou privadas estão amarradas por regulamentações, subsídios e leis que favorecem a produção e comercialização de coisas, para azeitar a máquina econômica, gerar lucros para as empresas, impostos para o governo, manter o PIB e as pesadas infraestruturas em funcionamento, mesmo que essa grande engrenagem custe muitas vidas humanas e de outros seres. No campo alimentar, esse conservacionismo do status quo é reforçado pelas universidades e centros de pesquisa que valorizam, muito mais, os conhecimentos e as publicações de pesquisadores das áreas de engenharia agrônoma e geneticista, do que aqueles que se dedicam a pesquisar saberes, práticas e processos agroecológicos (Servigne; Stevens, 2020).

enfrentamentos. Esses dissensos e assimetrias aconteceram e acontecem entre os próprios hortelões e desses com a comunidade do entorno, com o Estado e com o agir interessado e especulativo do mercado imobiliário. São interesses incomuns, nem sempre especulativos e mercadológicos, mas sempre assimétricos. Pensar sobre essas assimetrias e escrevê-las aqui, ajuda a localizar intervenções possíveis, embora seu engendramento seja difícil, dada a prevalência do hegemônico instaurado.

Espaços de cultivo agroecológicos se contrapõem ao assédio da técnica, da tecnologia, do modo mercantil como o urbano está organizado. A resposta ou o contramovimento que as hortas representam, contém processos de recusa ou imposição de limites ao padrão organizativo dominante das cidades, orientadas para priorizarem veículos, prédios, asfalto e cimento. Como no jardim da serra gaúcha ainda temos muito verde, canteiros com diversas espécies de flores, que encantam aos turistas, instaurar espaços para cultivar comida pode ser visto como disparate. Sobretudo porque as hortas retardariam processos de modernização, oferta da cidade como produto acabado, mercadoria a ser apropriada, expressões do progresso almejadas pelos cidadãos.

Os espaços de cultivo exigiriam pausas, outro ritmo espaço-temporal. Eles nunca estão prontos. Não são produtos inertes e acabados, à espera de consumidores. Cultivar comida exige presença, mãos e pés com e na paisagem. São obra, intervenção, experiência. No ritmo temporal acelerado da cidade, a maioria das pessoas não olha ao redor. Persegue a lógica do tempo cronológico, esse que faz parecer tamanha falta do que fazer participar da paisagem de uma horta agroecológica.

Mais ainda, causam estranhamento, por serem práticas de cultivo de comida que não precisam acessar sementes, insumos, agrotóxicos, implementos agrícolas, crédito bancário ou qualquer outro produto mercantil ou econômico. As questões de engendramento, que tornam produtos mercadológicos desnecessários, são composições possíveis, que começam com soberania hídrica (cisterna, poço), passam pelas sementes (obtidas através de projetos e doações), pelo viveiro de mudas (aliança com a Escola Técnica Bom Pastor) e culminam com o fornecimento de cobertura foliar e gramíneas, originados nos serviços de podas e roçadas da limpeza urbana. Decerto, caberia agora perguntar: A quem interessariam esses modos, incomuns, de organizar, habitar e cultivar comida?

As experiências coletivas, nos espaços de cultivo, devolvem o protagonismo para a política. As decisões são negociadas, geram enfrentamentos e disputas. Os consensos são provisórios, levam as práticas adiante, até que novas assimetrias obriguem a incluir outros seres ou novas questões de engendramento. A restauração dos processos de coletivização, de imaginar, sentir, pensar e fazer junto com outros, exigem resistência. As experiências comunitárias produzem enfrentamentos e assimetrias dentro do coletivo e com seu entorno.

Os processos políticos de negociação e disputa, entre divergentes e heterogêneos modos de organizar as hortas, explicitam as instabilidades e as incertezas da continuidade desses espaços de cultivo comunitários. Habitar com outros, sem hierarquização, requer abertura para conexões parciais que poderão compor ecologias de práticas e saberes, sempre de maneira processual e contingente. O fluxo impermanente dá o tom das experiências cotidianas. Viver dessa maneira é desafiador. Eis que estamos, ainda e, por enquanto, pensando nas relações, eminentemente humanas.

Araújo e Fuck (2022) observaram processos heterogêneos e dispersos de agricultura urbana, inerentes às questões críticas da urbanização e que vão além dos debates no campo alimentar. Os pesquisadores identificaram três coletivos distintos envolvidos na agricultura como prática urbana, nos estudos que levaram a cabo, no município de Curitiba/PR. O primeiro coletivo seria composto por pessoas assistidas pelo poder público, através do Programa Municipal de Hortas Comunitárias, cuja prioridade é a melhoria da alimentação da população em vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que as ações tornariam produtivas áreas localizadas em bairros sob risco de ocupação irregular. O segundo coletivo, constituído por pessoas com alto grau de escolaridade e boas condições econômicas, que estaria engajado nas práticas de cultivo como ação crítica e política para a transformação do sistema alimentar hegemônico e contrário aos projetos dominantes de urbanização. E o terceiro e último coletivo reuniria agricultores interessados em criar cinturões verdes, que tiveram suas ações enfraquecidas pela especulação imobiliária e pela expansão urbana (Araújo; Fuck, 2022).

Há múltiplos modos de organizar que podem orientar as intervenções para a instauração de espaços de cultivo. As pesquisas de Oliveira (2020), realizados em quatro hortas distintas, ajudam a compreender essa heterogeneidade. As ações, nas hortas, podem ser orientadas, priorizando aspectos técnicos, burocráticos e

hierárquicos, vinculadas a intervenções e assistência estatal e/ou privada. Os espaços de cultivo podem receber, majoritariamente, cultivos comuns, plantados em sistemas de canteiros retos e simétricos.

As hortas podem mesclar aspectos convencionais de plantio com outros modos de organizar, vinculados à afetividade, à informalidade e à convivencialidade, como no espaço de cultivo em que as pessoas pertenciam a uma mesma família. Outra possibilidade seria a organização por meio de práticas agroecológicas, em que PANCs e cultivos biodiversos ocupam espaços multiformes, que se contrapõe a lógica de cultivos tradicionais e canteiros simétricos, compreendendo a horta como um espaço vivo que restaura modos de organizar dos povos tradicionais, a luta por autonomia, os vínculos afetivos e a convivencialidade (Oliveira, 2020).

As divergências e dissensos, os enfrentamentos internos e externos ocorreram e ocorrem, diuturnamente, entre os coletivos humanos, nos espaços de cultivo instaurados ao longo das pesquisas para a tese. Na horta do hospital aconteceram divergências quanto aos modos de organizar o manejo. Mas essas dissonâncias não ocorreram desde o início das atividades. Todo o processo de feitura dos canteiros lineares, com uso de maquinário, instalação de mangueiras de irrigação, escolha das mudas e plantios de uma espécie por canteiro, foi conduzido de acordo com um planejamento inicial que não sofreu questionamentos.

Mas, à medida em que alguns hortelões aprendiam técnicas de manejo agroecológico, iniciaram os debates sobre os modos de cultivo que estavam implementados. O desânimo com o trabalho pesado de capina, associado a inviabilidade em conter plantas invasoras, o calor excessivo e a compactação do solo, pode ter colaborado para a desistência de alguns partícipes. Os outros, aqueles que resistiram, passaram a repensar as práticas.

Apesar da compactação e desestabilização do solo pelo uso de máquinas, como subsolador e encanteirador, por diversas vezes, principalmente, quando fazíamos a capina seletiva dos canteiros, fomos interpelados sobre os motivos pelos quais teríamos escolhido práticas “rudimentares” de trabalho. Os processos de manejo agroecológico seguem outras lógicas espaço-temporais. A terra leva tempo para se recuperar, depois das impactantes perturbações. O esterco, a cobertura densa, com folhas e gramíneas, a rotação de cultivos e o descanso entre plantios, devolve, aos poucos, a vida ao solo. Já vemos minhocas rodopiando, assustadas, enquanto removemos alguma vegetação indesejada ou que está em excesso.

As intervenções com técnicas de manejo agroecológico foram transformando, aos poucos, a paisagem. Mas essas mudanças resultaram em outros problemas, como a transferência de pragas para a horta, que estavam nas folhas e gramas que serviam de cobertura. Alguns cultivos de interesse foram prejudicados, tais como brócolis, couve-flor e repolhos. Os hortelões, por vezes, não conseguiam identificar a espécie de inseto que atacava os plantios. A decisão coletiva, pelo uso de óleo de Neem, como tentativa de conter a proliferação dos insetos indesejados, minimizou as perdas. As espécies invasoras, animais e vegetais, seguem reivindicando seu espaço entre os cultivos de interesse.

Na horta do hospital, eram cultivados os vegetais utilizados nas dietas dos pacientes, o que limitava muito as espécies. A falta de biodiversidade dificultava as tentativas de estabilização ecológica da paisagem. Os hortelões solicitaram mudanças nos cardápios, com a inserção de outros vegetais nas dietas dos pacientes internados. O setor de nutrição do hospital, entretanto, afirmava que precisaria estudá-las. As transformações são lentas, a estabilidade é provisória e a contingência permanente.

A pesquisa de Quintão (2019) sobre o espaço público urbano da Horta Comunitária do Pacuca (HCP), localizada na cidade de Florianópolis - SC, ajuda a pensar nos dissensos entre os voluntários que, na época do estudo, compuseram o coletivo de trabalho. O autor descreveu que na HCP, parte do coletivo de hortelões, pretendia instaurar manejos agroecológicos, desde o início das atividades na horta. As intervenções iniciais no espaço de cultivo, porém, foram realizadas com maquinário e adoção de práticas da agricultura tradicional local, levadas a cabo por outro grupo de partícipes.

Questões dissonantes relacionadas a feitura e ao formato dos canteiros, tipo de manejo e de podas, conduziram a dois tipos distintos de práticas no espaço da HCP. Essa cisão pragmática, esteve permeada por visões de mundo e saberes, de um lado, voltados a agroecologia, a permacultura e ao manejo agroflorestal e, de outro, relacionados a agricultura mais tradicional, que faz uso de maquinário, realiza capina e limpeza intensa dos canteiros e utiliza cobertura vegetal (Quintão, 2019).

Os princípios organizativos e os objetivos com a horta também eram dissonantes. O primeiro grupo defendia o trabalho em mutirões, o sentido pedagógico do compartilhar de saberes e experiências com a comunidade local e o reflorestamento de parte do território. Já o segundo grupo priorizava a organização do trabalho diário, mais normativo e centralizado, com foco na produção de alimentos.

Essas assimetrias levaram a desistência de alguns voluntários ligados ao primeiro grupo depois da ampliação do caráter produtivo da horta (Quintão, 2019).

Embora as atividades prioritárias estivessem vinculadas a produção de alimentos para doação a entidades na comunidade, a continuidade das experiências na HCP e as negociações coletivas levaram a introdução de alguns aspectos organizativos preconizados pelo primeiro grupo. Ao longo do tempo a prática de manejo consorciado de espécies, a implantação de um sistema agroflorestal (SAF) e a oferta de oficinas foram levadas a cabo pelo coletivo de voluntários. Novas assimetrias, porém, surgiram com relação aos constantes roubos de alimentos e a decisão de parte do coletivo de instalar um portão, com cadeado, na horta. Ainda que essa ação tivesse intenção organizativa, alguns voluntários compreenderam como uma perda de sentido comunitário e pedagógico da HCP (Quintão, 2019).

Além das dissonâncias entre o coletivo de voluntários das hortas, há divergências e enfrentamentos com a comunidade do entorno desses espaços de cultivo, com o Estado e com o agir interessado e especulativo do mercado imobiliário. A horta comunitária da Tchon Ji, por exemplo, vive constante insegurança, pois depende da renovação do comodato com a AABB, que acontece a cada dois anos. Já circularam notícias de que um grupo de usuários da associação atlética pretende ocupar uma parte do espaço da horta, com pistas para práticas esportivas.

O terreno ocupado pela AABB é extenso. Mais de 50% de seu espaço permanece disponível para construção e planejamento de áreas de lazer, quadras esportivas, etc. Apesar disso, o espaço da horta entra em disputa, numa ideia de que a apropriação como fim, de uma associação atlética, estaria vinculada, as práticas corporais e físicas humanas. Esse modo de ver a ocupação do lugar está no imaginário fragmentado, padronizado e pré-moldado da paisagem.

A fragmentação do espaço é a redução e a degradação do habitar que “[...] vai se compartimentado em espaço-tempo específicos” (Pádua, 2019, p. 484) de acordo com o seu uso. O espaço é pensado por um grupo de humanos e colocado à disposição de usuários. Nesse sentido, torna-se mercadoria. Os espaços da vida são funcionalizados, reduzidos a habitats, como produtos da racionalidade técnica urbana. A intenção de ocupação do espaço de cultivo para práticas esportivas, na AABB, não é uma excepcionalidade. A redução e degradação do habitar em habitat é prática comum.

Na economia capitalística, o valor financeiro e os fins mercantis moldam os modos de ocupação dos espaços. O terreno da horta do hospital, por exemplo, é muito valorizado pela localização e tamanho, muito próximo do centro da cidade e com um entorno que se expande e tornou-se atrativo para a especulação imobiliária. O local já foi alvo de grupos investidores, do ramo de construção civil, interessados em adquirir o terreno para fins imobiliários. Uma parte do terreno, inclusive, foi transformada em estacionamento.

A divergência de interesses ajuda a pensar a relação dos espaços de cultivo com a vizinhança. Para que os vizinhos não sejam identificados com as descrições, as hortas não serão nominadas. Há vizinhos que não toleram nossa presença, fecham as janelas quando estamos trabalhando, demonstram incômodo com o espaço povoado e com a ocupação nas hortas. Problemas com o escoamento de água da chuva, originados pela declividade e por equívocos construtivos, eventuais resíduos de capina e de folhas já foram motivo de discussão.

Já fomos interpelados, inclusive, sobre os motivos de realizar atividades de plantio de alimentos naquele espaço específico e, se esse trabalho não poderia ser realizado próximo às nossas residências, numa clara intenção de nos ver longe dali. Um dos coletivos já foi nominado como “Movimento Sem Terra”, numa clara intenção pejorativa e de depreciação do trabalho conduzido no espaço de cultivo. Para os hortelões que conhecem e admiram o trabalho e as lutas do MST, a designação foi um elogio.

Os furtos de alimentos são práticas eventuais. Ocorrem de maneira mais acentuada na horta pública. A horta do hospital e da Tchon Ji foram instauradas em terrenos privados o que, provavelmente, inibe as subtrações de comida nos espaços de cultivo. Na horta pública são frequentes os descartes de resíduos, de entulho e restos de pequenas obras. A cada intervenção, à medida que os canteiros são construídos, parte do entulho é utilizado.

Por diversas vezes temos a sensação de que algumas pessoas que recebem os alimentos que colhemos, prefeririam os produtos alimentícios do varejo. Assim, teriam menos trabalho na seleção e no preparo. Nossas colheitas não passam por processos de higienização e são entregues, *in natura*, geralmente, contendo um pouco de terra. As comidas do supermercado são limpas e muito mais homogêneas do que as que cultivamos, nas hortas. Diferenças de tamanho, formato, hortaliças pequenas que dão mais trabalho para descascar são indesejadas. Os processos de

padronização e de simplificação colonizaram nosso cotidiano. As dificuldades são inúmeras e as lutas incontáveis.

Por outro lado, os aspectos relacionais com a vizinhança podem ser colaborativos e amigáveis. Há vizinhos que oferecem água, cedem baldes para lavar as mãos, emprestam mangueiras de irrigação e irrigam a parte da horta próximo a sua propriedade. Outros, ainda, ajudam na limpeza, emprestam suas calhas para captação de água da chuva e permitem que tubulações sejam instaladas em sua propriedade. E há aqueles que passam em frente aos espaços de cultivo, como duas senhoras que, com frequência, expressam seu desejo em auxiliar. Se não fossem suas limitações físicas, estariam conosco.

No estudo de Carvalho (2021), sobre o espaço de cultivo público nominado Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro (HCLP), que ocupa uma área cedida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS, as disputas entre distintos modos de ocupar o espaço, ocorrem e ocorreram desde o início das atividades. Nessa pesquisa, como na de Quintão (2019), também são relatadas dissonâncias entre o coletivo de voluntários da horta, relacionadas a modos dissonantes de realizar atividades práticas, nem sempre mantendo princípios agroecológicos. Entretanto, o que chama a atenção, na pesquisa de Carvalho (2021), são os dissensos e enfrentamentos dos hortelões com as pessoas que vivem no entorno do espaço de cultivo, com o Estado e com o agir interessado e especulativo do mercado imobiliário.

Nos primeiros anos ocorreram enfrentamentos com a comunidade do entorno, ameaças e atos de vandalismo na HCLP. Uma série de disputas e negociações com outros projetos, que pretendiam usar parte do espaço destinado a HCLP, aconteceram entre os anos de 2014 e 2015. Em 2014, uma escolinha de futebol e uma escola de samba, que já haviam atuado no espaço da horta, solicitaram a reocupação de seus espaços. Em meio aos conflitos, a força comunitária somada a parceria institucional e técnica atuante na horta foi vital para que a HCLP não perdesse parte de seu espaço (Carvalho, 2021).

No ano de 2015, a HCLP viveu seu mais grave enfrentamento. Um projeto previa a construção de ruas em sua área da mata que serviriam de acesso a loteamentos e conjuntos habitacionais locais. Os embates foram difíceis e o projeto, embora aprovado, foi vetado pelo prefeito da época, favorável ao cultivo de alimentos em bairros urbanos para combater a insegurança alimentar. Logo em seguida, com

intensa pressão popular e comunitária, a área da HCLP foi transformada em Área de Proteção do Ambiente Natural (APAN) (Carvalho, 2021).

A permeabilidade do Estado aos empreendimentos da especulação imobiliária é gigantesca. A construção de ruas, justificada como incremento das condições de mobilidade da comunidade, nesse caso, era um favorecimento de investidores para uso e ocupação do solo com fins mercadológicos. É a legitimação do capital e da propriedade pelo poder público sem considerar as necessidades da comunidade. A conversão em ruas, de um espaço de mata nativa, de um bairro pobre não foi uma preocupação com acessibilidade e mobilidade da comunidade. Por trás da abertura dessas ruas havia interesses especulativos para futuras edificações e condomínios de classe média e alta que precisariam dessas estradas como acesso (Carvalho, 2021).

Disso deriva que, sem leis municipais que amparem as intervenções para a instauração de territórios agroecológicos, como compromissos de longo prazo, tanto para terrenos públicos como privados, essas ocupações estarão sempre ameaçadas. A própria Lei Estadual 15.222 (Rio Grande do Sul, 2018) que institui a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana, no Estado do Rio Grande do Sul, foi pensada, como vimos, a partir do episódio especulativo imobiliário ocorrido na HCLP.

Os trabalhos de Quintão (2019) e de Carvalho (2021) ressoaram nos processos vividos, nas hortas pesquisadas. Quintão (2019) apresentou dissensos entre grupos de voluntários que, na época do estudo, compuseram o coletivo de trabalho da Horta Comunitária do Pacuca (HCP). A pesquisa de Carvalho (2021) sobre a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro (HCLP) desvelou uma série de assimetrias entre os hortelões do coletivo, e destes com o Estado e com os agentes mercadológicos, ávidos pela especulação imobiliária. Os interesses divergentes, os distintos projetos, a avidez da especulação imobiliária fará parte da incerteza e impermanência das e nas hortas.

Uma hortelã disse, certa vez, que a “peleia mais difícil é lutar contra o sistema, o jeito pronto como tudo é”. São as batalhas pragmáticas, contra o *modus operandi* hegemônico, essas que poderão fazer rupturas e transformações. As expressões e teorizações discursivas são alento e potência, mas é o engajamento ativo que responde e enfrenta o *status quo* para instaurar outros modos de organizar e de viver. Enquanto poucos hortelões resistem, os espaços de cultivo vão tecendo alianças, chamando a atenção dos que despertaram, cada um à sua maneira, para as obras a serem feitas.

As lutas ganham força com alguns acontecimentos. Como no dia em que uma mulher estacionou seu carro, em frente a uma das hortas, e foi ao nosso encontro. Logo se apresentou, disse ser de outra cidade, mas sentiu que deveria nos dizer algumas palavras. Ela soubera dos movimentos, nos espaços de cultivo, pelas redes sociais. Viera até ali para expressar seu apoio e para dizer que pretendia morar no município. Afirmou que, tão logo pudesse fixar residência, estaria conosco. Entre diálogos, dizeres de esperar, pediu que resistíssemos. As possibilidades se agigantam junto com os desafios, porque andam de mãos dadas.

8.2 MULHERES E AGROECOLOGIA – HISTÓRIAS DE AFETO, RESISTÊNCIA, CUIDADO E LUTA PELA INTERESPECIFICIDADE DA VIDA

A horta pública logo virou “horta das mulheres”. Foi, carinhosamente, nominada dessa maneira por ser povoada e transformada, exclusivamente, por hortelãs. Desde o início, elas protagonizaram as tratativas com o poder público para ocupar um terreno e iniciar as intervenções. São quase todas partícipes do coletivo Unidas pela Vida, que segue entregando, mensalmente, alimentos *in natura* para 30 famílias, chefiadas por mulheres. Desde abril de 2022, chás, temperos e hortaliças, cultivados na horta das mulheres, compõe as cestas destinadas às famílias.

Não havia água no terreno da horta das mulheres. O que não foi um problema, durante o outono e o inverno, quando as chuvas foram regulares. Além das frequentes precipitações pluviométricas, os canteiros recebiam densa cobertura de gramíneas e folhas. Naquele período não foi necessário irrigar com frequência. O único acesso a água era uma torneira externa, localizada no pátio da casa ao lado da horta, que pertence a Associação dos Deficientes Físicos PPD’s Azaléia. A edificação foi emprestada, por meio de comodato, para a prefeitura. O poder público autorizou que utilizássemos a água, coletada nessa torneira, para a irrigação do espaço de cultivo. Um mês e meio depois da liberação de acesso à torneira a mesma foi cerrada com um cadeado. O cadeamento da torneira foi motivado pelo uso indevido da água por parte da vizinhança. O furto hídrico gerou uma conta de mais de setecentos reais para a municipalidade.

A solução do empasse, de modo a seguirmos com o acesso a água, foi disponibilizar uma chave do cadeado para as partícipes da horta. Ainda que de maneira precária, essa torneira era nossa fonte hídrica para regar os cultivos. Ao

retirar uma cópia da chave do cadeado, na prefeitura, uma das hortelãs observou que o molho de chaves continha um chaveiro que dizia “Casa da Cidadania”. O que seria essa Casa da Cidadania? Queríamos saber mais.

Quando o poder público destinou o terreno para a instauração do espaço de cultivo, já existiam tratativas para ocupação da casa ao lado. Nós não fazíamos ideia que a secretaria de saúde e assistência social negociava o empréstimo da casa para transformá-la num espaço de acolhimento de mulheres e de crianças vítimas de violência. Em Nova Petrópolis, no ano de 2022⁸⁷, foram registrados 63 boletins de ocorrência e de atendimentos, referente a violências praticadas contra mulheres.

Desde abril de 2022, a cidade conta com um espaço, dentro da Delegacia de Polícia, nominado Sala das Margaridas. O espaço foi construído, com auxílio comunitário, para que mulheres e crianças, vítimas de violência doméstica e familiar, possam denunciar, com segurança, as agressões sofridas (Nova [...], 2022b). A coordenadoria da mulher do município disponibiliza serviços de psicologia e de assistência social às vítimas, a fim de contribuir para que elas deixem os locais nos quais sofreram violência. Porém, até o momento, a cidade não possui espaços em que essas mulheres e crianças, vítimas de violência, possam ser acolhidas e apartadas do ambiente que as violentou. A Casa da Cidadania pretende ser esse local de acolhimento. A ideia é que, nesse espaço de acolhida, também sejam promovidos cursos e atividades educativas.

Nos últimos anos cresceram as denúncias de violência contra mulheres. Apesar da melhoria nas infraestruturas públicas, de assistência e de acolhimento, dos avanços na legislação, da divulgação e ampliação dos canais de denúncia, a violência persiste e aumentou na pandemia⁸⁸. E há muitas mulheres, violentadas e ameaçadas, que deixam de denunciar seus algozes, por medo dos agressores e pelo risco de sofrerem ainda mais violência.

A violência histórica e estrutural, contra as mulheres e outros grupos minoritários, é legitimada e se expressa na socialidade local. Por aqui, a superioridade dos homens brancos e descendentes de europeus é naturalizada. Sobretudo, porque

⁸⁷ Os dados coletados referem-se ao período entre 01/01/2022 até 15/11/2022 (Rede [...], 2022).

⁸⁸ Segundo dados da 9ª edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, publicada pelo Senado Federal, em 2021, o percentual de mulheres que percebem aumento na violência cometida contra pessoas do sexo feminino, no último ano chegou a 86% (Senado Federal, 2021).

se consideram da mesma estirpe de seus ancestrais, colonizadores, dada a sua descendência.

Na história recente do município, um episódio, ocorrido na Câmara de Vereadores, marca o modo como essa violência é naturalizada. No dia 7 de março de 2019, data que antecedeu o dia internacional da mulher, em sessão ordinária, um vereador nova-petropolitano⁸⁹ utilizou a tribuna para escancarar o machismo e o conservadorismo, comunalizados por aqui. Naquela sessão, a única vereadora do município, fazia apelos e proposições acerca das questões que envolvem a violência contra as mulheres, quando um vereador pediu a palavra para criticá-la.

Falam tanto em mulheres, tantos problemas, mas eu acho, Kátia, uma coisa que eu fico 'tiriri' da vida contigo, é quando tu bate tanto em cima das mulheres. Agora, uma mulher que se presta, uma mulher decente, não dá tanto problema. Uma mulher que se presta, que eu ando muito nesse mundo, e ando nesse mundo, eu acho que não dá tanto problema. O problema é as 'chinelonas'. A gente fica aqui sentado escutando aqui na Câmara, acho que é uma coisa que eu nem devia estar escutando. Eu, escutar um troço desse aí, duas vezes hoje à noite. Mulher que se presta não tem problema. Olha aqui no município de Nova Petrópolis, quantos problemas têm. Eu acho que é muito pouco, acho que até fica feio 'nós ir botar' faixa em banheiro, ou em órgãos públicos, sobre telefone para denunciar. Acho que é muito pouquinho essas coisas aí. Acho que nós não estamos aí para decidir essas coisas" (Vereador [...], 2019).

O significado dessas palavras, proferidas por um legislador⁹⁰, expõe as vísceras do pensamento machista, conservador e misógino. As evidências do aumento da violência contra as mulheres, ao contrário do que o vereador sugeriu, se expressam em dados quantitativos⁹¹. Os fatos são inequívocos e a gênese das violências, para além da doméstica, foram instauradas por processos históricos que coengendram o neoliberalismo, o colonialismo, o patriarcado e o racismo (Tsing, 2015; Federici, 2019). Como advertiu Lukács (2018) são ingênuas e acrílicas as tentativas de compreender os fatos da imediatividade, sem fazer vínculos com seus processos históricos.

⁸⁹ Diversos meios de comunicação noticiaram o fato e veicularam o vídeo, com a fala do vereador, na íntegra (Vereador [...], 2019; Frazão, 2019).

⁹⁰ A punição imposta ao vereador foi uma suspensão, pelo período de 30 dias. Esse vereador foi reeleito para a legislatura atual 2021-2024.

⁹¹ De acordo com o Monitor de Violência do Fórum de Segurança Pública, o número de feminicídios atingiu seu nível mais elevado em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas. Os dados apontam para homens conhecidos e ambientes domésticos como contextos com maior incidência de violências (Coll, 2023).

A criminalização dos homens que cometem violência doméstica contra as mulheres são punições para as ações conseqüentes e não atuam na gênese das violências. As condições precárias e desumanas de trabalho, os baixos salários e as medidas de austeridade dos governos, que retiram e reduzem o acesso da população vulnerável aos serviços educacionais e de saúde, são violências institucionais impostas pelo mercado e pelo estado. São projetos políticos, de perpetuação do poder, que reúnem princípios neoliberais, patriarcais, coloniais e racistas. Afetam, principalmente, mulheres, pobres, negras, indígenas, de países colonizados. Nas palavras de Federici (2019), a “feminização da pobreza”.

O que acontecerá depois das mulheres denunciarem a violência na Sala das Margaridas e serem acolhidas na Casa da Cidadania? Voltarão para suas vidas cotidianas precárias, como peças domesticadas a serviço das engrenagens do capital, executando, de graça ou com salários miseráveis, a imensa maioria dos trabalhos domésticos e de cuidado dos filhos, idosos e doentes? Junte-se a isso, a impossibilidade de seguir sem as necessidades básicas de sua família atendidas?

Exaustas, em condição de extrema vulnerabilidade social e econômica, dadas as violências exercidas pelo estado e pelo mercado, as mulheres são expostas a violência doméstica por diversas razões. Em tempos de crise, arrocho salarial e desemprego, os homens veem as mulheres como mão-de-obra competitiva no mercado de trabalho. Com a saída das mulheres, do lar, os homens deixarem de exercer o “[...] controle sobre o corpo e sobre o trabalho” delas (Federici, 2019, p. 228).

Além disso, devido ao empobrecimento generalizado e o aumento contínuo da desigualdade, os homens sentem-se incapazes de prover as necessidades básicas da família. A redução de seu poder e a impossibilidade de sair da situação de precarização e vulnerabilidade, leva ao aumento da violência contra as mulheres.

[...] é importante reconhecer que existem sérios limites no desenvolvimento de um trabalho reprodutivo reduzido ou reorganizado conforme as bases do mercado. Por exemplo, até onde podemos reduzir ou comercializar o cuidado das crianças, dos idosos, dos doentes, sem impor um grande custo aqueles que necessitam de cuidados? O grau de deterioração de nossa saúde proveniente da mercantilização da produção de alimentos (por exemplo, com o aumento da obesidade, mesmo entre as crianças) é instrutivo. Quanto a comercialização do trabalho reprodutivo por meio de sua redistribuição nas costas de outras mulheres, como atualmente essa ‘solução’ foi organizada, ela só estende a crise do trabalho doméstico, agora deslocada para as famílias das mulheres que trabalham como cuidadoras remuneradas, e cria novas desigualdades entre as mulheres (Federici, 2019, p. 230).

O fosso de desigualdades se aprofunda, por exemplo, para as 30 mulheres, chefes de família, que tem sob seus cuidados diretos 72 crianças e 17 adolescentes. Apesar de receberem cestas básicas da assistência social e auxílio do coletivo Unidas pela Vida, quais são as possibilidades de transformar suas realidades? Qual emprego e que salário terão acesso para sustentar suas famílias? Onde e com quem deixam seus filhos no turno contrário ao da escola que frequentam? Junta-se a isso, de acordo com relatos da assistência social, mesmo quando as mulheres não têm companheiro residindo na mesma casa, em alguns casos, elas sofrem extorsão e violência de parceiros eventuais.

São as mulheres negras e pardas, pobres e sem instrução, que residem na ruralidade aquelas que veem sua qualidade de vida reduzida a cada ano. A Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, publicada em 2021, referente a dados coletados entre os anos de 2017 e 2018 apresentam estatísticas relacionadas aos dados sobre índices de perda da qualidade de vida (IPQV). Os maiores valores do IPQV, de acordo com a POF, foram registrados para grupos de residentes em área rural (28,5%); famílias com pessoa de referência: de cor preta e parda (14,2%); mulher (11,8%); sem instrução (31,2%); da posição de ocupação empregado doméstico (17,7%); e no primeiro décimo de renda (33,8%) (IBGE, 2021).

A POF 2017-2018 revela que o sexo da pessoa de referência, no domicílio, tem forte relação com o acesso aos alimentos. Em 61,4% dos domicílios com segurança alimentar (SA) a pessoa de referência é um homem. Quando a pessoa de referência é uma mulher, são, apenas, 38,6% os domicílios em SA. Nos diferentes índices de insegurança alimentar (IA) a situação se inverte e 51,9% dos domicílios onde a mulher é a pessoa de referência são os mais vulneráveis e com baixo acesso aos alimentos. Os domicílios em que a pessoa de referência é parda apresentaram os maiores percentuais de insegurança alimentar em todos os níveis - 50,7% para IA leve, 56,6% para IA moderada e 58,1% para IA grave (IBGE, 2020a).

De acordo com os dados apresentados no II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto de Pandemia de Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), 63% dos domicílios, cujos responsáveis eram mulheres, apresentaram algum nível de insegurança alimentar. E destes, 18,8% em situação de fome. Os domicílios em que a pessoa de referência era uma mulher pobre, tiveram as maiores taxas de aumento da insegurança alimentar grave. Mesmo nos domicílios com maiores rendimentos,

quando a mulher é a pessoa de referência, os riscos de insegurança alimentar são maiores (REDE PENSSAN, 2022).

Não existem pesquisas e informações específicas, de IPQV e relação SA/IA para o município de Nova Petrópolis. Mas há uma informação que nos ajuda a pensar. Com relação ao acesso à terra, embora os hortelões sejam minoria nos espaços de cultivo dessa pesquisa, eles são a grande maioria dos proprietários de estabelecimentos agropecuários, de acordo com o censo de 2017. Quando classificados por sexo, dos 1.003 estabelecimentos agropecuários de Nova Petrópolis, 805 pertencem a homens, 190 constam como sendo de propriedade de mulheres e 8 não se aplicavam a classificação por gênero. A concentração das propriedades, nas mãos de homens, revela a desigualdade do acesso à terra, num município em que as mulheres são a maioria da população (IBGE, 2017)⁹².

Na história desenvolvimentista e de progresso que continuam a nos contar e enfiar goela abaixo, inclui-se a falácia de que a ascensão social depende da capacidade e do esforço empreendedor individual. Por trás dessa lorota, há muito trabalho de cuidado voluntário, trabalho escravo, mutilação de corpos, de vidas, muita morte. Em nome do poder político e econômico, de cada vez menos humanos, são disseminadas narrativas de que há emprego e que os desempregados é que não querem trabalhar. Os dizeres de um servidor público municipal, que esteve conosco, nas atividades iniciais de ocupação do terreno da horta das mulheres, expressa esse modo de ver a realidade.

[...] essa gente que vocês ajudam, eles não querem trabalhar? Querem ganhar tudo de mão beijada? Põe eles pra capinar e plantar aqui, pra vê quanto tempo vão aguentar. Duvido que eles vêm, acho que nem vão aparecer. Tão torcendo pra ninguém chamar e eles só na mamata, só

⁹² De acordo com o censo de 2010, o município de Nova Petrópolis possuía 19.045 habitantes, sendo 9.371 homens e 9.674 mulheres (Nova [...], [2023?]). Acesso em: 12 dez. 2022. A população identificada como sendo do sexo feminino, ultrapassa o número de homens, na cidade. Com relação a cor ou raça, 977 estabelecimentos foram classificados como dirigidos por produtores brancos, 3 propriedades dirigidas por negros, 14 estabelecimentos são de proprietários pardos e 1 é dirigido por produtor classificado como de cor ou raça amarela (IBGE, 2017). Embora não existam informações que compõe e interrelacionam gênero e raça, a desigualdade racial e de gênero no acesso à terra, fica evidente. Mesmo se levarmos em consideração que Nova Petrópolis foi colonizada por europeus, sobretudo alemães, há um crescimento visível da população parda e negra, migrantes que fixam residência, no município, em busca de melhores condições de vida. A população estimada, na cidade de Nova Petrópolis, em 2021, era de 21.717 habitantes (Nova [...], [2023?]).

esperando o carro da prefeitura entregar a comida, todo mês (Servidor Público Municipal, 2022).

As intervenções dessa pesquisa foram compondo contramovimentos ao modelo organizativo hegemônico. O protagonismo das mulheres, na instauração de espaços de cultivo de comida agroecológicos, como esforço para mitigar a carestesia e a impossibilidade de acesso à comida *in natura* de outras mulheres, materializa práticas de organizar contra-hegemônicas. Entretanto, as questões de vulnerabilidade e insegurança alimentar estão inseridas em contextos mais amplos de violência e de opressão. As questões de engendramento entre a horta das mulheres, o coletivo Unidas pela Vida e a Casa da Cidadania, ajudaram a compor e organizar novos experimentos de pensamento.

As novas problematizações ajudaram a ver que existem violências históricas e estruturais que excedem as questões do campo alimentar. As mulheres, sobretudo, as negras e pobres, são as maiores vítimas da maneira de organizar dominante, cuja prioridade são os ganhos econômicos. Os processos históricos de domesticação das mulheres, sua submissão ao patriarca (marido) e ao lar, ao estado e ao mercado, criaram hierarquias econômicas, morais, de gênero e de raça (Tsing, 2015). E cada uma dessas dimensões de dominação impõe violências contra as mulheres.

Quais os outros possíveis diante de tanta violação e opressão? As violências persistem porque persistem as maneiras de organizar a vida que priva a possibilidade das pessoas saírem do contexto de violência, acessar outros modos de habitar. Não há acesso à terra, não há vínculos comunitários, cada família vive isolada, precarizada, mutilada quanto ao atendimento de suas necessidades de subsistência. Comer é uma necessidade de sobrevivência e a comida é um lugar onde os coengendramentos poderiam começar. A implicação com o campo empírico sobrepõe e engendra tanto as violências quanto a gênese de luta contra as opressões. Isso foi percebido, em especial, desde as intervenções para a instauração de espaços de cultivo, e depois quando as mulheres se organizaram para adquirir e produzir comida para aquelas em carestesia.

E o que fizemos, desde o início da implicação com o campo empírico esteve vinculado a outros modos de viver, habitar, organizar e comer para além das estabelecidas pelo modelo organizativo hegemônico. E, todo o tempo, as mulheres, com e apesar das violências, teceram contramovimentos

socioecológicos. A composição entre mulheres e ecologias é notada e se expande a cada novo vínculo. Elas e os vegetais protagonizam histórias vívidas, desde o início e ao longo das intervenções. As afetações empíricas provocaram novas imersões teóricas, no campo das interseções entre feminismos e ecologias, em busca de maneiras de organizar contra-hegemônicas.

Nas composições entre mulheres e paisagens ecológicas poderíamos encontrar respostas e contramovimentos que expandem vínculos entre modos de organizar e de viver que escapam a epopeia capitalista, ao patriarcado e ao colonialismo. Os experimentos de pensamento e as teorizações da próxima seção atuam como amplificadores de potência e possibilitam composições com as intervenções e implicações no campo empírico. São dizeres que compõe histórias vivas, maneiras de organizar em prol de mundos habitáveis, expressões de resistência e de luta por vida interespecífica junto com os danados da Terra, as mulheres e todos os seres, vivos e não vivos, excluídos ou marginalizados pelas hegemonias dominantes.

8.2.1 Interseções entre feminismos e ecologias

A realidade impõe aos humanos a necessidade de habitar em colaboração entre si e com outros seres, vivos e não vivos. Essa interdependência multiespecífica, inescapável à vida, ajuda a pensar que, ao mesmo tempo que existimos com outros, poderemos ser nada, deixar de existir, a depender de quem são esses outros. Diante disso, torna-se relevante escrutinar quais são os seres que compõe arranjos vivos. Porque há outros, cujo interesse é manter o poder, mesmo que para isso seja necessário destruir e matar.

Nossa condição de apreender a realidade é limitada pelas epistememes que lançamos mão e, por vezes, não nos deixam avançar. A expressão “não apenas” ou “não só” de La Cadena (2023) remete a essa ideia de que há sempre mais presenças, para além do que podemos compreender ou conhecer. Há muitas questões de engendramento que ficam de fora dos estudos que levamos a cabo. Na pesquisa interventiva, a implicação com e no campo empírico provoca contínuas afetações, o que ajuda a tecer novos vínculos a partir das experiências vivas, sempre em transformação.

Os modos de organizar e ver a realidade, desde o debate ontológico, estiveram vinculados ao pluralismo de ónticos e a recusa ao excepcionalismo humano. A interdependência entre os seres, sua multiplicidade e a impossibilidade de viver sem a diversidade de existentes, vivos e não vivos, desbanca a espécie humana de sua posição hierárquica superior. Nessa visão de mundo, os seres humanos e outros que humanos negociam, organizam e escolhem estar juntos, apesar das assimetrias, dos interesses divergentes, das incomunalidades. Essa dança generativa conjunta, que se expressa a partir do tornar-se com, viver com e estar junto com, é alteridade político-pragmática radical, que recusa a violência excludente e exige a presença de todos os seres.

E isso nos devolve a convocação latouriana para inventariar os modos de vida sem os quais não podemos existir. Esse inventário é feito e refeito no apelo stengersiano para o engajamento com o mundo, lugar onde é possível compor ecologias de práticas e de saberes. Mas as possibilidades dessas ecologias exigem a presença de todos os seres que foram apartados pelos modos hegemônicos, hierárquicos e violentos de organizar a vida. As violências que excluem e matam a diversidade de existentes impedem a instauração da vida multiespecífica e interdependente.

O que dissemos nos provoca e obriga a retomar a crítica ao humano como excepcional. As pragmáticas vividas, desde a agrofloresta e depois nas hortas, levou a tecitura da crítica e da recusa ao excepcionalismo humano, mobilizadas, desde o debate ontológico. Durante os processos empíricos da pesquisa, porém, a ideia de humano como diferente, no sentido de uma posição hierárquica superior, acima dos demais seres, mostrou-se um experimento de pensamento parcial e limitado, na medida em que esse excepcionalismo não contempla a totalidade da espécie humana. Antes, pelo contrário, a dominação tem classe, gênero, etnia e raça. Foram e seguem sendo alguns humanos que aniquilam ónticos e desanimam o mundo.

A ideia de humano como diferente, hierarquicamente superior, refere-se ao processo histórico e violento que excepcionalizou o homem, ávido por poder político e econômico. O homem - branco, europeu e colonizador - já se considerava autônomo em relação aos demais seres vivos e não vivos da natureza. Necessitava, porém, criar hierarquias dentro da espécie humana. A escravização dos negros, que se tornaram “subespécie humana” (Tsing, 2015) e a subordinação das mulheres materializaram os

processos de dominação capitalista, colonial, racista e patriarcal perpetuados, historicamente, como princípios organizativos hegemônicos.

Os princípios políticos e organizativos hegemônicos foram instaurados através de processos espoliativos, de submissão, domesticação, escravidão, exploração e morte. Os coengendramentos entre Estado, propriedade privada, hierarquias de classe, gênero, raça e espécies instauraram as bases para a dominação política e organizativa capitalista. O Estado, por meio do poder e da força militar, assegurava o direito à propriedade privada e a herança familiar. Em contrapartida, o Estado exigia o pagamento de tributos que eram cobrados do patriarca, seu interlocutor na esfera doméstica. “Foi no interior dessa configuração política que tanto as mulheres quanto os grãos foram confinados e manejados para maximizar a fertilidade” (Tsing, 2015, p. 186).

Com a maximização da fertilidade e da reprodução, as famílias se tornaram numerosas. As crianças serviam de mão-de-obra para ampliar a produção de cereais, o que, por sua vez, permitia o aumento da população. Esse contexto, porém, restringiu as mulheres ao trabalho doméstico e ao cuidado com os filhos. Com a expansão europeia e a colonização das Américas, o manejo das espécies de plantas, levadas ao extremo, forjou as monoculturas, que, nas colônias, foram cultivadas por humanos escravizados. A segregação racial e de classe, aqui nos trópicos, foi garantida pelas mulheres brancas, da elite, convocadas a “[...] manter as fronteiras, seja das casas, das famílias, das espécies e da raça branca” (Tsing, 2015, p. 191).

É necessário acrescentar, aos processos de dominação instaurados por essa composição entre Estado, propriedade privada, família e colonização europeia, o poder de coerção da moralidade religiosa. As mulheres que não se enquadravam nos padrões de feminilidade, submissão ao marido e aos dogmas da igreja, foram estigmatizadas como bruxas – seres diabólicos, desprezíveis, que deveriam ser queimadas na fogueira. As bruxas eram, na realidade, mulheres sexualmente ativas, sabiam sobre seus corpos, conheciam métodos não reprodutivos, processos curativos com ervas medicinais e cultivavam comida. Essas sabedorias possibilitavam modos mais autônomos de vida, conectados com a natureza, mas ameaçavam o poder e a ordem vigente (Federici, 2017).

Antes da colonização europeia, existiam na América, organizações em que mulheres e homens colaboravam, de maneira complementar, nas atividades familiares e sociais. Com a chegada dos colonizadores, o poder político e econômico

foi hierarquizado, em favor dos homens, que assumiram a propriedade das terras e da água, até então, comunais. Há vários relatos sobre levantes de mulheres que defendiam modos de vida anteriores a dominação europeia. Embora criminalizadas e perseguidas, acusadas de bruxaria, pacto com o diabo e adoração aos seres da natureza, as mulheres seguiram com suas tradições ancestrais e resistiram, política e pragmaticamente, a espoliação e destruição impostas pelo colonialismo (Federici, 2017).

Para justificar a violência e o genocídio nas colônias, os europeus acusavam os povos originários de adoração ao demônio, crenças sobrenaturais, prática de rituais diabólicos, de preparação de remédios com ervas, canibalismo, irracionalidade e bestialidade. Nesse contexto, as mulheres indígenas foram brutalmente perseguidas e mortas, porque elas sabiam cultivar a terra, conheciam ervas e plantas curativas, preparavam remédios e unguentos, eram parteiras e aconselhavam os chefes indígenas. Como esclarece Federici (2017) o “extermínio” de práticas que colocavam os princípios organizativos dominantes sob ameaça, foi e é uma “estratégia política”, enraizada nos processos de perpetuação do poder.

No neoliberalismo, as elites econômicas e políticas continuam com suas práticas de extermínio, como maneira de se perpetuarem no poder. Isso se expressa, pragmaticamente, nas constantes ofensivas, espoliativas e deletérias, contra trabalhadores assalariados, mulheres, camponeses, indígenas, negros e comunidades LGBTQIAP+.

O racismo e o sexismo são atualmente condenados pelos setores progressistas da cultura dominante, mas são justificados pelos conservadores e arrastam práticas discriminatórias locais por toda a América. Eles sobrevivem graças à dificuldade da cultura ocidental em deixar de se conceber como universal e organizar o mundo segundo seu paradigma único de progresso e desenvolvimento. Eles sobrevivem porque nenhum indivíduo branco se considera privilegiado pelo patriarcado racista como sistema (Celentani, 2014, p. 231).

Apesar de não concordar com a expressão universalizante “nenhum”, da qual Celentani (2014) fez uso, corroboro com a hierarquia que ela sugere prevalecer, com relação a maneira de organizar o mundo, sob os princípios de progresso e desenvolvimento, levados a cabo, sobretudo, por homens brancos e ricos. Mas não só. Nos interstícios dos modos organizativos dominantes, do poder econômico e da

técnica, que conferiram suposta autonomia ao homem branco e rico, florescem e proliferam emaranhados vivos que resistem ao extermínio.

Dado o caráter interventivo dessa pesquisa, é inescapável o engajamento e a implicação com os seres e acontecimentos do campo empírico. E isso instaura tomada de posição político-pragmática em favor das causas que tentam conhecer e compreender maneiras de transformar a realidade. Como nos lembra Tsing (2015, p. 195), não há como escapar, por completo, dos modos dominantes de organizar do capital, mas é possível “perceber as costuras” que fazem a vida florescer. **Os coengendramentos, ao longo do campo empírico, deslocaram minha atenção para novas leituras e teorizações acerca dos ecofeminismos, na tentativa de notar costuras e vínculos com as pragmáticas instauradas, entre mulheres e agroecologia.**

[...]

Os vínculos e as composições, desde as afetações iniciais da pesquisa, compõem teias de conexões parciais interdependentes, sobretudo junto com mulheres. Os emaranhados, entre dizeres e fazeres, de outrora e de agora, entrelaçam, costuram as experiências vivas, as reminiscências, as teorizações, nesse processo de perceber, sentir, pensar e fazer de outras maneiras, com elas. Os emaranhados sobrepostos entre mulheres ativistas, vulneráveis, oprimidas, homens, plantas e todos os seres que habitam os espaços desse estudo, compõe um “complexo nós” (La Cadena, 2023), repleto de existências que nossas tentativas de conhecer não acessam, embora estejam ali. São histórias ininteligíveis, de seres que povoam as paisagens, mas nem sempre podem, querem ou tem voz.

A realidade desse estudo, como já dissemos, não compõe a aliança preta, indígena e popular, como na Teia dos Povos. Em nossa pequena teia, como ajudam a pensar Ferreira e Felício (2021, p. 138), seria possível iniciar composições locais “[...] entre experiências compartilhadas e ações organizadas em conjunto”. Aqui onde intervimos e estamos implicadas, nossas alianças poderiam ser compreendidas como anticapitalistas e antipatriarcais, entre mulheres e agroecologia. Em nossas intervenções, não percebi possibilidades de fazer costuras antirracistas, apesar do racismo fazer parte dos contextos, como vimos, por exemplo, em relação ao acesso à terra. Os motivos, talvez, poderiam ser ausências de pragmáticas que pudessem problematizar o racismo ou minha incapacidade de ser afetada e de fazer vínculos com elas.

Além disso, dizer que nossas intervenções se contrapõem ao capitalismo e ao patriarcado é, apenas, uma tentativa de teorizar as experiências vivas. O contexto e os seres implicados fazem, resistem ao hegemônico instaurado porque são afetados por ele. Na maioria das vezes nem sabem sobre as temáticas e nem se compreendem como anticapitalistas e antipatriarcais. Dizer que as intervenções são lutas e contramovimentos ao capitalismo e ao patriarcado são modos arbitrários e representativos de teorização dessas pragmáticas, como experimentos de pensamento que poderiam potencializar instaurações de outros possíveis.

É inevitável que eu volte às caixas de ressonância, mencionadas no prólogo desse trabalho, e restaure os vínculos com as mulheres que compõe essa pesquisa, desde as ideias iniciais. Em nossa pequena teia, as afetações suscitadas pelas reminiscências do modo de vida camponês de minha avó e os experimentos de pensamento elaborados com o compartilhar de saberes da professora Tania Galli, representam ecologias colaborativas e exercícios de pluralidade. Junto com elas, esse trabalho foi engendrando experiências pragmáticas e vínculos, através da intervenção majoritária de mulheres.

Há muitas mulheres que atuaram, como caixas de ressonância, ao longo dos processos e do percurso dessa pesquisa. Destaco, como modo de lhes conferir relevância, minha orientadora e pensadoras como Stengers, Tsing, Haraway e La Cadena. No campo empírico, na agrofloresta com Marli, nos espaços de cultivo agroecológico e no coletivo Unidas pela Vida, muitas histórias e instaurações com mulheres. **O que essas sobreposições entre campo empírico, ecologias e feminismos pretendem engendrar, nessa pesquisa, são contramovimentos pragmáticos a partir de conexões parciais interdependentes, capazes de compor alianças dispostas a lutar por comuns, constituídos por incomuns, sempre em divergência, nunca definitivos.**

Ao fazer vínculos entre ecologias e feminismos, seria necessário dizer mais. Situar, sem a pretensão de dar conta do tema, alguns princípios feministas e ecológicos que nos ajudam a pensar e agir para compor possibilidades político-pragmáticas contra-hegemônicas. Antes de contar as histórias vividas com as intervenções, direi acerca de teorizações e pragmáticas que lançam luz para diversas conexões parciais relevantes nessa pesquisa. São costuras a serem feitas, desde algumas abordagens antecedentes, no campo das ecologias e dos feminismos que contribuem para as tentativas de compreender e de conhecer da tese.

A começar pela palavra feminismos, que no plural, expressa a diversidade de vertentes e a existência de uma vasta literatura acerca da temática. Para os feminismos existem relações de hierarquia, entre homens e mulheres, que estruturam sistemas sexo-gênero, conhecidos como sistemas patriarcais (Siliprandi, 2015). O conceito de interseccionalidade ajudou a pensar na heterogeneidade dos modos de opressão sofrida pelas mulheres, vinculadas a raça, classe, etnia, sexualidade e distintos contextos (Machado *et al.*, 2021; Mattos, 2022). De acordo com os relatos de Tsing (2015) e Federici (2019), como vimos, essas intersecções excludentes entre as mulheres, envolvendo questões de classe, raça e etnia, já faziam parte dos processos históricos, desde a instauração das bases para a dominação política e organizativa capitalista.

Todas as lutas feministas estão implicadas, foram e são relevantes diante das realidades. A interseccionalidade ampliou os vínculos das abordagens feministas com questões, como, por exemplo, as lutas por justiça socioecológica. Essa interseção, que envolve a mobilização de mulheres contra a exploração e a destruição da natureza, deu origem aos ecofeminismos. A palavra ecofeminismo se sobressai nas referências ao campo em questão, mas as expressões -feminismo ecológico, ecologia feminista, gênero e meio ambiente, também aparecem nos textos, tanto no singular quanto no plural (Siliprandi, 2015; Maiza; Vieira, 2018; Rosendo; Kuhnen, c2023; Santos; Betto, 2021).

As intersecções entre feminismos e ecologias compuseram distintos e divergentes experimentos de pensamento⁹³, que se conectam, ao longo das elaborações teóricas, como potências e contramovimentos aos diversos modos de dominação. Como já destacado, os caminhos dessa pesquisa, ao longo das intervenções, reuniram mulheres e agroecologia. E essas experiências vivas lançaram luz para novas costuras que ainda não tínhamos tecido. Há muitos vínculos entre o que dissemos a partir de Stengers, Tsing, Haraway, La Cadena, etc., e o que ecofeministas críticas, como as filósofas Vandana Shiva e Val Plumwood já teorizavam e viviam desde a década de 1970.

Na tentativa de expandir as costuras, direi sobre Plumwood, Shiva e as lutas feministas que nos anos recentes ganharam força em diversas organizações

⁹³ As correntes do feminismo estão descritas em dois capítulos que Alicia Puleo publicou em livros editados, respectivamente, por Celia Amorós, em 2000, e Celia Amorós e Ana de Miguel, em 2005 (Puleo, 2000; 2007).

camponesas, em favor da erradicação das opressões sofridas pelas mulheres. Esses movimentos incluíram princípios políticos em seus modos de organizar, sob uma perspectiva feminista, criaram e ampliaram frentes de resistência socioecológica, antipatriarcal, anticapitalista e interseccional. E essas experiências lançam luz para as intervenções contra-hegemônicas que levamos a cabo em nosso estudo.

8.2.1.1 Dos Feminismos e Ecologias: o ecofeminismo de Plumwood

Sem demérito de outras tantas contribuições ao campo interseccional entre feminismos e ecologias, insiro as vozes e ativismos de Plumwood e Shiva ao debate⁹⁴, porque colaboram e ressoam, com os esforços e tentativas de compreender e de conhecer elaboradas nos debates ontológico, epistemológico e vividos no campo empírico. Noto conexões parciais interdependentes relevantes que expressam sobreposições e possibilidades de fazer alianças entre distintos e divergentes modos de saber e que ativam as lutas políticas e a resistência contra-hegemônica no terreno prático da vida.

Desde os anos de 1970, Val Plumwood tecia fortes críticas ao antropocentrismo, ao mesmo tempo em que defendia a preservação das florestas, na Austrália. Com seu marido, na época, ela construiu a própria casa, com pedras do lugar onde habitavam, próximo a montanha Plumwood. Mais tarde, com o divórcio, Val, cujo sobrenome era Routley adotou o sobrenome Plumwood, em homenagem a montanha. Em seu jardim, ao redor da casa de pedra, Val conviveu com 150 espécies vegetais⁹⁵. E, aproximadamente, a metade dessas plantas eram nativas. Existia uma preocupação em organizar os cultivos de interesse junto com a vegetação e os animais nativos, as presenças anteriores, de maneira a compor vínculos colaborativos de uma “jardinagem interespecies”⁹⁶ (Plumwood, 2005).

⁹⁴ Há outras inúmeras autoras que poderíamos incluir aqui. Destaco, por exemplo, a proposição do ecofeminismo ilustrado, de Alicia Puleo, cujas reivindicações dialogam com as elaborações de Plumwood e o ativismo de Shiva. Puleo reivindicou: a igualdade e a autonomia das mulheres; a instauração da ética do cuidado incluindo todos os seres; a restauração do vínculo entre humanos e natureza; a reanimação do mundo; a ecojustiça; a interlocução entre diferentes culturas e a problematização dos benefícios da ciência e da técnica (Puleo, 2008).

⁹⁵ Val Plumwood faleceu, faleceu em sua casa, em 2008.

⁹⁶ Val Plumwood descreve as colaborações interespecíficas de seu jardim que, em meu imaginário, se assemelham as paisagens multiespecíficas do sítio de Marli. Ambas, Plumwood e Marli narram os desafios de organizar os cultivos em meio aos animais e plantas nativas. Algumas histórias de emaranhados colaborativos multiespecíficos, no sítio agroflorestal de Marli, fazem parte da penúltima seção do texto.

A ideia de interespecificidade da vida, se expressaria, para Plumwood, a partir de uma base ética que reconheceria e respeitaria as existências dos humanos e não-humanos⁹⁷, que habitariam um lugar antes de nós. Ao compor paisagens incluindo as presenças e as histórias anteriores, seria possível materializar práticas éticas anticolonialistas. Val afirmava que o colonizador via as terras a serem colonizadas como espaços vazios, sem presenças e histórias de humanos ou não-humanos que habitavam o lugar antes da colonização. A atenção, o respeito, a acolhida e o cuidado com as espécies nativas, comporiam contramovimentos que limitariam a dominação colonizadora de ocupação da terra para cultivar, apenas, plantas de interesse humano (Plumwood, 2001; 2002; 2005).

A prática anticolonialista de priorizar as espécies nativas, reduziria os riscos de seres exóticos tornarem-se ferais. A “feralidade” (Plumwood, 2005) seria um modo de dominação das paisagens, a partir da introdução de espécies que se alastrariam e destruiriam a interespecificidade do lugar. Sobre o cultivo de plantas, o fato de ser exótico não seria pré-condição para os vegetais se transformarem em pragas ferais. A seleção cuidadosa e combinada de cultivos nativos e exóticos permitiria colaborações capazes de impor limites a feralidade. A elaboração da ideia de feral, em Plumwood (2005), antecipa e se conecta, de maneira parcial, com os experimentos de pensamento de Tsing (2019) sobre *plantations* e ecologias ferais⁹⁸. As pensadoras vinculam a remoção de seres nativos das terras colonizadas com a instauração de monoculturas, vegetais exóticos e animais domésticos. Os projetos mercantis, dos colonizadores, incluíam o desrespeito e a exclusão das histórias e presenças anteriores.

A desmercantilização da vida dependeria da sensibilidade, da atenção e do cuidado com a multiplicidade de seres. Plumwood (2009) elabora um animismo ético que se contrapõe à dominação mercantil e sua conseqüente ocupação predatória e destruidora dos espaços materiais, sejam locais ou remotos. De maneira político-pragmática, a filósofa advoga em favor de hortas públicas comunitárias como uma possibilidade de oposição a agricultura voltada ao mercado.

⁹⁷ Em seus escritos, Plumwood faz uso da expressão não humano, motivo pelo qual mantive a expressão no texto.

⁹⁸ As elaborações acerca das ecologias ferais fazem parte da seção 7.4. do texto, que aborda as composições de paisagens multiespécies.

Entre modos de vida e teorizações, Plumwood criticou o excepcionalismo humano, sobretudo como uma dominação do homem. Suas elaborações teóricas escrutinaram a história do pensamento filosófico clássico e desvelaram como a razão ocidental foi compondo dicotomias e hierarquizando sistemas de dominação androcêntricos. Plumwood (1993; 2001; 2002) afirmou que existe um conjunto de valores, que formam a identidade dominadora, da elite branca ocidental, quase sempre masculina. A filósofa afirmou que esses valores criaram um padrão para o dominador e foram instaurados e legitimados, sobretudo, pela filosofia clássica, pelo iluminismo, pelo racionalismo e pela teologia judaico-cristã. Essa padronização permitiu hierarquizar e colocar os seres que não têm as características identitárias do dominador numa posição subalterna, de controle ou de exclusão.

As hierarquias e a dominação foram construções históricas baseadas na ideia de que atividades com o corpo ou manuais, executadas por mulheres, negros e indígenas seriam inferiores, menos racionais e menos humanas. Essas características, do trabalho corporal e braçal, os aproximariam da natureza e os afastaria do coletivo, privilegiado e superior, identificado com a cultura e com a civilização ocidental. Ao organizar a realidade em “castas”, as elites legitimam o direito de se apropriarem da vida, da terra e das histórias anteriores (Plumwood, 2001).

A classificação identitária dos seres possibilitou a radicalização de oposições, que seria enfática e deveria ser compreendida como “hiper separação” (Plumwood, 2001). A ideia do termo é expressar, de maneira radical, a inferiorização e a exclusão dos seres. As mulheres seriam inferiores por suas atividades reprodutivas e sua emotividade, os povos indígenas seriam subordináveis por serem primitivos. Ambos, mulheres e povos originários, deveriam ser dominados, assim como a natureza. O dominador atribui características aos seres supostamente inferiores, para justificar a dominação.

A crítica ao excesso de interesse na espécie humana, fez Plumwood observar que os conceitos de solidariedade e igualdade foram distorcidos pelas interpretações racionais das elites. Os coletivos, eleitos como hierarquicamente superiores, favoreceram a imparcialidade, a universalidade e a objetividade, em detrimento do cuidado, da compaixão e da emotividade. Além disso, a igualdade e a solidariedade são abordadas intraespécie humana, excluindo os não-humanos. Plumwood destaca que os não-humanos são excluídos da ética, assim como foram excluídos os coletivos

humanos, considerados inferiores pela história ocidental; mas eles reagem, de maneira violenta, contra essas exclusões (Plumwood, 2001; 2002).

Plumwood (2001) afirma que a resistência e a imposição de limites a hiper separação, seria possível através do reconhecimento da diferença não hierárquica entre humanos e não humanos e os vínculos de continuidade e de “parentesco” intra e interespecies. A filósofa reivindica relações de parentesco com a multiplicidade de seres terrestres, vivos e não vivos, orgânicos e inorgânicos. Essas reivindicações levaram Plumwood a criticar as ideias de Haraway, publicadas na obra “*When Species Meet*” (2003). As elaborações sobre espécies companheiras e parentesco, que Haraway teceu a partir das experiências e vínculos com sua cachorra doméstica, levaram Plumwood a argumentar que fazer parentes com espécies nativas e animais selvagens seria uma ética menos propensa as pragas ferais que os animais domésticos teriam se tornado (Plumwood, 2005).

No livro *Environmental Culture*, Plumwood (2002) argumenta em favor de uma ética interespecies que precisaria exceder as abordagens abstratas e teóricas dos debates filosóficos e ser composta na ação. No engajamento com o mundo, os humanos deveriam se questionar sobre suas responsabilidades com relação aos não-humanos. Um projeto ético-político-pragmático de alteridade interespecies precisaria de experiências comunicativas sensíveis, sem a simplificação da ideia de comunicar como similar a humana. A filosofia ética interespecífica de Plumwood exigiria abertura, atenção e sensibilidade humana para novos modos comunicacionais e tentativas de compreender as experiências colaborativas com e entre muitos seres.

O âmbito das teorizações abstratas foi deslocado para a abertura para um mundo maior, para além do debate filosófico, onde os humanos estariam em atenção plena diante do que os outros seres comunicam e expressam. A ideia de que somente a espécie humana se expressa de maneira ativa, porque nos comunicamos com vozes e dizeres precisaria ser repensada, prestando atenção a multiplicidade de linguagens dos outros seres – sons, cheiros, cores, texturas (Plumwood, 2001; 2002).

A filosofia ético-político-pragmática, antipatriarcal, anticapitalista, anticolonialista e interespecífica, de Plumwood, ressoa, acrescenta e reúne problematizações relevantes. Faz vínculo e se entrelaça com as elaborações que já havíamos levado a cabo e antecedeu a convocação para intervenções humanas junto com mundos outros que humanos, como possibilidade de fazer pesquisas. Ela viveu e praticou a jardinagem interespecies, compondo paisagens multiespecíficas ao

mesmo tempo em que advogou contra o patriarcado, o colonialismo e as dominações mercantis. Mais do que isso, a força e a potência das palavras de Plumwood nos devolvem possibilidades de vida não-hierárquica, em que princípios como atenção plena, abertura para novos modos comunicacionais e cuidado voltam para a história, a ser materializada como obra a fazer, junto com os humanos e outros que humanos excluídos da ética pelos projetos hegemônicos de dominação.

O protagonismo das mulheres nos espaços de cultivo agroecológico mobilizou intersecções, entre feminismos e ecologias. As intervenções, no campo empírico, ao longo dessa pesquisa, criaram conexões parciais, com os contramovimentos e lutas das mulheres no campo alimentar. Há muita luta travada pelos excluídos da história, esses que nunca foram completamente exterminados pelos projetos de dominação. Aqueles que sobrevivem, respondem e se organizam para subsistir. Prestar atenção, dizer acerca dessas resistências, contar suas histórias, nos ajudam a pensar em princípios e modos organizativos que poderiam compor nossas instaurações e fazê-las subsistirem ao longo do tempo.

8.2.1.2 Dos Feminismos e Ecologias: o ecofeminismo de Shiva

Os ecofeminismos são mobilizações político-pragmáticas, de resistência e luta, contra distintas e conectadas violações e explorações, de humanos, corpos, seres vivos e não vivos da natureza. O Movimento Chipko, na Índia⁹⁹, e o Green Belt Movement¹⁰⁰, no Quênia, iniciados na década de 1970, são exemplos de contramovimentos ao patriarcado, ao capitalismo e ao colonialismo que resistem, até hoje, embora transformados. As lutas em favor de todas as formas de vida, entre vínculos ético-político-pragmáticos, cujos princípios se referiam ao cuidado e a justiça socioecológica, estavam na base das mobilizações das mulheres, mesmo que elas não nominassem como ecofeminismos, ecologias feministas, etc.

⁹⁹ A história do Movimento Chipko é contada, em detalhes, por Vandana Shiva, na obra *Abraçar la Vida: Mujer, ecología e supervivencia* (1995). A partir da luta das mulheres, que abraçavam ou se amarravam às árvores a fim de que não fossem cortadas, surgiram diferentes contramovimentos à destruição ecológica, aos transgênicos e a monocultura, na Índia e no Sul Global.

¹⁰⁰ O Green Belt Movement (GBM) é um movimento de mulheres camponesas que atuam no plantio de árvores para a prevenção da erosão dos solos, manutenção dos mananciais e da biodiversidade. O GBM já plantou mais de 51 milhões de árvores, no Quênia, desde o início das atividades, em 1977. A fundadora do Green Belt Movement, Wangari Maathai recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 2004, pelo seu protagonismo socioecológico, sobretudo, pelas lutas em favor das mulheres e da natureza (Who we [...], c2023).

No campo alimentar, desde que passamos a prestar atenção e sermos afetados por mobilizações contra-hegemônicas que reúnem mulheres e agroecologia, estamos em presença de Vandana Shiva. As ecofeministas críticas, como já vimos em Plumwood, e cada uma a sua maneira, escrutinam os processos históricos para explicar a instauração dos padrões de dominação da elite masculina, branca e ocidental. Essas histórias de dominação, com Shiva, expõe as vísceras da pobreza, da fome e da devastação socioecológica como consequências da financeirização, da mercantilização e do direito de lucrar e acumular riqueza, de alguns poucos homens brancos ocidentais, do Norte Global (Shiva, 1995; 2001; 2003; 2015a; 2015b; 2021b).

Há mais de três décadas, Vandana Shiva iniciou, na Índia, o movimento Navdanya (Conserving [...], c2016), liderado por mulheres, composto por mais de 150 bancos comunitários de sementes crioulas, que servem como base para o cultivo agroecológico de alimentos e plantas medicinais, ao mesmo tempo em que preservam a biodiversidade de cada lugar. O ativismo ético-crítico-político-pragmáticos de Shiva reúne mobilizações de resistência das mulheres, camponeses e indígenas, em defesa da biodiversidade, da agroecologia, das lutas por terra. As questões de gênero aparecem em diversos textos publicados pela filósofa e o protagonismo das mulheres compõe as possibilidades organizativas contra-hegemônicas ao capitalismo, ao patriarcado, ao colonialismo e ao conjunto de violências que eles representam.

Desde que começamos a pensar e escrever, em seção anterior, sobre contra quem e contra o que estamos a lutar, tentamos compreender as engrenagens e o poder das alianças entre mercado de capitais, transnacionais mundiais que dominam o agronegócio, a produção de *commodities* monoculturais com sementes transgênicas, a produção e o consumo de agrotóxicos, insumos químicos, fármacos e a produção industrial de alimentos. Os conglomerados mundiais, reunidos em torno da mercantilização da comida, referem-se a questões de engendramento tentaculares que não conseguimos acessar, dada a dimensão e capilaridade. Embora potentes e dominantes, os modos hegemônicos de organizar nossos vínculos com o alimento não são histórias inescapáveis. Há um conjunto de experimentos de pensamento e de denúncias que Shiva acrescenta a esse debate e nos convida a pensar.

Shiva (2015a; 2015b) denuncia que as corporações transnacionais violam normas e leis internacionais, deixam rastros de destruição pelo planeta, com a anuência dos governos e a passividade da população. Ela acrescenta que a mercantilização da agricultura, baseada em *commodities* monoculturais, produzidas

com sementes transgênicas, não pretende acabar com a fome. São oligopólios gigantescos, compostos por indústrias químicas, biotecnológicas, metalmecânicas, de tecnologia, etc., interpenetrados no Estado e nas tomadas de decisão sobre legislações, direitos de propriedade e que comandam a vida, porque comandam a comida. São orientadas ao lucro e externalizam devastação socioecológica.

A mercantilização da comida, para Shiva (1995; 2001; 2003) é um modo perverso de dominação da produção e reprodução da vida. Em sua crítica, ela afirmou que, na economia do capital, o alimento, apesar de necessário para a continuidade da existência, foi transformado em mercadoria. A lógica mercantil, teria ocupado os processos agrícolas sob a justificativa de que ampliaria a produtividade e impediria a escassez de comida, a fome. Vandana esclareceu que a nominada modernização da agricultura, consolidada sobre os pilares do conhecimento científico ocidental - a ciência moderna, foi um projeto imposto como estatuto dominante para organizar a sociopolítica e a economia do comer. Todas as sabedorias e práticas socioecológicas ancestrais de ciclos regenerativos entre humanos e natureza foram destituídos da esfera do conhecimento e, portanto, considerados obsoletos, atrasados. Deveriam ser destruídos, apagados da história (Shiva, 1995; 2001; 2003).

As ideias e críticas de Shiva se encontram com as elaborações de Stengers, Tsing e outros, feitas na seção de debate epistemológico, com relação a apropriação e captura das ciências modernas pelo capitalismo, como projeto de poder de poucos que excluíram e excluem muitos. Junta sua voz às denúncias de extermínio dos povos nativos e a remoção da diversidade, como pragmáticas que viabilizaram os projetos hegemônicos de mercantilização. E acrescenta ao já dito, que os modos dominantes do capital ocuparam solo e sementes para artificializar e destruir os processos vitais e naturais de reciclagem e regeneração da terra e dos vegetais (Shiva, 1995, 2001, 2003; 2015b, 2021a; 2021b).

Embora as questões regenerativas estivessem, todo o tempo, presentes em nossas intervenções, porque fazem parte das práticas agroecológicas, foram os experimentos de pensamento de Shiva que desencadearam as afetações e a atenção com os processos de reciclagem da vida. Para mercantilizar a comida, os ciclos regenerativos dos nutrientes precisariam ser substituídos “[...] por fluxos unidirecionais de insumos” (Shiva, 2001, p. 72), produtos industriais, ofertados no comércio - fertilizantes, adubos, pesticidas, herbicidas, sementes - a serem adquiridos a cada novo cultivo.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os processos de industrialização e de mecanização, da agricultura, aceleraram a destruição das condições naturais regenerativas dos solos¹⁰¹. A produção industrial de alimentos passou a depender da adição de insumos químicos, à terra, o que tornou os processos hegemônicos de cultivo dependentes do mercado. Mas, para a expansão do capital, todas as matérias-primas precisavam ser apropriadas. A perda das condições ecológicas e reprodutivas do solo precisariam ser estendidas para as plantas.

As gigantes indústrias agroquímicas mundiais, sob a falácia do aumento da produtividade e do combate à fome, passaram a ter o direito de manipular organismos vivos, nesse caso, as sementes. As corporações mundiais precisavam capturar as condições regenerativa das sementes a fim de mercantilizar a gênese da maioria dos vegetais que compõem as dietas humanas e de outros animais (Shiva, 1995; 2001; 2003).

Com fortes investimentos e incentivos estatais, as pesquisas científicas nas áreas de engenharia genética e biotecnologia, passaram a manipular, padronizar e privatizar as sementes. Através de bioprospecção, os oligopólios mundiais acessam a sabedoria dos povos nativos, mapeiam, manipulam e convertem os germoplasmas das plantas, em conhecimento e mercadoria. Ao mesmo tempo, erodem e exterminam a biodiversidade planetária. Mas não só. As corporações agroquímicas criaram pacotes tecnológicos que associaram as sementes transgênicas, geneticamente manipuladas em laboratórios, com os agrotóxicos, ambos protegidos pelo direito de patentes industriais. Dessa maneira, dominam e tornam dependentes de suas mercadorias, toda a produção de *commodities* monoculturais, base da agricultura industrial (Shiva, 1995; 2001; 2003).

É a perpetuação da lógica do extermínio, nas palavras de Shiva (2021a, p. 5) a “mentalidade Roundup¹⁰²” construída desde o pós-guerra, quando os gases utilizados

¹⁰¹ A industrialização da agricultura e a Revolução Verde não atacaram somente o solo, tratando-o como *terra nullius*. A produção de alimentos passou a demandar grandes quantidades de energia, de água, ao mesmo tempo em que os agroquímicos poluíam os mananciais hídricos. O uso em larga escala de pesticidas e herbicidas ampliou o surgimento de pragas, cada vez mais resistentes e agravou as doenças em humanos (Shiva, 1995).

¹⁰² Roundup é o nome do herbicida mais utilizado, no mundo, fabricado pela Bayer-Monsanto. Esse herbicida é aplicado em 90% das lavouras de soja no Brasil, que usam as sementes transgênicas, nominadas Roundup Ready, produzidas pela mesma empresa para resistirem ao Roundup. O Roundup é um dessecante que mata as plantas e deixa viver somente as sementes resistentes, que serão cultivadas com agroquímicos. Além das lavouras de soja, o Roundup é largamente utilizado nas lavouras de milho, algodão, café, cana, cítricos, arroz e hortaliças. A associação entre transgênicos, agrotóxicos e outros insumos químicos é a estratégia dominante da agricultura

nas câmaras de extermínio de Hitler foram transferidos para a agricultura industrial. A expropriação das possibilidades de guardar as sementes para ressemeaduras, tornar os cultivos dependentes de agrotóxicos e condicionar a fertilidade do solo a adição de insumos químicos foi e é um dos maiores projetos de dominação capitalística e mercantilização da vida, instaurados no planeta.

A luta contra a manipulação genética da vida já fez parte de nossas problematizações, desde que escrevemos acerca do engajamento de Stengers na luta contra os OGMs. Esse tema perpassou os debates sobre as questões de engendramento quando elaboramos sobre a dominação política e econômica do agronegócio. Antes de Shiva, porém, não tínhamos notado, prestado atenção e sido afetadas com tamanha implicação. Seu ativismo ecofeminista inclui novos olhares, denuncia e reúne violências contra camponeses, indígenas e mulheres, sobretudo do Sul Global. Ela vive, sofre e luta contra as violações dos modos de subsistência dos coletivos junto com a terra, as sementes, as plantas e a diversidade de seres vivos e não vivos.

As possibilidades de retomada da vida nas mãos, através da restauração da interdependência entre humanos, terra, plantas, sementes, para Shiva (1995; 2001; 2003; 2004; 2015b; 2021a; 2021b) estaria vinculada a sabedoria e as práticas das mulheres, sobretudo, as do Sul Global¹⁰³. Desde a ancestralidade, as mulheres estiveram à frente das práticas reprodutivas e produtivas, de cuidados com a prole, com as sementes e plantas, com a e a diversidade dos modos de vida. Shiva reivindica a propagação e a instauração de princípios femininos, imprescindíveis aos processos de transformação, incluindo os homens, como condição para enfrentar o poder patriarcal e da economia capitalista.

O verbo cuidar se expande nas elaborações de Shiva e se refere a multiplicidade de seres vivos e não vivos, humanos e natureza. Os princípios do cuidado, da não violência e da regeneração, resgatados, sobretudo, a partir do

industrial. Esse sistema endivida e torna os agricultores dependentes desses métodos, extermina a biodiversidade e provoca graves danos à saúde humana e planetária (Aperta [...], 2018).

¹⁰³ O ecofeminismo de Vandana Shiva foi acusado de fazer generalizações e essencializar as categorias “mulher” e “natureza”. Além disso, Shiva foi criticada por vincular mulheres e natureza a partir de questões espirituais (Siliprandi, 2015; Maizza; Vieira, 2018). Shiva (2001, p. 90) em resposta a essas acusações escreve: “[...] ao iniciar uma parceria com a natureza na política da regeneração, as mulheres estão simultaneamente recuperando sua própria atividade e criatividade, bem como as da natureza. Não existe nada essencialista nessa política, porque ela está, na verdade, baseada na negação da definição patriarcal de passividade como a essência da mulher e da natureza. E não há nisso absolutismo algum, porque o natural é construído por meio de relações diversas com diferentes ambientes”.

feminino, possibilitariam organizar resistências comunitárias, engendradas em oposição as injustiças de raça, gênero, econômica e ecológica. Os movimentos agroecológicos são os espaços em que as mulheres vêm ampliando seu protagonismo e as ações de resistência. Shiva devolve a voz e conta sobre vidas invisibilizadas que não organizam suas lutas sob a lógica da violência, do individualismo independente, que coisifica as existências em nome da concentração de poder e de riqueza.

8.2.1.3 Dos Feminismos e Ecologias: mulheres, gênero e agroecologia nas organizações camponesas

Os debates ecofeministas e de gênero, ganharam força dentro das organizações camponesas que defendem e adotam a agroecologia em interseção com os feminismos, com relevância para a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)¹⁰⁴, a AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Marcha das Margaridas (MM)¹⁰⁵. Essas organizações reconhecem, legitimam, dão visibilidade ao trabalho das mulheres, ao mesmo tempo em que combatem a dominação, hierarquização e exploração de gênero, tanto nas atividades produtivas quanto reprodutivas (Siliprandi, 2015; Machado *et al.*, 2021; Seibert; Guedes; Mafort, 2021; Santos; Betto, 2021).

O avanço da agroecologia em interface com o feminismo, na América Latina, vem ampliando diálogos e organizando setores dentro dos movimentos camponeses,

¹⁰⁴ O Movimento de Mulheres Camponesas é resultado do fortalecimento e das alianças entre diversos movimentos de mulheres agricultoras, que foram se organizando, desde os anos de 1970, por todo o Brasil. Como modo de fortalecer as lutas em defesa da vida, o MMC reuniu coletivos de mulheres camponesas, a fim de ampliar sua força, resistência e articulação, em nível nacional. Foi fundado em 2004 e é uma das organizações brasileiras que faz parte do movimento internacional da Via Campesina (Quem [...], [2023a]).

¹⁰⁵ A Marcha das Margaridas (MM) foi realizada pela primeira vez no ano de 2000 e recebe esse nome em homenagem a Margarida Maria Alves, sindicalista que lutava por igualdade de direitos para as mulheres camponesas, assassinada por latifundiários. Neste ano de 2023, a marcha terá a sua quinta edição, que acontece sempre em agosto, mês em que Margarida Alves foi assassinada. Milhares de mulheres, de várias partes do país, se deslocam para Brasília, a fim de marchar pelas ruas pedindo o fim de todas as formas de violência, autonomia para as mulheres, preservação e defesa de todas os modos de vida, humanos e natureza entre muitas pautas. A mobilização é organizada por várias entidades do sindicalismo rural, com protagonismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (Observar [...], [2023]). Siliprandi (2015) descreve a organização das mulheres dentro dos movimentos listados nesse parágrafo e faz um relato histórico do protagonismo das mulheres camponesas nas lutas contra-hegemônicas.

onde as mulheres lutam para participar dos debates políticos e para ocupar instâncias decisórias dentro dos coletivos. Com exceção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e da Marcha das Margaridas (MM), fundadas e organizadas, de maneira autônoma pelas mulheres, as demais organizações citadas compuseram grupos de trabalho e de intervenção, criaram setores específicos para atuação das mulheres dentro dos movimentos (Siliprandi, 2015).

Desde 2000, a Via Campesina¹⁰⁶ adotou paridade entre homens e mulheres nas instâncias de coordenação. Desde então, cada região teria dois coordenadores, um homem e uma mulher. Essa decisão foi tomada a partir da mobilização de base feminista. A igualdade e a paridade de gênero passaram a ser questões prioritárias do movimento, que se ampliou, ao longo dos anos, incluindo a diversidade de gênero e as lutas contra a LGBTQIAP+fobia.

Nesse mesmo ano, em 2000, o MST¹⁰⁷ criou o Setor de Gênero, resultado dos avanços na participação política e organizativa das mulheres. O aprofundamento do debate em assembleias levou a militância feminista a exigir outras relações de gênero, mais paritária. Em 2018, o movimento instaurou o Coletivo LGBT como um espaço para debates e para auto-organização política da comunidade LGBTQIAP+ dentro do MST. O movimento passou a compreender como imprescindível que as lutas por reforma agrária popular, pela agroecologia, por soberania alimentar sejam anticapitalistas, antipatriarcais, antirracistas, e antiLGBTQIAP+fóbicas.

Um dos eixos de intervenção da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia¹⁰⁸ refere-se, exclusivamente, a interface entre mulheres e agroecologia. Nesse espaço, dentro do movimento, as mulheres organizam suas lutas e a militância política em defesa dos territórios agroecológicos, pela preservação das sementes, por soberania alimentar e pelo direito a autonomia, livre de violências e opressões. A interseção entre mulheres e agroecologia é um dos temas prioritários da Articulação Nacional de

¹⁰⁶ A Via Campesina é um movimento internacional, fundado em 1993, que defende a agricultura camponesa e a soberania alimentar. Está presente em 81 países, abarca 182 organizações e mais de 200 milhões de camponeses. A defesa da soberania alimentar se expande para mobilizações que lutam por reforma agrária, cultivo agroecológico, defesa da terra, da água, das sementes e dos bosques (¿Quiénes somos?, [2023]).

¹⁰⁷ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento camponês brasileiro, fundado em 1984, cuja prioridade é a luta por terras e por reforma agrária. É organização política que compõe a Via Campesina desde sua fundação, em 1993 (Apresentação, [2023]).

¹⁰⁸ A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1983, com importantes contribuições na luta contra os transgênicos, em prol da alimentação saudável e na implantação de políticas públicas para disseminação da agroecologia (Quem [...], [2023b]).

Agroecologia (ANA)¹⁰⁹, e as mulheres possuem um grupo de trabalho específico para articulação política em torno de diversas pautas, consideradas relevantes, como biodiversidade, assistência técnica e extensão rural, agricultura urbana, entre outras.

Desde 2011, a Articulação Nacional de Agroecologia busca ampliar os vínculos entre a agroecologia, feminismo, saúde, soberania e segurança alimentar, economia solidária, etc. A ANA promove encontros nacionais e, em sua última edição, realizada no ano de 2018, o Grupo de Trabalho Mulheres (GT Mulheres) publicou um boletim intitulado “Sem Feminismo Não Há Agroecologia”. Nesse documento, o GT Mulheres, da ANA, enfatiza que não há possibilidade de fazer as transformações socioecológicas sem a interseção entre feminismo e agroecologia. E destaca que, sem a luta das mulheres contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo e a LGBTQIAP+fobia, as diversas violências e ameaças à vida seguirão impedindo as possibilidades de soberanias e de autonomia nos distintos territórios agroecológicos.

A força e a proeminência dos vínculos entre feminismos e agroecologia parece estar localizado, majoritariamente, no âmbito político-pragmático latino-americano, com destaque para o Brasil. Ao investigar a produção científica, em bases internacionais, a fim de localizar publicações na interface entre feminismo e agroecologia¹¹⁰, Machado *et al.* (2021) encontraram, somente, 12 artigos. Destes, 7 referem-se a pesquisas realizadas na América Latina, sendo 5 brasileiras. Além do ínfimo número de artigos, as autoras da revisão sistemática afirmaram que os mesmos não estavam correlacionados e não dialogavam entre si. Para elas, essa fragmentação reduziria a relevância, poderia impedir o avanço no campo de estudos e o interesse em divulgar a temática.

Rosendo e Kuhnen (2021) escreveram sobre aspectos históricos dos ecofeminismos, no Brasil. A constatação inicial foi a escassa presença de publicações acadêmicas sobre a temática ecofeminista e poucas revistas científicas que priorizam esse campo de estudos no país. Nos últimos anos, porém, as pesquisadoras notaram um incremento nas pesquisas sobre as lutas das mulheres camponesas, no Brasil e na América Latina. Estudos sobre o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e

¹⁰⁹ A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi constituída em 2002 e reúne diversas organizações engajadas na disseminação dos saberes e das práticas agroecológicas. A ANA se organiza compondo coletivos e grupos de trabalho (GTs) para cada temática que considera relevante (O que [...], [2021]).

¹¹⁰ As bases de dados investigadas foram *Web of Science* e *Scopus*. Foi consultada a Coleção Principal no período de 1945 a 2020.

sobre a Marcha das Margaridas (MM), por exemplo, constam nas produções teóricas e são compreendidas como mobilizações que contêm princípios ecofeministas, mesmo que as mulheres camponesas engajadas nessas lutas em defesa da vida e da agroecologia, não se reconheçam como ecofeministas.

O campo de estudos ecofeministas se diversificou e incluiu perspectivas éticas, do cuidado, das relações “[..] interespecies [e entre] feminismos, animalismos, veganismos” (Rosendo; Kuhnen, 2021, p. 27). As acusações de que o movimento ecofeminista seria essencialista, pouco científico, adepto a generalizações das categorias natureza e mulher, levou a novas elaborações, em busca de um distanciamento teórico. Entretanto, Maizza e Vieira (2018) não nos deixam esquecer que os novos estudos e perspectivas, como os pós-humanistas, animalistas, ecologia queer, gênero e justiça socioecológica, etc., tiveram o movimento ecofeminista como abordagem referencial.

O ecofeminismos, como os de Plumwood e Shiva, do Movimento de Mulheres Camponesas, da Marcha das Margaridas, e os que expandem dentro da Via Campesina, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) ajudam a pensar e instaurar transgressões aos diversos modos de dominação, de opressão e de violências. Anunciam modos de cuidar e de lutar contra as hegemonias deletérias e em defesa da multiplicidade de seres que compõe a vida. Em oposição aos princípios colonialistas, capitalistas, patriarcais e racistas, apoiados em exclusões e extermínio, tecem costuras, teias de conexões parciais e ecologias com os estudos interespecies e de interdependência em favor da vida, levados a cabo por Stengers, Tsing, Haraway e La Cadena.

Os movimentos interseccionais feministas e agroecológicos são atravessados por questões éticas, de cuidado com a multiplicidade de seres vivos, incluindo animais e vegetais. Por vezes, a falta de diálogo e correlação entre as temáticas e a frágil aderência com o campo empírico, fragmentam e fragilizam as composições de contra-hegemonias. As mulheres camponesas, dentro dos movimentos citados, possuem um acúmulo histórico de princípios políticos e organizativos que se contrapõe aos modos dominantes no campo alimentar. E nós podemos aprender, reaprender e fazer mundos com elas. E a partir das intervenções e instaurações político-pragmáticas revisar posições teóricas excludentes, por vezes mais preocupadas com a legitimidade acadêmica do que com obra a ser feita.

No Brasil, o fazer agroecológico junto com os processos de organização política das mulheres, dentro dos movimentos, possibilitou novos engendramentos político-pragmáticos em que as questões de gênero, de classe e de raça passaram a compor com as lutas por terra, por soberanias e por justiça socioecológica. Essas composições são pragmatizadas, no campo, sob a nominação de “feminismo camponês e popular” (Santos; Betto, 2021; Seibert; Guedes; Mafort, 2021). Em sua processualidade, o feminismo camponês e popular, reivindica o lugar de protagonismo das mulheres, na agricultura camponesa, notadamente invisibilizado ao longo da história.

Essa reivindicação, embora ocupe espaços importantes nos movimentos que defendem a agroecologia, depende de composições ampliadas que incluam o combate dos homens ao patriarcado junto com as mulheres e com os coletivos LGBTQIAP+. Mas não só. Para Santos e Betto (2021) seria necessário um “campesinato ressignificado” que incluiria, para além das questões de classe, gênero e raça, os vínculos com princípios femininos, restaurados na vida camponesa cotidiana do fazer agroecológico. A ressignificação camponesa exige lutar contra o conservadorismo ao mesmo tempo em que destaca o protagonismo das mulheres em defesa da vida, na restauração dos cultivos de comida biodiversa para subsistência, na preservação das sementes e no conhecimento etnobotânico e medicinal (Santos; Betto, 2021; Seibert; Guedes; Mafort, 2021).

Embora a ampliação das pautas e da força dos movimentos que interseccionam feminismos e agroecologia seja perceptível e esteja documentado, a fratura entre rural e urbano se expressa nos textos, ao destacarem as lutas do feminismo camponês, sem incluir as mulheres dos espaços urbanos, reforçando a exclusão e a cisão entre rural e urbano, campo e cidade. A agricultura urbana de base agroecológica é descrita como movimento separado, com supostas características distintas de intervenção. O foco político-pragmático, dos movimentos e das organizações citadas nos parágrafos anteriores é o rural, notadamente compreendido como um espaço separado, em que acontece o enfrentamento ao agronegócio e aos modos dominantes de produção industrial de alimentos.

As intervenções que reúnem e dão visibilidade às mulheres, nos espaços agroecológicos, compreendendo que elas são imprescindíveis nas lutas anticapitalistas, antipatriarcais, antirracistas e antiLGBTQIAP+fóbicas acontecem, majoritariamente, no campo. Ao apartar e fragmentar essas batalhas, deixando-as,

principalmente, no rural, mantém-se o imperativo de que as cidades não são locais para cultivo agroecológico de comida. Além disso, os espaços para reunir mulheres em ocupações urbanas a fim de instaurar territórios agroecológicos, com soberanias e luta por autonomia ficam enfraquecidos como possibilidades.

Com exceção da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), as demais organizações fazem avançar o feminismo camponês e popular, posicionando a luta no campo, com fraca visibilidade nos espaços urbanos das cidades. Seria relevante pensar que as intervenções, com o protagonismo das mulheres, para instauração de territórios agroecológicos precisariam acontecer em todos lugares e espaços de Terra, como recusa a essa fragmentação.

Apesar de parecer uma mobilização equivocada e assimétrica na urbanidade, a instauração de paisagens agroecológicas precisaria ser pensada para qualquer território. Na cidade, a interseção entre feminismos e agroecologia é dissenso, incomunalidade. Ao mesmo tempo, é interstício de possibilidades, comuns a serem instaurados. Isso nos devolve aos experimentos de pensamento sobre modos de habitar paisagens multiespécies, elaborados em seções anteriores, como intervenções que recusam a maneira dicotômica - urbano/rural, cidade/campo - como os territórios são ocupados.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), no boletim publicado pelo GT Mulheres, em 2018 (Sem feminismo [...], 2018), reivindicou o direito à cidade para a agricultura agroecológica feita por mulheres. O texto expressou e clamou por vínculos agroecológicos, na urbanidade, como possibilidade para as mulheres batalharem pela vida, ao mesmo tempo em que enfrentam violências, fome, destruição das paisagens e especulação imobiliária.

Embora a ANA afirme que as práticas agroecológicas e feministas possibilitem ampla resistência contra as diversas violências sofridas pelas mulheres, na prática, essas pragmáticas são precárias e invisibilizadas na socialidade urbana. **O acúmulo histórico e organizativo da pragmática agroecológica feminista camponesa precisaria compor as intervenções na agricultura urbana e abandonar a representação e o uso dos termos urbano e rural, cidade e campo. As maneiras de organizar que interseccionam feminismos e agroecologia, ao mesmo tempo em que recusam as cisões dicotômicas territoriais, são potência crítico-político-pragmática para fabular e instaurar outros futuros possíveis.**

As tentativas de estabilização de coletivos agroecológicos demandariam modos de organizar comunitários vinculados a ocupação de territórios para: cultivo de plantas medicinais e alimentos saudáveis; resgate e conservação de sementes crioulas e tradicionais; soberania alimentar; preservação e restauração da culinária ancestral e tradicional; alianças cuidadosas e afetuosas com a multiplicidade de seres para coabitar paisagens.

O cerne da soberania alimentar são as sementes. E as mulheres camponesas e indígenas exercem protagonismo histórico como suas guardiãs. As intervenções nos territórios agroecológicos sem a instauração dos princípios políticos e organizativos listados no parágrafo anterior e destes em associação ao feminismo anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e antiLGBTQIAP+fóbico enfraquece as mobilizações e as possibilidades de resistirem ao longo do tempo. Se há histórias vivas, de outros modos de intervir, que se compõe nas bordas, nas margens denominadas rurais, elas podem existir e ser instauradas na urbanidade através de intervenções que recusam os modos dominantes como as cidades foram e são ocupadas.

8.2.1.4 Dos Feminismos e Ecologias: Ana Maria Primavesi e seu legado precursor para a agroecologia no Brasil

Entre composições com saberes de muitos, há histórias vivas que nos tocam, fazem vínculo e escolhemos contar. A sabedoria de Ana Maria Primavesi, que aprendemos a acessar com Marli, é expressão de presença, de vínculos vivos e feitura de mundos. Ana dedicou sua vida às tentativas de compreender e de conhecer o que os solos e as plantas necessitavam para viver saudáveis. Porque ela sabia que disso dependia a saúde humana. Ana acolheu e cuidou do solo, das plantas e das pessoas, ao longo de toda a sua existência. A ecologia profunda dos estudos de Primavesi e sua luta pela preservação da vida, na Terra, ressoam, como baluarte, para esse estudo. Dizer acerca dela é um modo de reverberar seu legado e suas histórias.

Os movimentos agroecológicos, camponeses e cidadãos, aprenderam e aprendem com Ana Maria Primavesi, apontada como precursora da agroecologia no Brasil. A vasta obra da agrônoma – livros, documentos pessoais, slides e herbário - fazem parte de um acervo, doado à Biblioteca de Obras Raras Fausto Castilho (BORA), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (Ana [...], c2019-2020).

Além disso, detalhes sobre a vida e a obra da doutora Ana podem ser acessados, em site específico (Página [...], [2023?]).

Primavesi é a pragmática instaurada da vida multiespecífica na e com a paisagem. Ela compreendeu as incomunalidades e a dança generativa, o viver juntos na diferença, entre tentativas de estabilizar comuns, nos coengendramentos colaborativos e sempre heterogêneos, entre solos, plantas e humanos. Fez isso com profunda dedicação às temporalidades e percepção do que solo-planta-humano precisavam para manter as condições de habitabilidade. Ana escutava as múltiplas vozes, dissonantes, incomuns, e forjava alianças comuns.

Toda a vida que existe no planeta começa no solo. A terra é repleta de vida graças aos processos de degradação e regeneração. Sem esses ciclos, de formação e degradação que ocorrem no solo, em que cada ser vivo ainda que microscópico é parte importante, o mundo estaria coberto de lixo, de dejetos, de plantas e de animais mortos. Os bilhões de animaizinhos que vivem em cada metro quadrado de terra, sobrevivem graças a matéria orgânica que lhes serve de alimento. É a atividade dos microrganismos do solo que torna os sais minerais disponíveis para as plantas (Primavesi, 2021; 2022).

A planta precisa mais de 45 minerais diferentes para formar as substâncias que é apta para produzir. Na agricultura convencional, em geral, são repostos somente nitrogênio, fósforo e potássio (NPK – siglas dos elementos químicos) e todos os demais se esgotam, em média, entre sete a dez anos. As plantas cultivadas nesses solos pobres em minerais, enfraquecem biologicamente, adoecem. Os insetos e micróbios passam a atacar esses vegetais quando eles já estão fracos e doentes. A interdependência entre a falta de micronutrientes minerais, a morte ou ausência da micro, meso e macrofauna no solo, o ataque de pragas às plantas e o crescimento de determinadas espécies invasoras foi extensamente estudado pela agrônoma (Primavesi, 2001; 2021; 2022).

Ana reconhecia a presença de microvida no solo, pela cor, pelo cheiro, pela presença de minhocas. A terra preta, escura comunicaria solo humoso, com matéria orgânica. Um solo saudável, com sua microvida preservada, teria cheiro fresco e agradável. O odor de mofo seria sinal de pouca vida pela falta de oxigênio e aeração. O cheiro de pântano diria da decomposição incompleta da matéria orgânica, no solo, que ocorre em condições anaeróbicas. O odor fétido referiria processos de putrefação da matéria orgânica em condições semiaeróbica e excessiva umidade. A presença de

minhocas indicaria que está protegido do sol e possui matéria orgânica suficiente. Na terra anaeróbica e compactada as minhocas morreriam com o passar do tempo (Primavesi, 2016b).

Os livros de Primavesi tornaram-se companheiros para as intervenções, nos espaços de cultivo desse estudo. Ela conhecia os solos sadios, com matéria orgânica e minerais, micro e macronutrientes. Notava as faltas, as deficiências e as consequências para as plantas. Os vegetais eram atacados por pragas ou sufocadas por plantas invasoras, porque se desenvolviam em solos carentes de matéria orgânica ou determinado mineral. As composições entre o crescimento de plantas invasoras e as deficiências minerais e orgânicas do solo são saberes sobre manejo agroecológico que transformaram nossas intervenções nas hortas.

Na obra intitulada – Pergunte o porquê ao solo e às raízes (Primavesi, 2021) – constam informações detalhadas sobre coengendramentos entre o crescimento de plantas invasoras e quais cultivos podem controlar essa invasão. Nesse mesmo livro, Ana detalhou os minerais nutritivos, os indicadores de deficiência de cada mineral, de quais fatores dependem a absorção e deficiência de nutrientes, cita plantas que crescem em solos deficientes, como podem ser controladas, quais vegetais são alelopáticos (inimigos) e quais são sinérgicos (amigos). Na seção sobre a restauração dos vínculos de interdependência e de vida multiespecífica constam relatos de intervenções, feitas nas hortas, com a ajuda dos conhecimentos agroecológicos de Primavesi.

Em meio aos sectários do agronegócio, por diversas vezes, Primavesi sofreu ataques verbais e teve seu trabalho depreciado. Contra as investidas violentas e machistas, ela respondia espalhando afeto e sabedoria. Como nos conta Tardin (2020), Ana foi educadora voluntária na primeira Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), em 2006. O desejo dela era ver a agroecologia instaurada em cada território e solo cultivado. A dedicação e o amor de Ana Primavesi pela agroecologia incluem a feitura de um filme sobre a vida no solo e publicações para ensinar agroecologia às crianças.

A agrônoma e professora ensinou, contou e viveu inúmeras histórias que instauraram modos de organizar e de viver como assembleias polifônicas (Tsing, 2022). Ela prestou atenção, acolheu os seres em seus processos regenerativos. Cuidou do solo, das plantas, dos camponeses, dos indígenas e de todos os existentes que com ela habitavam as paisagens. Evocou a diversidade, disse dos

microrganismos, dos fungos, do solo vivo, das plantas e humanos sadios, das nossas chances de escapar das doenças, da sabedoria que instaura vida e não morte.

As contribuições teórico-pragmáticas de Primavesi compõe com nossas experiências. Ela luta conosco, junta outrora e agora, para habitar a Terra e a terra, com outros seres, em favor da Vida. Ana pragmatizou as “artes de notar” (Tsing, 2022), de perceber múltiplas temporalidades, olhar ao redor e cuidar.

[...]

As teias de conexões parciais interdependentes expandem com novas costuras entre modos de ser e de viver. Enquanto escrevia com Primavesi, lembrava o modo de vida camponês de minha avó materna¹¹¹. Embora contemporâneas, vovó Rosa mal sabia ler e não teve acesso aos livros e a sabedoria da professora Ana. Há, porém, sabedorias pragmáticas e ancestrais, que foram e são transmitidas entre gerações, através da palavra, que os donos do poder, tentaram e tentarão, sem êxito, extirpar.

Na infância, em meados dos anos de 1980, o convívio com vovó Rosa era cotidiano. Na lembrança, as imagens do interior da casa de meus avós. O espaço continha móveis e objetos rústicos e simples. As cadeiras, da cozinha, eram de palha, havia fogão, a lenha e a gás, pia, geladeira, freezer, mesa e armário para mantimentos. Antes da cozinha, logo em frente à porta de acesso, na parte dos fundos da casa, havia uma pia com um espelho e, sob a pia um ou dois baldes onde eram colocados todos os restos de comida, destinados aos porcos. A única lixeira da casa ficava no banheiro.

Meus avós maternos tinham um galpão de madeira, nos fundos da casa. Nele guardavam diversas ferramentas, entre materiais utilizados nas atividades agrícolas, de marcenaria e pintura. Nesse galpão, eles guardavam um vasto estoque de sementes, dentro de vidros e sobre sacos, em processo de secagem ou aguardando o melhor período de semeadura. No chão, sobre os sacos, sempre haviam batatas e cebolas que buscávamos para as preparações culinárias.

As reminiscências contêm cenas dos momentos em que acompanhava vovó Rosa nas atividades domésticas, no cuidado com os animais e com as plantas. A rotina de trabalho iniciava muito cedo, com a limpeza do estábulo, a ordenha da vaca e o fornecimento de alimento para todos os animais – vaca, dois porcos e algumas galinhas. Em seguida, em dias de sol, Rosa seguia por uma pequena trilha que

¹¹¹ Quando vejo as imagens da professora Ana, lembro de vovó Rosa.

passava na lateral do chiqueiro e levava para a horta, onde ela cultivava, sem insumos químicos e agrotóxicos, hortaliças, legumes, verduras, raízes e chás medicinais. Os nutrientes do solo eram repostos com cinzas do forno de barro, esterco curtido, galhos e folhas das árvores. Em meio às capinas, comida saudável para colher. Além da horta nos fundos da casa, vovó cultivava aipim, milho, batata e feijão em outros dois terrenos¹¹².

Eu, particularmente, adorava a colheita, principalmente de frutas maduras. As degustava instantaneamente. A horta se misturava com o pomar e com outras árvores, formando uma paisagem biodiversa. Na primeira metade da década de 80, período de minha infância, eram poucos os alimentos, comprados no mercado, que compunham a dieta dos meus avós. Isso era possível, pois existia uma rede de troca, constituída entre as famílias de agricultores, para suprir a eventual falta de algum alimento essencial. Quando a troca não era possível, o alimento era comercializado entre o coletivo. Como alternativa última recorria-se ao mercado.

As aquisições no varejo limitavam-se a: café, farinha de trigo, açúcar, papel higiênico, sabonete, pasta de dente, sal, fermento, fósforo e gás de cozinha. Para os finais de semana, carne de gado, cerveja e refrigerante em garrafas retornáveis, de vidro. Ao contrário do que se poderia imaginar a mesa era sempre farta. Para o café da tarde: pão, cuca e biscoito, assados em forno de barro, *schmier* de frutas variadas, manteiga, linguiça, queijo, chás direto da horta, café e leite. Todos os dias, depois do almoço, vovó Rosa preparava o mais delicioso mate que já tomei. Dentro da chaleira ela colocava folhas de laranjeira, de erva cidreira, de hortelã, de poejo, de alecrim, flores de marcela e outros chás que não recordo o nome. Essa mistura ela vertia na cuia, sobre a erva-mate. Sentávamos na cozinha ou no jardim e degustávamos a solução.

Quando eu adoecia (tive inúmeros episódios de amigdalite na infância), era comum acordar depois de uma febre alta e encontrar minha avó, em silêncio, ao pé da cama, esperando que eu abrisse os olhos. Logo me trazia um chá e perguntava se eu desejava comer alguma coisa. Ela encontrava tempo, entre uma atividade e outra para me visitar. Morávamos bem perto e ela vinha me ver, no período de enfermidade,

¹¹² Um dos terrenos pertencia à família e ficava ao lado da casa em que eu residia com meus pais e irmão mais velho. O outro terreno era de propriedade de uma amiga, que cedia o espaço ocioso para plantios. Era uma ótima maneira de manter o terreno produtivo, livre de capim e de plantas invasoras.

três ou quatro vezes ao dia. Sinto saudade. Em que lugar do cotidiano ficou o sabor do alimento fresco preparado com cuidado e servido com amor? E o afeto silencioso da presença? Minha avó materna foi tão sábia.

Nas rodas de chimarrão, em alguns momentos, vovó Rosa me interpelava sobre os motivos pelos quais eu seguia estudando. Para ela, que lia e escrevia com muita dificuldade, tantos anos de estudo eram incompreensíveis. Afinal, para ela, a vida era experiência sensível, pragmática, do cotidiano. Tudo que aprendera fora na ação. Talvez esse tempo em que fiquei estudando foi para que eu pudesse lhe fazer essa homenagem, embora póstuma, e inserir, aqui, um pouco de sua história e existência.

A sabedoria contida nos afetos e nos vínculos com as paisagens vivas ressoam e se propagam. Remetem as memórias afetivas da comida, aos cheiros e gostos, às experiências sensíveis de colher, preparar e comer. Os corpos, os olhares, os sorrisos, o cansaço alegre, a resposta das plantas aos modos de habitar compõem histórias vivas. Os vínculos e a disposição para cuidar, contidas nas político-pragmáticas das experiências sensíveis, compõem sabedorias para acolher o solo, as sementes e as plantas e perceber quando eles pedem ajuda e do que precisam para viver.

8.2.2 O tempo do cuidado agroecológico: a coexistência de temporalidades distintas entre a multiplicidade de seres

Ecoar as vozes, a sabedoria e a pragmática contidas nas lutas e nas intervenções para a instauração de espaços de cultivo agroecológicos costuram as tentativas de conhecer, compreender e compor alianças nesse estudo. Refere-se a dizeres que eu poderia nominar como ecologias de práticas, assembleias polifônicas ou expressões de complexos nós que reúnem e dão voz às mulheres e à muitos outros seres, em presença e nas reminiscências, compondo gestos, modos de habitar, afeto, cuidado e história viva.

As hortas agroecológicas, como as que instauramos ao longo desse estudo, são intervenções que potencializam a recomposição de vínculos, no sentido da compor a paisagem multiespecífica, junto com a multiplicidade de seres que precisam ser cuidados, notados em suas heterogeneidades e necessidades para viver. Nesses espaços incomuns, de expressão das diferenças, há histórias de ressignificação dos

vínculos com a comida, com a restauração da vida biodiversa e com a melhoria das condições de saúde socioecológica, da defesa imunológica diante da iminência de outras crises sanitárias. Toda maneira de compor vínculos de interdependência, embora fragilmente estabilizados, são modos de proteger a habitabilidade e a vida no planeta. São tentativas de conhecer e instaurar modos de organizar, que em seu cerne, defendem a vida.

O que se reaprende a notar, é a interdependência vital entre átomos, células, minerais, microbiota do solo, sementes, plantas, animais, humanos. São alianças inseparáveis para a continuidade da habitabilidade e do existir. Essas interdependências foram preservadas, sobretudo, pelas sabedorias e pragmáticas das mulheres, e se expressam nos modos de vida camponês que sobreviveram nas bordas. A agrofloresta habitada por Marli, as hortas de manejo agroecológico, instauradas pelo protagonismo de mulheres, assim como as histórias sobre fungos, contadas por Tsing (2015), são lugares multiespecíficos, que florescem nas bordas borradas, “indisciplinadas”, nas “margens indomáveis” do capitalismo e do patriarcado.

A arte de cultivar comida e plantas medicinais de modo agroecológico nos colocou de volta aos engendramentos com todos os seres e tecnologias dos processos regenerativos, implicados com a dança generativa e com os ciclos vivos. Sentir, notar que terra e sementes sempre estiveram, antes de nós, criando e recriando, fazendo vida, potencializa as obras a fazer. As hortas agroecológicas nos levaram de volta à terra, às sementes, às plantas e a multiplicidade de seres, vivos e não vivos que habitam as paisagens. Os modos como ocuparemos os territórios em favor da vida, precisam restaurar e criar tecnologias para estabilizar os processos vitais entre terra, sementes, energia, luz, minerais, micro e macrofauna, plantas e a vida humana.

Os avanços político-pragmáticos nas intersecções entre feminismos e agroecologia, engendram as implicações com a regeneração da vida, com a terra, com as sementes crioulas, com as plantas e com a multiplicidade de seres. Na ocupação dos territórios, compreendidos como paisagens e não como espaços urbanos, periurbanos ou rurais, a preservação das sementes é imprescindível para a produção e reprodução da vida. A responsabilidade e a obrigação com os cuidados e a guarda das sementes crioulas, que paira sob os ombros de camponeses e dos povos

tradicionais¹¹³, precisaria expandir como pragmática comum, dados os riscos de perdermos todas as condições de habitabilidade planetária.

As operações de que a semente é capaz só se deixam explicar se a pressupomos equipada de uma forma de saber, um conhecimento, um programa para a ação, um *pattern* que não existe à maneira da consciência, mas que lhe permite realizar tudo o que faz sem erros. Se no homem ou no animal o conhecimento é um fato acidental e efêmero, na semente (e se poderia dizer no código genético) o saber coincide com a essência, a vida, a potência e a própria ação. Os genes são os cérebros da matéria, seu espírito. Se um grão pode ser considerado como um cérebro é porque este é uma forma de semente (Coccia, 2018, p. 103, grifo do autor).

A continuidade e a multiespecificidade da vida dependem do solo vivo e da não mercantilização das sementes. Se estamos a levar a sério o inventário latouriano, terra e sementes crioulas são seres basais para manter as condições de produção e de reprodução da vida. As intervenções para instauração de espaços de cultivo agroecológicos, em qualquer território, contrárias a mercantilização da vida, estão implicadas com o uso de sementes crioulas. A preservação das sementes, a melhoria genética a cada ressemeadura, a regeneração e a continuidade dos ciclos vivos possibilitam soberania alimentar e a autonomia dos agricultores.

[...]

A cada refeição ingerimos outros seres que nos transformam e nos mantêm vivos, pelo tempo de nossa existência na Terra. Eles nos compõem, somos a partir deles. Embora fazer refeições seja uma prática diária, poucas vezes pensamos sobre quem são esses seres que nos alimentam e quais são os processos necessários à sua existência. As espécies vegetais são a base alimentar do reino animal. E o código genético das plantas está contido nas sementes, que junto com a terra compõe mútua possibilidade regenerativa. A continuidade da vida dos vegetais, que servem de comida para os animais, como o *Homo sapiens*, está contida nas sementes, selecionadas, por séculos, por indígenas e camponeses.

¹¹³ No Brasil, a Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003 (Brasil, 2003) que foi regulamentada pelo Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020 (Brasil, 2020), dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Os cultivares locais, tradicionais ou crioulos são reconhecidos, para efeitos da Lei nº 10.711, em seu Art. 2º, inciso XVI como: variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais. A mesma lei, em seu Art. 8º, parágrafo 3º determina que os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e os indígenas que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si fiquem isentos da inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas – Renasem.

Desde o início do campo empírico, na agrofloresta com a Marli, a regeneração e a reciclagem aconteciam nas paisagens, ora com e ora sem as nossas intervenções. Quando intervíamos, eram ações de adição de serrapilheira ou húmus, ao solo. No preparo da terra, para receber as sementes ou as mudas de cultivares, utilizávamos galhos, folhas, gramíneas, esterco e adubo orgânico, provenientes da compostagem e da transformação biológica dos resíduos orgânicos do próprio sítio. A maneira como a natureza regenera e compõe ciclos contém tecnologias vivas. O solo não é somente criado por esses ciclos curtos de renovação a partir da decomposição da matéria orgânica que acontecia com e sem as nossas intervenções. O solo existe porque aconteceram processos geológicos de transformação das rochas que levaram milhares de anos.

As práticas agroecológicas permitem notar que a feitura do solo é obra de múltiplos seres, vivos e não vivos, que agem em tempos divergentes, criando mundos. O cuidado e a preparação da terra para o cultivo “[...] exigem uma intensificação do envolvimento em dar tempo às temporalidades específicas do solo” (Puig de La Bellacasa, 2017, p. 172, tradução nossa). O debate sobre as questões temporais do solo, expande e possibilita pensar em “[...] diferentes modos de fazer o tempo” (Puig de La Bellacasa, 2017, p. 177, tradução nossa). A atenção com a diversidade temporal, necessária à criação e regeneração de solos vivos, impõe ritmos que interceptam a dominação temporal da ideia de progresso.

A preparação e o cuidado com os solos, nos afazeres materializados pelos princípios agroecológicos, vividos junto com Marli e depois nos territórios das hortas, expressam modalidades de tempo que pulsam em outros ritmos, esses que Tsing (2022, p. 67) nos convoca a notar como “[...] projetos divergentes, sobrepostos e conjuntos que tecem mundos”. Olhar ao redor e notar a tecitura de mundos, que em nossas pragmáticas se referem a processos de regeneração com múltiplos seres da natureza, exigiria “[...] uma variedade de tipos de atenção para identificar aliados” (Tsing, 2022, p. 365).

A temporalidade dos solos vivos se alia aos debates temporais, feitos a partir das elaborações de Tsing (2022) e de Adversi e Seifert (2022), na seção 7.1.2 do texto. Naquele momento, as elaborações de pensamento estavam orientadas para as possibilidades de limitar a temporalidade instaurada pelos ritmos do crescimento econômico e da eficiência técnica. As distintas feituas de tempo, que escapam da marcha unívoca do progresso, localizada em modos de vida suficiente e convivencial,

ganham acréscimo pragmático com as intersecções entre feminismos e ecologias. As abordagens ecofeministas questionam a linearidade produtivista, tecnocientífica e antropocêntrica do tempo e apelam para a coexistência de temporalidades distintas entre a multiplicidade de seres, que existem e agem à revelia do controle humano, na diversidade temporal (Puig de La Bellacasa, 2015; 2017; 2019).

A vida suficiente e convivencial abre espaço para a feitura de outros tempos, convidam a olhar ao redor, pulsar em outros ritmos, notar e cuidar dos múltiplos modos de vida que compõe as paisagens. Marli habita e vive nesses outros ritmos temporais, atenta e cuidadosa com a multiplicidade de seres porque compreende que o engajamento em teias interdependentes é inescapável para a continuidade da vida. A maneira como ela cuida do solo, das sementes, das plantas é permeada “pela eticidade” e compõem um “ethos vivo” (Puig de La Bellacasa, 2017). A dimensão moral do cuidado é deslocada para o plano material da vida cotidiana, para as ações éticas que compõe os fazeres com e na paisagem agroecológica. Nesse sentido, tece costuras com a filosofia ética interespecífica de Plumwood (2002), que compreende a ética no engajamento com o mundo, como uma obrigação de prestar atenção aos modos comunicacionais e de cuidar dos outros que humanos.

As práticas agroecológicas, com a terra, as sementes, as plantas e as pessoas referem-se a ética do cuidado. Puig de La Bellacasa (2017) cita a prática da compostagem como uma ação ética, de cuidado com a terra, através de técnicas que transformam os resíduos orgânicos em húmus. A composteira da horta da Tchon Ji recebe os resíduos orgânicos que os alunos de artes marciais coletam, semanalmente, em suas casas. O húmus, composto obtido com o processo de compostagem, é devolvido ao solo nutre os cultivos e regenera a vida. Na horta das mulheres, uma estrutura construída com bambus e amarrações, abrigará tonéis de compostagem.

Nesses processos de compostagem, a multiplicidade de microorganismos do solo e as minhocas precisam ser cuidados, o que remove o cuidado de sua perspectiva moral e desloca para as ações éticas. Para Puig de La Bellacasa há obrigações de cuidar dos outros que humanos, não de modo utilitarista ou altruista, como se os seres servissem às necessidades humanas. Nesse sentido, as intervenções para instauração de territórios agroecológicos são modos de habitar que operam em intervalos de possibilidades disruptivas.

A multiplicidade de seres e suas distintas temporalidades que coexistem, por exemplo, nos processos de compostagem e feitura de solos, pragmatizam o entrelaçamento inescapável entre ônticos e política. Os solos são criados pela ação heterogênea e indeterminada de múltiplos seres que negociam a composição de vínculos intrínsecos e coletivos interespecies. Os enredamentos interdependentes entre os seres, que habitam os solos, especulam possibilidades de romper a hegemonia temporal do progresso. “É a futuridade tecnocientífica que o tempo do cuidado pode interceptar porque envolver-se com as temporalidades do solo de uma maneira mais cuidadosa implica uma ruptura dos modos atuais de dominação temporal” (Puig de La Bellacasa, 2017, p. 172, tradução nossa).

O tempo do cuidado agroecológico expressa, como algo inerente, compromissos éticos e obrigações com fazeres coletivos interespecies. A vida é sempre multiespecífica, contingente, assimétrica e em composição. A continuidade dos ciclos vivos instaura a obrigação de cuidar, compor vínculos socioecológicos regenerativos que estão sempre em processo de feitura. São coengendramentos entre heterogêneos e acontecem em meio a dissensos e assimetrias. As distintas temporalidades da multiplicidade de seres que compõe os processos agroecológicos fazem coexistir cuidado e dissenso. Na perspectiva feminista de Puig de La Bellacasa (2015; 2017; 2019) o tempo do cuidado interespecies acata as diferenças dos modos de existir nas ações de cuidar, compreendendo a impossibilidade de habitar e viver sem acolher essas divergências.

Há conexões parciais interdependentes e costuras entre as elaborações sobre o tempo do cuidado interespecies, de Puig de La Bellacasa (2015; 2017; 2019), a ideia de cuidar das espécies como assembleias, de Haraway (2019), os experimentos de pensamento de Tsing (2022) sobre “temporalidades múltiplas” e “assembleias polifônicas” e os experimentos de pensamento acerca do “incomum” de La Cadena (2018). Todas expressam e incluem assimetrias e indeterminação, colaboração e conflitos, negociações políticas entre e com diferentes modos de existência, como inerentes às tentativas de coexistir e de compor paisagens multiespecies interdependentes. Para Tsing (2022, p. 365) “[...] a indeterminação não é o fim da história, mas o nó onde muitos começos aguardam”. A atenção e o cuidado com as composições e colaborações vivas, os coengendramentos entre seres vivos e não vivos, os processos geológicos e as distintas temporalidades ajudam a fazer mundos.

A atenção e o cuidado com os ritmos temporais da multiplicidade de seres, inescapáveis a manutenção da habitabilidade e da vida exigem abertura para modos comunicacionais diferentes. Os processos interventivos e a implicação com a diversidade de modos existenciais impõem ecologias de saberes e práticas que não podem ser simplificados, padronizados, escalados. Na paisagem agroecológica, como a que tentamos pragmatizar nas hortas, os coengendramentos coletivos são efêmeros e a indeterminação obriga a incluir múltiplos modos de ser e de saber para compor as tentativas de conhecer. São histórias sobre sentir, ser afetado e agir junto com as existências divergentes que habitam os processos interventivos.

Os modos como humanos, solo, sementes e plantas se comunicam, de que maneira percebem, sentem e habitam é obra situada no terreno da vida. Esses processos são heterogêneos, complexos, incomuns. As condições materiais são sempre diferentes, a cada intervenção. Apesar das assimetrias intransponíveis entre modos de ser e de saber, de humanos e outros que humanos, persistem os esforços para interpretar e tentar compreender o que os múltiplos seres comunicam. E esses esforços precisam de muitas vozes, de outrora e de agora, que manifestaram e manifestam as alteridades radicais entre seres, em sua pragmática cotidiana.

[...]

Quais as obras que nos concernem, nas intervenções com os quais estamos implicadas? As múltiplas temporalidades do cuidado socioecológico que começamos a notar com as costuras tecidas no texto, reviram as questões relevantes dos modos de organizar e incluem outros princípios, vinculados às possibilidades regenerativas e de sobrevivência no planeta. A implicação com as intervenções para a transformação da realidade alimentar impôs relevâncias ao longo da pesquisa. A arte de notar e sentir quais são as questões relevantes, no terreno da vida, exige instaurar processos de desintoxicação da maneira de viver do capital. A desintoxicação inclui desaprender que os modos como a cidade impõe suas funcionalidades e suas mercadorias sobre os nossos cotidianos seriam a única maneira de habitar e viver.

Em meio a desintoxicação, fazer e refazer os vínculos com as possibilidades regenerativas e de sobrevivência depende de diversos tempos de cuidado. As conexões e as costuras entre temporalidades do cuidado, vão compondo histórias vivas e vínculos entre outros modos de organizar e viver. O cuidado com o solo e com as sementes não são pragmáticas novas. Os povos originários sabem com o solo, as sementes, as plantas e a floresta, coabitam as paisagens interespecíficas. Eles

viveram e vivem com a multiplicidade de seres, vivos e não vivos e convidam a reaprender suas pragmáticas.

Há uma série de situações que vão chamando a atenção até que os vínculos aconteçam. A sabedoria que passamos a notar, de que ser dono das sementes é ser dono da vida, sempre compôs os modos de habitar e cultivar dos povos originários. Esses saberes e práticas ancestrais fizeram parte da vida de Ana Primavesi e de vovó Rosa, compõe a história vívida de Vandana Shiva e de Marli. É projeto político-pragmático da Teia dos Povos e de agroecologistas espalhados pelo mundo. Eles sabem e, ao saberem, restauram as práticas de cuidado com as sementes como questões de engendramento vital. E nós poderemos reaprender com todos eles.

Na agrofloresta e depois na horta da Tchon Ji, Marli falava das sementes, da diversidade que estava se perdendo, das cebolas e feijões que ela guardava desde o tempo da avó. Ela é guardiã de diversas sementes: milhos de várias cores, feijões diversos, abóboras, ervilhas, vagens, tomates, cebolas, pimentões, girassóis e tantas outras que plantei com ela. A autonomia de mudas e de sementes, no sítio de Marli, como já comentei em seção anterior, é um futuro possível e sua instauração está em processo. A Rede Ecovida de Agroecologia¹¹⁴, da qual Marli é partícipe, luta contra a apropriação das sementes, disseminando processos organizativos para criação de bancos de sementes crioulas dentro dos coletivos.

A necessidade de guardar sementes era assunto recorrente nas hortas. As hortelãs, sobretudo, as partícipes da horta das mulheres, nutriam especial preocupação com a condição de guardar as sementes, preparar e cuidar para a ressemeadura. Conseguíamos sementes com a Marli, com uma guardiã de sementes amiga de uma das hortelãs e obtivemos boa quantidade de sementes agroecológicas com a submissão de projeto ao Programa Sementes do Banrisul. Apesar dos esforços, muitos cultivos, em nossas hortas, não eram com sementes crioulas¹¹⁵. Não

¹¹⁴ A Rede Ecovida de Agroecologia, fundada em 1998, organiza coletivos de agricultores, de maneira descentralizada e horizontal, para multiplicar e desenvolver iniciativas agroecológicas, nos Estados do RS, SC e PR. A rede atua nos processos de certificação participativa dos coletivos de agricultores orgânicos e agroecologistas, com prioridade para as lutas por soberania e segurança alimentar; pela composição de vínculos entre quem produz e consome alimentos saudáveis e agroecológicos; contra os OGMs, a privatização das sementes e da vida (Início, [2023?a]).

¹¹⁵ A Escola Técnica Bom Pastor, nosso viveiro, recebe, em doação, muitas sementes industrializadas. Nesse caso, ao receber as mudas prontas para plantio, não tínhamos acesso às informações acerca dos processos de produção dessas sementes. Quanto as sementes que recebemos do Programa Sementes do Banrisul, sabíamos que eram agroecológicas.

conseguíamos nos organizar para criar um banco de sementes, mesmo percebendo a relevância dos processos de guarda-las para ressemeaduras.

A atenção com os modos de organizar as sementes se intensificou em meio a uma imersão na Arca Verde (Instituto Arca Verde, [2023?]), nos meses de julho e agosto de 2022. As sementes são vitais para nossas possibilidades de fazer mundos. Os territórios agroecológicos dependem dos guardiões, do cuidado e dos coengendramentos que instauram autonomia das sementes. Em meio ao que julgamos prioridade e aquilo que as empresas e os governos acham prioritário, organizar coletivos comunitários para ocupar territórios – públicos ou privados - plantar comida e plantas medicinais com sementes crioulas, obtidas num banco local de sementes, adotar sistemas de captação de água da chuva, poderiam ser respostas crítico-política-pragmática incomuns para as crises socioecológica, alimentar e de saúde.

Cada paisagem é composição, cooperação e criação de assembleias polifônicas. Os coengendramentos acontecem no lugar, nas pragmáticas e experiências sensíveis, nas artes de notar os tempos do cuidado, de sentir e ser afetado com todos os seres, dos quais precisamos para viver. As experiências exigem presença, cuidado expandido a todos os seres com os quais habitamos, em inescapáveis vínculos nas coabitações interdependentes.

[...]

Em nossa pesquisa interventiva, o artesanato das práticas contra-hegemônicas foi protagonizado por mulheres. Elas permanecem nas hortas agroecológicas, modificando as paisagens, junto com outras espécies. A agroecologia e as mulheres se reaproximam de modos múltiplos e heterogêneos porque reúnem interesses divergentes, compõe teias de conexões parciais interdependentes e abrem espaço para dissonâncias e para o debate político com outras vozes. Ao mesmo tempo, restauram a problematização de questões cotidianas relevantes, em contínuo contramovimento às violências que recusam a habitabilidade e a vida.

Uma casa para acolher mulheres vítimas de violências materializa o machismo estrutural legitimado pelo patriarcado e pela visão de que a mulher é um ser humano que permitiu ser domesticado, assim como as plantas. As alianças entre mulheres violentadas e em carestesia com mulheres ativistas potencializa contramovimentos de resistência às violências. Quando essas mulheres restauram seus vínculos com a

terra, as sementes, as plantas e com o cultivo de alimentos, resgatam as possibilidades de tomar a vida nas mãos.

O Unidas pela Vida pretendia ser mais do que um coletivo de mulheres que reunia esforços, mensais, para doações de comida. Queria transformar a vida das mulheres assistidas. Juntos, horta e espaço de acolhimento de mulheres e de crianças, vítimas de violência, poderiam engendrar outros possíveis. A contingência, a história em aberto, é repleta de possibilidades. Embora a instauração da horta fosse um importante processo interventivo, existiam outros.

A informalidade do coletivo, porém, era um limitador para certas ações. A fim de avançar, tornar possível outras intervenções, seria necessário compor uma associação. O movimento, que iniciou em meio à crise sanitária, para levar alimentos *in natura* às famílias em vulnerabilidade, preparou seu estatuto e realizou assembleia de fundação no dia 7 de setembro de 2022. Em janeiro de 2023, a organização nominada Associação Unidas Pela Vida já contava com 40 voluntárias.

A casa da cidadania poderia materializar outras intervenções que o coletivo Unidas pela Vida sonhava em levar a cabo. O coletivo de hortelãs, partícipes da associação e que trabalhava na horta, desejava compartilhar saberes e práticas sobre agroecologia, saúde, alimentação saudável, culinária, etc. E a Casa da Cidadania passou a ser muito mais do que a possibilidade de captação de água da chuva para irrigação dos espaços de cultivo. Na cozinha do local poderiam ser preparadas comidas, chás e infusões, com os vegetais cultivados e colhidos na horta, junto com as mulheres acolhidas na casa e também com aquelas que ajudávamos, mensalmente, enviando comida *in natura*.

Enquanto experimentávamos, em pensamento, os futuros possíveis, mencionados acima, vivíamos, no cotidiano, a realidade e as dificuldades para essas instaurações. O poder público, em maio de 2023, seguia com os processos de reforma da casa e com a obra de construção da cisterna. Os projetos levam meses para saírem do papel. Ao mesmo tempo, a Associação Unidas pela Vida tentava resolver os embargos cartoriais de seu CNPJ e manter as arrecadações e o coletivo reunido.

Apesar e com as adversidades, as tentativas de compor alianças, entre múltiplos modos de ser e saber, estiveram política e pragmaticamente, todo o tempo, implicadas com a transformação socioecológica, em favor da vida. Mas, até o momento em que escrevo, hortelãs e demais mulheres da Associação Unidas pela Vida seguem intervindo em nome das mulheres em carestesia e vítimas de violência.

As intervenções que levamos a cabo tem o compromisso e a obrigação com elas, porém, ainda dizemos por elas e não com elas.

Nas intervenções protagonizadas por mulheres nos espaços de cultivo agroecológico, as maneiras de organizar se conectam com as possibilidades de resistência e luta quando elas se unem com terra e plantas para restaurar modos de vida não mercantis. Estamos de volta a questão de acesso à terra, algo que foi retirado das mulheres e sem a qual soberanias e autonomia não podem ser instauradas.

A terra é um espaço vital para a reprodução da vida. A subsistência é inseparável da possibilidade de cultivar alimentos, algo realizado, nesse estudo, principalmente, por mulheres. O acesso à terra, para as mulheres, é condição para a autonomia, algo que não se reduz a independência em relação aos homens, mas também ao Estado e ao capital. A luta diária, das mulheres, por sobrevivência é uma batalha política e feminista.

Sobre lutas políticas por sobrevivência escolho contar acerca da Comunidade Feminista Menino Chorão¹¹⁶ como história viva da possibilidade de enfrentamento da violência e da fome, no espaço urbano da cidade, através de vínculos entre mulheres e agroecologia. A comunidade, instaurada em 2010, é uma organizada ocupação de território urbano, mobilizada por mulheres, na região do Campo Belo, às margens da Rodovia Santos Dumont, periferia de Campinas/SP. Apesar das intervenções do poder público e privado para sua remoção, dada a proximidade com o Aeroporto Internacional de Viracopos, a ocupação resiste. Em 2020, viviam na comunidade, em torno de 1.500 pessoas, distribuídas em 381 casas (Rizzatti, 2020).

A ocupação do território começou com a migração de mulheres, pobres, pretas e vítimas de múltiplas violências, que foram despejadas de conjuntos habitacionais e não tinham para onde ir. Os relatos da primeira moradora da Menino Chorão, que liderou desde o início a ocupação, são repletos de histórias sobre violências e resistências. Em meio a privação das condições para produzir e reproduzir a vida, foram acolhendo, umas às outras, e compondo modos de (re) existir. Elas construíram

¹¹⁶ O cantor Alexandre Magno Abrão, o Chorão, da banda Charlie Brown Jr., auxiliou a comunidade feminista de modo voluntário e anônimo. Ele fez doações de alimentos, materiais de construção e eletrodomésticos para as mulheres, visitou o território, deu sugestões para demarcação das ruas e dos espaços comunitários. A comunidade não tinha nome quando Chorão faleceu, em 2013. A maneira de homenagear o cantor foi dar o nome da ocupação de “Comunidade Feminista Menino Chorão” (Vogl, 2019).

seus sistemas de água e de eletricidade, fizeram horta e seguem sendo maioria na comunidade (Rizzatti, 2020).

Os dentes eu perdi defendendo uma companheira de um agressor [...] Eu fui a primeira a entrar na comunidade [...] Eu morei lá sozinha um bom tempo. Até as outras virem. A gente tinha sido despejada de uma outra ocupação. E dessa ocupação a gente foi prá uma outra ocupação. A gente ocupou umas casas do conjunto habitacional 'Minha Casa, Minha Vida'. A gente ocupou 49 casas. Eu fui a primeira a ser desapropriada. E fui lá prá esse terreno. E fiquei lá. Avisei as meninas onde eu estava. Quem quisesse ir pra lá, tinha espaço. Aí foi todo mundo indo. Quando todo mundo foi sendo despejado, todo mundo foi indo. E eu fui acolhendo todo mundo [...] Chamei as mulheres, e disse: vamos trabalhar, vamos lutar prá que nós seja independente. Quem já tem marido tudo bem, quem não tem continua independente. E nós não precisa de homem. Você não precisa do seu marido. Vamos prá frente (#1: Comunidade [...], 2021).

À medida que a comunidade cresceu, mulheres casaram e outras mudaram para a ocupação com seus companheiros. A presença masculina instaurou processos de violência que foram combatidos com a força coletiva das mulheres, que engendraram diversos pactos e táticas interventivas, instauradas por longos períodos, embora de maneira “efêmera e incompleta” (Rizzatti, 2020). O acúmulo de saberes e de práticas de resistência à violência capitalista, patriarcal e racista, engendradas na mobilização político-pragmática da Comunidade Feminista Menino Chorão geraram potências coletivas para múltiplos enfrentamentos.

A instauração, embora incompleta, de contra-hegemonias organizadas e que conseguem subsistir ao longo do tempo, fortalece e reúne os coletivos para batalhas diversas. No início da pandemia de Covid-19, em 2020, a fome assolou a comunidade. Embora os cultivos, da horta, ajudassem a combater a insegurança alimentar, o solo seco e a falta de água eram empecilho para colheitas abundantes¹¹⁷. Os pedidos de socorro da líder comunitária foram atendidos e, em abril de 2020, a Menino Chorão começou a receber cestas de alimentos orgânicos. Mais do que assistência, as mulheres receberam auxílio teórico e prático para a instauração de uma agrofloresta.

A Associação Pertim¹¹⁸, em outubro de 2020, iniciou as aulas de agroecologia na Comunidade Feminista Menino Chorão. Com as mãos e os pés na terra, a fértil

¹¹⁷ No início da pandemia, a líder da Menino Chorão, “descobriu” que haviam 80 mulheres desempregadas, chefes de família, que estavam em grave situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar na comunidade.

¹¹⁸ A Pertim é uma associação sem fins lucrativos que planta agroflorestas sociais como modo de gerar renda, alcançar soberania e autonomia alimentar para as comunidades, ao mesmo tempo em que promove regeneração ecológica da paisagem (Início, [2023?b]).

aliança da Pertim com algumas mulheres da comunidade ampliou a horta já existente e compôs uma agrofloresta para diversificar os cultivos, em meio a escassez hídrica. Com as campanhas para captar recursos financeiros e realizar mutirões, roças com milho, aipim, feijão, árvores frutíferas, hortaliças, girassóis, etc. passaram a ser cultivadas. O milho cultivado e colhido na agrofloresta, virou matéria-prima para as mulheres fazerem pamonha¹¹⁹ e comercializá-las, gerando renda para as famílias.

A agrofloresta da Comunidade Feminista Menino Chorão já passou por dois incêndios, supostamente, criminosos. No primeiro deles, ocorrido no dia 4 de julho de 2021, mais de 60 árvores queimaram e o fogo chegou perto das casas. No mesmo mês, a Pertim chamou um mutirão para implementar uma nova agrofloresta, protegendo a área através de um aceiro¹²⁰. Sucessivos mutirões, entre os meses de julho e dezembro de 2021, revitalizaram a horta e a agrofloresta, que passou a ter sistema de irrigação, canteiros adubados com húmus de minhoca e receberam cobertura para os canteiros. Essas melhorias foram possíveis graças a doações financeiras e muitos voluntários.

Em dezembro de 2021 iniciaram as reuniões para organizar um grupo de mulheres que ficariam responsáveis pela gestão coletiva da produção de alimentos da comunidade. A vida florescia em meio a aridez, a escassez e a vulnerabilidade da periferia campineira. A paisagem, repleta de comida e de esperança é a história viva de outros possíveis, apesar das constantes violações sofridas, sobretudo, por mulheres e crianças que vivem na Menino Chorão. Em janeiro de 2022, a ampliação de um espaço que abrigaria uma escolinha, foi demolida, sem prévio aviso, pela Prefeitura de Campinas. O poder público proíbe novas construções no território ocupado e derrubou a edificação. As violências hegemônicas são pragmáticas instauradas e legitimadas pelo Estado, que deveria garantir direitos à população.

O primeiro semestre de 2022 foi repleto de colheitas, comida biodiversa e saudável que alimentou inúmeras famílias, permitiu vendas de alimentos excedentes e feitura de pamonha para comercialização. As agriculturas aprenderam a manejar a

¹¹⁹ O preparo do solo aconteceu em setembro de 2020, os plantios, inclusive de milho iniciaram em novembro de 2020 e a colheita dos primeiros milhos foi em março de 2021. Com o milho colhido na Comunidade Menino Chorão e na Pertim foram feitas pamonhas para vender e gerar renda. Foi o primeiro trabalho na cozinha coletiva recém construída na comunidade, nominada “A Cozinha das Pretas”.

¹²⁰ Aceiros são faixas ao longo das cercas onde a vegetação foi completamente eliminada da superfície do solo. A finalidade é prevenir a passagem do fogo para área de vegetação, evitando-se assim queimadas ou incêndios (Silveira, 2008).

agrofloresta, compreender os processos de plantios em linhas, consorciado, com sucessão e estratificação de espécies, incluindo cultivo de adubos verdes. Em setembro de 2022, apesar da proteção do aceiro, um segundo incêndio destruiu a agrofloresta. Tudo ao redor ficou intacto. Somente a agrofloresta foi queimada o que sugere que o incêndio foi criminoso. Apesar do fogo e da destruição, a comunidade continuou com as intervenções para recompor a agrofloresta e ampliou os plantios, na horta, para ter alimentos de maneira emergencial.

As intervenções da polícia e as pressões do poder público e privado para a remoção da ocupação são constantes. A proximidade com o Aeroporto Internacional de Viracopos mobiliza o poder econômico que pretende explorar o território para fins lucrativos.

O que acontece quando a gente leva beleza e abundância para um lugar que é cria da desigualdade e da escassez? Com a cabeça nas possibilidades, fomos tomados pela realidade. Enfrentamos incêndios, falta de água, gente extenuada, anos de lixo acumulado. O lixo não fica só no chão, fica na cabeça também. É difícil ouvir uns jovens brancos falando que você tem que comer melhor e orgânico quando a vida inteira a alimentação era o que dava. É paradoxal pegar a enxada no sábado de manhã quando você lutou a vida inteira para fugir desse destino. Construímos uma cultura que acredita que quem trabalha no campo é porque não tem outra opção. O êxodo rural não foi só um fenômeno físico consequência da industrialização. Foi um projeto político e social muito bem estruturado. Pessoalmente, acredito na ordem da natureza, as leis já estão dadas, cabe a nós observar, aprender e catalisar. Uma das coisas mais lindas de se ver foi a rede sendo tecida com a contribuição de cada um que pisava lá (Partícipe da Pertim, 2020).

A horta e a agrofloresta, instauradas pelas mulheres, são modos de subsistir e defender a vida com as próprias mãos. A ocupação da periferia de Campinas passou a integrar a articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas, da Teia dos Povos. Os vínculos entre feminismo e agroecologia expressos na história viva da Comunidade Feminista Menino Chorão são referência e inspiração para intervenções e luta por soberanias e autonomia nos territórios.

Alguns espaços de cultivo de comida, nas periferias das cidades, são redutos em que coletivos de mulheres se reúnem para mitigar a fome e a violência doméstica. A reportagem publicada pela equipe jornalística de Outras Palavras¹²¹, retrata como

¹²¹ As experiências contadas acontecem numa favela carioca. A localização exata e os nomes dos envolvidos foram omitidos a fim de evitar a identificação (Passarinho, 2023).

as mulheres se organizam, compondo redes de solidariedade, para distribuição de comida saudável. As hortas, como locais de encontro comunitário, são territórios em que as mulheres compartilham situações de violência doméstica com outras e conseguem resistir e colaborar entre si, apesar do controle das milícias e da ausência do Estado.

Nos contextos urbanos, mesmo nas pequenas cidades, como Nova Petrópolis, as mulheres são as mais atingidas pelas violências e exclusões, com recortes ainda mais opressores para a mulher negra, periférica, lésbica, com filhos e sem acesso a creche, sem redes de apoio, dificuldade com transporte coletivo e mobilidade urbana. As distintas opressões contra as mulheres se agigantam. São visíveis através do aumento dos pedidos de ajuda, ao CRAS, feitos por mulheres, chefes de família, que vivem de maneira cada vez mais precária.

A Comunidade Feminista Menino Chorão é uma potente expressão pragmática, que acumula o que tentamos coengendrar ao longo da composição entre pensar, sentir, perceber, escrever e agir sobre feminismos e ecologias. Não há possibilidades de contar histórias de cuidado interespecies, de mulheres agroecologistas, sem acesso à terra para habitar e instaurar soberanias. A assistência numa casa de passagem, como a Casa da Cidadania, e o compartilhar de saberes acerca de modos de cultivo agroecológicos, soberanias hídrica e energética, preparo de alimentos saudáveis, sem que as mulheres tenham acesso a um território para instauração dessas soberanias e a retomada da vida nas mãos, seguirá colocando as mulheres dentro das violências e da dominação, sobretudo as mulheres negras e pobres.

Há muitas histórias e seres que compõe o complexo nós dessa pesquisa e dizem das colaborações em presença e em ausência. Mas não somente isso. Compõe outras maneiras de habitar e de viver que não se relacionam por objetificação, mas sim por alteridade, cuidado, vínculo e afeto. Outras histórias com outros princípios políticos e organizativos, menos deletérios e implicados com luta em presença de todos os seres, vivos e não vivos.

O ofício de artesanato, com as próprias mãos, a produção e reprodução da vida é uma ação que recusa um efeito uniformizador e disciplinador. Um princípio intrínseco ao progresso capitalístico, cuja liberdade de empreender é sua voz primeira, é a ausência do cuidado. Cucco e Fonte (2015) falam em “utopia real” – o que me faz recordar das reflexões utópicas de Walter Benjamin quando ele recupera as reminiscências de uma sociedade ancestral e matriarcal como ilustração para a

reconexão do homem com a natureza¹²². Um misto de sonho, ideal e concretude, imersos nos projetos sociopolíticos em defesa da democracia alimentar, do alimento como comum e do cuidado para com todas as formas de vida.

Apesar das hortas de manejo agroecológico serem contramovimentos marginais, há diversas indomabilidades instauradas por esses engajamentos (Tsing, 2015). Ainda que de maneira fragmentada, as intervenções nos espaços de cultivo, ao longo desse estudo, permitiram compor ecologias de saberes e práticas que estabilizaram, ainda que de maneira provisória, redutos de vida interespecífica. As hortelãs reivindicaram modos agroecológicos de cultivo de comida, plantaram ervas medicinais, deixaram PANCs crescerem espontaneamente para servirem de alimento e cultivaram outras. As mudanças na maneira de conduzir o manejo da horta do hospital fizeram permanecer e se aproximarem hortelões que colaboram com a luta antipatriarcal. A horta pública, nominada pelo próprio grupo de hortelãs como “horta das mulheres”, expressa uma série de resistências e de contramovimentos ao hegemônico capitalista e patriarcal, instaurado ao redor.

Nem sempre as hortelãs compreendem ou sabem da maneira como teorizamos e expressamos suas pragmáticas. E não há problema nisso. Até por quê é no engajamento com o mundo que as transformações acontecem e delas poderão emergir composições de outros possíveis. O cuidado e o afeto tornaram-se os fios condutores da trama política, dos contramovimentos que reúnem mulheres e agroecologia. A interseção entre feminismo e ecologia cria instantes e interstícios que fazem mundos e impõe limites aos modos de organizar hegemônico.

A horta não é um lugar pacato. Há muita divergência entre humanos e outros que humanos. É a expressão do difícil estar juntos em divergência. Cada humano, planta, inseto, solo, mineral age e altera a paisagem. Os espaços de cultivo são efêmeros, contingentes, lugares tomados por muitos seres que agem e criam vida sem humanos, depois de nós, sem nós. Ao mesmo tempo, compõe os ciclos regenerativos de vida e morte, transformações ininterruptas nos modos de existir para que nutrientes estejam disponíveis e outras existências floresçam e proliferem.

¹²² Michael Löwy (2018) resgata um texto benjaminiano – Das Passagen-Werk – que traz reminiscências de uma sociedade ancestral matriarcal como ilustração para a religação entre o homem e a natureza.

A contingência da vida é melhor suportada pelos excluídos da história, esses que foram domesticados ou exterminados para que sistemas de padronização e simplificação da vida pudessem ser levados a cabo por homens brancos, detentores do poder. Ao restaurar histórias sobre excluídos, colocando-os de volta aos inescapáveis vínculos de interdependência e de vida multiespecífica, escrevemos acerca da possibilidade de instaurar outros mundos possíveis.

Uma hortelã comentou, certo dia, que gostaria que suas cinzas fossem depositadas no espaço de cultivo para que outros seres pudessem se beneficiar dos minerais e da matéria orgânica de seu corpo. Seria a devolução para a terra de toda a possibilidade de sua existência, durante o período em habitou o planeta. Afinal, foi do solo vivo que veio sua condição de sobrevivência.

8.3 A RESTAURAÇÃO DOS VÍNCULOS DE INTERDEPENDÊNCIA E DE VIDA MULTIESPECÍFICA

Dada a indissociabilidade e a impossibilidade de vida sem outros seres, os debates, a seguir, dirão sobre possibilidades de organizar, habitar e viver de maneira interdependente. A vida com Outros não é um experimento de pensamento, ou uma nova abordagem epistemológica e uma virada ontológica. A dança generativa conjunta é multi e interespecífica. Somos, o tempo todo, e em qualquer lugar, emaranhados de seres vivos e não vivos, sobrepostos, contaminados uns pelos outros.

As tentativas de compreender e de conhecer as composições multiespecíficas e as possibilidades de tornar-se com outros, refere-se, nesse estudo, às pragmáticas instauradas pelo tempo do cuidado agroecológico. O cuidado é um vínculo, uma maneira de transformar, aproximar de modo afetivo, fazer as coisas serem diferentes. Para Stengers (2015) o progresso legitimou o “direito de não ter cuidado”. Em nome do progresso e do crescimento solicitam que esqueçamos a arte de ter cuidado.

A luta pela preservação da biodiversidade conta com muitas mulheres na linha de frente, seja no campo, nas cidades, nas florestas. Não é possível fazer agroecologia sem considerar a vida das mulheres. Suas lutas são antipatriarcais, anticoloniais e anticapitalistas, contra a invisibilidade histórica do trabalho doméstico e pelo cuidado intra e interespecies. O protagonismo das mulheres convoca a

compartilhar responsabilidades e reúne, em torno da agroecologia, outras lutas, como contra o racismo, a homofobia e a violência.

Comer é um ato que vai além da boca. O cultivo regenerativo da agroecologia demonstra que é possível coexistir sem destruir. Que para comer não precisamos eliminar, podemos compor com, em colaborações para a sobrevivência. Existem possibilidades quando compreendemos o comer para além do que o paladar sente. Pensar na agricultura regenerativa é expandir nossas próprias fronteiras, restaurando nosso lugar no mundo.

Se somos seres com condição de cultivar nossa própria comida, podemos fazer a escolha de plantar, reassumindo nossa responsabilidade socioecológica e regenerativa. Mais que isso, podemos escolher trazer de volta a vida que nossa própria agricultura já tirou dos solos. Na agroecologia não são feitos apenas canteiros, se faz solo, se cria floresta e água, insetos e outros animais são atraídos. Essa riqueza biodiversa se materializa em forma de comida na mesa e deixa um rastro de Vida na paisagem.

Os territórios de resistência e luta em que se cultiva comida e plantas medicinais, são espaços sensíveis e afetuosos. Há sempre muitas pausas entre os toques e o manuseio das plantas. Diálogos e pragmáticas com outra temporalidade, com os pés, as mãos, o corpo em presença nas experiências vivas, com atenção “[...] ao aqui e agora, ao meio das coisas” (Tsing, 2022, p. 95).

Os vínculos de interdependência entre múltiplos e divergentes modos de existência são condição em si. As classificações cidade e campo, urbano e rural são representações humanas. A realidade se contrapõe a esses limites, descritos na tentativa de conhecer e compreender, de maneira fragmentada o que é indivisível. A espacialidade não é obra só humana e a vida não é uma tecitura limitada. O nosso corpo é morada de múltiplos e heterogêneos seres, ônticos que se aproximam e engendram coexistência. Vivemos e morremos coexistindo com uma infinidade de outros seres.

Os espaços de cultivo de comida são bons lugares para evidenciar essas composições com múltiplos e divergentes seres, a maioria outros que humanos. As tentativas de apartar e individualizar a vida humana de seus vínculos inseparáveis com plantas, animais, fungos, bactérias, água, terra, ar é projeto destruidor, levado a cabo por alguns grupos humanos, que detém poder político e econômico.

Ao mesmo tempo, as questões de engendramento impõem, a todos, as consequências das intervenções humanas deletérias, organizada e instaurada por poucos, que destroem os vínculos de interdependência e provocam reações violentas de outros seres, compondo as ecologias ferais (Tsing, 2019; 2022). Os contramovimentos possíveis, que levamos a cabo, com as intervenções nos espaços de cultivo agroecológico, estão implicados com a restauração desses vínculos de interdependência. Nas alianças entre seres divergentes e incomuns, que apesar dos dissensos e das assimetrias decidem viver juntos, notamos possibilidades de fazer mundos.

Mesmo ciente dos inescapáveis vínculos de interdependência e de que as decisões não deveriam ser tomadas sem a presença da multiplicidade de seres, muitos foram e seguem sendo apartados. Apesar dos compromissos e obrigações em restaurar e dar voz à pluralidade de ônticos é difícil desintoxicar dos processos de fragmentação e de simplificação da realidade. Diversas vezes, sem perceber, eu voltava às questões de engendramento entre humanos e excluía os outros existentes. A luta contra as exclusões, os silenciamentos e as destruições de mundos é uma batalha sem trégua.

Os territórios para a restauração dos vínculos de interdependência se fazem urgentes em cada canto e pedaço de solo, transformando os modos de organizar que fragmentam a espacialidade. Diante dessa questão Houston *et al.* (2018), propõem que, ao idear a urbanidade, seja incluída a multiplicidade de seres. Essa inclusão conteria a responsabilidade de levar todos os seres a sério para tornar-se com eles. E implicaria que humanos fossem retirados do centro das experiências.

A ideação, mesmo incluindo a multiplicidade de seres, é sempre um projeto apriorístico, que pode levar a imposição de modelos, criados por humanos a partir de suas visões de mundo. A vigilância frente aos riscos de possíveis processos de dominação sobre outras existências é permanente (Gregório, 2022). Nessa perspectiva, as questões humanas e econômicas não poderiam ser hierarquicamente superiores as questões ecológicas, geológicas, do solo, da água, e dos múltiplos seres, coengendrados e interdependentes entre si. Muitos desses seres são invisíveis e seus modos de comunicação não são compreensíveis. Ainda assim, é importante deixar que falem por si. As tentativas de compreender e de conhecer com múltiplos seres impõem, aos humanos, responsabilidades, abertura comunicacional, cuidado e

ética (Pitt, 2017; Bastian *et al.*, 2017; Houston *et al.*, 2018; Plumwood, 2002; Puig de La Bellacasa, 2017).

A ideia de que as cidades são espaços limitados e excepcionais precisaria ser superada para que as “assembleias polifônicas” floresçam (Tsing, 2022). A proposição de Houston *et al.* (2018), baseada em Haraway (2019) é a de que os planejadores “façam parentes, não cidades!”. As hortas, os jardins e os quintais são paisagens interespecíficas que permitem contar histórias, sobre modos de organizar, junto com múltiplos seres a coabitarem e compor o que Vidal (2022) nominou como “urbanização multiespécie”. Embora a proposição de Vidal siga se referindo a urbanidade, a expressão chama a atenção para os vínculos de companheirismo entre a multiplicidade de seres que compõem espaços de cultivo, jardins e quintais.

Esses vínculos expressam coengendramentos complexos que se transformam, criam e recriam a paisagem, vivem e morrem, fazem mundos na espacialidade que habitam. Vidal (2022) afirma que os vínculos multiespecíficos se transformam todo o tempo e, enquanto se alteram, produzem o urbano. Mas não só. Aqui a referência ao urbano poderia expandir e desfragmentar a espacialidade. Poderia atribuir as transformações da paisagem como contingência vinculada a qualquer território, excluindo as classificações, as representações e as cisões, como as entre rural e urbano, campo e cidade, homem e natureza.

A vida cotidiana se realizaria nas fendas da espacialidade, como processos interespecíficos, instáveis e sempre em disputa (Vidal, 2022). Ampliar os vínculos multi e interespecíficos requereria transformações nos modos como o estado atua. Isso passaria pela mudança na visão de mundo, nas intenções e disposições dos coletivos humanos. Durante as nossas intervenções, a diversidade de cultivos e as práticas de compostagem referiram-se a vínculos multiespecíficos interdependentes e expressões de cuidado com os processos regenerativos e a multiplicidade de seres que compõe o solo vivo.

Assim, ao instaurar novos regimes de uso e de valoração para os resíduos a partir de práticas de cuidado, cultivo e de atenção, meus vizinhos recriam e se organizam contra uma política estatal como a do Aterro Industrial na qual uma ‘alternativa infernal’ é repetidamente proposta. Nessas linhas de vida, meus vizinhos e vizinhas lançam novas perguntas sobre a paisagem, se arriscam em novas economias, se compõem e decompõem em novas ‘ecologias de práticas’ e alternativas ao desenvolvimento sustentável capitalista (Martini, 2022, p. 80).

Ao ecologizar e reunir diversos saberes e práticas, em favor da Vida, expandimos as composições e a dança generativa, as florescências de modos de habitar e viver. Em nossas obras a fazer, sejam elas quais forem, em territórios agroecológicos ou quaisquer outros modos de organizar, há sempre muitos seres. A arte de notar suas presenças, inventariar seus modos de existir e devolvê-los para as histórias das quais foram excluídos, embora sempre estivessem presentes, é o compromisso daqueles que tentam conhecer e compreender o mundo a partir do pluralismo de ônticos.

8.4 AS COLABORAÇÕES HABITÁVEIS MULTIESPÉCIES – VIDAS PRECÁRIAS, CONTAMINADAS E PERTURBADAS

A partir de uma abordagem crítica e multiespecífica, Tsing (2022) convida a conhecer e descrever as infraestruturas neoliberais, emaranhados humanos com outros que humanos que fragmentam as paisagens, no Antropoceno. As paisagens, compreendidas de maneira multiespecífica, existem repletas de seres, vivos e não vivos, que produzem mundos, sempre em fluxo e em disputa. Humanos e outros que humanos habitam os espaços, compondo paisagens de maneira ativa e interdependente (Tsing, 2019; 2022; Velden; Silveira, 2021; Vidal, 2022).

Esses emaranhados do imperialismo industrial recebem a colaboração das ecologias ferais. Os ferais – seres vivos e não vivos, empoderados pela economia neoliberal, alcançam enorme poder de destruição e ampliam os riscos de manter a habitabilidade no planeta (Tsing, 2019; 2022). O agronegócio produz alimentos que deveriam prover saúde, mas produz coengendramentos deletérios. Para produzir *commodities* mata e envenena espécies e deixa viver somente a monocultura. As paisagens são simplificadas e a biodiversidade é assassinada. A multiplicidade de seres deixa de existir e habitar os espaços expropriados pelo agronegócio que expulsa ou mata a socioecologia local para atender o mercado financeiro (Velden; Silveira, 2021).

O que Tsing (2022) sugere é que o estudo do Antropoceno poderia iniciar com os vínculos entre as infraestruturas neoliberais e os ferais e como esses vínculos rompem com o metabolismo das paisagens. Exemplos da ação feral no Antropoceno seriam os resíduos de plástico que se dissolvem e entram no leite e as brocas cinza-esmeralda que tem dizimado as florestas americanas (Tsing, 2022).

A madeira foi cortada; o óleo acabou; o solo da plantação não suporta mais as colheitas. A busca por ativos continua em outro lugar. Assim, a simplificação para a alienação produz ruínas, espaços de abandono para a produção de ativos (Tsing, 2022, p. 37).

Decerto é relevante saber contra quem estamos lutando e conhecer como as corporações globais moldam a Vida. Mas, existem possibilidades de experiências vividas na e para além da economia capitalística hegemônica. Há outros modos de vida que restam e podem ser instaurados, embora frágeis, em meio e ao lado da ruína neoliberal. A mobilização política, colaborativa e diversa coengendra emaranhados de seres em prol de causas comuns. Ainda há resquícios e interstícios de Vida, depois da destruição capitalista. É nesses intervalos e arestas, como nos espaços que ocupamos com as hortas, que localizamos possibilidades. As paisagens multiespécies são experiências políticas, sempre em disputa, heterogeneidade radical (Tsing, 2022).

As elaborações de pensamento de Tsing (2019; 2022) sobre precariedade, contaminação e perturbação ajudam a localizar e compor experiências vivas. A precariedade expõe instabilidade e vulnerabilidade. Ao aceitar modos de vida precários, compomos com outros de maneira contingente, em busca de vínculos para sobreviver. “A indeterminação, a natureza não planejada do tempo, é assustadora, mas pensar na precariedade torna evidente que a indeterminação também torna a vida possível” (Tsing, 2022, p. 92). O precário aproxima, admite e sente que precisa de Outros (Tsing, 2022).

Nós não sabemos quais encontros inesperados e incomuns podem compor Vida generativa. Assim como Tsing (2019; 2022) contou histórias sobre os cogumelos Matsutakes e seus vínculos com pinheiros, veados, humanos etc., escolho contar algumas histórias de contaminações, perturbações e colaborações que compõem modos de organizar e habitar as paisagens desse estudo.

Ao precisar de Outros, dada a precariedade da vida, deixamos de acreditar na existência do indivíduo puro e admitimos nossa contaminação. A vida é perturbada, interdependente e contaminada. A contaminação acontece em fluxo, resiste a representação porquê está sempre em transformação. As perturbações dependem dos encontros, das relações, dos vínculos. As histórias sobre contaminações e perturbações ajudam a assumir nossa precariedade. “Permanecer vivo - para todas as espécies – requer colaborações habitáveis. Colaboração significa trabalhar além da diferença, o que leva à contaminação. Sem colaborações, todos morremos” (Tsing, 2022, p. 107).

Não existe vida individual. Nosso corpo é repleto de bactérias, sem as quais não digerimos os alimentos ingeridos. Quiçá permaneceríamos vivos sem outras espécies que habitam nossos corpos. A precariedade abre para distintas contaminações, no encontro com Outros. E os encontros podem compor e organizar colaborações menos instáveis, porém, sempre dependentes, eventuais e imprevisíveis.

Se a sobrevivência sempre envolve outros, também está necessariamente sujeita à indeterminação das transformações do eu e do outro. Mudamos por meio de nossas colaborações dentro e entre as espécies. As coisas importantes para a vida na Terra acontecem nessas transformações, não nas árvores de decisão de indivíduos autocontidos (Tsing, 2022, p. 110).

Ao mesmo tempo em que observo, lá fora, a tempestade com fortes ventos, leio sobre o alerta, emitido pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), para a crescente detecção de surtos de gripe aviária no continente americano. Embora epidemias de doenças e chuvas com ventos fortes não sejam novidade, elas estão mais frequentes. As notícias diárias reportam secas, enchentes, incêndios florestais de grandes proporções, perdas nas safras agrícolas, cidades que amanhecem cinzas. As ecologias ferais intensificam as perturbações em resposta às intervenções humanas. O mundo não é um sem fim de coisas à disposição. Os atos humanos comunicam sua intenção aos demais seres. Há implicação e há reação.

Apesar das indeterminações é possível estabilizar as paisagens, mesmo que de modo provisório. A vida acontece em meio às inescapáveis contingências e transformações entre os seres. A incerteza e a efemeridade da vida possibilitam que novas realidades sejam possíveis. Ao mesmo tempo em que as negociações entre múltiplos modos de existir expandem as incomunalidades, as perturbações e as contaminações, há expansão das possibilidades de colaborações.

Os estudos recentes sobre as micorrizas, essas teias emaranhadas de fungos e raízes de árvores, ensinam sobre encontros, coexistência e vínculos. Os fungos buscam alimentos para si e por intermédio das micorrizas, disponibilizam água, carboidratos e minerais para a planta. Florestas e fungos são interdependentes e compõem redes de colaboração. Uma árvore privada de luz, numa floresta densa, recebe alimento através interconexão das teias micorrízicas que são verdadeiras estradas por onde circula, inclusive a microbiota do solo (Tsing, 2022).

São os fungos que digerem a madeira que os cupins mastigam. Eles também vivem em companhia de cianobactérias e de algas. Tsing (2022) sugere pesquisar coengendramentos habitáveis entre diferentes modos de existir. As histórias sobre fungos poderão atrair outras histórias de composições colaborativas que criam paisagens com e sem humanos. Os seres se juntam, se contaminam, se transformam e se dissolvem, criam e recriam conjuntos instáveis e impermanentes. Histórias a serem contadas sobre estabilidade provisória na qual muitas espécies prosperam.

Todas as paisagens são perturbadas. A perturbação é comum, mas está repleta de distúrbios incomuns e heterogêneos. Esses distúrbios incomuns nem sempre são provocados por humanos e nem sempre são ruins. As perturbações podem provocar fraturas e criar novos encontros transformadores. Os contextos podem ser forjados a partir de perturbações não vivas, como enchentes ou por perturbações que advêm de seres vivos, tais como na pandemia de Covid-19. Nessas ecologias divergentes e contaminadas, cada composição colaborativa que se estabiliza parcialmente abre espaço para alguns seres e exclui outros (Tsing, 2022).

As intervenções nos territórios agroecológicos incluem múltiplas temporalidades, entre modos de cuidar, organizar e habitar as paisagens com múltiplos seres, vivos e não vivos. O que parecem ser perturbações ou contaminações podem ser alianças entre divergentes, colaborações nutritivas e saudáveis que se transformam em alimento, em oposição aos modelos alimentares concebidos pela agricultura convencional, que prioriza monocultivos a fim de lhe conferir escala.

Antes de nós, as paisagens, nas hortas, eram menos perturbadas. A contaminação humana era menor. Uma multiplicidade de seres organizava a dança generativa e disputava a sobrevivência, em meio a interesses divergentes, sempre contaminados, muitas vezes em colaboração. Com a presença das hortelãs e dos hortelões, foram e são muitas perturbações. Algumas lentas, com pausas, hesitações, interrupções e, às vezes, silêncio. Outras disruptivas, até agressivas. Pensar os modos de perturbação, que só agora ressoam como ritornelos, repetições que ativam as potências de agir, ajudou a compreender a vulnerabilidade e a impermanência de todos que habitam as paisagens nos espaços de cultivo.

As pessoas que tinham interesse em fazer parte dos coletivos sempre foi, significativamente maior do que o número efetivo de partícipes engajadas nas intervenções. Havia um desejo, uma vontade mobilizada de colaborar que se confrontava com a realidade do trabalho que exige dos corpos, gera desgaste, por

vezes dores. As hortelãs e os hortelões sentiram perturbações, alguns sabem e sentem com maior intensidade a precariedade da vida. Em meio às contaminações e colaborações, várias e constantes incertezas, equívocos e disputas, entre seres vivos e não vivos.

Nas intervenções desse estudo notei que as mulheres lidaram melhor com as incertezas e com as constantes transformações de seus corpos e de outros. As hortelãs fizeram vínculos com a pluralidade de seres, como se sentissem e soubessem que precisam de Outros, que necessitam viver e compor junto com múltiplos seres. As colaborações proliferaram e floresceram a cada intervenção. A arte de notar diminuiu as perturbações e ampliou as divergentes e heterogêneas composições. Obra contínua que ora ou outra se desestabilizava e provocava a morte de alguns vegetais, entre outros seres.

A mudança da paisagem é rápida. As velozes transformações angustiam e não é fácil lidar com as incertezas que dominam as pragmáticas nas hortas. São muitos seres vivos habitando em conjunto. A maneira como se organizam difere da humana. Aos nossos olhos parece desordenada, invasiva, perturbadora. Os cultivos de interesse humano, quando introduzidos nos territórios agroecológicos, podem ser rejeitados ou devorados pelas espécies que habitam, espontaneamente, as paisagens que escolhemos perturbar e contaminar.

Os cultivos que o mercado escolheu para escalar a produção, na maioria das vezes, são mais frágeis. Há uma infinidade de outras plantas, igualmente comestíveis, por vezes mais nutritivas, compondo paisagens generativas menos assimétricas. As plantas alimentícias não convencionais (PANCs) que aprendemos a conhecer aguçaram a curiosidade e mobilizaram outros saberes e práticas. Com elas muitas restaurações aconteceram. Aos poucos, experimentávamos novos sabores, receitas, chás medicinais, restaurávamos possibilidades de preparar, em casa, alguns de nossos produtos de higiene e limpeza – desodorante, sabão, desinfetante – questionávamos nossa dependência do supermercado.

Na horta pública e na horta da Tchon Ji, cipós e heras brotam do chão e se emaranham com os cultivos de interesse introduzidos por nós. A cavalinha, o lírio-dobrejo ou gengibre-branco, algumas espécies de capim, que habitavam o espaço de cultivo antes de nós, lutam para ter de volta o solo que consideram ser seu. Porque estariam ali? São forças perturbadoras, ecologias ferais que contaminam as paisagens? (Tsing, 2022).

A resposta a esta pergunta está vinculada às tentativas de conhecer quem são esses outros que humanos que insistem em ocupar os territórios. As etnobotânicas indígenas, a sabedoria ancestral e as pesquisas científicas reúnem saberes acerca da nutrição, das ações farmacológicas e dos usos medicinais dos vegetais. E essas alianças ajudam a conhecer e restaurar nossos vínculos com a diversidade de plantas e as possibilidades de viver em colaboração com elas.

Desde que aceitamos o convite para notar, olhar ao redor, as plantas que pareciam infectar e contaminar as paisagens nos espaços de cultivo foram incluídas nas decisões a serem tomadas. Antes, compreendidas como invasoras a habitar os territórios, espécies que deveriam ser excluídas, tornaram-se partícipes das negociações entre divergentes. A cavalinha deixou de ser uma planta invasora, porque é parte da biodiversidade do lugar e possui propriedades farmacológicas. Ela é utilizada na medicina popular como diurético, remineralizante na consolidação de fraturas, para tratar infecções urinárias, hiperplasias prostáticas, tuberculose, no controle de hemorragias menstrual, nasal, digestiva, na queda de cabelo, no fortalecimento de unhas, entre outras indicações. Com o manejo do espaço de cultivo, a cavalinha não foi excluída. Só passou a ocupar um espaço menor na paisagem.

De maneira análoga, o lírio-do-brejo, apesar da fama de planta invasora, é um vegetal conhecido na medicina popular, com propriedades farmacêuticas, principalmente, em seus rizomas. A estrutura, composta por parte do caule e da raiz, produz o gengibre-branco. O óleo liberado do gengibre-branco é eficaz para o tratamento de vômitos, tosse, inflamações e problemas pulmonares. A propriedade cicatrizante também impressiona e torna o lírio-do-brejo um grande antisséptico, combatendo bactérias em caso de ferimentos.

As espécies invadem, infectam, se sobrepõe. Na horta do hospital, a tiririca, o azevém, o picão-preto, a leiterinha e a língua de vaca estão por toda parte. Essas plantas que nos perturbavam só foram compreendidas dessa maneira porque não sabíamos com elas. Algumas indicam deficiência de minerais. A leiterinha, por exemplo, anuncia o esgotamento do Molibdênio (Mo) no solo. Já a língua de vaca, que ocorre em solos com excesso de nitrogênio orgânico, indica deficiência de Cobre (Cu) (Primavesi, 2021).

A tiririca, espontânea e considerada daninha, indica solo com baixa qualidade e pobre em matéria orgânica. Mas não só. A tiririca é uma PANC de alto valor nutritivo, antioxidante e fortalecedora do sistema imune, além de possuir propriedades

medicinais. Ela pode ser utilizada no alívio de febre, inflamações, no combate a infecções e vermes. Quanto ao picão-preto, trata-se de um chá medicinal, cujas ações farmacológicas incluem efeito bactericida, hepato-protetor, anti-inflamatório e hipotensor. E o azevém pode ser utilizado como palhada para a cobertura de solo (Primavesi, 2021).

A horta nunca é, nunca está, se transforma incessantemente, com e sem nossa presença. A paisagem requer cuidados, respeito às temporalidades de cada espécie. As perturbações para introduzir cultivares de interesse, irrigar, fazer capinas seletivas e remoção manual do excesso de algum vegetal, para que a cultura introduzida encontre seu modo de desenvolvimento, exigem atenção e cuidado para preservar os ciclos regenerativos e estabilizar a paisagem. As hortas são experiências vivas, sensíveis, materiais, políticas e afetivas. Habitar com Outros, nos espaços de cultivo, é sempre obra a ser feita e refeita.

A expressão latouriana aterrar, ativa os sentidos na tentativa de conhecer a paisagem. Aterrar faz tocar, estar e sentir para além do olhar. Ajuda a sentir e fazer vínculos, restaura modos sutis de comunicação não verbal. Os diversos seres multiplicam as linguagens e os modos comunicacionais, entre sons, cheiros, cores e texturas. O cuidado e a atenção com os modos comunicacionais da multiplicidade de seres é um compromisso ético, instaurado no engajamento com mundo. A arte de notar e acolher os modos de ser e de agir dos existentes, em suas distintas temporalidades e modos comunicacionais divergentes instaura vidas colaborativas, faz coexistir apesar das assimetrias e das incomunalidades.

Um cheiro, muitos cheiros, advindos da matéria orgânica em decomposição, que se mistura com minerais biodisponíveis (solubilizados na água contida no solo) e com a bioma; elementos imprescindíveis para a vida de outros seres. Sentir um cheiro diz sobre a presença de outro ou outros. Para Tsing (2022, p. 143) o cheiro é um encontro indeterminado a partir do qual “[...] somos transformados de forma imprevisível”. E a pesquisadora pergunta: “Poderia o cheiro, em sua mistura confusa de indecisão e certeza, ser um guia útil para a indeterminação do encontro?” (Tsing, 2022, p. 144).

As plantas reagem e comunicam acerca de seus encontros. Crescem ou ficam miúdas; a textura de suas folhas se transforma, ficam vistosas ou murchas. Quando os vegetais são atacados por pragas mudam de cor, ficam opacas, podem modificar

o odor exalado. Se estão vistosas e florescem, é possível escutar a sinfonia dos polinizadores ao redor das flores.

A consistência de um punhado de terra revela sua condição mais argilosa ou arenosa. Os hortelões aprenderam com Primavesi que um solo preto e pouco compactado é “terra boa”. Se tiver minhocas, melhor ainda. O solo é vivo. É morada de bactérias, fungos, vermes, formigas e de tantos seres. Às vezes, companheiros em colaboração; outras vezes predadores compulsivos.

A experiência sensível, de estar na horta, rememora lugares e histórias. As memórias são potências disparadoras de ideias para transformar paisagens degradadas. Enquanto escrevo, lembro dos quintais da vizinhança, dos avós maternos e da minha casa, repletos de plantas, de comida, de árvores frutíferas, do cheiro das flores e da terra molhada quando começava a chover. Muitos sapos apareciam não sei de onde. Paisagens coloridas, diversas, afetivas. Sabedoria e vínculos. Reconheço parte dessas memórias nos espaços de cultivo desse estudo.

Em duas das três hortas habitam ameixeiras ou nespereiras. As frutas são conhecidas como ameixas amarelas ou nêsperas, minhas prediletas. Uma árvore dessa espécie existiu no pátio da casa de meus avós maternos. Essa ameixeira era visível ao abrir a janela da cozinha. As nespereiras, carregadas de frutos, no início da primavera, dão água na boca. Colho no pé e degusto, como no passado. Antes, em companhia de minha avó. Hoje, com ela e com outros. A saudade é um antídoto contra a morte. Recupera memórias, histórias, afetos, sabores. As histórias que reúnem humanos e outros que humanos, para Tsing (2022) são junções contingentes de passado, presente e futuro que lançam luz para criar e fazer novos mundos.

As árvores de folhas caducas deixam entrar luz na paisagem quando os dias nublados se repetem, no inverno. As árvores, que aceitam podas, fornecem lignina e nutrientes para o solo. **No ritmo da perturbação lenta, os encontros, embora contaminados e precários, servem de elixir para as colaborações e processos regenerativos. Nas paisagens acontecem muitas danças generativas. Entre modos de perturbar, aprendemos a notar e agir de maneira sensível, em resposta a pedidos de ajuda sutis ou, até mesmo, fazendo intervenções para melhorar a colaboração entre as espécies.**

Na horta das mulheres, a sombra da bergamoteira e a cobertura vegetal, que imita a serapilheira da floresta, ajudam os cultivos a crescerem no verão. Alguns pés de brócolis, em floração, são deixados no espaço de cultivo para atrair polinizadores.

Além disso, cultivamos plantas aromáticas como funcho, alecrim, sálvia, manjeriço, orégano, hortelã, entre outras, para atrair abelhas. A sabedoria contida nas pragmáticas agroecológicas convida a perceber as múltiplas temporalidades do cuidado. Ao notar que as mudas de beringela, pimentão e quiabo não se desenvolviam bem, incluímos tagetes entre os cultivos. Os vegetais responderam com lindos frutos e colheita abundante.

Nas primeiras colheitas de cenouras e beterrabas, notamos que as raízes tuberosas pareciam não ter profundidade de solo suficiente para se desenvolverem. Nas sementeiras e plantios subsequentes, nós modificamos as feitura dos canteiros, elevamos, aumentamos a profundidade. Além disso, semeamos e plantamos espécies companheiras, umas próximas às outras. As beterrabas com couves, brócolis com repolhos, cenouras com cebolas e alfaces, salsas com tomates, milho com feijões e abóboras, etc. "Entre as plantas existem antipatias e simpatias, como entre qualquer ser vivo. Elas se influenciam mutuamente por meio de substâncias químicas, pelos microorganismos que vivem em sua rizosfera e pela concorrência por nutrientes" (Primavesi, 2021, p. 79).

O que a professora Primavesi estudou e publicou compõe com outros textos e com as pragmáticas vivas, nos espaços de cultivo e nos ensinamentos de Marli. **Há sempre pausas, dúvidas, dissensos e diálogos antes das intervenções. A arte de ter cuidado, aprender a notar e desenvolver processos comunicacionais com outros seres reúne presença sensível e esforços para conhecer. As paisagens são sempre diferentes, espécies espontâneas crescem, adensam enquanto semeamos e plantamos vegetais de interesse, perturbando, contaminando as paisagens e compondo processos colaborativos.**

Entre remoções de lixo, cacos de vidro e plástico, entulho de obras, pedras, pedaços de madeira, capinas seletivas, feitura de canteiros, cultivamos colaborações vivas, histórias do cotidiano, semeamos e plantamos comida, ervas medicinais e cuidamos uns dos outros. Além das nossas intervenções, crescem de maneira espontânea, flores comestíveis, chás, plantas com propriedades farmacológicas, algumas que ainda não conhecemos. São temporalidades de cuidado expandidas, que incluem muitos seres.

Nossas intervenções querem perturbar menos, devagar, pouco. Por vezes, a obra a fazer é uma pequena intervenção colaborativa, como a remoção de heras que sufocavam o pessegueiro e a bergamoteira. E, em forma de gratidão as frutíferas nos

presenteiam com muitos frutos. Os canteiros não são mais simétricos, as capinas, cada vez mais raras e substituídas por limpezas manuais para remoção de alguma espécie que desponta em meio ao solo coberto por folhas e gramíneas.

Depois do período de descanso dos canteiros, solo nutrido com esterco, folhas e gramíneas da limpeza urbana, novas sementes e mudas se misturam, colaboram e dançam, crescem e se desenvolvem como se estivessem agradecendo nosso cuidado. A horta das mulheres, tornou-se lugar de encontro, onde nutrimos, juntas, o gosto em mexer na terra, plantar, colher, semear e compartilhamos histórias de vida. Os espaços de cultivo convidam a fazer mundo e compor junto com os seres que ali habitam, nutrem e são vitais à nossa sobrevivência.

Embora, como percebo e escrevo, as intervenções nos territórios ocupem a espacialidade da cidade como fragmentos, as instaurações das hortas interceptam, respondem, acumulam e criam corpo, compõe alianças e fortalecem as contra-hegemonias. Os modos dominantes agem, com força e poder, para subordinarem ou fazer sucumbir, evitar a subsistência de contramovimentos ao longo do tempo.

É difícil descrever o que sentimos e o que continua nos movendo, apesar de encontrar lixo, dos furtos de parte do que plantamos, da cisterna que não foi instalada, da Casa da Cidadania que continua em reforma. Seguimos, apesar da falta de hortelãs e hortelões, da vizinhança nem sempre receptiva, e do sentimento que, por vezes nos invade, de que ocupar um território na cidade, para cultivar vegetais nutritivos e saudáveis, é visto como uma aberração pela maioria dos humanos.

Se são incomuns os princípios políticos e maneiras de organizar, com os quais compomos nossos territórios, e que expressamos com as palavras – suficiência, convivencialidade, distintas temporalidades de cuidado, modos de perturbação, contaminação e colaborações entre os seres, ecologias de práticas e de saberes – é com elas que potencializamos as pragmáticas que levamos a cabo e impomos limites aos modelos dominantes.

9 O ESPERANÇAR POR HISTÓRIAS DE OUTROS POSSÍVEIS: AS FEITURAS DE VÍNCULOS INTERDEPENDENTES PARA HABITAR E VIVER COM E NAS PAISAGENS MULTIESPECÍFICAS

A última seção do texto não pretende concluir. É, antes, um momento de esperançar por mais histórias, de outros possíveis, que poderão compor ecologias com as já vividas e contadas. Desde o início da pesquisa às intervenções estiveram implicadas com o ordinário, em especial, com os modos de organizar a vida mundana e as experiências com a comida. Os vínculos entre as crises – socioecológica, alimentar e sanitária – mobilizaram as intervenções para instauração de territórios agroecológicos.

Como tentei dizer, na seção de debate ontológico, a ação do pluralismo de ônticos, que se expressa na palavra instauração, deslocou as teorizações e representações humanas para o engajamento com o mundo, para as obras a serem feitas. É com as intervenções na realidade que as transformações acontecem e delas poderão emergir composições de outros possíveis. Ao mesmo tempo, recusei a existência de vida individual e pretendi restaurar a inescapável interespecificidade e a interdependência entre os existentes.

A pesquisa e o texto fizeram parte de um intervalo espaço-temporal, um interstício em que pragmáticas e experimentos de pensamento foram reunidos, desde o que foi sentido, percebido e vivido. Depois do dito, em mundos contingentes e imprevisíveis, os coengendramentos e as sobreposições entre a pluralidade de ônticos já se transformou, porque as mudanças acontecem todo o tempo. A contingência e a indeterminação são as aberturas onde outros possíveis florescem.

No multiverso, os modos de organizar são animados, repletos de seres divergentes e heterogêneos que compõem histórias vivas, sempre em transformação. Cada ser transforma e é transformado à medida que é contaminado, perturbado ou colabora com outros. As sobreposições e emaranhados são sempre incertos, múltiplos e divergentes. Há muitos ônticos que se entrecruzam, colaboram e excluem outros. Os múltiplos modos de existir perturbam e contaminam uns aos outros, estão sempre referindo-se um ao outro, cada um a seu modo.

O mundo organizado como um pluralismo de ônticos, em que múltiplos seres colaboram e compõem comuns provisórios, apesar dos dissensos e das incomunalidades, impõem compromissos com a transformação onto-epistêmica dos

modos de organizar. Os organizares, diante das onto-epistemes acionadas nesse estudo, exigiram que as decisões fossem tomadas na presença de múltiplos existentes, saberes e sentires, de humanos e de outros que humanos. A alteridade imposta a esses processos organizativos restaura a política, agora em sua dimensão multi e interespecífica.

As alianças entre modos de saber e de ser são instáveis, estão sempre em negociação e em disputa. As divergências e incomunalidades dos múltiplos seres e saberes reativam os processos de negociação e a política, expandida para disputas entre a diversidade de existentes que, apesar de heterogêneos, decidem viver juntos e compor alianças colaborativas. Os coengendramentos entre ônticos criam mundos a partir de dissensos e assimetrias, um fazer e organizar comum, sempre provisório, a partir de incomunalidades.

A recusa de que existe um mundo comum transcendente reativa as lutas político-pragmáticas. A realidade é obra a fazer, não está dada. Pode ser criada, inventada. É composição negociada de heterogêneos, incompletos e incomuns que precisam de outros. São as danças (re) generativas, entre processos cíclicos de morte e vida que instauram as assembleias polifônicas. Dizer que um ciclo é vivo e regenerativo é compreender que existiram seres ancestrais que viveram antes e outros que virão. Há, nessa perspectiva regenerativa, obrigações e responsabilidades a serem restauradas.

Ao longo do estudo, aprendemos a notar que as questões de engendramento foram fragmentadas e apagadas da história, de maneira proposital. O que nos colocou diante de obrigações com a restauração, ponto a ponto, dos inescapáveis vínculos de interdependência entre múltiplos modos de ser e de saber. As transformações possíveis, como tentamos compreender e conhecer, estariam vinculadas à condição de inventariar, devolver para a realidade e instaurar, tanto mais quanto possível, histórias e acontecimentos sobre colaborações, intra e interespecíficas, em defesa da vida.

O que escolhi escrever, diz das afetações e vínculos com as elaborações de pensamento sobre as teias de conexões parciais interdependentes, as ecologias de práticas e de saberes. Acionar epistemologias crítico-político-pragmáticas, como ecologias, pretendeu lastrear os processos político-organizativos contra-hegemônicos. As conexões entre seres e saberes pressupõe a parcialidade, a

limitação e recusam a hierarquização dos modos de compreender e de conhecer. As ecologias são instauradas em meio a divergências, negociações e incertezas.

Ao mesmo tempo, as conexões parciais interdependentes, entre múltiplos e divergentes modos de ser e saber, reúnem e potencializam os coletivos heterogêneos para enfrentar hegemonias espoliativas e deletérias. Mas não só. As ecologias crítico-político-pragmáticas ajudam a manter a vigilância e a recusar a ingenuidade das tentativas de conhecer e compreender a imediaticidade, sem considerar a história, a processualidade e a gênese dos acontecimentos.

O modo múltiplo e animado de ver a realidade abriu possibilidades para composições político-pragmáticas que se contrapõem aos modelos organizativos hegemônicos. Nossos vínculos com a comida foram capturados por modos de organizar mercantis e de acumulação de capital, materializados em processos de artificialização, simplificação e padronização dos cultivos, da produção e do consumo de alimentos. As tentativas de compreender e conhecer contra quem e contra quais práticas organizativas dominantes lutamos, potencializaram as possibilidades de dissentir e de compor ecologias políticas e organizativas incomuns e contra-hegemônicas.

Essa tese quis contar histórias a contrapelo do agronegócio, das *commodities*, das monoculturas, dos agrotóxicos, da dominação das corporações que matam por lucro e acumulação. Nesse texto, admitimos que os dragões cospem fogo e são grandes, mas não são invencíveis. As condições de impor limites ao hegemônico instaurado foi melhor compreendida ao escrutinar os modos como a máquina político-econômica deletéria, do capital, domina os vínculos com a comida, ocupa o Estado, a ciência e exerce poder destruidor dos contramovimentos.

Conhecer as dominações lançou luz para as possibilidades de responder e coengendrar dissonâncias vinculadas à habitabilidade, à interespecificidade socioecológica, à vida interdependente e (re) generativa. Nossas respostas são afetuosas e cuidadosas, nossos saberes e práticas querem deixar viver e sentem a responsabilidade e a obrigação com outros modos de existir, sem os quais, nós humanos, não poderemos seguir vivos.

Os dizeres costuram o que aconteceu nas intervenções, com as memórias, as teorizações e as histórias, na tentativa de compor alianças entre contramovimentos instaurados nas bordas indomáveis dos modos dominantes de organizar e de viver. As histórias e os acontecimentos seguem vivos nos campos empíricos dessa pesquisa

e em muitos outros espaços de luta coletiva. A implicação com a instauração de territórios agroecológicos tornou-se obra a fazer.

Os territórios agroecológicos foram compreendidos como paisagens habitadas e obras a serem feitas e refeitas, com engajamento, implicação e feitura de vínculos sensíveis interespecíficos. Os saberes e práticas agroecológicas pragmatizam o cultivo de comida não mercantilizado, à margem do capital, dos processos produtivos, tecnológicos e controlados pelo poder econômico, mercantil e estatal.

As possibilidades de subsistirem e de enfrentar os modos dominantes de organizar do campo alimentar, estariam implicadas com a composição de alianças coletivas e populares, com lutas pelo acesso à terra, para a instauração de soberanias e pragmáticas espaço-temporais orientadas para a suficiência, a convivencialidade e ao pulsar de temporalidades do cuidado e atenção comunicacional com a multiplicidade de seres.

As lutas por sobrevivência não aconteceriam por escolhas de habitar paisagens agroecológicas. As batalhas seriam levadas a cabo para atender necessidades existenciais elementares. As alianças populares, em luta por soberanias, que querem retomar a vida nas mãos e obter o suficiente para existir, acrescentam potência e possibilidades de subsistência para os contramovimentos ao longo do tempo. A instauração de soberanias – hídrica, alimentar, energética, de moradia, etc. – desmercantilizaria a água, a terra, as sementes, a comida, a energia e a moradia. Os meios de subsistência deixariam de ser apropriações mercadológicas e produtos comercializados somente para aqueles que podem pagar.

A busca por autonomia e a instauração das soberanias, dos e nos territórios agroecológicos, instaurados ao longo da pesquisa, enfraquecem com a impossibilidade de desfragmentar os habitats, na espacialidade urbana capitalística, onde hortelãs e hortelões seguiram atendendo as necessidades de modo mercantil, sem habitar as paisagens como modo de vida, e pela ausência de alianças com as pessoas em carestia e vulnerabilidade econômica.

A instauração de territórios agroecológicos e de soberanias depende de coengendramentos entre políticas de agricultura agroecológica, de alimentação saudável, de gestão de resíduos, de restauração da biodiversidade e do solo. Hortelãs e hortelões, cientes da necessidade de mobilização política, fizeram intervenções, junto ao poder público, reivindicando a tecitura desses coengendramentos. Mas o poder público carece de corpo técnico e força política para levar os coengendramentos

a cabo, além de ser capturado por interesses econômicos. Sem as composições políticas, a subsistência dos territórios agroecológicos perde potência ao longo do tempo.

E existiram, ainda, outros interesses incomuns, que não se referiram às questões estatais, mas que também geraram assimetrias e enfrentamentos, entre hortelãs e hortelões, desses com a comunidade do entorno aos espaços de cultivo e com o mercado especulativo e imobiliário. As lutas populares por terra e território, pela instauração dos espaços agroecológicos e pelo coengendramento entre as diversas e interdependentes políticas precisam exigir posições do poder público em favor das pautas interdependentes, em defesa da vida, em oposição à dominação econômica e da especulação mercantil.

As implicações levaram a distintas intervenções que excederam os territórios de cultivo e politizaram outros espaços. A ocupação dos territórios, nas cidades, exigiu exceder e ampliar o campo empírico, na tentativa de fazer subsistirem as ocupações ao longo do tempo. Os interesses político-econômicos divergentes, contrários a ocupação dos territórios para cultivos de vegetais, exigiram mobilizações de modo que os espaços não fossem ocupados para fins de especulação imobiliária, ou para produtos acabados de lazer ou alguma edificação de concreto, ou estacionamento. A divergência de interesses leva a compreensão de que produtos acabados, edificações e estacionamentos seriam prioritárias e de maior relevância do que cultivar comida saudável, nutritiva, com manejo agroecológico, na proximidade e para pessoas em vulnerabilidade.

O uso e a ocupação do solo para cultivar vida e compor paisagens multiespécies, em contraposição à ruína do urbanismo capitalístico, de cimento e de asfalto, precisam compor alianças com lutas por terra e território no espaço rural. A fim de instaurar paisagens socioecológicas interespecíficas, (re) generativas e vivas, seria necessário habitar as paisagens em qualquer território, sem distinção e dicotomização entre rural e urbano.

A terra como lugar de vida, de habitação dos territórios com a paisagem agroecológica não pode ser representada de modo fragmentado, em cisões entre urbano e rural, campo e cidade. As paisagens agroecológicas habitadas pela multiplicidade de seres, humanos e outros que humanos poderiam coengendrar soberanias e instaurar frentes de luta colaborativa contra as crises climática, socioecológica, alimentar e de saúde. Ao mesmo tempo, ajudariam a cumprir a função

social da terra e a democracia socioecológica, dado que as vulnerabilidades expandiram. Em maior ou menor grau, estamos todos vulneráveis. A carestesia não é só econômica, é de nutrição e de saúde. A Terra está vulnerável. Não suporta mais os excessos de consumo e de destruição.

Com as intervenções, implicações e coengendramentos entre campo empírico e teorizações, notamos que as dominações têm classe, gênero, etnia e raça. Ao longo da história, o homem branco, europeu e colonizador, ávido por poder político-econômico, instaurou processos violentos e opressivos a fim de se excepcionalizar dentro da espécie humana. Os coengendramentos entre Estado, propriedade privada, hierarquias de classe, gênero, raça e espécies instauraram as bases para as opressões e violências do capitalismo, do colonialismo, do patriarcado, do racismo e da LGBTQIAP+fobia.

Os vínculos entre as mulheres dos espaços de cultivo agroecológico, com o coletivo Unidas pela Vida e a Casa da Cidadania, expuseram contextos de violência e opressão ampliados, junto com as questões de vulnerabilidade econômica e insegurança alimentar. Os processos históricos de violência e de opressão contra as mulheres excederam o campo alimentar e desvelaram modos de dominação do capital, do patriarcado, opressões econômicas, morais e de gênero. A implicação com o campo empírico sobrepôs e engendrou tanto as violências quanto a gênese de luta contra as opressões. Isso foi percebido, em especial, desde as intervenções para a instauração de espaços de cultivo, e depois quando as mulheres do coletivo Unidas pela Vida se organizaram para adquirir e produzir comida para as mulheres em carestesia.

As ecologias colaborativas e os exercícios de pluralidade instaurados pelas intervenções de várias mulheres, em reminiscências, elaborações de pensamento, teorizações e nas intervenções e pragmáticas vivas nos territórios agroecológicos e nos contextos ampliados da pesquisa, possibilitaram conexões parciais e composições de alianças. Desde as primeiras elaborações teóricas e implicações com o campo empírico, as mulheres protagonizaram contramovimentos aos modos dominantes de viver, habitar, organizar e comer.

As vozes e os modos de vida de vovó Rosa, Marli, Primavesi, Tsing, La Cadena, Stengers, Haraway, Plumwood, Shiva, mulheres camponesas, hortelãs partícipes e implicadas nas intervenções desse estudo, entre tantas, costuram as teias de conexões parciais interdependentes. Essas mulheres viveram ou ainda vivem em

presença de múltiplos seres, vivos e não vivos, que habitaram ou habitam as paisagens, junto delas.

Reuni-las, em colaboração, nesse texto, é uma maneira de ecologizar seus saberes e práticas e dizer que há outros possíveis já instaurados. Os sentires, dizeres e fazeres, de muitas mulheres, compõem experimentos de pensamento e pragmáticas com os quais expressamos modos de ver e organizar a realidade. As costuras, no texto, reúnem palavras que potencializam e ajudam a coengendrar mundos. A trama política dos contramovimentos que reúnem mulheres e agroecologia é tecida com fios cuidadosos e afetuosos.

De maneira a conferir destaque, reunirei algumas expressões, porque foi com elas que teci a obra textual. Nesse momento, não citarei o nome das mulheres, porque já constam nos escritos, em seções anteriores. A ideia é potencializar os dizeres, em colaboração.

A interdependência entre humanos e outros que humanos, o pluralismo de ônticos, a jardinagem interespecies, a composição de paisagens multiespecíficas, a dança generativa, as assembleias polifônicas, os incomuns. Os modos de vida não-hierárquicos, a ecologia de práticas, o protagonismo nas lutas anticapitalistas, antipatriarcais, anticoloniais, antirracistas e antiLGBTQIAP+fóbicas.

A defesa da agroecologia e do solo vivo. A preservação, o resgate, a conservação e a não mercantilização das sementes como questões de engendramento vital. Os processos regenerativos vivos. Os saberes etnobotânicos, o cultivo comunitário de plantas medicinais, a soberania alimentar, a preservação e restauração da culinária ancestral e tradicional. Os afetos, os cheiros e gostos das comidas, as experiências sensíveis.

As colaborações habitáveis, os coengendramentos colaborativos multiespecies, entre solos, sementes, plantas e humanos. As existências precárias, contaminadas e perturbadas. A atenção plena, a abertura para novos modos comunicacionais, as artes de notar as distintas temporalidades do cuidado e às questões regenerativas. As alianças cuidadosas e afetuosas com a multiplicidade de seres para coabitar paisagens. As temporalidades múltiplas, interespecíficas, assimétricas, indeterminadas e incomuns. As rupturas com a hegemonia temporal do progresso.

As mulheres que elaboraram os experimentos de pensamento e pragmatizaram histórias vivas, representadas na composição das palavras, dos parágrafos anteriores,

fizeram e fazem obras que recusaram, recusam e respondem aos modos dominantes de organizar, habitar e viver. Com elas nosso esperar e nossas potências para instaurar outros possíveis estão reativadas. Decerto, não estivemos, não estamos e não estaremos sozinhas.

Os encontros entre mulheres ativistas e mulheres em carestesia alimentar, compuseram modos de organizar anticapitalista e antipatriarcal e tentaram escapar de dominações. Apesar das intervenções levadas à cabo, nesse estudo, não comporem alianças populares, até o momento em que escrevo, as experiências de outros coletivos, como na Comunidade Feminista Menino Chorão, existem, expressam possibilidades de pragmatizar outras realidades e expõem compromissos com a inclusão dos danados da terra.

Em especial, nos territórios agroecológicos dessa pesquisa, as alianças mais urgentes seriam com as mulheres em vulnerabilidade que recebem os alimentos cultivados e adquiridos pelo coletivo Unidos pela Vida. As mobilizações para a inclusão das mulheres em vulnerabilidade e vítimas de violência, nas atividades de cultivo, são intervenções prioritárias. A reforma da Casa da Cidadania, com espaço de cozinha coletiva foi finalizada e a instalação da cisterna concluída. Essas ações encaminham novas possibilidades de coengendramentos e de colaborações. O acesso à terra e a ocupação de territórios é condição para a autonomia das mulheres, algo que não se reduz a independência em relação aos homens, mas também ao Estado e ao capital. A luta diária, das mulheres, por sobrevivência é uma batalha política e feminista.

Apesar do esforço em ver e organizar o mundo com um lugar habitado pela multiplicidade de seres, vivos e não vivos, humanos e outros que humanos, estive, boa parte do tempo, preocupada com questões humanas. Várias seções do texto contêm elaborações de pensamento que expressam contramovimentos político-pragmáticos de coletivos humanos, que poderiam responder e enfrentar os modos organizativos dominantes. A atenção aos coengendramentos intraespécie humana se sobrepôs, não só porque há muito por transformar em nossos modos de ver e organizar a realidade, mas porque não estamos preparados para escutar, sentir e fazer tentativas de compreender e de conhecer os mundos outros que humanos.

Embora a implicação com a instauração de territórios agroecológicos permita ver e organizar o mundo junto com a multiplicidade de seres, a força dos modos hegemônicos captura, intoxica e exerce poder para a manutenção do status quo. A

hierarquização, o poder político-econômico e o agir interessado de poucos, na maioria, homens brancos e ricos, removeu a diversidade do mundo, destruiu e silenciou muitos seres e saberes, mutilou nossa condição colaborativa com a multiplicidade de existentes.

Viver de modo incerto, contingente, assimétrico e incomum exige que ativemos modos de perceber as temporalidades do cuidado dos existentes que colaboram na composição das paisagens multiespecíficas. Os seres, ônticos e existentes em si, vivem em ritmos e com necessidades diferentes, o que obriga a olhar ao redor, em presença, com os pés, com as mãos, com o corpo, para instaurar pragmáticas sensíveis, notar o que cada ser precisa, a fim de seguirmos juntos, em divergência e em colaboração, compondo vida (re) generativa.

A disposição para cuidar, contida nas político-pragmáticas das experiências sensíveis, compõem sabedorias para acolher o solo, as sementes, as plantas e perceber quando eles pedem ajuda e do que precisam para viver. As assimetrias entre modos de ser e de saber exigem esforços interpretativos e precisam de muitas vozes para tentar compreender os modos comunicacionais dos outros que humanos.

A vulnerabilidade, a interdependência, as perturbações e as contaminações contêm possibilidades de mundos colaborativos, múltiplos, divergentes, em que os seres se enredam, se sobrepõem, se infectam para sobreviver e cada um ao seu modo, mas que não o é sem Outros. Mais do que dar voz, publicar e tornar audíveis, fazer ressoar os dizeres silenciados, precisamos reativar as artes pragmáticas de cheirar, tocar, notar, na tentativa de conhecer as múltiplas maneiras de saber e de ser dos ônticos, com os quais compomos paisagens (re) generativas e vivas.

Os aportes onto-epistêmicos, detalhados nessa tese, não foram escolhas apriorísticas. Em meio ao percurso e as atividades empíricas, teoria e prática se coengendraram e compuseram a pesquisa. Como possíveis contribuições teóricas para o campo da administração, em especial para a área de estudos organizacionais (EORs), destacaríamos os esforços em reunir diversas áreas de conhecimento, acadêmicas e não acadêmicas, a fim de compor ecologias de práticas e de saberes. Essas ecologias recusariam posições hierárquicas, o excepcionalismo do homem branco, europeu, colonizador, ao propor que as tentativas de conhecer são coengendradas num entre e junto com uma multiplicidade de seres, humanos e outros que humanos, vivos e não vivos.

A dimensão política mereceu destaque nesse trabalho. As alianças colaborativas entre modos divergentes acontecem em meio a negociações e disputas para habitar nas paisagens. Diante de uma realidade que não está dada, o engajamento com o mundo e o pluralismo de ônticos permitem pensar em alternativas como obras a serem feitas junto com os coletivos de seres implicados nas pesquisas.

Os conceitos de paisagens multiespécies, de interdependência, de comum, de incomuns e o pressuposto de que não somos nada sem Outros reativa a politização, dada a constante negociação e disputa entre os existentes. As abordagens de cunho crítico-político-pragmático, como as levadas a cabo por esse estudo, poderiam contribuir para o campo dos estudos organizacionais (EORs), sobretudo, nas tentativas de compreender e conhecer composições colaborativas entre humanos e outros que humanos.

O pluralismo de ônticos compõem os coengendramentos vivos com os quais nossas experiências cotidianas se entrelaçam, se sobrepõe, impossibilitando representações e explicações antecipadas da realidade. Para além das organizações, instituições e da gestão, esse estudo propôs tentativas de conhecer e de organizar a vida cotidiana e suas experiências vitais – respirar, comer e habitar. A pesquisa reuniu epistemes crítico-político-pragmáticas dos estudos acadêmicos, das elaborações acerca de interseções entre feminismos e ecologia, com as etnobotânicas indígenas, os saberes e práticas camponesas e as tentativas de conhecer e de ser de outros que humanos, principalmente, das plantas.

As epistemologias acionadas recusaram as premissas exploratórias e deletérias do capitalismo, do patriarcado, do colonialismo, do racismo e da LGBTQIAP+fobia e reconheceram a limitação e a incapacidade de conhecer sem múltiplos e divergentes modos de sentir, intervir e ser. Em especial, na área de EORs, ecologias de saberes e práticas poderiam compor modos de pesquisar mais vinculados as necessidades de levar a sério as crises que perturbam e comprometem a manutenção da Vida e as condições de habitabilidade da Terra.

As intervenções e implicações empíricas da pesquisa estiveram vinculadas com o ativismo transformador de realidades deletérias, em contextos locais, com vistas a compor coletivos heterogêneos, divergentes, porém, interdependentes e que lutam pela manutenção da Vida junto com outros que humanos. As abordagens da pesquisa-intervenção junto com as investigações em mundos outros que humanos poderiam transformar os modos como o organizar é compreendido nos EORs.

O organizar passaria a considerar coengendramentos e possibilidades colaborativas com inúmeros seres, vivos e não vivos, como composições multiespecíficas, interdependentes e incomuns. Até porque, as experiências simples do cotidiano, como habitar, respirar e comer, precisam ser reorganizadas e têm se tornado hostis para a maioria dos seres.

Nesse sentido, a pesquisa-intervenção em mundos outros que humanos, escolhida para conduzir esse estudo, poderia contribuir metodologicamente para a área de estudos organizacionais, dada a indissociabilidade e a urgência das transformações sociais e ecológicas. Muito além de agir, a intervenção em mundos outros que humanos pretende transformar a realidade dos contextos e de todos os implicados na e com a pesquisa. Há responsabilidades que se instauram com os coletivos que compõe a pesquisa, estendidas à multiplicidade de seres, vivos e não vivos.

Enquanto escrevo percebo que os dizeres parecem excessivos. Talvez os note como excessos, porque há fragmentos em demasia para recompor e muitas questões de engendramento, seres e saberes para inventariar. A cada intervenção, ecologias para (re) gerar mundos e modos de vida colaborativos, interespecíficos e interdependentes precisam ser restaurados ou instaurados.

Talvez tenhamos aberto muitas portas e janelas, a procura de tentativas de compreender e de conhecer para compor ecologias. Elas, as múltiplas aberturas, seguirão abertas, para reunir e costurar com outras. São convites para outras expressões e composições, entre disputas políticas e modos de organizar resistência e luta contra-hegemônica. Entre intervenções e implicação, em meio às ruínas, semear e ver florescer vida, com as múltiplas espécies de vegetais e de outros seres, vivos e não vivos, seguirão sendo obras a fazer, cientes da responsabilidade e da obrigação de incluir mais existências, tantas quanto nossas artes de notar puderem inventariar.

O apego à teorização, em alguns momentos, durante a pesquisa, pretendeu localizar histórias para ressoar e potencializar as intervenções desse estudo. De outra maneira, sem as elaborações de pensamento teóricas, não haveria possibilidade de ver que os processos de restauração da feitura de vínculos com o pluralismo de ônticos, exigiria notar seus modos comunicacionais nas pragmáticas vivas. Os outros que humanos já habitam esse texto, mas ainda digo pouco com eles. Segui comunicando e dizendo em nome de outras espécies e pouco junto com elas. Os

silêncios e as ausências fazem parte da limitação de nossos estudos. Mas nós poderemos ampliar os processos pragmáticos de atenção e de comunicação com a diversidade de existentes.

Os seres, vivos e não vivos, sem os quais humanos não poderiam viver - terra, minerais, bactérias, fungos, sementes, vegetais, etc. - são vínculos inescapáveis e intrínsecos, e, na maioria das vezes, prestamos pouca atenção aos coengendramentos com eles. Prezar e reverenciar existentes que nos dão a vida e admitir que nós, humanos, somos um amontoado de outras espécies e parte de mundos habitáveis, organizados por múltiplos Outros, com especial protagonismo para as plantas, poderia compor incontáveis junções colaborativas. Reconhecer que não estamos no controle e que uma infinidade de existentes nos possibilita viver, que múltiplos modos de ser e saber dão lastro a existência humana, poderia restaurar e transformar a maneira como notamos, cuidamos e fazemos vínculos interespecíficos.

As implicações e intervenções com e nos campos empíricos, as autoras e autores lidos e estudados, as reminiscências e as elaborações de pensamento, afetaram e transformaram a maneira como vejo e organizo mundos e como procuro conhecê-los e compreendê-los. Mais do que contribuições acadêmicas, senti, fui afetada e criei vínculos com as possibilidades de transformação da realidade dos seres humanos e outros que humanos, partícipes das intervenções levadas a cabo com essa pesquisa. Mas não só. Experimentei transformações pessoais, tanto na maneira de ver e organizar a realidade, quanto nas pragmáticas e modos de viver cotidianos.

O que ora escrevo, embora contenha tons de despedida, faz ressoar para compromissos e responsabilidades em prosseguir com as intervenções, resistências e lutas, entre sentires, seres, dizeres e contínuas obras a fazer. Não consigo expressar, com palavras e texto, embora faça esforços para tal, o quanto os anos de implicações teóricas e empíricas, transformaram e seguem transformando meu existir. Dizer isso parece uma obviedade, diante do modo de ver a realidade como contingente, incerta e mutável. Serve, porém, para enfatizar certa intensidade nos processos de mudança.

As alianças colaborativas interespecíficas e interdependentes, o modo de vida convivencial e suficiente, a atenção e o cuidado com as temporalidades da multiplicidade de seres são pragmatizadas em meu fazer ordinário. O esforço é para perturbar e contaminar menos as paisagens e os processos (re) generativos vivos.

Reativei as artes de notar e incluir outros que humanos aos modos de organizar. Ampliei a atenção as maneiras comunicacionais de outros seres, com especial atenção para as plantas. As mudanças referem-se a maneira de habitar as paisagens como experiências sensíveis, estar entre e com os existentes, olhar ao redor, perceber o que os múltiplos outros que humanos necessitam para compor colaborações estáveis e vivas.

Desde novembro de 2020 adotei dieta vegetariana, plantei diversas árvores frutíferas – amoreira, limoeiro, bananeira, mamoeiros, pereira, abacateiro, nespereira, jabuticabeira e laranjeiras – nos espaços ao redor da casa; além de não frutíferas, como cerejeira e acer. Cultivo vegetais, entre temperos, chás, PANCs, hortaliças e flores, com manejo agroecológico. Já guardo e seleciono algumas sementes. Os alimentos consumidos, são colhidos na horta ou adquiridos de agricultores agroecologistas locais, ou de produtores orgânicos, nas feiras e através de grupos de WhatsApp. Adquiro algumas farinhas, grãos e leguminosas a granel. Preparo a maioria das refeições, em casa. Reduzi drasticamente o consumo de ultraprocessados. O supermercado segue como lócus para aquisição de alguns produtos de higiene e limpeza e cada vez menos alimentos.

Recolho folhas e gramíneas do entorno para cobrir os canteiros, composto os resíduos orgânicos e obtenho húmus. Entrego os recicláveis para empresas ou descarto em campanhas públicas de coleta específica. Somente os rejeitos, que representam em torno de 10% dos resíduos da residência, são descartados na coleta seletiva municipal. Melhorei os sistemas de filtragem, nos reservatórios de captação de água da chuva.

Além das mudanças vinculadas à comida, ao aproveitamento de resíduos e a captação de água da chuva, passei a fazer sabão, desinfetante e desodorante. Quase não tenho mais embalagens plásticas e deixei de utilizar plásticos de uso único. Ainda há muitas transformações e obras a fazer. Dependo de veículo particular para os deslocamentos. Apesar do carro ser econômico, as questões de mobilidade são perturbações que necessitam intervenções. As questões de engendramento não param de aumentar. Elas sempre existiram. Agora às noto e ao intervir percebo outras. A desintoxicação é lenta e difícil. As operações de captura estão por toda a parte.

Escolhi elaborar vários pensamentos, trazer para o texto pragmáticas e ideias na tentativa de compartilhar, compor ecologias de resistência e de luta em defesa da vida. Defender a vida não significa, como dissemos, que não apartemos existências.

Há sempre muitos que ficarão de fora de nossas composições. Poderíamos aprender ou reaprender com os modos de existir dos vegetais? Persistir nas composições entre sentir, saber, ser e fazer, em defesa da vida, sem espoliar e destruir as paisagens habitáveis, interdependentes e interespecíficas, onde proliferam as possibilidades de vida?

As possibilidades de conhecer e a maneira como vemos o mundo importam e transversalizam nossas pesquisas. As escolhas teóricas engendram vínculos e transformam os modos de compreender a constituição da realidade. Embora esse estudo tenha priorizado o engajamento com as feitura de mundos, as elaborações de pensamento agiram como potência colaborativa para restaurar e instaurar realidades. As palavras, enquanto força, são as sementes que fazem brotar e florescer novos mundos. A vida floresce nos interstícios e nas fendas, em fissuras no asfalto e no concreto.

Nas intervenções para transformação das paisagens e para a instauração de territórios agroecológicos, comida e plantas medicinais foram cultivadas, floresceram soberanias e alianças colaborativas, entre humanos e outros que humanos. Mais do que possibilidades de contribuição para a academia, levamos a cabo compromissos de luta coletiva contra a destruição de mundos. Seguiremos em luta por justiça socioecológica, contra a opressão, as violências e a permissão de que alguns humanos decidam quem vive e quem morre. Os dizeres farão uma pausa. Segue, porém, o engajamento com o mundo. Há muitas lutas em defesa da vida e obras a fazer.

REFERÊNCIAS

#1: COMUNIDADE feminista Menino Chorão. *In*: TEIA dos povos. [S. l.], 08 mar. 2021. Disponível em: <https://teiadospovos.org/caminhar-para-a-autonomia-1-comunidade-feminista-menino-chorao/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

¿QUIÉNES SOMOS? *In*: LA VIA campesina. [S. l., 2023]. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/quienes-somos/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

A FIAN. *In*: FIAN Brasil. [S. l.], c2020. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/#>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ABOUT. *In*: THE INTERGOVERNMENTAL Panel on Climate Change. Genebra, c2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/about/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

ADVERSI, L. G.; SEIFERT, R. E. Limites ao crescimento econômico e à eficiência técnica em organizações alternativas: suficiência e convivencialidade. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 77-88, jan./fev. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/KxPcc77RhDQqk67CdDGdCzD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

AGROECOLOGICAL and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. *In*: FAO. Roma, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

AGUIAR, K. F. de; ROCHA, M. L. da. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, DF, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ggt9ktnF6X7mVWygJQck8DC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ALBERT, B.; MILLIKEN, W. **Urihi A**: a terra-floresta Yanomami. São Paulo: Instituto Socioambiental; Paris: Institut de Recherche pour le Développement, 2009.

ALENTEJANO, P. R. R.; EGGER, D. S. Agrotóxicos. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Orgs.) **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. *E-book*. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

ALMEIDA, M. W. B. Anarquismo ontológico e verdade no antropoceno. **Ilha**: revista de antropologia, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 10-29, jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/78405>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ALTIERI M. A.; TOLEDO, V. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of peasant**

studies, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2011.582947>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture. **Agriculture and human values**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 525-526, 2020.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 57, p. 245-257, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/78321>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Urban agroecology: designing biodiverse, productive and resilient city farms. **Agro sur**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 49-60, 2018. Disponível em: <http://celia.agroeco.org/wp-content/uploads/2019/03/art07-Altieri-PUBLICAR-1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ALVESSON, M; SANDBERG, J. **Constructing research questions: doing interesting research**. London: Sage Publications, 2013.

ALVESSON, M; SANDBERG, J. The Problematizing review: a counterpoint to Elsbach and Van Knippenberg's argument for integrative reviews. **Journal of management studies**, [s. l.], v. 57, n. 6, set. 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/joms.12582>. Acesso em: 25 dez. 2023.

AMORÓS, C.; DE MIGUEL, A. (eds.). **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización**. 2. ed. Madrid: Minerva, 2007.

ANA Maria Primavesi. *In*: BIBLIOTECA de obras raras Fausto Castilho. Campinas, c2019-2020. Disponível em: <https://bora.unicamp.br/bora/ana-maria-primavesi/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ANDION, C.; SERVA, M. A etnografia e os estudos organizacionais. *In*: GODOI, C.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. (orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

APERTA o cerco contra o Roundup, herbicida mais usado no mundo. *In*: GALILEU. São Paulo, 27 ago. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2018/08/aperta-o-cerco-contra-o-roundup-herbicida-mais-usado-no-mundo.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

APRESENTAÇÃO. *In*: MST. [S. l.], c2023. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

APROVADO projeto de lei que institui a Semana Municipal do Lixo Zero em Nova Petrópolis. *In*: CÂMARA de vereadores de Nova Petrópolis. Nova Petrópolis, 28 set. 2022. Disponível em: https://www.camaranovapetropolis.com.br/noticias_int.php?id=1082. Acesso em: 24 jul. 2023.

ARAÚJO, E. F.; FUCK, M. P. Agricultura urbana em Curitiba: um fenômeno heterogêneo e desigual. **Cadernos de ciência & tecnologia**, Brasília, DF, v. 39, n. 2, e26959, 2022. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/26959/15079>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **ANA**, 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

ASSOCIAÇÃO TCHON JI. **[Página inicial]**. Nova Petrópolis, [2023]. Facebook: Associação Tchon Ji. Disponível em: <https://www.facebook.com/TchonJiNP>. Acesso em: 02 ago. 2023.

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 151-161, mar./abr. 2015. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/206166d6-c473-4619-bb71-4984a945391f/content>. Acesso em: 25 dez. 2023.

BASTIAN, M.; JONES, O.; MOORE, N.; ROE, E. Introduction: more-than-human participatory research: contexts, challenges, possibilities. *In*: BASTIAN, M.; JONES, O.; MOORE, N.; ROE, E. (Eds.). **Participatory research in more-than-human worlds**. New York, Routledge, 2017.

BELIK, W. Dilemas do abastecimento e da distribuição de alimentos no Brasil. *In*: CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. P. (Orgs). **Da fome à fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Elefante, 2022.

BELIK, W. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Rio de Janeiro: Ibirapitanga/Imaflora, 2020.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENSAÏD, D. **Os despossuídos**: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. São Paulo: Boitempo, 2017.

BENTON, T. G. COVID-19 and disruptions to food systems. **Agriculture and Human Values**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 577-578, maio 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-020-10081-1>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BERNSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 52-81, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22437/13010>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BEZERRA, I. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Orgs.) **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola

Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. *E-book*. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

BIAZOTI, A. R.; NAKAMURA, A.C.; NAGIB, G.; LEÃO, V. O. P. d. S.; GIACCHÈ, G.; MAUAD, T. The Impact of COVID-19 on urban agriculture in São Paulo, Brazil. **Sustainability**, v. 13, n. 6185, p. 1-11, maio 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/11/6185>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BIAZOTI, A. R.; SORRENTINO, M. Engajamento político na agricultura urbana: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. **Ambiente & sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/GGKBgdfgtRkgGFM3FC5cZ8d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BLASER, M.; DE LA CADENA, M. Os incomuns. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 15, p. 74-83, dez. 2021. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/os-incomuns/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BOLLIER, D. **Think like a commoner**: a short introduction to the life of the commons. Gabriola Island, CA: New Society Publishers, 2014.

BONANNO, A.; WOLF, S. Conclusions: the contradictions of resistance to neoliberal agri-food. *In*: BONANNO, A.; WOLF, S. **Resistance to the neoliberal agri-food regime**, London: Routledge, 2018b.

BONANNO, A.; WOLF, S. Introduction. *In*: BONANNO, A.; WOLF, S. **Resistance to the neoliberal agri-food regime**, London: Routledge, 2018a.

BORINELLI, B; COLTRO, F.; ROWIECHI, J.; ROSA, K. Natureza barata e desigualdade hidrossocial no capitaloceno. **Gestão & conexões**: management and connections journal, Vitória, v. 9, n. 3, p. 32-51, set. /dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/32045>. Acesso em: 25 dez. 2023.

BRASIL chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19. *In*: MINISTÉRIO da saúde. Brasília, DF: 28 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 303/2019**. Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 para dispor sobre a permissão do uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias. Autoria: Deputado Rubens Otoni. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2019]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190810>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 182/2017**. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências. Autoria: Deputado Padre João. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2017b]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132006>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 906/2015**. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências. Autoria: Deputado Padre João. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2015]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132006>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 353/2017**. Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável. Autoria: Senador Eduardo Braga. Brasília, DF: Senado Federal, [2017a]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130955>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020**. Regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10586.htm. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.711.htm. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 31 jul. 2023.

BROWN, W. Revising Foucault: homo politicus and homo oeconomicus. *In*: BROWN, W. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution. Nova Iorque: Zone Books/MIT Press, 2015.

BROWNE, C. From the philosophy of praxis to the sociology of practice. *In*: JONAS, M.; LITTIG, B. **Praxeological political analysis** (Orgs.). New York: Routledge, 2017.

CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Elefante, 2022.

CAMPO de futebol vira horta orgânica para alimentar mil famílias. *In*: CICLO vivo. [S. l.], 03 jul. 2020. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/mao-na-massa/horta/campo-horta-organica-mil-familias/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

CAMPOS, R. H. de F. A pesquisa em ciências humanas, ciências sociais e educação: questões éticas suscitadas pela regulamentação brasileira. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 46, e217224, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rW5zGgNXH4nQbXNYCWL4KKC/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CANHADA, S. L.; VIGO, A.; LUFT, V. C.; LEVY, R. B.; MATOS, S. M. A.; MOLINA, M. del C.; GIATTI, L.; BARRETO, S.; DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I. Ultra-processed foods consumption and increased risk of metabolic syndrome in adults:

the ELSA-Brasil. **Diabetes care**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 369-376, fev. 2023. Disponível em: <https://diabetesjournals.org/care/article/46/2/369/148142/Ultra-Processed-Food-Consumption-and-Increased>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J.; PAULUS, G. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: TERRA de direitos. Brasília, DF, 26 jun. 2006. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/artigo-matriz-disciplinar-ou-novo-paradigma-para-o-desenvolvimento-rural-sustentavel-brasilia-df-abril-de-2006/763>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CARRIERI, A. DE P.; CORREIA, G. F. A. Estudos organizacionais no Brasil: construindo acesso ou replicando exclusão? **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 59-63, jan./fev. 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/81191/77531>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CARRIERI, A. P. A.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. Gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de administração**, São Paulo, v. 49, n.4, p. 698-713, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/97161/96216>. Acesso em: 25 dez. 2023.

CARVALHO, A. S. **Limites e contradições de características autogestionárias**: uma análise a partir da horta comunitária da Lomba do Pinheiro. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/237856>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CASTRO, J.; SOBRAL, L. São Paulo: alimentos saudáveis a quem precisa. In: GOETHE institut. São Paulo, fev. 2021. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/eco/22123934.html>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CELENTANI, F. G. **Feminismos desde Abya Yala**: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos em nuestra América. México, DF: Corte y Confección, 2014.

CHASSOT, C. S.; SILVA, R. A. N. da. A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 30, n. e181737, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/qjPGZF9b6HYJ56mDsB34yCq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CHAVES, P. A. D. **A experiência e a cidade**: paisagem urbana interiorana e a materialidade do progresso. 2019. Dissertação (Mestrado em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade) – Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pipaus/Dissertacoes%202020/PEDRO%20DAHER%20Dissertacao%20REVISAO%20FINAL%20PAULO%20CAETANO.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

- CINTRÃO, R. P.; DUPIN, L. V. Microbiopolítica e regulação sanitária: desacordos entre ciência e saberes locais na produção dos queijos minas artesanais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/M6QLvRRrtxJZ9pcRmZkLwYg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- CLAR, A. Agroecología en grandes áreas urbanas: el caso de la región metropolitana de Buenos Aires. **Revista brasileira de agroecologia**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 92-103, 2021.
- CLIMATE Change 2021: The Physical Science Basis. *In*: THE INTERGOVERNMENTAL Panel on Climate Change. Genebra, c2021. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6/wg1/IPCC_AR6_WGI_FullReport.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.
- COCCIA, E. **A vida das plantas**: uma metafísica da mistura. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.
- COCCIA, E. **Metamorfoses**. Rio de Janeiro: Dantes, 2020.
- COLL, L. Aumento da violência contra as mulheres tem relação com avanço do conservadorismo. *In*: UNICAMP. Campinas, 08 mar. 2023. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/03/08/aumento-da-violencia-contra-mulheres-tem-relacao-com-avanco-do-conservadorismo>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- COMBATE às fake News. *In*: UNICAMP. Campinas, [2023]. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/combate-fake-news>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- CONSERVING diversity and reclaiming commons. *In*: NAVDANYA. New Dehli, c2016. Disponível em: <https://www.navdanya.org/>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- CORSAN ainda realiza estudos para melhorias na rede de água em Nova Petrópolis/RS. *In*: PORTAL tratamento de água. São Paulo: 12 maio 2020. Disponível em: <https://tratamentodeagua.com.br/corsan-melhorias-rede-agua-nova-petropolis-rs/>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- COSTA, E.; COWIE, S. Cassiterita, o mineral que é a nova ameaça aos Yanomami. *In*: REPÓRTER Brasil. São Paulo, 14 abr. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/04/cassiterita-o-mineral-que-e-a-nova-ameaca-aos-yanomami/>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- CRUTZEN, P. Geology of mankind. **Nature**, v. 415, p. 23, jan. 2002. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/415023a>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- CUCCO, I.; FONTE, M. Local food and civic food networks as a real utopias project. **Socio.hu**, [s. l.], n. 3, p. 22-36, dez. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290379189_Local_Food_and_civic_food_networks_as_a_real_utopias_project. Acesso em: 30 jul. 2023.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie Instituto Socioambiental, 2015.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Anatomía del nuevo neoliberalismo. **Viento sur**, [s. l.], n. 164, p. 5-16, jul. 2019. Disponível em: <https://vientosur.info/anatomia-del-nuevo-neoliberalismo/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Uma alternativa ao neoliberalismo**. [Entrevista cedida a] Daniel Pereira Andrade e Nilton Ken Ota. São Paulo: Tempo social, v. 27, n. 1, p. 275-315, jun. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/103367/101821>. Acesso em: 26 jul. 2023.

DAROLT, M.; LAMINE, C. Dimensões da produção e consumo de alimentos de base ecológica em circuitos curtos na França e no Brasil. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre: UFRGS, 2017, p. 325-349.

DE ANGELIS, M.; HARVIE, D. The commons. In: PARKER, M.; CHENEY, G.; FOURNIER, V.; LAND, C. **The routledge companion to alternative organization**. London: Routledge, 2014.

DE ARAÚJO, J. T.; DE SOUZA, K. M.; DE ARAUJO, E. Paisagens urbanas comuns: sob constante pressão de interesses corporativos. **Espaço e economia**: revista brasileira de geografia econômica, [s. l.], ano VII, n. 14, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/5721>. Acesso em: 31 jul. 2023.

DIAS, B. L. C. V.; DELUCHEY, J. F. Y. Por uma “política do comum” e não das políticas públicas. In: TEIXEIRA, A. V.; GUIMARÃES Fº, G.; SIMÕES, S. A. S. (Orgs.). **Supremacia constitucional e políticas públicas**: discutindo a discricionariedade administrativa na efetivação de direitos fundamentais. Porto Alegre: Fi, 2016

DOWLER, E.; KNEAFSEY, M.; COX, R.; HOLLOWAY, L. Doing food differently: reconnecting biological and social relationships through care for food. **The sociological review**, [s. l.], v. 57, n. s2, p. 200-221, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1467-954X.2010.01893.x>. Acesso em: 30 jul. 2023.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. **Organizações & sociedade**, Salvador, v. 23, n. 76, p. 57-72, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/8666/10425>. Acesso em: 25 dez. 2023.

DUAYER, M. Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação. **Margem esquerda**, São Paulo, n. 24, p. 87-110, 2015.

FAIRBAIRN, M. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of agrarian change**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 581-591, jun. 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/joac.12112>. Acesso em: 28 jul. 2023.

FANTINEL, L. D. O organizar multiespécie da cidade. *In*: SARAIVA, L. A. S.; IPIRANGA, A. S. R. (Org.). **História, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

FAO; FIDA; OPS; PMA; UNICEF. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional – América Latina y el Caribe 2022**: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables. Santiago de Chile: FAO; FIDA; OPS; PMA; UNICEF, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/57048>. Acesso em: 31 jul. 2023

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. 2021. **Brief to the state of food security and nutrition in the world 2021**: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: FAO, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb5409en/cb5409en.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, revolução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEENSTRA, G. Local food systems and sustainable communities. **American journal of alternative agriculture**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 28-36, mar. 1997. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-alternative-agriculture/article/abs/local-food-systems-and-sustainable-communities/9CA628ACC99277766469B0101E0BAF49>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FERNANDES, G. B. Agroextrativismo e bolsa verde na política nacional de agroecologia e produção orgânica. *In*: SAMBUICHI, R. H.R.; MOURA, I. F. de; MATTOS, L. M. de; ÁVILA, M. L. de; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: IPEA, 2017. *E-book*. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/09/144174_politica-nacional_WEB.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

FERREIRA, J.; FELÍCIO, E. **Por terra e território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

FIAN Brasil; IDEC. A captura corporativa de sistemas alimentares. [S. l.], 2021 Disponível em: https://www.fian.org/files/files/Food_Systems_PORTUGUESE_NOV18_21.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

FONSECA, T. **Disciplina de Arquivo e Testemunho XIII**. 2018. Notas de aula.

FOSTER, J. B.; SUWANDI, I. COVID-19 e o capitalismo de catástrofe: cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica. **Marx e o marxismo**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 222-245, jul./dez. 2021.

FOURNIER, V. Commoning: on the social organisation of the commons. **M@n@gement**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 433-453, 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-management-2013-4-page-433.htm>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FRAGA, S. Agricultores de hortas urbanas de Sete Lagoas receberão apoio de parceiros. *In*: ESTADO de Minas. Belo Horizonte, 22 out. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/10/22/interna_gerais,1316370/agricultores-de-hortas-urbanas-de-sete-lagoas-receberao-apoio-de-parceiros.shtml. Acesso em: 24 jul. 2023.

FRAZÃO, M. "Mulher decente não dá tanto problema", diz vereador Cláudio Gottschalk de Nova Petrópolis. *In*: PIONEIRO. Caxias do Sul, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/politica/noticia/2019/03/mulher-decente-nao-da-tanto-problema-diz-vereador-claudio-gottschalk-de-nova-petropolis-10818451.html>. Acesso em: 24 jul. 2023.

FREITAS, N. C.; CASAGRANDE, L.; MEIRA, F. B. O que o antropoceno tem a aprender com o decrescimento convivial? O campo ambiental diante dos imperativos da modernidade. **Gestão & conexões**: management and connections journal, Vitória, v. 9, n. 3, p. 52-73, set/dez. 2020.

FREUDENBERG, N. **A que custo?** O capitalismo (moderno) e o futuro da saúde. São Paulo: Elefante, 2022.

FUKUYAMA, F. A reply to my critics. **The national interest**, [s. l.], n. 18, p. 21-28, 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42894641>. Acesso em: 02 ago. 2023.

GARCÉS, L. COVID-19 exposes animal agriculture's vulnerability. **Agriculture and human values**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 621-622, maio 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7221225/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GOLDSTEIN, R. Etnobotânicas da recusa: metodologias de engajamento com a resistência humana-implantada. **Ilha**: revista de antropologia, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 197-213, set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/80434/47409>. Acesso em: 29 jul. 2023.

GOODMAN, D.; GOODMAN, M. K. Alternative food networks. *In*: INTERNATIONAL encyclopedia of human geography. [S. l.]: Elsevier, 2009.

GREGÓRIO, M. N. C. Vegetar-se: para um habitar mais forte. **Indisciplinar**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 2022.

HARAWAY, D. J. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 139-146, abr. 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4197142/mod_resource/content/0/HARAWAY_Antropoceno_capitaloceno_plantationoceno_chthuluceno_Fazendo_parentes.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

HARAWAY, D. J. **O manifesto das espécies companheiras**: cachorros pessoas e alteridade significativa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARAWAY, D. J. **Seguir con el problema**: generar parentesco en el Chthuluceno. Bilbao: Consonni, 2019.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, [s. l.], v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1724745>. Acesso em: 29 jul. 2023.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-estar comum**. São Paulo: Record, 2016.

HARVEY, D. The creation of the urban commons. *In*: HARVEY, D. **Rebel cities**: from the right to the city to the urban revolution. London, New York: Verso, 2012.

HARVEY, D. The future of the commons. **Radical history review**, [s. l.], v. 109, jan./mar. 2011. Disponível em: https://davidharvey.org/media/Harvey_on_the_Commons.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

HOBBSAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

HOLBRAAD, M.; PEDERSEN, M. A. **The ontological turn**: an anthropological exposition. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

HOLBRAAD, M.; PEDERSEN, M. A.; VIVEIROS DE CASTRO, E. A política da ontologia: posições antropológicas. **Ayé**: revista de antropologia, Acarape, v. 1, n. 1, p. 95-102, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/286/139>. Acesso em: 26 jul. 2023.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **El capitalismo también entra por la boca**: comprendamos la economía política de nuestra comida. New York: Monthly Review Press, 2017.

HOLT-GIMÉNEZ, E. Food security, food justice, or food sovereignty? **Food first backgrounder**, Oakland, v. 16, n. 4, p. 1-4, jan./mar. 2010. Disponível em: https://archive.foodfirst.org/wp-content/uploads/2013/12/BK16_4-2010-Winter_Food_Movements_bckgrndr-.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? **Journal of peasant studies**, London, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21284237/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A.; VAN LAMMEREN, I. Thresholds of resistance: agroecology, resilience and the agrarian question. **Journal of peasant studies**, London, v. 48, n. 4, p. 715-733, jan. 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2020.1847090>. Acesso em: 30 jul. 2023.

HOME. *In*: AGRICULTURE and food in an urbanizing society (AGRIURB). Porto Alegre, c2019. Disponível em: <https://dableohost.com.br/agriurb/index.php>. Acesso em: 02 ago. 2023.

HOME. *In*: FIAN internacional. Helidelberg; Genebra, c2023. Disponível em: <https://www.fian.org/en/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

HOON, C.; BALUCH, A. M. The role of dialectical interrogation in review studies: theorizing from what we see rather than what we have already seen. **Journal of management studies**, [s. l.], v. 57, n. 6, p. 1246-1271, set. 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/joms.12543>. Acesso em: 25 dez. 2023.

HORTA comunitária está sendo tomada pelo tráfico, em Manguinhos. *In*: G1. Rio de Janeiro, out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/horta-comunitaria-esta-sendo-tomada-pelo-trafico-em-manguinhos-10992135.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2023.

HOUSTON, D.; HILLIER, J.; MACCALLUM, D.; STEELE, W.; BYRNE, J. Make kin, not cities! Multispecies entanglements and “becoming-world” in planning theory. **Planning theory**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 190-212, 2018. Acesso em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1473095216688042>. Acesso em: 31 jul. 2023.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa de orçamentos familiares POF 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101704>. Acesso em: 30 jul. 2023.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018**. Perfil das despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101886>. Acesso em: 30 jul. 2023.

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas**. São Paulo: IDEC, 2019. *E-book*. Disponível: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Entre desertos e pântanos. Quando a Geografia urbana é um obstáculo para a alimentação saudável. São Paulo: IDEC, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp->

content/uploads/2019/05/idec-urban-food-sources-fact-sheet_a4-site.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

ILLICH, I. **A convivencialidade**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

IMPACTS of COVID-19 on food security and nutrition: developing effective policy responses to address the hunger and malnutrition pandemic. *In*: FAO. Roma, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb6720en/cb6720en.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

INÍCIO. *In*: PERTIM. [S. l., 2023?b]. Disponível em: <https://www.pertim.org/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

INÍCIO. *In*: REDE de agroecologia ecovida. Três Cachoeiras, [2023?a]. Disponível em: <https://ecovida.org.br/contato/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

INSTITUTO ARCA VERDE. **[Página inicial]**. [S. l., 2023?]. @institutoarcaverde. Disponível em: <https://www.instagram.com/institutoarcaverde/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

IPCC - Intergovernmental panel on climate change summary for policymakers. **Climate change 2021**: the physical science basis. Genebra: IPCC, 2021. *E-book*. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_Full_Report.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

JAIME, P. C. Alimento. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Orgs.) **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. *E-book*. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

JAIME, P.; CAMPELLO, T.; MONTEIRO, C.; BORTOLETO, A. P.; YAMAOKA, M.; BOMFIM, M. (Orgs.). **Diálogo sobre ultraprocessados**: soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. São Paulo: USP, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1e3BY0Chz00Rbp8IPWz4MXY3l2N4CFCB2/view>. Acesso em: 02 ago. 2023.

JARDIM da Serra Gaúcha. *In*: PREFEITURA de Nova Petrópolis. Nova Petrópolis, [2023]. Disponível em: <https://www.novapetropolis.rs.gov.br/pagina/jardim-da-serra-gaucha>. Acesso em: 24 jul. 2023.

JONAS, M.; LITTIG, B. A praxeological political analysis: an introduction. *In*: JONAS, M.; LITTIG, B. **Praxeological political analysis** (Orgs.). New York: Routledge, 2017.

KLEIN, N. Reclaiming the commons. **New left review**, Londonv. 9, maio/jun. 2001. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii9/articles/naomi-klein-reclaiming-the-commons>. Acesso em: 29 jul. 2023.

KNEAFSEY, M. The region in food - Important or irrelevant? **Cambridge journal of regions, economy and society**, [s. l.], v. 3, p. 177-190, maio. 2010. Disponível em:

<https://academic.oup.com/cjres/article-abstract/3/2/177/445624?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 30 jul. 2023.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KROEF, R. F. DA S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o campo-tema na pesquisa-intervenção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52579>. Acesso em: 30 jul. 2023.

LA CADENA, M. de. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do instituto de estudos brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 95-117, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/m9S6Cn7yqLFmftGHfddCk5b/?format=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

LA CADENA, M. de. Stengers meets na Andean mountain that is not only such. *In*: BUBANDT, N.; WENTZER, T. S. (Eds.). **Philosophy on fieldwork**: case studies in anthropological analysis. New York: Routledge, 2023.

LA CADENA, M. de; BLASER, M. Pluriverse: proposals for a world of many worlds (introduction). *In*: LA CADENA, M. de; BLASER, M. (Eds.). **A world of many worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

LAMINE, C.; MAGDA, D.; AMIOT, M. Crossing sociological, ecological, and nutritional perspectives on agrifood systems transitions: towards a transdisciplinary territorial approach. **Sustainability**, [s. l.], v. 11, 1284, p. 1-18, mar. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331489277_Crossing_Sociological_Ecological_and_Nutritional_Perspectives_on_Agrifood_Systems_Transitions_Towards_a_Transdisciplinary_Territorial_Approach. Acesso em: 30 jul. 2023.

LAPOUJADE, D. **As existências mínimas**. São Paulo: N-1 edições, 2017.

LARDER, N.; SIPPEL, S.; LAWRENCE, G. Finance capital, food security narratives and Australian agricultural land. **Journal of agrarian change**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 592-603, jun. 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/joac.12108>. Acesso em: 28 jul. 2023.

LATOUR, B. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo: UBU Editora, 2020b.

LATOUR, B. **Down to earth**: politics in the new climate regime. Cambridge: Polity Press, 2018.

LATOUR, B. **Investigação sobre os modos de existência**: uma antropologia dos modernos. Petrópolis: Vozes, 2019.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a.

LATOURE, B. **Onde estou?** Lições do confinamento para uso dos terrestres. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

LEITE, M. C.; FANTINEL, L. D. Perspectiva multiespécies: possibilidades para compreensão de práticas da indústria da mineração. *In: SEMINÁRIO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL CONTEMPORÂNEA*, 11., 2021, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. Vitória: UFES, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/segoc>. Acesso em: 25 dez. 2023.

LINEBAUGH, P. **The magna carta manifesto: liberties and commons for all**. Berkeley: University of California Press, 2008.

LOPES, L. L. S.; IPIRANGA, A. S. R. Etnografando arquivos históricos: caminhos possíveis para pesquisas em estudos organizacionais. **Revista organizações & sociedade**, Salvador, v. 28, n. 96, p. 35-56, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/7TWYQ9YjpfYFNnPCCh5k9CjM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 dez. 2023.

LOSCHER, G.; SPLITTER, V.; SEIDL, D. Theodor Schatzki's theory and its implications for Organization Studies. *In: CLEGG, S.; PINA CUNHA, M. (Eds.). Management, organizations and contemporary social theory*. London: Routledge. 2019.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUIZ, J. T.; SILVA, U. C.; BIAZOTI, A. R. Agricultura urbana. *In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Orgs.) Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. *E-book*. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, N. R. C.; LEITE, I. C. da S.; NEVES, J. A.; BOTEZELLI, L.; IMPERADOR, A. M. Feminismo e a agroecologia: uma revisão sistemática da produção científica nas bases internacionais. **Pegada: a revista da geografia do trabalho**, Presidente Prudente, v. 22, n. 3, p. 93-114, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8650/6572>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MAGALHÃES, F. N. C. A dimensão simbólica na cidade neoliberal: notas sobre a construção de subjetividades na produção social do espaço do neoliberalismo. **Revista brasileira estudos urbanos e regionais**, Presidente Prudente, v. 17, n. 1, p. 11-22, abr. 2015. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4971/4668>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MAIOR favela de São Paulo inaugura horta vertical comunitária nesta quarta. *In: GLOBO rural*. Rio de Janeiro, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/02/maior-favela-de-sao->

paulo-inaugura-horta-vertical-comunitaria-nesta-quarta.html. Acesso em: 24 jul. 2023.

MAIZA, F.; VIEIRA, S. DE A. Introdução ao dossiê ecologia e feminismo: criações políticas de mulheres indígenas, quilombolas e camponesas. **Campos**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 9-16, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/64071/pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MANCUSO, S. **Revolução das plantas**: um novo modelo para o futuro. São Paulo: UBU, 2019.

MARSDEN, T., BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia ruralis**, [s. l.], v. 40, n. 4, p. 424-438, 2002. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9523.00158>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MARTINI, D. S. Lidando com nossas próprias sujeiras: uma narrativa cartográfica. **Indisciplinar**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2022.

MATARAZZO, G; SALES, G. Antropoceno e organizações: reflexões sobre governança ambiental em unidades de conservação. **Gestão & conexões**: management and connections journal, Vitória, v. 9, n. 3, p. 32-51, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/31641>. Acesso em: 25 dez. 2023.

MATTOS, P. Feminismo anticapitalista: articulando teoria e prática. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 1, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/72837/48781>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MAURENTE, V.; TITTONI, J. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. **Psicologia & sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 33-38, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/20555>. Acesso em: 25 dez. 2023.

MEIRA, F. B.; MACHADO, M. O. Comunidade em nova chave: a virada ontológica. **Otra economia**, Los Polvorines, v. 14, n. 25, p.4-19, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14877/9564>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MEMORIAL Tania Galli. In: PPGPSI UFRGS. Porto Alegre, [2023]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgps/memorial-tania-galli/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MENDES, R.; PEZZATO, L. M.; SACARDO, D. P. Research and intervention in the promotion of health: methodological challenges of researching “with”. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1737-1745, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gh6S94VJjgcL75Ms7GNkV7t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MENDES, F. A. **Para além da tragédia do comum**: conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. 2012. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/9249>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MINISTÉRIO da Saúde declara emergência em saúde pública em território Yanomami. *In*: MINISTÉRIO da Saúde. Brasília, DF: 21 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/ministerio-da-saude-declara-emergencia-em-saude-publica-em-territorio-yanomami>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

MOORE, J. M. (Ed.). **Anthropocene or capitalocene?** Nature, history and the crisis of capitalism. Oakland: PM Press, 2016.

MORRIS, R.; DAVIS, S.; GRELET, G.-A.; GREGORINI, P. Multiscapes and urbanisation: the case for spatial agroecology. **Sustainability**, [s. l.], v. 14, n. 1352, p. 1-22, jan. 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/3/1352>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MOURA, A.; MOREIRA, S. L.; ALMEIDA, M. **Entre desmontes e resistências**: uma análise de políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. *E-book*. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Entre_Desmontes_e_Resistencias_ANA_2022.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

MUNICÍPIO subsidia a construção de cisternas na zona rural. *In*: PREFEITURA de Nova Petrópolis. Nova Petrópolis, 09 jun. 2020. Disponível em: <https://www.novapetropolis.rs.gov.br/noticias/municipio-subsidia-a-construcao-de-cisternas-na-zona-rural#:~:text=A%20zona%20rural%20de%20Nova,1%C2%BA%20de%20setembro%20de%202021>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NAKANO, K. O estatuto da cidade entre o local e o nacional. *In*: FARIA, R.; SCHVARSBURG, B. (Orgs). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: UnB, 2011.

NASCIMENTO, E. Floresta é o mundo: o pensamento vegetal. *In*: ENSAIOS FLIP. Paraty, 2021. Disponível em: https://flip.org.br/2021/wp-content/uploads/2021/12/Ensaios_Flip_livro.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

NETO, G. Um convite para desmercantilizar as cidades. *In*: OUTRAS palavras. [S. l.], 02 jul. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/um-convite-para-desmercantilizar-as-cidades/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

NEWS. *In*: NATURE. [S. l.], c2023. Disponível em: <https://www.nature.com/news>. Acesso em: 22 jul. 2023.

NICOLINI, D. **Practice theory, work, and organization**: an introduction. Oxford: Oxford University Press, 2013.

NIEDERLE, P.; WESZ Jr., V. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

NILSON, E. A. F.; FERRARI, G.; LOUZADA, M. L. da C.; LEVY, R. B.; MONTEIRO, C. A.; REZENDE, L. F. M. Premature deaths attributable to the consumption of ultraprocessed foods in Brazil. **Global health promotion and prevention**, [s. l.], v. 64, n. 1, p. 129-136, jan. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36528353/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

NILSON, E. A. F.; FERRARI, G.; LOUZADA, M. L. da C.; LEVY, R. B.; MONTEIRO, C. A.; REZENDE, L. F. M. The estimated burden of ultra-processed foods on cardiovascular disease outcomes in Brazil: a modeling study. **Frontiers in nutrition**, [s. l.], v. 9, p. 1043620, nov. 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9712187/#:~:text=We%20estimated%20that%20approximately%2019%2C200,about%2022%25%20of%20the%20prematu> re. Acesso em: 30 jul. 2023.

NOVA Petrópolis inaugura espaço para acolher vítimas de violência doméstica. *In*: PREFEITURA municipal de Nova Petrópolis, 05 abr. 2022b. Disponível em: <https://www.novapetropolis.rs.gov.br/noticias/nova-petropolis-inaugura-espaco-para-acolher-vitimas-de-violencia-domestica>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NOVA Petrópolis inicia a revisão da Política Municipal de Meio Ambiente. *In*: PREFEITURA municipal de Nova Petrópolis, 17 maio 2022a. Disponível em: <https://www.novapetropolis.rs.gov.br/noticias/nova-petropolis-inicia-a-revisao-da-politica-municipal-de-meio-ambiente>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NOVA Petrópolis. *In*: ESTADOS e cidades. [S. l.], c2021-2022. Disponível em: <https://www.estadosecidades.com.br/rs/nova-petropolis-rs.html>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NOVA Petrópolis. *In*: IBGE. Rio de Janeiro, [2023?]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-petropolis/pesquisa/23/25888?detalhes=true>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NOVA PETRÓPOLIS. **Lei nº 3023, de 18/10/2002**. Dispõe sobre a política do meio ambiente do município de Nova Petrópolis e dá outras providências. Nova Petrópolis: Câmara de Vereadores, 2002. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/nova-petropolis/lei-ordinaria/2002/302/3023/lei-ordinaria-n-3023-2002-dispoe-sobre-a-politica-do-meio-ambiente-do-municipio-de-nova-petropolis-e-da-outras-provi-dencias>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NOVA PETRÓPOLIS. **Lei nº 3925, de 18 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento municipal - PDDM, abrangendo o território do município de Nova Petrópolis/RS. Nova Petrópolis, 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-nova-petropolis-rs>. Acesso em: 27 jan. 2023.

NOVA PETRÓPOLIS. **Lei nº 3925, de 18/12/2009**. Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento municipal - PDDM, abrangendo o território do município de Nova Petrópolis/RS. Nova Petrópolis: Câmara de Vereadores, 2009. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/nova-petropolis/lei-ordinaria/2009/393/3925/lei-ordinaria-n-3925-2009-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-municipal-pddm-abrangendo-o-territorio-do-municipio-de-nova-petropolis-rs>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NOVA PETRÓPOLIS. **Lei nº 4690, de 27/11/2017**. Altera a lei nº 3380, de 19 de abril de 2005, que disciplina o parcelamento do solo no município de Nova Petrópolis e dá outras providências. Nova Petrópolis: Câmara de Vereadores, 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/nova-petropolis/lei-ordinaria/2017/469/4690/lei-ordinaria-n-4690-2017-altera-a-lei-n-3380-de-19-de-abril-de-2005-que-disciplina-o-parcelamento-do-solo-no-municipio-de-nova-petropolis-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NOVA PETRÓPOLIS. **Lei nº 4690, de 27/11/2017**. Altera a lei nº 3380, de 19 de abril de 2005, que disciplina o parcelamento do solo no município de Nova Petrópolis e dá outras providências. Nova Petrópolis: Câmara de Vereadores, 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/nova-petropolis/lei-ordinaria/2017/469/4690/lei-ordinaria-n-4690-2017-altera-a-lei-n-3380-de-19-de-abril-de-2005-que-disciplina-o-parcelamento-do-solo-no-municipio-de-nova-petropolis-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 24 jul. 2023.

O QUE é a ANA. *In*: ARTICULAÇÃO nacional de agroecologia. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

OBSERVAR para transformar. *In*: O TRANSFORMATÓRIO das margaridas. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://transformatoriomargaridas.org.br/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

OCÓN, H.; GUZMÁN, G. Peasant resistance to the transnationalization of agriculture in Mexico's southern border. *In*: BONANNO, A.; WOLF, S. (Orgs.). **Resistance to the neoliberal agri-food regime**, London: Routledge, 2018.

OLIVEIRA, E. F. de. **A agricultura urbana e seus modos de organização**: um estudo comparativo de casos em Curitiba. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Mestrado em Administração, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/23662/1/agriculturaurbanaorganizacaocuritiba.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

OLIVEIRA, M. B. A dádiva como princípio organizador da ciência. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 28, p. 201-223, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/88928/91793>. Acesso em: 28 jul. 2023.

OLIVEIRA, M. B. Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza. **Scientiae studia**, São Paulo, v. 6, n.1, p. 97-116, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11123/12891>. Acesso em: 28 jul. 2023.

OLIVEIRA, M. B. On the commodification of science: the programmatic dimension. **Science & education**, Dordrecht, v. 22, p. 2463-2483, out. 2013. Disponível em:

<https://www.semanticscholar.org/paper/On-the-Commodification-of-Science%3A-The-Programmatic-Oliveira/f3956558f0cc29c069a85c5e14a7e16abe9c07cc>. Acesso em: 28 jul. 2023.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective actions. Cambridge: Cambridge university press, 1990.

OSTROM, E.; HESS, C. (Eds). **Understanding knowledge as a commons**: from theory to practice. Cambridge, MA: MIT press, 2007.

OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. (Eds). **Rules, games, and common-pool resources**. Ann Arbor: Michigan university press, 2006.

PACHECO, M. E. L. Agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais: disputa por terra e território e afirmação de identidades. *In*: CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. P. (Orgs). **Da fome à fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Elefante, 2022.

PADILHA, et. al. Incentivos à Agricultura Urbana? Análise do Plano Diretor do Município de Passo Fundo - RS. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 23, p. 56-77, jan./dez. 2022.

PÁDUA, R. F. O habitar como horizonte utópico. **Geosp**: espaço e tempo, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 478-493, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/162950/159113#:~:text=Nesse%20processo%2C%20o%20sentido%20filos%C3%B3fico,como%20apropri%C3%A7%C3%A3o%20concreta%20do%20espa%C3%A7o>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PÁGINA inicial. *In*: ACERVO Ana Maria Primavesi – acervo online e blog. [S. l., 2023?]. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PASSARINHO, N. Comida: uma arma contra o poder da milícia. *In*: OUTRAS mídias. São Paulo, 04 abr. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/comida-uma-arma-contra-o-poder-da-milicia/?fbclid=PAAaYuB8RfIDjIMIJIPNIQmgTrElrGDSVNU9YdnKviBBycfhQ2CX5JwHn46b0>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PASSOS, J. S. L.; BULGACOV, Y. L. M. Da filosofia para os estudos organizacionais: o percurso ontológico de Schatzki na teoria da prática social. **Revista pensamento contemporâneo em administração**, Niterói, v. 13, n. 1, p. 1-15, jan./mar. 2019. Disponível em: https://periodicos.uff.br/pca/article/view/27435/pdf_1. Acesso em: 26 jul. 2023.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/9019/7455>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. *In*: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. (Orgs.). Curitiba: Kairós, 2013.

PIGNARRE, P.; STENGERS, I. **Capitalist sorcery**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

PINHEIRO DIAS, J.; VANZOLINI, M.; SZUTMAN, R.; MARRAS, S.; BORBA, M.; SCHAVELZON, S. Uma ciência triste é aquela em que não se dança. Conversações com Isabelle Stengers. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 155-186, ago. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/121937>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PINHEIRO, L.; FISCHER, M. C. B.; CARGNIN, D. R. M. Usos de imagens fotográficas em pesquisa sobre saberes do trabalho associado. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 21, n. 2, p. 213-222, maio/ago.2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.212.10>. Acesso em: 25 dez. 2023.

PITT, H. An apprenticeship in plant thinking. *In*: BASTIAN, M.; JONES, O.; MOORE, N.; ROE, E. (Eds.). **Participatory research in more-than-human worlds**. New York, Routledge, 2017.

PLUMWOOD, V. Decolonising Australian gardens: gardening and the ethics of place. **Australian humanities review**, [s. l.], v. 36, p. 1-7, 2005. Disponível em: <https://australianhumanitiesreview.org/2005/07/01/decolonising-australian-gardens-gardening-and-the-ethics-of-place/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PLUMWOOD, V. **Environmental culture: the ecological crisis of reason**. London: Routledge, 2002.

PLUMWOOD, V. **Feminism and the mastery of nature**. London & New York: Routledge, 1993.

PLUMWOOD, V. Nature as agency and the prospects for a progressive naturalism. **Capitalism nature socialism**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 3-32, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/104557501101245225>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PLUMWOOD, V. Nature in the active voice. **Australian humanities review**, [s. l.], v. 46, p. 113-129, 2009. Disponível em: <https://australianhumanitiesreview.org/2009/05/01/nature-in-the-active-voice/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

POMPÉIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

PONTE, P. Ver, ser e estar nas paisagens: trajetórias de um conceito em abertura. **GeoTextos**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 217-238, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/33878/20225>. Acesso em: 30 jul. 2023.

POR QUE acontecem mutações do SARS-CoV-2 e quais as diferenças entre cada uma das variantes. *In*: PORTAL do Butantan. São Paulo, 09 set. 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/por-que-acontecem-mutacoes-do-sars-cov-2-e-quais-as-diferencas-entre-cada-uma-das-variantes>. Acesso em: 23 jul. 2023.

PREISS, P. V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional**: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178604>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PRIMAVESI, A. **A convenção dos ventos**: agroecologia em contos. São Paulo: Expressão Popular, 2016a.

PRIMAVESI, A. Fundamentos de agroecologia. *In*: ANA Maria Primavesi. [S. l.], 2001. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/2020/01/17/fundamentos-de-agroecologia/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PRIMAVESI, A. **Manual do solo vivo**: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. São Paulo: Expressão Popular, 2016b.

PRIMAVESI, A. **Micronutrientes, os duendes gigantes da vida**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

PRIMAVESI, A. **Pergunte o porquê ao solo e às raízes**: casos que auxiliam na compreensão de ações eficazes na produtividade agrícola. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PROGRAMA Sementes Barrisul. *In*: BANRISUL. Porto Alegre, c1995-2023. Disponível em: https://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw00hn_promocao.aspx?secao_id=2398. Acesso em: 24 jul. 2023.

PUIG DE LA BELLACASA, M. Making time for soil: technoscientific futurity and the pace of care. **Social studies of science**, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 691-716, set. 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0306312715599851>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PUIG DE LA BELLACASA, M. **Matters of care**: speculative ethics in more than human worlds. Minneápolis: University of Minnesota Press, 2017.

PUIG DE LA BELLACASA, M. Re-animating soils: transforming human–soil affections through science, culture and community. **The sociological review monographs**, [s. l.], v. 67, n. 2, p. 391-407, fev. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038026119830601>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PULEO, A. Del ecofeminismo clásico al deconstrutivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido. *In*: AMORÓS, Cèlia; DE MIGUEL, Ana (eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**: de los debates sobre el género al multiculturalismo. Madri: Minerva, 2007.

PULEO, A. Ecofeminismo: hacia una redefinición filosófico-política de “naturaleza” y “ser humano”. *In*: AMORÓS, Cèlia (ed.). **Feminismo y filosofía**. Madri: Síntesis, 2000.

PULEO, A. Libertad, igualdad, sostenibilidad: por un ecofeminismo ilustrado.

Isegoría: revista de filosofía moral y política, Madrid, n. 38, p. 39-59, jan./jun. 2008.

Disponível em:

https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Boletin_ECOS/10/Libertad_igualdad_sostenibilidad.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

QUEM somos. *In*: AS-PTA – agricultura familiar e ecológica. Rio de Janeiro, [2023b].

Disponível em: <https://aspta.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

QUEM somos. *In*: Movimento de Mulheres Camponesas. [s. l., 2023a]. Disponível

em: <https://mmcbrasil.org/home/quem-somos-e-nossa-missao/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

QUINTÃO, F. da R. **Horta comunitária do Pacuca**: o processo de mobilização de um coletivo. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214691>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices. **European journal of social theory**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 243-263, maio 2002. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/13684310222225432>. Acesso em: 31 jul. 2023.

REDE intersetorial fortalece o atendimento a mulheres vítimas de violência em Nova Petrópolis. *In*: PREFEITURA municipal de Nova Petrópolis, 23 dez. 2022. Disponível em: <https://www.novapetropolis.rs.gov.br/noticias/rede-intersetorial-fortalece-o-atendimento-a-mulheres-vitimas-de-violencia-em-nova-petropolis>. Acesso em: 24 jul. 2023.

REDE PENSSAN. **II inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. [S. l.]: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em:

<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

REDE PENSSAN. **Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. [S. l.]: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em:

<https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

REFLECTIONS of plantationocene: a conversation with Donna Haraway & Anna Tsing moderated by Gregg Mitman. Madison, WI: University of Wisconsin, 2019. E-book. Disponível em: https://edgeeffects.net/wp-content/uploads/2019/06/PlantationoceneReflections_Haraway_Tsing.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

REICH, R. B. **The common good**. New York: Alfred A. Knopf, 2018.

RENAULT, L.; RAMOS, J. Participar da análise, analisar a participação: aspectos metodológicos de uma pesquisa-intervenção participativa em saúde mental. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 61-72, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QFm5PQZWFXtzy8gKJkYpVdj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. **International journal of sociology of agriculture and food**, London, v. 19, n. 3, p. 289-307, dez. 2012. Disponível em: <https://www.ijsaf.org/index.php/ijsaf/article/view/206>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.222, de 28 de agosto de 2018**. Institui a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2018. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15222-2018-rio-grande-do-sul-institui-a-politica-estadual-de-agricultura-urbana-e-periurbana-no-estado-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 24 jul. 2023.

RIVAT, M; BERLAN, A. **O preço do progresso. Conversa com Isabelle Stengers**. [Entrevista cedida a] Mathieu Rivat e Aurélien Berlan. [S. l.]: Revista DR, 20 abr. 2015, dez. 2017. Disponível em: <https://revistadr.com.br/posts/o-preco-do-progresso-conversa-com-isabelle-stengers/> Acesso em: 28 jul. 2023.

RIZZATTI, H. O pacto contra violência doméstica na comunidade Menino Chorão (Campinas/SP): vitórias efêmeras. **Cadernos metrópole**, São Paulo, v. 23, n. 50, p. 233-252, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2021-5009>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ROCHA, M. L. da; AGUIAR, K. F. de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, DF, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2015. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002725337>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ROMAGNOLI, R. C. Apontamentos metodológicos da pesquisa-intervenção no contexto da assistência social: conexões entre universidade e equipe. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 130-140, jan./jun., 2015. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/10_Romagnoli.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

ROSENDO, D.; KUHNEN, T. Ecofeminismos. *In*: ENCICLOPÉDIA mulheres na ciência. Campinas, c2023. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ecofeminismos/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RUPPRECHT, C. D. D.; VERVOORT, J; BERTHELSEN, C.; MANGNUS, A.; OSBORNE, N.; THOMPSON, K.; URUSHIMA, A. Y. F.; KÓVSJAYA, M.;

SPIEGELBERG, M.; CRISTIANO, S.; SPRINGETT, J.; MARSCHÜTZ, B.; FLIES, E. J.; MCGREEVY, S. R.; DROZ, L.; BREED, M. F.; GAN, J.; SHINKAY, R.; KAWAI, L. Multispecies sustainability. **Global sustainability**, [s. l.], v. 3, n. e34, p. 1-12, dez. 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/global-sustainability/article/multispecies-sustainability/BC40ADF1FA174AC7979C9F369C049CD4>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, B. S. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. **Socialismo, democracia e epistemologias do sul**. [Entrevista cedida a] Bruno Sena Martins. Coimbra: revista crítica de ciências sociais, p. 9-54, nov., 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/7647>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SANTOS, B. S. The resilience of abyssal exclusions in our societies: toward a post-abysal law. **Tilburg law review**, n. 22, p. 237-258, out. 2017. Disponível em: https://brill.com/view/journals/tilr/22/1-2/article-p237_237.xml?language=en&ebody=pdf-63199. Acesso em: 25 jul. 2023.

SANTOS, I. A. F. DOS; BETTO, J. Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno CRH**, Salvador. 34, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/42344/24869>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTOS, M. L.; FONTÃO, P. A. B. Território alimentar em disputa: a constituição de desertos e pântanos alimentares a partir da lógica de distribuição de ultraprocessados. **Hygéia**, Uberlândia, Edição especial: X GeoSaúde, p. 34-45, fev. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/64154>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SANTOS, M.; GLASS, V. **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SARDINHA, E. Garimpo, violência e morte: relatório mostra política de destruição do povo Yanomami. *In*: TERRAS indígenas no Brasil. São Paulo, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/217977>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SCHATZKI, T. R. Introduction: practice theory. *In*: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. von (Eds.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001a.

SCHATZKI, T. R. On organizations as they happen. **Organization studies**, [s. l.], v. 27, n. 12, p. 1863-1873, dez. 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840606071942>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SCHATZKI, T. R. On practice theory, or what's practices got to do (got to do) with it? *In*: EDWARDS-GROVES, C.; GROOTENBOER, P., WILKINSON, J. (Eds). **Education in an era of schooling**: Critical perspectives of Educational Practice and Action Research. A Festschrift for Stephen Kemmi. Singapore: Springer, 2018.

SCHATZKI, T. R. Peripheral vision: the sites of organizations. **Organization studies**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 465-484, mar. 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840605050876>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SCHATZKI, T. R. Practice mind-ed orders. *In*: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. von (Eds.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001b.

SCHATZKI, T. R. Practice theory as flat ontology. *In*: SPAARGAREN, G.; WEENINK, D.; LAMERS, M. (eds). **Practice theory and research**: exploring the dynamics of social life. London: Routledge, 2016.

SCHATZKI, T. R. Social change in a material world. New York: Routledge, 2019.

SCHNEIDER, S.; GAZZOLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. *In*: GAZZOLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SECRETARIA do Trabalho e Assistência Social garante recursos para instalar 30 hortas urbanas. *In*: GOVERNO do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/secretaria-do-trabalho-e-assistencia-social-garante-recursos-para-instalar-30-hortas-urbanas#:~:text=Um%20conv%C3%AAnio%20federal%20firmado%20entre,%2C%20Alvorada%2C%20Gua%C3%ADba%20e%20Cachoeirinha>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/ycJMLJqQMrMZZMqPSrw9Yqg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SEGATA, J.; BECK, L.; MUCCILLO, L. A Covid-19 e o capitalismo na carne. **Tessituras**, Pelotas, v. 8, n. 1, p. 354-373, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/1064/862>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SEIBERT, I. G.; GUEDES, L.; MAFORT, K. Feminismo camponês e popular. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Orgs.) **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. *E-book*. Disponível

em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

SEM FEMINISMO não há agroecologia! *In*: ARTICULAÇÃO Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

SENADO FEDERAL. **Pesquisa DataSenado**: violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. *E-book*. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2021/12/09/pesquisa-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher_relatorio-final.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

SERVA, M.; JAIME JÚNIOR, P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 6479, maio 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38247>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SERVIÇOS de desassoreamento da barragem Santa Isabel têm início. *In*: PREFEITURA de Nova Petrópolis. Nova Petrópolis, 04 jan. 2020. Disponível em: <https://www.novapetropolis.rs.gov.br/noticias/servicos-de-desassoreamento-da-barragem-santa-isabel-tem-inicio>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SERVIGNE, P.; STEVENS, R. **Colapsología**. Barcelona: Arpa, 2020.

SHIVA, V. **Abrazar la vida**: mujer, ecología y supervivência. Madri: horas y horas, 1995.

SHIVA, V. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Vozes, 2001.

SHIVA, V. Limiting corporate power and cultivating interdependence: a strategic plan for the environment. **Tikkun**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 26-28, abr. 2015a. Disponível em: https://www.tikkun.org/author/a_shivav/. Acesso em: 30 jul. 2023.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Gaia, 2003.

SHIVA, V. Rethinking agriculture: protecting biodiversity amid climate chaos. **Tikkun**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 24-26, ago. 2015b. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/tikkun/article-abstract/30/3/24/30544/Rethinking-AgricultureProtecting-Biodiversity-Amid>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SHIVA, V. The future of food: countering globalisation and recolonisation of Indian agriculture. **Futures**, [s. l.], v. 36, p. 715-732, ago./set. 2004. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016328703002544>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SHIVA, V. **Women, nature & agriculture**: an ecofeminist reader on food & agriculture. New Dehli: Navdanya research foundation for science, technology and ecology, 2021b.

SHIVA, V. Women's power to change the environment. **Peace & Freedom**, [s. l.], v. 81, n. 2, set./dez. 2021a. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/eb8c1c421f1f00af99f05cabf0b36e69/1?pq-origsite=scholar&cbl=41517>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVEIRA, E. C. Aceiros evitam propagação de fogo em pastagens. *In*: EMBRAPA. Brasília, DF, 01 ago. 2008. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18031879/aceiros-evitam-propagacao-de-fogo-em-pastagens#:~:text=Aceiros%20s%C3%A3o%20faixas%20ao%20longo,se%20assim%20queimadas%20ou%20inc%C3%AAndios>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SILVEIRA, S.; SAVAZONI, R. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 5-18, maio 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4150/3690>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SIMONI, J. **Poder, pobreza, fome**: fatos do sistema alimentar. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022.

SOURIAU, É. **Diferentes modos de existência**. São Paulo: N-1 edições, 2020.

SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e Visibilidade. A explicitação dos passos de investigação. *In*: SPINK, M. J. P. (Org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

ST. PIERRE, E. A. Uma história breve e pessoal da pesquisa pós-qualitativa: em direção à “pós-investigação”. **Práxis educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 1044-1064, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 25 dez. 2023.

STENGERS, I. A invenção das ciências modernas. São Paulo: 34, 2002.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 442-464, abr. 2018b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145663/139603>. Acesso em: 26 jul. 2023.

STENGERS, I. An ecology of practices. **Cultural studies review**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 183-196, mar. 2005.

STENGERS, I. **Another science is possible**: a manifesto for slow science. Cambridge: Polity Press, 2018a.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**: resistir a barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, I. Postlude. **Substance**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 146-155, 2018d.

STENGERS, I. Reativar o animismo. **Caderno de leituras**, São Paulo, n. 62, p. 1-15, maio 2017. Disponível em: <https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2017/05/caderno-62-reativar-ok.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

STENGERS, I. The challenge of ontological politics. *In*: DE LA CADENA, M.; BLASER, M. (Eds.). **A world of many worlds**. Durham: Duke University Press, 2018c.

STENGERS, I. We are divided. **E-flux Journal**, v. 114, p. 1-6, dez. 2020. Disponível: http://worker01.e-flux.com/pdf/article_366189.pdf 2020 Acesso em: 26 jul. 2023.

SÜSSEKIND, F. Natureza e cultura: sentidos da diversidade. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 20 n. 1, p. 236-254, jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/35915>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SZTUTMAN, R. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers. **Revista do instituto de estudos brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 338-360, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/7MJYYD55fGYgF3fzgw8sXbs/?format=pdf#:~:text=Stengers%20reativa%20palavras%20como%20animismo,cultivariam%20alguma%20maneira%20de%20animismo>. Acesso em: 29 jul. 2023.

TARDIN, J. M. **Primavesi rompeu monopólio de conhecimento do agronegócio e abriu um mundo para a agroecologia**. [Entrevista cedida a] Marco Weissheimer. Porto Alegre: Sul 21, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/entrevistas/2020/01/primavesi-rompeu-monopolio-de-conhecimento-do-agronegocio-e-abriu-um-mundo-para-a-agroecologia/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

TIBLE, J. Políticas do cultivo. *In*: BRITOS, A. G. V.; CHIZZOLINI, B. B.; PITOMBO, R. C. de M. (Orgs). **Verdejar ante a ruína**: escritos para cultivar novos mundos. São Paulo: Livro eletrônico, 2021.

TIROLE, J. **Economia do bem comum**. Lisboa: Guerra & Paz, 2018.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. Political agroecology in Mexico: a path toward sustainability. **Sustainability**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 1-13, fev. 2017. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/9/2/268>. Acesso em: 26 jul. 2023.

TONUCCI FILHO, J. B. M.; CRUZ, M. M. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, São Paulo, v. 21, n. 3, p.487-504, set./dez. 2019. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5929/pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

TORNAGHI, C.; DEHAENE, M. The prefigurative power of urban political agroecology: rethinking the urbanisms of agroecological transitions for food system transformation. **Agroecology and sustainable food systems**, [s. l.], v. 44, n. 5, p. 594-610, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21683565.2019.1680593>. Acesso em: 29 jul. 2023.

TREGGAR, A. Progressing knowledge in alternative and local food networks: critical reflections and a research agenda. **Journal of rural studies**, Oxford, v. 27, n. 4, p. 419-430, out. 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016711000507>. Acesso em: 30 jul. 2023.

TSING, A. L. O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: N-1 edições, 2022.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno, Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TSING, A. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n1p177>. Acesso em: 25 jul. 2023.

VEJA como é simples participar de uma das 146 hortas urbanas de Curitiba. *In*: PREFEITURA municipal de Curitiba. Curitiba, 19 fev. 2023. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/veja-como-e-simples-participar-de-uma-das-146-hortas-urbanas-de-curitiba/67363#:~:text=Veja%20como%20%C3%A9%20simples%20participar%20de%20uma%20das%20146%20hortas%20urbanas%20de%20Curitiba,-19%2F02%2F2023>. Acesso em: 24 jul. 2023.

VELDEN, F. V., SILVEIRA, F. L. A. DA. Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas. **Revista ñanduty**, Dourados, v. 9, n.13, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/15540/8437>. Acesso em: 31 jul. 2023.

VEREADOR de Nova Petrópolis é afastado após dizer em sessão da Câmara que “mulher decente não dá tanto problema”. *In*: G1 RS. Porto Alegre, 03 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/04/03/vereador-de-nova-petropolis-e-afastado-apos-dizer-em-sessao-da-camara-que-mulher-decente-nao-da-tanto-problema.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2023.

VIDAL, R. T. Os quintais de São João Del-Rei e a presença multiespécie na cidade. **Indisciplinar**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p.151-171, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/GNFYDzH8dn9XWW4Sf9VjSpH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; DANOWSKI, D. Humans and terrans in the gaia war. *In*: DE LA CADENA, M.; BLASER, M. (Eds.). **A world of many worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

VOGL, I. A guerreira que luta por direitos e contra a violência. *In*: FUNDAÇÃO FEAC. Campinas, 20 mar. 2019. Disponível em: <https://feac.org.br/a-guerreira-que-luta-por-direitos-e-contra-a-violencia/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020.

WEZEL, A.; HERREN, B. G.; KERR, R. B.; BARRIOS, E.; GONÇALVES, A. L. R.; SINCLAIR, F. Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems: a review. **Agronomy for sustainable development**, [s. l.], v. 40, n. 40, p. 1-13, out. 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13593-020-00646-z>. Acesso em: 30 jul. 2023.

WHO WE Are. *In*: THE GREEN belt movement. Nairobi, c2023. Disponível em: <https://www.greenbeltmovement.org/who-we-are>. Acesso em: 25 jul. 2023.

WILLETT, W. ROCKSTRÖM, J.; LOKEN, B.; SPRINGMANN, M.; LANG, T.; VERMEULEN, S.; GARNETT, T.; TILMAN, D.; DECLERCK, F.; WOOD, A.; JONELL, M.; CLARK, M.; GORDON, L. J.; FANZO, J.; HAWKES, C.; ZURAYK, R.; RIVERA, J. A.; DE VRIES, W.; SIBANDA, L. M.; AFSHIN, A.; CHAUDHARY, A.; HERRERO, M.; AGUSTINA, R.; BRANCA, F.; LARTEY, A.; FAN, S.; CRONA, B.; FOX, E.; BIGNET, V.; TROELL, M.; LINDAHL, T.; SINGH, S.; CORNELL, S. E.; REDDY, K. S.; NARAIN, S.; NISHTAR, S.; MURRAY, C. J. L. Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The Lancet**, v. 393, n. 10170, p. 447-492, fev. 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)31788-4/fulltext#%20](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)31788-4/fulltext#%20). Acesso em: 30 jul. 2023.

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica marxista**, Campinas, v. 1, n.10, p. 12-29, 2000. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo6612_merged.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

YANOMAMI sob ataque: garimpo ilegal na terra indígena yanomami e propostas para combatê-lo. [S. l.]: Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ZAPAROLLI, D. Quebra de patentes em debate. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 303, maio 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/quebra-de-patentes-em-debate/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

ZENERATTI, F. L. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 564-575, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/stvqSwRD88wztYbCpGvSB4t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ZIZEK, S. **Pandemia**: covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo, Boitempo, 2020.

ZIZEK, S. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZONTA, M. A pilhagem da mineração brasileira e o bloco de poder mineral. **Democracia e direitos fundamentais**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, mar. 2021. Disponível em: <https://direitosfundamentais.org.br/a-pilhagem-da-mineracao-brasileira-e-o-bloco-de-poder-mineral/>. Acesso em: 30 jul. 2023.